

**ELY BERGO DE CARVALHO**

**SOMBRAS DO PASSADO, PROJETOS DE FUTURO: AS FLORESTAS NAS  
MEMÓRIAS DOS AGRICULTORES DE ENGENHEIRO BELTRÃO —  
PARANÁ, 1947-2003**

**Dissertação apresentada como requisito  
parcial para obtenção do título de Mestre  
em História, pelo Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade  
Federal de Santa Catarina – UFSC.**

**Orientadora: Profª. Dr. Eunice Sueli Nodari**

**FLORIANÓPOLIS**

**2004**

**ELY BERGO DE CARVALHO**

**SOMBRAS DO PASSADO, PROJETOS DE FUTURO: AS FLORESTAS NAS  
MEMÓRIAS DOS AGRICULTORES DE ENGENHEIRO BELTRÃO – PARANÁ,  
1947-2003**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História – área de concentração história cultural, no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari  
Departamento de História – UFSC.

Prof. Dr. Miguel Pedro Guerra  
Centro de Ciências Agrárias - UFSC

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado  
Departamento de História - UFSC

Suplente:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff  
Departamento de História – UFSC.

Florianópolis - SC., 19 de fevereiro de 2004.

A minha família, cuja memória, aqui,  
compartilho.

## AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, ajudaram a concretizar este projeto e foram muitos, tantos que não me atrevo a nomea-los mas os trago em meu coração.

Mas não posso deixar de registrar meu agradecimento especial a Eunice Sueli Nodari, pois fez mais que me orientar, me apoiou, a João Klug, que mais que me co-orientar estimulou um criterioso trabalho intelectual, e aos agricultores entrevistados, pelas muitas horas de boa conversa que me proporcionaram.

Eis-me nos campos da minha memória, nos seus antros e cavernas sem número, repletas, ao infinito, de toda a espécie de coisas que lá estão gravadas [...]. Percorro todas estas paragens. Vou por aqui e por ali. Penetro por toda a parte quando posso, sem achar fim. Tão grande é a potência da memória e tal o vigor da vida que reside no homem vivente e mortal!  
Santo Agostinho

A memória importa não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela ação que ela governa.  
Renato Janine Ribeiro

...impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas.  
Keith Thomas

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....</b>	<b>7</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>8</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - A “FLORESTA/SERTÃO”: ENCONTRAR E DESENCONTRAR A FLORESTA.....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO II - A FLORESTA NA PAISAGEM AGRÍCOLA MODERNA: “MUDOU TUDO”.....</b>	<b>83</b>
<b>CAPÍTULO III - MEMÓRIA SOCIAL, AGRICULTORES E FLORESTAS: LEMBRAR E ESQUECER.....</b>	<b>120</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>165</b>

### LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – “NORTE DO PARANÁ”: CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO A PROPRIEDADE DAS TERRAS E GRUPOS DE ÁREA TOTAL, 1970.....	49
TABELA 2 – “GLEBA RIO MOURÃO”: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA POR CLASSE DE LOTES.....	56
TABELA 3 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.: ESTRATIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS NO MAPA DA PLANTA DO TERRENO "RIO MOURÃO".....	56
TABELA 4 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.: CONDIÇÃO DO PRODUTOR.....	57
TABELA 5 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.: UTILIZAÇÃO DAS TERRAS.....	67
TABELA 6 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.: MADEIRAS.....	76
TABELA 7 – ENGENHEIRO BELTRÃO - PR: POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO.....	94
TABELA 8 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR: UTILIZAÇÃO DE TRATORES, AGROTÓXICOS E FERTILIZANTES.....	94
TABELA 9 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR: ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS. GRUPOS DE ÁREAS TOTAL.....	96

### LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ENGENHEIRO BELTRÃO - PR: ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS. GRUPOS DE ÁREAS TOTAL. ÁREA (HA).....	96
GRÁFICO 2 - ENGENHEIRO BELTRÃO - PR: UTILIZAÇÃO DAS TERRAS. MATAS NATURAIS. ÁREA (HA).....	118
GRÁFICO 3 - ENGENHEIRO BELTRÃO - PR: UTILIZAÇÃO DAS TERRAS. MATAS NATURAIS. INFORMANTES.....	118

## RESUMO

CARVALHO, Ely Bergo. **Sombras do passado, projetos de futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947-2003.** 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – USFC, Florianópolis.

A preservação da floresta é um tema que, na atualidade, preocupa amplos setores de nossa sociedade. Como não poderia deixar de ocorrer, os historiadores se voltam para o passado com perguntas suscitadas por seu presente e se questionam sobre qual a história da inter-relação entre sociedades humanas e as florestas. Um grupo social, que tem grande responsabilidade, tanto no processo de destruição como no de conservação das florestas, é o dos agricultores, dado o grande volume de transformações, na paisagem, associado à atividade agropecuária. Deve-se considerar que diferentes grupos sociais percebem os problemas ambientais de diferentes formas, a partir de suas inserções sociais. Daí deriva o objetivo desta pesquisa, entender o processo de construção social das memórias, sobre as florestas, pelos agricultores de um pequeno município tipicamente agrícola, Engenheiro Beltrão, no Paraná. O citado município surgiu a partir da ação da Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, fundada em 1947, com a finalidade de efetuar o loteamento da área coberta, predominantemente, por uma floresta estacional semidecidual. Em menos de 20 anos, ocorreu um amplo processo de desflorestamento, restando apenas alguns remanescentes florestais, situação agravada com o processo de modernização da agricultura. Sendo que, nos últimos anos, graças, especialmente, a ação de setores do Estado e do movimento ambiental, há uma série de ações para conservação de tais remanescentes florestais. Por isto, o marco cronológico final da pesquisa é 2003, ano de realização das últimas entrevistas. Nesta pesquisa, utiliza-se as fontes orais, enquanto metodologia, foram realizadas 37 entrevistas, relatos orais de vida, com agricultores. E, ainda, foram entrevistados um agrônomo e um ambientalista. Além das entrevistas, foram utilizados jornais regionais e dados quantitativos, especialmente os censitários. Não se trata de uma pesquisa quantitativa, e sim qualitativa, na qual se busca um diálogo com o outro. Pode-se sintetizar a percepção dos agricultores sobre a floresta, durante o processo de (re)ocupação da região estudada, com a idéia de “floresta/sertão”, que, apesar de ser uma fonte de recursos e espaço de múltiplas atividades, é lembrado, fundamentalmente, como um obstáculo e um perigo. Com a devastação da floresta, há um esforço para, também, se apagar a memória de que “aqui era o sertão” aceito, no mínimo, pelo grupo estudado. Mas as lembranças dos agricultores tem uma certa ambigüidade, pois nelas aparecem o processo de ecologização de nossa sociedade, assim, vão aderir ao “tema ecológico”, mas isto se dá nos termos deles próprios. Desta forma, apesar de afirmarem ser importante preservar a floresta: 1 – Em geral, não compreendem que preservar/conservar seja não utilizar; 2 – Muitas vezes, desvinculam a necessidade de preservação da sua própria sobrevivência e a vinculam a um “mundo natural”, que é entendido como exterior e sem vínculos com sua vida; 3 – em alguns casos as árvores/florestas são lugares de memória, e como tal podem ser valorizadas; 4 – Permanece a noção, estética, de que o belo é a terra trabalhada, a “terra limpa” e, não, a caótica floresta.

Palavras-chave: memória social, percepção, paisagem, agricultores, florestas.



## ABSTRACT

CARVALHO, Ely Bergo. “Sombras do passado, projetos de futuro”: the Forests on the memory of farmers from Engenheiro Beltrão-Paraná, – Paraná, 1947-2003. 2004. Thesis (Master degree in History) - UFSC, Florianópolis.

Preservation of forests is a theme which has preoccupied wide sectors of our society. As a result of it, historians looked back to their past with questions raised by their present and they questioned themselves about the history of the inter-relation among human society and the forests. A social group, which has a great responsibility both in the process of destruction and in the forest conservation, is the farmers' group, since the huge volume of transformations in the landscape are associated with farming activities. It has to be considered that distinct social groups realize the environmental problems in distinct ways, from their social insertions. Thus, it is from this situation that the objective of this research derives, that is, to understand the process of the social construction of memories about the forests by the farmers from a small town which farming is typically the main activity, Engenheiro Beltrão in the state of Paraná. This town was founded by the action of “Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda”, which was created in 1947, with the purpose of make feasible the division of the unspoiled land, predominately, by a ‘estacional semidecidual’ forest. In less than 20 years, a wide process of deforesting, being left just few pieces of area covered by the original forest, situation which was even more critical after the farming industrialization. progress. Being so, in recent years, thanks especially for the action of state sectors and environmental movements, there is a series of actions fore the conservation of these remaining forests. Therefore, the final chronological landmark of this research is 2003, exactly the years which the last interviews were collected. In this research, it is utilized oral sources, as methodology, it was done 37 interviews, which are the oral reminiscences of lives with farmers. And it was also interviewed an agronomist and an environmentalist. Beyond the interviews, it was utilized original newspapers from the region and quantitative data, especially the ‘censitary’ data. This is not quantitative research, but a qualitative, in which seeks a dialogue with other individuals. The farmers' perception about the forests can be synthesized, during the process of (re)occupation of the studied region, with the idea of ‘floresta/sertão’, which, despite being a resourceful source and a space of multiple activities, it is remembered, fundamentally, as an obstacle and danger. With the destruction of the greatest part of the forest, there is also an effort to erase the memory of what was the unspoiled land, which is accepted by the studied group. However, there is a certain ambiguity on the farmers' memories, because the process of ‘ecologization’ of our society, thus, they accept the “ecological theme”, but it manifested in their own terminology. So, despite stating the importance of not destroy the forest: 1- In general, they do not understand that preserve/conservate being not utilize; 2- Many times, they draw apart the necessity of preservation of their own survival and relate it to a “natural world”, which is understood as an “outsider” and with no link to their lives; 3- The esthetical notion that the beauty is the productive farming land and not the chaotic forest still remains as true.

Key-words: social memory, perception, landscape, farmers, forest.

## INTRODUÇÃO

Parece óbvio na atualidade a importância de se estudar as florestas. O seu desflorestamento e a sua conservação são temas de preocupação geral da sociedade, uma daquelas questões, tal como o analfabetismo e a pobreza, que “todos” concordam que é importante mudar a atual situação, mesmo que não contribuam muito para solucioná-las, às vezes, pelo contrario. Desta forma, a floresta que poderia parecer um tema pertinente apenas aos biólogos e geógrafos, também, pode ser tranquilamente abordado pelo historiador. Ora, a primeira coisa que o historiador vai lembrar é que nem sempre foi assim.

Tal preocupação generalizada com os problemas ambientais é recente, algo de poucas décadas. Isto não quer dizer que as pessoas antes de 1970 não se preocupassem com o ambiente em que viviam, ou que o movimento ambiental surgiu naquele momento a partir do nada, mas que emergiu uma preocupação fundamentalmente ambientalista nas últimas décadas, pela qual a “sobrevivência humana estava em jogo”.<sup>1</sup> Entretanto, a forma, como os problemas ambientais vêm sendo pensados dentro do movimento ambientalista, parte basicamente dos quadros de referência da *intelligentsia* e das camadas médias urbanas.

Outros setores da sociedade percebem os problemas ambientais de forma diferente, e existem relações conflituosas de vários setores para definir: deve-se preservar a floresta? Qual floresta deve ser preservada? Como ela deve ser preservada? Quem vai pagar para que ela seja preservada? É a partir das percepções dos diversos grupos sociais que tal embate se estabelece.<sup>2</sup>

Um grupo fundamental para se entender o processo de devastação, mas também de conservação, das florestas são os agricultores. Afinal a agropecuária é a atividade que globalmente mais transforma e mais degrada o ambiente.<sup>3</sup> E, em várias regiões, é na zona rural, muitas vezes dentro de propriedades particulares, que se encontram grande parte das áreas de remanescentes florestais ainda existentes.

---

<sup>1</sup> McCORMICH, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p. 64.

<sup>2</sup> Neste sentido, esta pesquisa faz parte do esforço mais geral das ciências sociais em “conhecer melhor como se dão as percepções da problemática ambiental em diferentes segmentos sociais”. VIEIRA, Paulo Freire. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990): Contribuição ao mapeamento e à avaliação crítica preliminar do esforço de pesquisa. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995. p. 101-147. p. 129.

<sup>3</sup> TIEZZI, Enzo. **Tempos Históricos, Tempos Biológicos: A Terra ou a morte: os problemas da nova ecologia**. São Paulo: Nobel, 1988. p. 145 et seq.

É, neste ponto, que se insere esta pesquisa, cujo objetivo é analisar o processo de construção social de memórias sobre a floresta entre os agricultores. O espaço escolhido para análise é o município de Engenheiro Beltrão, no noroeste do Estado do Paraná (ver Figura 1), um município de economia agrícola que foi instituído a partir da ação de uma empresa colonizadora chamada Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, fundada em 1947, já com o intuito de atuar na área do município. Em duas décadas, o município foi amplamente desflorestado, restando, porém, remanescentes florestais que são objetos de disputa entre aqueles que os querem “preservar” e os que querem “destruir”, ou melhor dizendo, entre os diferentes usos pretendidos por grupos diferentes. Assim, a primeira data é o marco inicial da pesquisa e o marco final, 2003, por ser o ano em que as últimas entrevistas foram realizadas. Está se trabalhando, portanto, com “processos em aberto”, ou seja, em geral, o historiador tem “a percepção posterior do evento”, pelo menos para os conflitos pela floresta das últimas décadas não se sabe ainda qual seus resultados. O que insere, mais explicitamente, este trabalho em meio às controvérsias contemporâneas sobre a preservação das florestas.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Sobre escrever a história do seu próprio tempo Cf. HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 243-255.

FIGURA 1 – PARANÁ: GRANDES REGIÕES OCUPADAS COM O DESLOCAMENTO DAS FRENTES PIONEIRAS, COM O MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO EM DESTAQUE



FONTE: SERRA, Elpido. **Processo de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná.** 1991. Tese (doutorado em geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

Uma obra inaugural e referencia obrigatória para todos que venham a trabalhar com história das florestas no Brasil, é *A Ferro de Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, de Warren Dean.<sup>5</sup> Não que os historiadores não tenham abordado este tema anteriormente a aquela obra.<sup>6</sup> O que há de inovador em sua obra é ter sido inspirada pela história ambiental norte americana. Sobre tal conceito de história ambiental ou história ecológica, a partir da década de 1970, se consolidou um debate intelectual nos EUA, o qual se caracteriza por ser uma resposta da história as demandas geradas pelo grande aumento da preocupação da sociedade em geral com os “temas ecológicos”. Para alguns expoentes da história ambiental, esta se caracterizaria por ser a história em que a “natureza” não fosse apenas uma presença mas um agente nos processos históricos.<sup>7</sup> Todavia não há consenso, talvez seja mais esclarecedor o fato de no recente Simpósio de História Ambiental Americana (Latina), ocorrido em Santiago do Chile, durante o 51º Congresso Internacional de Americanistas, em 2003, do qual participei, os especialistas da área, lá reunidos, apenas conseguiram concordar que a História Ambiental é um campo de convergência de preocupações ambientais, ou seja, de pesquisadores, de diferentes áreas, que “olham” a história a partir dessas preocupações.

É evidente que, quando Dean, se refere a uma história das florestas, não está falando de uma história da evolução dos ecossistemas — para muito antes da presença humana no planeta, campo de competência da paleobiologia ou paleobiogeografia — e sim do “estudo [histórico] da relação entre a floresta e o homem”.<sup>8</sup> No entanto, que não seja como:

---

<sup>5</sup> Obra na qual se produz uma narrativa de como a Mata Atlântica brasileira, com cerca de um milhão de quilômetros quadrados, ao longo de “dez mil anos de ocupação humana”, foi modificada por esta ocupação. DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 20.

<sup>6</sup> Como, por exemplo, Nordeste de Gilberto Freyre. Há aqueles que negam ser a história ambiental uma ruptura teórico metodológica, sendo para eles apenas uma continuidade de estudos já clássico entre os historiadores. FONTANA, Josep. **La historia después del fin de la historia**: Reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica. Barcelona: Crítica, 1992.

<sup>7</sup> O melhor texto em português introdutório a história ambiental norte americana ainda é: WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4., n. 8, p. 198-215, 1991. Cf. ainda: DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.; DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. In: SIMPOSIO DE HISTÓRIA AMBIENTAL AMERICANA, 2., 2003, Santiago. **Anais**. Santiago: Universidade de Chile, 2003. 1 CD.; CARVALHO, Ely Bergo; NODARI, Eunice Sueli. Natureza, História e Cultura – uma abordagem da história das florestas. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA CULTURAL, 1., 2002, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: PUC/RS., 2002. 1 CD-ROM.; CARVALHO, Ely Bergo; NODARI, Eunice Sueli. História das florestas tropicais e subtropicais: da destruição e além. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2002, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: ANPUH. 1 CD-ROM. ARNOLD, David. La naturaleza como problema histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

<sup>8</sup> DEAN., op. cit., p. 28

Uma modalidade de história florestal [que] tem sido escrita na América do Norte e nela a floresta aparece como matéria-prima para o comércio de madeira e nada mais. A floresta é uma reserva viva de madeira. Esses relatos estão repletos de intencionalidades humana, transbordantes de ambição saciada, o enredo do teatro e do folclore, mas neles as florestas não são reconhecíveis em sua entelúquia, como sociedades compostas de milhares de espécies de plantas e animais. [...] Na Europa, foram escritas ricas ‘histórias florestais’, sensíveis às particularidades locais e aos projetos humanos, e cautelosas na explicação do comportamento e do ser das formas de vida que as constituem. No entanto, sua temática, lamentavelmente, limita-se ao manejo de arvoredos desgalhados e podados e de macabras reservas de caça: na verdade, campos de concentração para o mundo natural e não o **próprio mundo natural**. Nem poderia ser de outra forma: naquele continente, ‘difícilmente [há] um pedaço de terra que não tenha sido revirado milhares e milhares de vezes’ (grifo meu).<sup>9</sup>

Sua obra se diferenciaria por estar explicitamente vinculada às preocupações ambientais contemporâneas, e por buscar reconhecer a floresta em toda a sua entelúquia, tal como apregoam os historiadores ambientais. E ainda, sua obra se diferenciaria destas outras histórias florestais, por um motivo ecológico, a diferença entre as florestas tropicais e as florestas temperadas, uma vez que as últimas, tais como as da Europa e da América do Norte, possuem uma baixa biodiversidade permitindo que mesmo com sua destruição, com o corte raso da vegetação arborecente, ela se recupere em condições semelhantes às de antes da intervenção.

O mesmo não se pode esperar em relação às florestas tropicais, que podem quase certamente ser destruídas mas talvez nunca se restabeleçam nos lugares de onde foram eliminadas. Daí a tragédia. A destruição dessas florestas é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal humana. Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade, e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável. Pois embora seja exequível catalogar as formas de vida da floresta boreal – e, de fato, isto está bastante adiantado – o inventário de uma floresta tropical fica bem além de nossos recursos, atuais ou no futuro próximo. O desaparecimento de uma floresta tropical, portanto, é uma tragédia cujas proporções ultrapassam a compreensão ou concepção humana.<sup>10</sup>

Daí a diferença que Dean faz entre uma história das florestas nos trópicos e a história das florestas feita na Europa que, apesar de rica, “sua temática, lamentavelmente, limita-se ao manejo de arvoredos desgalhados e podados e de macabras reservas de caça: na verdade, campos de concentração para o mundo natural e não o **próprio mundo natural**” (grifo meu).<sup>11</sup> Efetivamente, as florestas na Europa em “tempos históricos” não têm uma história linear de destruição, havendo períodos marcados por avanços da floresta – como o período posterior a Peste Negra – e períodos de recuo. Mas, se não estivesse lá o “próprio mundo natural”, estaria ele nos trópicos?

---

<sup>9</sup> DEAN, op. cit., p. 22 O autor cita: “J.-Ch. Heusser e G. Claraz, “Des principaux produits des provinces brésiliennes de Rio de Janeiro et de Minas Gerais,” *Flores des serres et des jardins de l’Europe*, 14 (1959), 169.”

<sup>10</sup> DEAN, op. cit., p. 23

<sup>11</sup> Ibid., p. 22

Quando Colombo fez a primeira vistoria da costa antilhana, mais de dez mil anos de ocupação humana já [...] haviam transformado [a floresta] de maneira incomensurável até para os mais dedicados esforços arqueológicos. Apesar disso, de todos os continentes tropicais, a América do Sul foi o último a ser invadido pelo homem, e o domínio humano de suas florestas foi muito menos intenso e duradouro que o da Ásia, África e Austrália. Por isso, os europeus em seu Novo Mundo encontraram **uma natureza mais pura que a de outros pontos dos trópicos** e, assim, uma parte muito maior do processo de degradação ocorreu em uma era de registros escritos (grifo meu).<sup>12</sup>

Para Dean, pelo menos, estar-se-ia mais próximo “da natureza pura”. Para ele, a “floresta tropical é um lugar inóspito para o homem”,<sup>13</sup> e mais o “avanço da espécie humana funda-se na destruição de florestas que ela está mal equipada para habitar”.<sup>14</sup>

Todavia se deve considerar que não há um ecossistema que seja “natural ao ser humano”, que ele esteja “bem equipado para habitar”. Até se pode considerar que há ecossistemas que facilitam ou dificultam a sobrevivência humana, mas, neste caso, a floresta tropical não é o ecossistema mais inóspito. No entanto, esta não é a questão, e, sim, lembrar uma das maiores características humanas, sua capacidade de adaptação, pois mesmo que sua presença implique necessariamente **alterar** a floresta, não implica necessariamente **destruí-la**. Em alguns casos, é difícil não falar em destruição, ou pelo menos em uma mudança radical do ecossistema. Contudo, na maioria dos casos, é bem mais difícil determinar quando uma ação “destrói um ecossistema”. Donald Worster se pergunta: “Qual o grau de estabilidade desses ecossistemas naturais e qual o grau de sua suscetibilidade a perturbações?” A partir de qual momento uma mudança no seu “equilíbrio” pode ser chamada de danosa ou destruidora?

Os ecologistas não têm certeza e não podem dar respostas exatas. Por isso o historiador ecológico acaba preferindo dizer que os homens provocam ‘mudanças’ no ambiente – pois ‘mudanças’ é um termo neutro e incontestado – e não ‘danos’, um conceito muito mais problemático.<sup>15</sup>

Não se quer negar aqui, que a relação da sociedade ocidental com as florestas no Novo Mundo esteja sendo de exploração e destruição. Que transparece, especialmente, quando percebemos o processo na longuíssima duração, como salienta A. Crosby:

Por duas vezes as Américas e a Australásia já proporcionaram benefícios imensuráveis para a humanidade, uma durante o paleolítico e a outra durante o último milênio. Os lucros obtidos durante a primeira entrada nessas divisões menores da Pangéia [as Américas e a Australásia] foi quase todo utilizado nos primeiros milhares de anos do Holoceno. Hoje estamos auferindo os benefícios provenientes da segunda entrada [a partir de 1492]. mas a erosão extensiva, a redução de fertilidade e o aumento explosivo do número daqueles que dependem da produtividade dos solos neo-europeus devem nos fazer lembrar que os lucros são

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 23

<sup>13</sup> Ibid., p. 28

<sup>14</sup> Ibid., p. 24

<sup>15</sup> WORSTER, op. cit., p. 205

finitos. Carecemos hoje de um florescimento de inventividade equivalente ao ocorrido no Neolítico — ou, na ausência disso, de sabedoria.<sup>16</sup>

Entretanto, a relação com as florestas não é apenas de devastação. Se for considerada a diversidade das relações existentes entre os seres humanos, as florestas e o *continuum* que os liga — por exemplo, os seringueiros das reservas extrativistas que plantam e retiram seu sustento do meio da floresta, ou os agricultores que a cultivam, como no sistema bracatinga de agrossilvicultura<sup>17</sup> — pode-se questionar se o avanço da espécie humana sempre foi às expensas da floresta.

Warren Dean reconhece que o antagonismo “não é, em nenhum momento, parte necessária da relação”<sup>18</sup> entre as sociedades humanas e as florestas. Mas continua a trabalhar com uma divisão entre “paisagem natural” e “paisagem social”, partindo de uma “floresta natural”, na qual toda intervenção humana seria uma mácula. Estudos recentes mostram que nem toda as intervenções humanas no ambiente reduzem a biodiversidade, ou seja, reduzir a biodiversidade não seria da natureza da ação humana mas dependeria do tipo de interação que a sociedade estabelece com seu ambiente.<sup>19</sup> E mesmo áreas que pareçam ser intocadas pela mão humana, podem ser resultados desta ação, como as “matas de bambu da Amazônia”, com cerca de 85.000 Km<sup>2</sup>, que são “resultado de queimadas num período pré-colombiano bastante recuado”, o próprio Dean argumentou muito bem a impropriedade de se referir a “mata virgem”.<sup>20</sup>

<sup>16</sup> CROSBY, Aldred W. **Imperialismo ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 270.

<sup>17</sup> Sobre o sistema de agrossilvicultura, Cf. CUNHA, Aécio S., BASTOS FILHO, Guilherme Soria. O sistema agrossilvicultural da bracatinga. In: LOPES, Ignez Vidigal; et al. (Orgs.). **Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Sobre os seringueiros na Amazônia Cf. MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. História e Meio Ambiente no Acre. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 231-246.

<sup>18</sup> DEAN, op. cit., p. 24

<sup>19</sup> BALÉE, William. Diversidade amazônica e a escala humana do tempo. In: SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL, 1., 2003, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 14-28.

<sup>20</sup> BALÉE, W. Cultura na Vegetação da Amazônia. In: ALVES NEVES, W. (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia**. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1989. p. 95-105. apud: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216. p. 210. Como afirmam vários estudos de etnoecologia, como o de F. Miranda, que argumenta, para além do processo natural de associações vegetais, a selva maia é o resultado de um processo antrópico milenar. Não há uma selva primitiva, **as selvas tropicais são o resultado da ação de suas populações**, que realizam um ordenamento espacial da vegetação. MIRANDA, F. **Vegetación de la península Yucateca**. [S.l.]: Chapingo México, 1978. apud: D'AMARE, Ricardo Ferre. La apropiación del espacio geográfico de la península de Yucatan: el caso Campeche. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 217-230. p. 221. Não se trata de afirmar que todo ecossistema florestal é o que é devido a ação humana, mas que as consequência desta ação são muito mais amplas, mas não necessariamente destruidoras do que, em geral, se imagina.



Não é apenas na suposta “paisagem natural” das florestas que invariavelmente se encontra a presença humana, assim como nem sempre a mesma implica em destruição da floresta. Mas também na suposta “paisagem social” encontra-se a floresta. Por toda parte na “terra degradada” do Sul e Sudeste do Brasil, a floresta teima em crescer; onde a sociedade lhes permite um espaço, as plantas o tomam e o transformam, gerando novas florestas. Não se deve fazer com a floresta o que foi feito durante muito tempo com as sociedades indígenas: denunciar o seu extermínio e esquecê-las no passado, enquanto continuavam, por outras formas, a existir e a se reproduzir.

A questão central é que Dean parece buscar produzir uma história do ponto de vista da floresta, que acaba sendo reduzida a um processo mais ou menos linear de destruição.<sup>21</sup> Toda a história florestal é para ele “uma história de exploração e destruição”.<sup>22</sup> Desta forma, assevera sobre a Mata Atlântica:

Durante quinhentos anos, a Mata Atlântica propiciou lucros fáceis, papagaios, corantes, escravos, ouro, ipecacuanha, orquídeas e madeira para o proveito de seus senhores coloniais e, queimada e devastada, uma camada imensamente fértil de cinzas que possibilitavam uma agricultura passiva, imprudente e insustentável. [...] [E a] exaustão da Mata Atlântica não parece estar produzindo uma transformação de estratégia.<sup>23</sup>

Isso é semelhante à afirmação de que o Brasil se constituiu para a produção extensiva, para o mercado externo. Tal “visão plantacionista”, desde pelo menos a década de 1970, vem sendo questionada por historiadores, que reduziram suas escalas de análises, através de um trabalho minucioso com as fontes, questionaram a homogeneidade e colocaram em seu lugar a dinâmica dos processos históricos.<sup>24</sup> Ou seja, seria possível afirmar que a história do Brasil poderia ser resumida no fato de que, para a construção da riqueza de alguns, os recursos naturais das atuais terras brasileiras foram exauridos e degradados por uma economia principalmente agroexportadora, resultando na sociedade brasileira atual, marcada

---

<sup>21</sup> Do ponto de vista da floresta toda ação humana seria uma perturbação. Há uma dicotomia ser humano natureza, *a priori*. Ora, tal ponto de vista da floresta não existe. Ou seja, “a natureza selvagem não se demarca a si mesma, não se nomeia. [...] Nós o fazemos”. (SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17-8). Portanto, “toda fala sobre o que pode ou não um meio ambiente supõe um porta-voz” (LATOURET, Bruno; SCHWARTZ, Cécile; CHARVOLIN, Florian. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, Hermes Reis de. (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125. p. 118 et. seq.). O discurso do biólogo ou o do geólogo não é a “natureza” propriamente dita, e, sim, um determinado “ponto de vista” humano, socialmente condicionado. ARNOLD, op. cit. p. 172 passim.

<sup>22</sup> DEAN., op. cit., p. 23

<sup>23</sup> Ibid., p. 380

<sup>24</sup> A obra seminal de Caio Prado Júnior é a maior representante desta “visão plantacionista”. Para um esboço sintético deste debate na historiografia brasileira Cf. LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184.

pela desigualdade e o meio degradado em que vivemos. Tal visão não é exatamente incorreta, porém, é amplamente insuficiente e enganadora.

Como bem argumenta Regina H. Duarte, nessa perspectiva, a história ambiental do Brasil “passa a ser uma seqüência de destruições”, como exemplifica, *A Ferro e Fogo*, em tal obra, “a história da Mata Atlântica é narrada através do desfile cronológico das mazelas, ganância e imprevidência da sociedade brasileira”. Todavia,

a perspectiva do homem unicamente como um elemento destruidor acaba por sintonizar-se à arraigada oposição entre a sociedade e a natureza, na qual o homem, para criar a cultura, afasta-se do meio natural, usando os seus recursos como uma espécie de armazém. Não nos espreitaria aí, dissimulado, o pressuposto da incompatibilidade entre a sociedade e a natureza, em que a ocupação humana é sempre vista como a causa da destruição e o homem aparece como o único grande erro da natureza? Finalmente, não se reforçaria um traço marcante da autoconsciência ocidental moderna, com matrizes hobbesianas, em que o homem se percebe como um ser naturalmente competitivo, econômico, belicoso e destrutivo que o contrato social deve conter através de regras estabelecidas? Como substituir uma história antropocêntrica por uma história antropofóbica?<sup>25</sup>

O que Dean deixa escapar basicamente é a diversidade de relações que se estabelece com a floresta, sua pergunta básica é como as florestas foram destruídas e não quais inter-relações se estabeleceram com elas. Quando se olha de longe, a tecitura das relações estabelecidas com a floresta realmente parece ser homogênea, um longo processo de destruição; mas, quando se olha de perto tal tecitura, percebe-se pontos de contatos, de conflitos, a diversidade, os espaços vazios, onde, ainda, hoje, talvez, possa-se buscar construir relações diferentes com a floresta.

Como exemplo, a agricultura de coivara é apontada por Dean como uma das grandes vilãs na destruição da Mata Atlântica, entretanto, no interior da então província de São Paulo, nos séculos XVIII e XIX, havia uma agricultura de coivara que tinha a capacidade de se reproduzir ecologicamente por longo prazo. Foi a expansão da lavoura cafeeira e o crescimento demográfico que acabaram com a abundância de terras, colocando cercas nas propriedades, aumentando o nível de exploração da terra e, conseqüentemente, o nível de degradação inviabilizou tal forma de cultivo e contribuiu para a expropriação dos “caipiras”.<sup>26</sup> A agricultura de coivara não é uma técnica destruidora do ambiente por excelência, seu impacto é “aceitável”, ou não, dependendo de uma série de condições:

Essa agricultura, chamada itinerante ou de coivara, tem sido geralmente considerada não prejudicial ao ecossistema como um todo; com o tempo, o equilíbrio é restabelecido. Mas em algum momento, à medida que se intensifica esse tipo de

<sup>25</sup> DUARTE, op. cit.

<sup>26</sup> Sobre os “caipiras” paulistas, ver: MELO E SOUZA, Antônio Cândido. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

agricultura, a capacidade regenerativa da floresta é afetada permanentemente, e o ecossistema é prejudicado.<sup>27</sup>

Desta forma a citada obra de Dean pode ser criticada junto com o conjunto da história ambiental norte americana, nos termos em que o faz Simon Schama, ao afirmar que: os historiadores ambientais norte americanos tem o mérito de produzir uma história mais rica, onde o ser humano não é tudo, percebendo os elementos do ambiente também dotados de agência, todavia tendem a interpretar todos os processos de interação entre o ser humano e o ambiente como algo negativo, pelo menos para a sociedade Ocidental a história ambiental seria uma história de destruição. Sua tese é que a sociedade Ocidental não evoluiu linearmente em um processo desmitificador do “mundo natural”, mas que os “mitos da natureza [...] na verdade, nunca desapareceram, [...] nossa tradição da paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões”.<sup>28</sup> Pois,

se toda a história da paisagem no Ocidente de fato **não passa de uma corrida insensata rumo a um universo movido a máquina, sem a complexidade de mitos**, metáforas e alegorias, no qual o árbitro absoluto do valor é a medição e não a memória, no qual nossa inventividade constitui nossa tragédia, então realmente estamos presos no mecanismo de nossa autodestruição. (grifo meu).<sup>29</sup>

Apostando que a nossa relação com o ambiente é mais complexa, Schama vai postular a necessidade de não separar a paisagem natural da paisagem social. A separação entre paisagem natural e paisagem social e, por conseguinte, a idéia que toda intervenção humana no ambiente geraria – mais cedo ou mais tarde – destruição, pode levar a alguns posicionamentos em relação aos problemas ambientais atuais, que não são auto-evidentes, muito menos podem ser resolvidos apenas “tecnicamente”, pois são problemas políticos. Desta forma, ao encerrar sua fabulosa obra sobre a Mata Atlântica, Dean se posiciona da seguinte forma:

Resta tão pouca floresta que nenhuma parte dela pode ser usada para experiências em ‘desenvolvimento sustentável’; de fato, todas as pretensões dessa ordem em relação à Mata Atlântica devem ser encaradas como jargão e hipocrisia. [...] **A motivação para se preservar a floresta deve, então, ser desinteressada e precisa se estender a todos os níveis da sociedade**, particularmente à sociedade rural, e não apenas a alguns membros mais instruídos da classe média urbana (grifo meu).<sup>30</sup>

Tal afirmação de Dean suscita pelo menos dois debates. O primeiro deriva do fato de que grande parte do que “resta da Mata Atlântica” não está desabitada, e, sim, ocupada muitas vezes por “comunidades tradicionais” — pescadores artesanais, agricultores de “subsistência”, populações indígenas —, que têm um “modo de vida” que, apesar de alterar a

<sup>27</sup> WORSTER, op. cit., p. 205

<sup>28</sup> SCHAMA, op. cit., p. 24

<sup>29</sup> Ibid., p. 24

<sup>30</sup> DEAN, op. cit., p. 378-9

floresta, está longe de destruí-la substancialmente, aproximando-se do que se poderia chamar de “modos de vida” sustentáveis e muitas vezes foram elas que defenderam a paisagem local de ser “destruída” por, agentes do mercado, como imobiliárias e madeireiras. Contudo, os “modos de vida” não são coisas estáticas, não se pode querer “congelar no tempo” as comunidades tradicionais, mas buscar melhorar suas condições de vida, sem, com isto, destruir a floresta. Até é possível não chamar isto de “desenvolvimento sustentável”, visto as mazelas a que esse conceito remete, mas não há alternativa além de realizar tais “experiências”. Salvo se for retirada toda a população humana do que “resta da floresta” e, assim, mantê-la “intocada”. A crítica a essa idéia já foi feita por Antônio Carlos Diegues, ao não concordar com o modelo de unidades de conservação (UC), que parte de um “mito da natureza intocada”, que não reconhece a diversidade dos “modos de vida” e separa os seres humanos da “natureza”.<sup>31</sup> Mas a presença humana nas UCs pode colocar em perigo a biodiversidade, portanto Dean se situa no lado de biólogos que afirmam a necessidade de UCs totalmente restritivas.<sup>32</sup>

O segundo debate decorre do fato de Dean esperar quase um milagre, ou seja, um amplo consenso desinteressado, inclusive das comunidades de entorno, para que o que resta da Mata Atlântica seja “mantido intocado”. Ora, a floresta foi produzida a partir das relações humanas que se desenvolveram em seu interior, ela foi devastada a partir dessas relações e hoje com áreas florestadas tão reduzidas – no Sul e Sudeste do Brasil – a solução para a sua continuidade obrigatoriamente deve ser buscada dentro dos conflitos sociais nas quais elas estão literalmente inseridas.

Nessa situação, ao invés de se esperar uma motivação “desinteressada” de “todos os níveis da sociedade” em favor da floresta, como afirma Dean, talvez exista perspectiva de futuro para ela dentro dos múltiplos conflitos de poder que conformam sua existência. Isso permite abrir o debate sobre quem deve pagar o custo da preservação das florestas, ou até de se pensar na importância de ações totalmente interessadas da “sociedade rural” preocupada em preservar a “terra” de onde tira seu sustento. A questão central é aprender a coexistir com a floresta, aí se situa um dos caminhos para a utopia ecológica.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

<sup>32</sup> Segundo Lúcia Ferreira, tal debate na atualidade está polarizado, dificultando a busca de alternativa para o impasse. FERREIRA, Lúcia da Costa. **Dimensões Humanas da Biodiversidade: Conflitos em torno de Áreas Protegidas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.chf.ufsc.br/~ppgsp>>. Acesso em: 26 mar. 2003.

<sup>33</sup> Aposto aqui na necessidade da utopia ecológica, considerando que: “sua realização pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas também dos conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidade dos universos simbólicos e, pressupõe, acima de tudo, uma nova relação

Como este é um trabalho de história, não vou ficar apenas na percepção sincrônica, mas me aprofundar na diacronia da memória. No seu sentido mais amplo, a memória pode ser entendida como uma “base, seja ela qual for, sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos”,<sup>34</sup> ou reduzindo o conceito à sua dimensão humana, sendo possível afirmar que é “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.<sup>35</sup> Sobre as várias dimensões da memória, muito já foi escrito em diversas áreas, porém, aqui, o que interessa, como historiador, é a produção social da memória.

A memória social não é o registro indelével de experiências passadas, é, sim, a construção sempre presente que os grupos sociais fazem, a qual serve, entre outras coisas, para manter a coerência e a identidade do grupo. É evidente que as memórias devem partir de experiências comuns compartilhadas, mas como interpretar tais experiências, o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado são perpetuamente redefinidos,<sup>36</sup> não apenas produzindo novas versões dos “eventos”, mas algumas vezes inventando “eventos”/tradições. A memória, assim, posta em jogo, é um elemento fundamental na luta de poderes das forças sociais, como enfatiza Jacques Le Goff: “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades”.<sup>37</sup>

Na atualidade, para Pierre Nora, a aceleração da história, ou seja, os rápidos processos de transformação, corroem os suportes sociais da “memória coletiva”, que são os elementos de preservação do sentimento de continuidade nas sociedades pré-industriais, não mais garantindo uma ligação com o passado. Assim sendo, a “memória espontânea”, que caracterizaria especialmente as comunidades rurais pré-industriais, teria sido substituída por uma “memória arquivo”, pela criação de lugares de memória, isto é, não seria mais uma “prática social”, a memória “nos vem” do exterior, “nós a interiorizamos como uma obrigação individual”,<sup>38</sup> por conseguinte, “há locais de memória porque não há mais meios de

paradigmática com a natureza, que substitua a relação paradigmática moderna.” Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Tudo o que é sólido se desfaz no ar: O marxismo também? In: \_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1995. p. 42.

<sup>34</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 423, 425.

<sup>35</sup> Ibid., p. 423, 425.

<sup>36</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

<sup>37</sup> LE GOFF, op. cit., p. 426.

<sup>38</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. p. 17.

memória”.<sup>39</sup> Esses lugares de memória não seriam mais “memória espontânea” e, sim, história, posto que produzida. E é, neste sentido, que, para o autor, a história é destruidora de memória.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória emerge de um grupo que ela une [...] A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal.<sup>40</sup>

A relação entre memória e história não é tão simples, como afirma Norberto Luiz Guarinello: “Falar em lugares de memória pressupõe, precisamente, uma pluralidade de memórias distintas, particulares, produzidas por instituições e grupos sociais diferentes e que podem utilizá-las como meio de ação e conflito”.<sup>41</sup> Todavia, essas memórias produzidas, por diversos agentes, não são necessariamente opostas à “história científica”. Tais histórias “se utilizam, inevitavelmente, de pressupostos, conceitos, estruturas cognitivas que fazem parte das representações sociais dominantes”. Elas são produzidas, “em grande parte – suma ironia! – a partir das reflexões, dos conceitos e do trabalho dos historiadores profissionais”.<sup>42</sup> Desta maneira:

Os vínculos entre memória coletiva e história científica podem [...] ser vistos, em primeiro lugar, como uma relação positiva, pois a história produzida por historiadores, por especialistas em história, enriquece as representações possíveis da memória coletiva, fornece símbolos, conceitos, instrumentos rigorosos para que a sociedade pense a si mesma em sua relação com o passado. Mas podem também ser vistos sob um ângulo negativo, porque a história científica se volta regularmente contra as representações produzidas pela memória “espontânea” da sociedade, destruindo seus suportes, atacando seus princípios, seus pressupostos, seus símbolos.<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> Ibid., p. 7

<sup>40</sup> Ibid., p. 9

<sup>41</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 180-193, 1995. p. 187.

<sup>42</sup> Ibid., p. 190.

<sup>43</sup> Ibid., p. 181 Tal contraposição entre história e memória é um fundamento do “discurso historiográfico”. “A função mesma da história como ciência carregava em si uma condenação da memória espontânea da sociedade, desautorizada como ideologia, como senso comum [...] uma espécie de mito de fundação, um mito que definiu um saber como científico, positivo e verdadeiro” (GUARINELLO, op. cit., p. 182). Acreditar em tal mito pode levar a uma concepção de história cientificista, negá-lo pode levar a tornar indistinta a história e a memória, o que levaria a conceber a história como um conhecimento não rigoroso e ao relativismo. Guarinello busca não cair nestes dois extremos, ao afirmar que: “História científica e memória coletiva não se confundem [...] se constituem e se diferenciam pelos lugares distintos em que são produzidas.” (GUARINELLO, op. cit., p. 185). Não é necessário concordar com o adjetivo que Guarinello atribuía à história, “científica”, para concordar com tais afirmações. Afinal a história, até tentou, mas nunca conseguiu um modelo de rigorosidade do paradigma cartesiano/galileano, das ciências naturais, o que não implica que fora deste modelo não exista rigorosidade, mesmo que seja um “rigoroso flexível”, próprio do “conhecimento

Portanto, a relação entre história e memória não pode ser vista como competição e conflito. A memória e a história, na atualidade, têm características diferentes do período do Antigo Regime, contudo há uma “circularidade” entre elas que, apesar de não ser de poderes equivalentes, está longe de ser parte de uma relação linear de dominação. Tanto a história como a memória devem ser percebidas em suas inserções sociais, como produtos dos conflitos sociais, guardando ambas as suas especificidades e irredutibilidades.

Deve ficar claro que não só a memória social é fruto dos conflitos sociais de poderes, mas também o é a história, embora seja simultaneamente uma forma de conhecimento rigoroso:

A memória não é, portanto, um espaço harmônico e uniforme, nem se constitui, sobretudo hoje, num campo homogêneo, onde reine absoluta uma memória hegemônica, uma só representação do passado, seja aquela do Estado ou dos grupos dominantes. [...] a despeito dos esforços nesse sentido, essa centralização não conduziu à produção de uma memória unificada e monolítica. [...] O próprio lugar da disciplina histórica não é um espaço homogêneo, mas também um campo de conflitos. Não podemos mais encará-lo como uma caixa de ressonância da voz monolítica do estado-nacional ou das classes dominantes.<sup>44</sup>

A história é uma forma de conhecimento que também produz memória<sup>45</sup> e

que pode ser usado para rememorar, celebrar, glorificar o passado e o presente, e também, sobretudo, para criticá-los, para defrontar-se com os vestígios do passado, demonstrando como e por que o presente foi produzido, de que modo as relações econômicas, culturais e políticas determinaram, no curso da história, que grupos e indivíduos conseguiram alçar-se sobre a morte e perpetuar uma memória de si.<sup>46</sup>

Peter Burke sintetiza bem este debate ao afirmar que tradicionalmente a história e a memória eram vistas como objetivas: em tal concepção a história era “a vida da memória”, tal “como escreveu Cícero”, e se escrevia a história para “manter viva a memória de grandes feitos e grandes acontecimentos”. Já Maurice Halbwachs estabeleceu uma nítida distinção entre a “memória coletiva, que é uma construção social, e a história escrita, que considerou — duma forma positivista e algo antiquada — objetiva”. Diferente disso, a história é hoje tratada de forma semelhante a que Halbwachs tratou a memória, ou seja, como produto de grupos sociais, “como os professores universitários”.<sup>47</sup>

Cabem ainda mais algumas observações sobre a memória. Se recordar é um ato, aparentemente, individual, como se referir à memória social? O primeiro pesquisador a

histórico”. Cf. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-180. p. 179.

<sup>44</sup> GUARINELLO, op. cit., p. 189-90

<sup>45</sup> É evidente que os historiadores não são “senhores da memória”, a “produção historiográfica não é senão um pequeno segmento de memória social, um segmento que, a bem da verdade, possui uma esfera de atuação e uma influência social relativamente limitada.” Ibid., p. 181.

<sup>46</sup> Ibid., p. 191.

<sup>47</sup> BURKE, Peter. A história como memória social. In: \_\_\_\_\_. **O mundo como teatro: Estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992. p. 234-51. p. 235-7, passim.

colocar as bases sobre as quais essa questão vem sendo debatida, foi Maurice Halbwachs, na década de 1920, que se referia a ela como “memória coletiva”, diferenciando-a da memória individual, buscando entender a primeira como fruto dos “quadros sociais da memória”. Halbwachs postula que:

[...] as recordações são construídas por grupos sociais. Os indivíduos recordam, no sentido literal, físico. Contudo, são os grupos sociais que determinam aquilo que é ‘memorável’ e também a maneira como será recordado. Os indivíduos identificam-se com acontecimentos públicos importantes para o seu grupo. ‘Recordam’ muita informação da qual não tiveram experiência direta. Uma notícia, por exemplo, pode constituir em si um acontecimento, um acontecimento que se torna parte da vida de cada um.<sup>48</sup>

Halbwachs era um discípulo de Emile Durkheim, sendo criticado em trabalhos como o de James Fentress e Chris Wickham por, tal como o seu mestre, conceder

um destaque talvez excessivo à natureza colectiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre a consciência individual e a das colectividades que esses indivíduos efectivamente constituíram. O resultado foi um conceito de consciência colectiva curiosamente desligado dos reais processos de pensamento de determinada pessoa. Portanto, um importante problema que se depara a quem quer que pretenda seguir Halbwachs neste campo é o de elaborar uma concepção de memória que, sem deixar de prestar plena justiça ao lado colectivo da vida consciente de cada um não faça do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada.<sup>49</sup>

Por isto, os dois autores citados preferem se referir à memória social. Nesta pesquisa, o uso de tal conceito lembra que o grupo estudado pode ter uma forma de pensar e agir própria, mas também que há uma razoável margem de manobra dentro dessas características de grupo, que se revelam na diversidade de memórias. Em outras palavras, a “memória coletiva” não deve fazer com que se perca de vista a polifonia.

A análise do processo de construção da memória dos agricultores parte, nesta pesquisa, da forma como eles na atualidade narram suas memórias em situação de entrevista, ou seja, com a utilização da metodologia de produção de fontes orais.

O termo fontes orais é uma “denominação ampla que pode recobrir qualquer depoimento oral, produzido com objetivos os mais variados, em ocasiões e através de procedimentos os mais diversos”.<sup>50</sup> Entretanto, utilizo este conceito com um sentido mais restrito, como documento construído com a finalidade de servir como fonte, com a participação ativa do pesquisador a partir da memória de uma ou de várias pessoas. Algumas

---

<sup>48</sup> Ibid., p. 236.

<sup>49</sup> FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social**: Novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992. p. 7.

<sup>50</sup> LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 33-47. p. 34.



podem afirmar que se está trabalhando com *História Oral*, porém, não utilizo tal termo, pois ele suscita inúmeras controvérsias, que não são fundamentais para esta pesquisa, uma vez que, como afirma Joan Garrido, o “importante é utilizar fontes orais para fazer história”.<sup>51</sup>

A principal crítica que se coloca contra a utilização de fontes orais<sup>52</sup> é a subjetividade de que elas padeceriam, uma subjetividade dupla. A primeira, em decorrência da participação do pesquisador na construção do documento, e a segunda por ser uma visão do informante que é parcial, carregada de paixões e sujeita a erros grosseiros.

Alguns caminhos possíveis para encarar tais críticas são: quanto à subjetividade do pesquisador, ela está presente em todos os tipos de fontes, é sempre ele que escolhe os documentos, recorta e interpreta. A diferença é que, na entrevista, este procedimento estaria explícito por um processo de comunicação e relação social, ou seja, o documento oral é o resultado de um diálogo, é o produto da interação entre os dois sujeitos, pesquisador e informante, daí a necessidade da atitude crítica do pesquisador ao estabelecer tal diálogo.<sup>53</sup>

Quanto à subjetividade do depoente, as principais objeções estão centradas no fato das fontes orais se basearem na memória. Ora, como foi visto, a fluidez e a “subjetividade” da memória, antes de serem empecilhos para se escrever história, são justamente um dos pontos mais ricos para serem compreendidos. As fontes orais são uma visão do presente a respeito do passado, mais do que compreender o passado, elas ajudam a compreender o que o passado tornou-se no presente, assim sendo, entender esta trajetória é o desafio dos que lidam com fontes orais. A este respeito Lígia Maria Leite Pereira aponta que:

A reconstituição da memória pode estar imersa em reinterpretações, seja pela distância existente entre o fato passado e o depoimento presente, que já incorporam possíveis mudanças de perspectiva ou de valores do ator social seja porque o fato pode ser reinterpretado à luz de seus interesses (Hagnettes, 1987). Vidal (1990) aponta, com relação a isso, que tanto os documentos orais quanto os escritos devem ser vistos como documentos históricos, isto é, como documentos produzidos historicamente 'no que eles podem oferecer de subsídios à compreensão do passado e do que este passado se tornou no presente. Afinal, é com os olhos do presente que vemos o passado; são as indagações do hoje que rastreiam o ontem em busca de respostas'.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> Entre os defensores do termo “História Oral”, ver: CAMARGO, Aspásia. *História Oral e Política*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.(Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 75-100. p. 75-6, já entre os que recusam tal termo ver: GARRIDO, Joan del Alcazar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, p. 33-54, 1993. p. 33-34.

<sup>52</sup> Para quase um inventário das críticas às fontes orais, ver: HALL, Michael M. *História Oral: os riscos da inocência*. In: SÃO PAULO (cidade), D.P.H. **O Direito a Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: D.P.H., 1992. p.157-161.

<sup>53</sup> PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. **Anál. & Conj.** Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p. 109-127, set./dez. 1991. p. 111.

<sup>54</sup> PEREIRA, op. cit., p. 114. As citações da autora se referem a: VIDAL, Diana Gonçalves. **De Heródoto ao gravador: histórias da história oral**. [s.l.: s.n.], 1990; ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

Aspásia Camargo sintetiza em grande parte a questão das críticas feitas às fontes orais ao afirmar que:

O ponto central da questão é o problema da lógica da memória, ou seja, se essa memória é confiável ou não, se produz verdades ou mentiras. O que se pode dizer, e que é meio óbvio, é que ela produz ao mesmo tempo verdades e mentiras. Mas não é isso o que nos interessa. O que nos interessa é a capacidade de entender mentiras repetidas, porque se vários atores mentem da mesma maneira, deve-se pensar que esta mentira é importante. Por outro lado, a verdade é um pouco como a criminalística, como um depoimento policial: a verdade encaixa, enquanto a mentira pulveriza, desarticula. Portanto se, falando com muitas pessoas, eu consigo construir uma versão que se sustenta, posso dizer que esta versão tem boa chance de ser verdadeira. E se as versões não 'colam', se conduzem a pontos contraditórios e incoerentes, posso dizer que não consegui decifrar o meu enigma.<sup>55</sup>

Não se deve apenas procurar os significados das incorreções num contexto mais amplo, como também do que foi escolhido ou se deixou de falar, pois, o “que o informante seleciona para relatar é muito significativo, da mesma forma que a ausência de certos temas e os esquecimentos”.<sup>56</sup>

Adotou-se dois procedimentos de caráter interativo, para crítica das fontes orais, um inter-relacionando a fontes com outros tipos de documentos, e outro, com o resto do *corpus* de documentos orais.<sup>57</sup> Todavia, para se fazer uma aproximação crítica das fontes orais, deve-se considerar que o diálogo é o centro do trabalho aqui apresentado. Não se pensa a metodologia como um conjunto de instrumentos para extrair “a verdade”; sem negar o papel fundamental da metodologia, o que se pretende é um diálogo, um esforço mútuo de compreensão, não simplesmente entre um pesquisador e seu objeto, mas, entre sujeitos, que se põem a dialogar.

O grupo de agricultores entrevistados é composto por um conjunto de 30 entrevistas, relatos orais de vida,<sup>58</sup> realizadas entre maio e setembro de 1998.<sup>59</sup> O grupo entrevistado não foi formado “estatisticamente, mas cobrindo as fases do problema”,<sup>60</sup> buscando construir variações não simétricas entre pequenos, médios e grandes agricultores, residentes na zona

---

<sup>55</sup> CAMARGO, op. cit., p. 83-4.

<sup>56</sup> PEREIRA, op. cit., p. 114

<sup>57</sup> GARRIDO, op. cit., p. 39

<sup>58</sup> Para uma tipologia das fontes orais ver: LANG, op. cit., p. 34

<sup>59</sup> As entrevistas foram produzidas para a pesquisa de iniciação científica, financiada pelo CNPq, na Universidade Estadual de Maringá, sobre a orientação do professor Ailton José Morelli, a quem agradeço pela concessão do material. Os resultados da pesquisa então realizada, da qual o presente trabalho em parte deriva, foram publicados em: MORELLI, Ailton José; CARVALHO, Ely Bergo de. Agricultura e Impacto Ambiental. In: ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., 1999, Guarapuava. **Anais**. Guarapuava: UNICENTRO-PR., 1999. p. 37-47.

<sup>60</sup> THIOLENT, Michel. J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

rural e urbana, jovens e velhos, a fim de que fosse possível ser percebidas as diferenças.<sup>61</sup> Os entrevistados, em sua maioria, praticam uma agricultura familiar e seus pais já eram proprietários rurais, conseqüentemente, apenas continuaram a reproduzir a condição de pequeno produtor em contextos diferentes. Os agricultores com os quais se trabalhou não estão imersos em um tempo cíclico, alheios ao tempo linear,<sup>62</sup> e nem isolados em suas comunidades, estão plenamente inseridos em uma sociedade capitalista. Nos anexos 1 e 2, estão dispostas as informações sobre as características básicas do grupo.

A fim de corroborar hipóteses produzidas a partir da análise deste primeiro conjunto de entrevistas e para solucionar algumas novas questões, foram realizadas mais quatro entrevistas, sendo duas delas com famílias de agricultores em abril de 2003<sup>63</sup>. Por fim, entre março e abril de 2003, foram realizadas mais três entrevistas com agricultores por terem tido atitudes excepcionalmente favoráveis à preservação de remanescentes florestais.<sup>64</sup>

Toda fonte utilizada por um historiador é como uma janela para o “passado”, ela nos permite ver algumas coisas e outras não, havendo sempre questões que a fonte oculta. Nesse caso, é pela memória desses agricultores que se busca “ver” o processo de construção social das memórias sobre a floresta. Isso quer dizer que outras construções foram possíveis e não foram observadas nesta pesquisa; por exemplo, os “caboclos”, que viviam dentro da mata; os parceiros que, em geral, com a modernização agrícola, foram expulsos do campo, “substituídos” pelo “trator” e pelo trabalhador rural volante, e até mesmo os agricultores que não conseguiram ser “competitivos” dentro do padrão agrícola “moderno” e foram expropriados. Talvez eles tenham memórias da floresta diferentes daquelas que aqui são analisadas.

---

<sup>61</sup> Como se vera, as diferenças de percepção dentro do grupo de entrevistados dificilmente seguiam os recortes previamente elaborados.

<sup>62</sup> FENTRESS; WICKHAM, op. cit., p. 124-5

<sup>63</sup> O critério para escolha destas entrevistas foi o de buscar “recompor” um “bairro rural”. O “bairro rural” é um grupo de vizinhos, os quais moram fisicamente próximos e mantêm relações que os diferenciam de outros grupos de vizinhos. A expressão destas relações de vizinhança pode ser encontrada “na troca de dias de serviços e em algumas formas de ajuda mútua, como, por exemplo, o empréstimo de forno para assar o pão, e divisão da carne de porco”. Dentro de cada bairro ou “água”, existem caminhos que interligam as residências, e uma estrada que liga a “intimidade da vizinhança” com a “sociabilidade centralizada pela venda e pelo patrimônio”. MONTEIRO, Duglas Teixeira. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. n. 13, p. 47-63, out./1961. p. 56-57. O autor citado afirma que esta era uma forma de organização típica na zona rural do norte do Paraná na década de 1950. No caso escolhido, percebeu-se que várias relações de reciprocidade, que seriam típicas do bairro rural, já não mais aconteciam na década de 1950, mas indicavam ainda a presença de tais práticas alhures no município. De qualquer forma, o principal objetivo de delimitar um bairro específico era facilitar o cruzamento dos dados sobre a floresta daquele local em especial.

<sup>64</sup> As primeiras entrevistas serão identificadas, nas citações, apenas por um número, de 01 a 30, e por um nome fictício. Na época das entrevistas, optou-se por não identificar nominalmente os entrevistados, pois isto

A trajetória de vida de cada um dos entrevistados é narrada por eles, buscando produzir uma certa coerência, produzida *a posteriori*, que não é apenas com o presente, mas com o futuro. Ou seja, dependendo dos projetos que as pessoas e grupos tenham para o futuro, os mesmos vão incessantemente reelaborar seu passado a fim de buscar uma certa coerência, como se tudo que tivesse acontecido antes ocorresse para chegar à situação presente. Ora, no entanto, em cada momento do passado, havia outras possibilidades de futuro, as quais, neste caso, são desprezadas — principalmente quando se chegou no presente a uma situação considerada vitoriosa — assim como no presente há diferentes possibilidades para aqueles indivíduos. Não se trata de uma maquinação mental totalmente controlada: “O projeto não é abstratamente racional [...], mas é resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito”.<sup>65</sup>

Portanto, tal busca de coerência tende a ocultar o “caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua construção”.<sup>66</sup> Giovanni Levi afirma as dificuldades de trabalhar-se com tal dispersão, que constitui uma vida humana sob a aparência de uma coerência total, todavia argumenta que: “Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado”.<sup>67</sup> Para o citado autor,

raramente nos afastamos dos esquemas funcionalistas ou da economia neoclássica; e estes supõem atores perfeitamente informados e consideram, por convenção, que todos os indivíduos têm as mesmas disposições cognitivas, obedecem aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, de lucros e perdas. Tais esquemas levam pois à construção de um homem inteiramente racional, sem dúvidas, sem incertezas, sem inércia. A maioria das biografias assumiria, porém, outra feição se imaginássemos uma forma de racionalidade seletiva, que não busca exclusivamente a maximização do lucro, uma forma de ação na qual seria possível abster-se de reduzir a individualidade a coerências de grupo, sem renunciar à explicação dinâmica das condutas coletivas como sistemas de relação.<sup>68</sup>

Eis o desafio da pesquisa, compreender os elementos comuns das trajetórias dos agricultores, sem reduzi-los a uma coerência de grupo e do presente e sem transformá-los em

---

permitiria maior liberdade por parte deles. Já as outras entrevistas serão identificadas com o nome completo do entrevistado.

<sup>65</sup> VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 119-126, 1988. p. 125.

<sup>66</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV., 2001. p. 167-182. p. 169.

<sup>67</sup> LEVI, 2001. op. cit., p. 169

<sup>68</sup> LEVI, 2001. op. cit., p. 180-1

um tipo de “homem econômico”, buscando as incoerências e contradição nas normas e não apenas entre as normas e seu efetivo funcionamento.

Em termos metodológicos, cabem ainda duas advertências, e uma advertência conceitual. Nomeadamente, sobre o conceito de paisagem. Mais propriamente para a proposta de uso do conceito feita por Francisco Carlos Teixeira da Silva, e como ele será utilizado nesta pesquisa.

A partir da tradição francesa de estudo do ambiente, Francisco Carlos Teixeira da Silva delineou um “campo de investigação” o qual denominou de história das paisagens, uma abordagem ampla que tem um campo delimitado, situado “entre a geografia humana e a história agrária”.<sup>69</sup>

A história das paisagens pretende “superar a visão tradicional das ciências humanas de considerar as ‘forças naturais’ como um fator externo ao processo histórico”.<sup>70</sup> A chave que possibilita isso é o conceito de paisagem, pois, através da compreensão das alterações nas paisagens, pode-se entender as alterações das interações entre seres humanos e o ambiente, às quais geram a paisagem, conforme afirma Silva: “o fulcro deste processo de percepção da natureza reside nas transformações sofridas pelas paisagens, que surgem como reflexo, como forma aparente e resultado da interação do homem com a natureza.”<sup>71</sup>

A premissa básica é a superação da dicotomia, paisagem natural *versus* paisagem social, podendo perceber-se o *continuum* entre esses elementos. Um bom exemplo dado pelo referido autor é a paisagem típica da área litorânea do Rio de Janeiro, no século XVIII, composta de imensos canaviais, envolvendo “sertões” — ilhas de matas nativas — e pontilhadas de roças.

As possibilidades técnicas, o nível de disponibilidade demográfica do trabalho e o direcionamento da produção impunham um sistema de uso dos recursos naturais. [...] Normas, escritas ou não, garantiam os direitos de uso da terra e as normas de conservação do [...] ‘sertão’. O imperativo de se dispor de energia — em uma época em que a lenha era a fonte básica — regulava e detalhava o uso da floresta. Ora, a aparente polarização campo/floresta mostrar-se-ia, desta forma, como complementaridade: mesmo que nunca houvesse sido cultivada, [...] no Rio de Janeiro, a floresta era produto das normas então vigentes. A sua própria existência,

---

<sup>69</sup> Em termos metodológicos, o autor propõe se aproximar da antropologia e considerar a “paisagem [...] como um resultado de variados fatores, todos fundamentais na organização do espaço: (1) os dados da geografia física; (2) os dados do direito; (3) a tecnologia disponível; (4) os dados da demografia; e (5) os dados da sociologia”. “Trata-se de uma visão de conjunto, do enlace de múltiplas variáveis, em uma duração sempre longa. Impõe-se para tal uma abordagem holística, de conjunto, uma síntese para além das histórias particulares”. SILVA, 1997. op. cit., p. 211, 205. Não cabe aqui discutir tal proposta, uma vez que não é seguida como metodologia.

<sup>70</sup> SILVA, 1997. op. cit., p. 204

<sup>71</sup> Ibid., p. 204

em meio a áreas agriculturáveis, já era, em si, um resultado do direito. Além de tudo, a ação constante do homem catando gravetos, recolhendo frutos, caçando animais ou controlando incêndios – para só citar trabalhos ‘leves’ no interior do bosque – alterava em profundidade o comportamento das populações vegetais. Tudo somado implicava que a floresta já não era, desde há muito, ‘natural’. Assim, a distinção formal entre paisagem natural e paisagem cultural mostra-se [...] bastante prejudicial a um amplo entendimento da relação homem/natureza.<sup>72</sup>

O conceito de paisagem é utilizado de diferentes formas,<sup>73</sup> mas a forma como F. C. T. da Silva o usa, permite articular os aspectos materiais e simbólicos da paisagem. Pois pode-se entender que a memória é produtora de paisagens – como bem trabalhou Schama –, e que também a memória faz parte da paisagem, ou seja, a memória revela percepção e valores presentes e passados que influenciam na configuração da paisagem. As memórias que os grupos sociais buscam lembrar, bem como a que querem esquecer, são um elemento que influência na manutenção ou alteração das paisagens.

A elaboração e reelaboração da memória sobre a paisagem e a configuração da paisagem acontecem ao mesmo tempo, apesar de não manterem uma relação simples entre elas. Enfim, volta-se à velha distinção entre material e simbólico, apenas para afirmar que as duas coisas devem ser entendidas juntas.<sup>74</sup> É, desta forma, que pretendo explorar os fios da memória de um grupo social, para perceber como eles foram construídas e contribuem para edificar paisagens.

Quanto a primeira advertência metodológica, ela está ligada ao fato de eu ter nascido e me criado na cidade de Engenheiro Beltrão, meus pais serem de origem rural, apesar de depois de casados terem se dedicado a atividades urbanas, e meus familiares serem quase todos agricultores, deste modo, tudo que escrevo nesta pesquisa me é extremamente familiar. Alguns poderiam apontar que, em virtude deste fato, não há um distanciamento do pesquisador e do seu “objeto”. Eu poderia contra-argumentar que hoje meus projetos são outros, diferentes dos da minha família, mas sei o quanto minha memória e minha sensibilidade ainda é a deles e sei também o quanto esta pesquisa deve às lembranças que

---

<sup>72</sup> Ibid., p. 209

<sup>73</sup> Alguns trabalham com a paisagem como um “dado da natureza”, outros como um “produto de nossa mente”, outros ainda como um supersistema, acima dos ecossistemas. Para os múltiplos usos do conceito de paisagem ver: PASSOS, Messias Modesto dos. O conceito de paisagem. In: \_\_\_\_\_. **Biogeografia e Paisagem**. Maringá: UEM, 1988. p. 52-59; BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1986. v. 8, p. 138-160. TOURN, Gladys Mabel. **La representación y apropiación de la naturaleza en el borde de la pampa Argentina, persistencias y rupturas del esquema urbano**. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001, p. 273-284. p. 274 et. seq.

compartilho com eles. Mais profícuo é considerar que compartilhar experiências com o grupo pesquisado tem um aspecto positivo, a participação permite uma melhor compreensão do outro, mantendo uma autocrítica constante sobre minhas lembranças.<sup>75</sup> Assim como confronto o conjunto de entrevistas de agricultores entre si, com outros tipos de entrevistados (agrônomos e ambientalistas), ou com documentos escritos como jornais e vários documentos de arquivo, também confronto este material com minhas memórias.

A segunda advertência metodológica é quanto à utilização dos dados quantitativos oficiais. A simples menção de um número, “1.571 hectares de matas naturais”, produz uma aparência de “verdade”, de algo que não pode ser questionado. A tendência é aceitar os números acriticamente, talvez porque a forma dominante de conhecimento na sociedade seja a ciência e o seu paradigma hegemônico pautados na matematização, como já bem indicou Carlo Ginzburg.<sup>76</sup>

É necessário levantar os aparatos críticos contra tal fetiche dos números. Nesta pesquisa, alguns dos números usados são produzidos por amostragens ou outros critérios de coleta de dados, que não um levantamento do universo, como no caso da produção agrícola, mas isto não quer dizer que o levantamento do censo seja sempre o mais correto. As maiores divergências com as quais me deparei na pesquisa estão entre o Censo Agropecuário e a Pesquisa Extrativa Vegetal do IBGE de 1980. No primeiro, constou que não houve informação sobre a produção de madeira, já o segundo informou a produção de 3.207 m<sup>3</sup> de madeira no município estudado. Tal diferença se deve, segundo o próprio IBGE, a que:

Dada a característica peculiarmente nômade dos produtores que realizam o extrativismo vegetal, bem como o caráter transitório desta atividade produtiva, uma parte significativa da quantidade de determinados produtos deixa de ser arrolada no Censo Agropecuário. Por este motivo, aliado à diferença nas metodologias de coleta, são verificadas divergências, mais ou menos acentuadas entre os dados levantados nas duas pesquisas.<sup>77</sup>

Por isso se optou por utilizar os dados da Produção Extrativa Vegetal. Todavia o maior problema não está na metodologia de produção dos números oficiais, e, sim, no fato de que no Brasil o “legal não é o real”, o que é especialmente acentuado nas atividades ligadas a

<sup>74</sup> Cf. ARRUDA, Gilmar. A Natureza entre Apropriações e Representações. In: \_\_\_\_; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001, p. 8.

<sup>75</sup> Sobre a participação do pesquisador nas experiências do grupo pesquisado. Cf. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a Cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 13 et seq.

<sup>76</sup> GINZBURG, 1989. op. cit., p. 143-180. Mesmo modelos matemáticos metodologicamente inquestionáveis são simplificações da realidade pois excluem tudo que não é matematizável. Cf. MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 44, passim.

<sup>77</sup> IBGE. **Produção Extrativa Vegetal**. Rio de Janeiro, 1980. v. 8, p. XII-XIII.

produtos de “extração florestal”. Um madeireiro da região de Campo Mourão, Paraná, faz o seguinte relato sobre a venda de madeiras na época da construção de

Brasília [...] 1960 ‘A roubalheira comia solta. Os compradores exigiam nota fiscal em dobro do que pagavam. Quem não fizesse, não vendia. Tive que fazer. Era o tal do superfaturamento que já se praticava naquele tempo e na época que eu vendia dormentes’, lamenta. ‘As falcatruas maiores eram em Brasília. Caminhão carregado entrava por um portão, saía das obras e entrava por outros portões, umas cinco a dez vezes, a cada entrada era paga’, denuncia. ‘isso eu vi porque se não fizesse eu não vendia’, diz chateado.<sup>78</sup>

E, se algumas vezes o legal era maior que o real, de outras vezes, era o contrário, tal como ainda hoje a esmagadora maioria das empresas faz, movimentando boa parte dos seus negócios pelo “caixa dois”. Ou seja, vendiam produtos burlando os controles fiscais, isso quando eram legalizadas, pois muitas serrarias eram ilegais, não registradas em nenhum órgão oficial de controle.<sup>79</sup>

Assim sendo, deve ser questionado o quanto isso altera os dados oficiais? Esses produtos e produtores, que passam pelo mercado informal ou ilegal, até que ponto aparecem em dados oficiais, como os do IBGE, do Instituto Nacional do Pinho ou das Secretarias Estaduais?

Mesmo que houvesse, e não há uma fórmula fácil de buscar corrigir os problemas metodológicos nos números utilizados, isso não ajudaria muito nos objetivos desta pesquisa. A imagem produzida a partir dos números aqui é colocada para dialogar com a imagem produzida pela memória dos agricultores, para no final melhor se entender as duas e responder às perguntas da pesquisa: como a memória sobre a floresta foi produzida? Como a memória influi na configuração da paisagem?

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, busca-se descrever o processo de transformação da região de Engenheiro Beltrão, de uma área predominante florestal para uma área fundamentalmente agrícola, mais que entender o processo de desflorestamento da região, busca-se responder quais percepções informaram as ações dos agricultores e como, a partir delas, memórias foram construídas. No segundo capítulo busca-se descrever o processo da chamada modernização agrícola na região estudada, apontando as relações sociais que ameaçam e que permitem a existência dos remanescentes florestais da

---

<sup>78</sup> BATHKE JÚNIOR, Wille. Entrevista com: Nicolau MACOWSKI, 19. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 06 jan. 2002. Especial: Projeto Raízes, p. 7.

<sup>79</sup> Christian Brannstrom, em conferência proferida no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, em 2002, chamou a atenção em uma pesquisa sobre a região de Assis - São Paulo, sobre a existência de serrarias na região estudada que não constavam nos números oficiais, o que me sobre-alertou sobre a fragilidade dos números oficiais.



região. O terceiro, e último capítulo, é centrado na produção social das memórias e dos esquecimentos sobre as florestas.

## CAPÍTULO I – A “FLORESTA/SERTÃO”: ENCONTRAR E DESENCONTRAR A FLORESTA

Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

José de Souza Martins

### O “SERTÃO”

Para qualquer um que tenha conhecido o município de Engenheiro Beltrão, nos últimos vinte anos, ou nascido lá como eu, viu uma região agrícola, altamente tecnificada, que produz soja, milho, trigo, cana-de-açúcar, a qual dificilmente chamaria de “sertão”. O “sertão” parecia ser mais adiante, como na região amazônica, e não ali. Todavia, na década de 1950, Engenheiro Beltrão aparecia na imprensa regional como “a boca do sertão” e assim é lembrado por seus agricultores.

O que é “sertão”? Em primeiro lugar, deve-se entender que, dependendo do espaço, tempo e categoria social, as pessoas vão definir o “sertão” como coisas diferentes e até conflitantes, é uma categoria múltipla.<sup>80</sup> A relativa e aparente fixidez das palavras pode ser enganadora. Por isto Gilmar Arruda vai trabalhar o “sertão” como uma representação, analisa como, a partir de meados do século XIX, uma nova realidade, de uma “cultura urbana”, vai pensar o espaço da esmagadora maioria do território brasileiro como “incivilizado e atrasado”, em oposição à cultura urbana “civilizada e progressista”.<sup>81</sup> Desta forma, as qualidades atribuídas ao “sertão” eram, antes de tudo, um “espelho invertido” da auto-imagem da “cultura urbana”. “Sertão” era desde floresta em que não se constata a presença humana, até áreas rurais de agricultura de coivara.<sup>82</sup>

Deve se estar atentos a diversidade das percepções. Lúcio T. da Mota afirma que “a literatura que faz a apologia da colonização paranaense”, no século XX, concebia a “natureza” como um “perigo a ser vencido” e “domado”.<sup>83</sup> Os signatários de tal literatura eram os cientistas, intelectuais, propagandistas das empresas colonizadoras, políticos, entre outros, ou seja, pessoas da cidade e da elite. Sobre as “atitudes e valores” dos “caboclos”, pouco se sabe.

---

<sup>80</sup> AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

<sup>81</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: Entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

<sup>82</sup> Ibid., p. 41

<sup>83</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. Transformações dos territórios indígenas no Paraná em imensos “vazios demográficos”. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa: revista anual de metodologia de pesquisa*, Maringá, v. 4, n. 4, p. 1-54, 1993. p. 4.

Deve-se questionar se o “caboclo” que vivia internado nas florestas paranaenses, antes da chegada da fronteira agrícola, entre meados dos séculos XIX e XX, vivendo cercado pela floresta e tendo nela uma de suas fontes básicas de subsistência (lenha e caça), concebia a floresta sob tal perspectiva.

O mesmo autor argumenta que a incorporação de uma nova área à sociedade capitalista tende a gerar uma grande alteração nos ecossistemas, nas suas dimensões física, biológica e antropossocial. Por conseguinte, havendo uma mudança no “espaço” até então habitado pelas comunidades indígenas. Conforme Robert Sack,

o espaço para as sociedades primitivas tinha um significado muito maior e abrangente, carregado de conteúdo social, histórico e até mesmo religioso. Na visão primitiva, a terra não é algo que pode ser dividido em partes e vendida como lotes. A terra não é uma parte do espaço existindo dentro de um sistema maior. Pelo contrário, ela é vista em termo de relações sociais. As pessoas, como uma parte da natureza, estão intimamente ligadas à terra. Pertencer a um território ou a um lugar é um conceito social que exige, primeiramente e antes de tudo, pertencer a uma unidade social. A terra, por si mesma, está em poder do grupo como um todo. Não é privativamente dividida nem possuída. Além disto, ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados.<sup>84</sup>

Diferente disto o:

espaço da sociedade industrial caminha em outra direção: é o espaço onde se retalha a terra, etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carrega. É o espaço onde árvores e animais também têm o seu preço e também são mercadorias.<sup>85</sup>

Ora, as sociedades não modernas e/ou não capitalistas têm uma relação mais complexa com seu ambiente do que em geral se pensa, há uma tendência a idealizar a relação de tais sociedades com o seu ambiente.<sup>86</sup> Por exemplo, os Xavantes na década de 1950, como narra Maybury-Lewis: “Durante suas viagens ateiam fogo a capões de mata muito fechada simplesmente para, segundo dizem, ‘limpar a área’ (*roweda*). Em resumo: pensam na mata como sendo estranha e feia e desdenham os povos que fazem da mata o seu lar.”<sup>87</sup>

De forma semelhante, como já se argumentou, a sociedade “industrial” não tem uma relação puramente racionalizada com a “natureza”. O fato de na sociedade capitalista o “mundo natural” ter uma etiqueta, ou seja, ser mercadoria, não deve impedir de se pensar que o relacionamento com o ambiente pode ser descrito em termos mais complexos, ou pelo menos não tão lineares e homogêneos.

---

<sup>84</sup> SACK, Robert. **Conceptions of Space in Social Thought**. apud: SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 112 apud: MOTA, op. cit. p. 9

<sup>85</sup> MOTA, op. cit. p. 9

<sup>86</sup> Cf. GRÜN, op. cit., p. 59-100

<sup>87</sup> MAYBURY-LEWIS, A sociedade xavante. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984. p. 78 apud: TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC, 1999. p. 218.

Também Gilmar Arruda chama a atenção para o fato de conhecer apenas a percepção das elites, das pessoas em geral pouco se sabe, ao salientar:

O impacto causado na forma de vida e de percepção dos homens que participaram da “conquista do oeste” brasileiro, da chamada “marcha do café rumo ao oeste”, continua sendo desconhecido pela historiografia. [...] mas não sabemos como este novo mundo criado, com as suas novas formas de ocupação, as cidades recém-surgidas, as ferrovias, a eletricidade, os novos ritmos de trabalho e a utilização da natureza, foi lido e incorporado pelos que participaram deste processo.<sup>88</sup>

Os agricultores, estudados nesta pesquisa, são justamente alguns dos sujeitos que participaram deste processo de transformação do “sertão”, pois: “Foi no processo de transformação da paisagem de grande parte do território paulista, do norte do Estado do Paraná e outras regiões, que se eliminou a ‘memória’, a representação daqueles espaços como ‘sertões’.”<sup>89</sup>

Interessa entender, portanto, como e por que estes agricultores usaram e abusaram desta floresta para transformar “sertão” em civilização.

#### A PAISAGEM ANTERIOR À COLONIZAÇÃO DIRIGIDA

O município de Engenheiro Beltrão está localizado no noroeste do Paraná, no terceiro planalto paranaense, as margens do rio Ivaí, entre este e o rio Piquiri. Mas, de fato, em meados do século XIX, quando a então quinta comarca da província de São Paulo foi transformada na Província do Paraná, o terceiro planalto paranaense era coberto predominantemente por uma exuberante floresta tropical e subtropical. Então, a “população oficial” da província estava concentrada no litoral e no primeiro e segundo planaltos, sendo que, a partir desta época, tal “sertão” sofre um processo de (re)ocupação, com a incorporação ao mercado capitalista.<sup>90</sup>

Deve-se esclarecer que se utiliza o conceito de (re)ocupação do “sertão” paranaense, uma vez que ele já estava ocupado. A presença humana no atual território paranaense remonta a milhares de anos. E a luta das populações indígenas que habitavam a região contra a sociedade não indígena remonta a séculos. O último grupo indígena, que vivia fora das reservas indígenas, a se deparar com a fronteira agrícola, foram os Xetás, que habitavam, então, na década de 1950, a região da Serra dos Dourados, no noroeste paranaense, sendo tal grupo étnico quase exterminado em poucos anos.<sup>91</sup>

<sup>88</sup> Ibid., p. 20, passim.

<sup>89</sup> Ibid., p. 14

<sup>90</sup> TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, UFPR. Curitiba.

<sup>91</sup> KOSAK, Vladimir; et al. Os índios Hétá: peixe em lagoa seca. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**. v. 37, (ou XXXVIII-38) p. 3-120, 1981.

Aqueles que derrubavam a floresta também “derrubavam” os habitantes das florestas, ou por doenças ou pela violência. O extermínio foi o destino de grande parte da população indígena, outros ainda foram para as reservas indígenas ou se espalharam em meio à “sociedade mais ampla”, onde ainda hoje lutam por suas terras e suas vidas.<sup>92</sup>

Mas não apenas indígenas habitavam o que os colonizadores chamavam de “sertão desabitado”. Não-índios, como os “caboclos” que, em geral, eram criadores de porcos e agricultores viviam no interior da floresta. Tais homens iam à frente das fronteiras agrícolas oficiais. Quando a colonização oficial chegava até eles, em geral podiam – se, tivessem como fazê-lo – pagar a colonizadora para receber a escritura das terras que já ocupavam, ou serem expulsos e se embrenhar mais adiante no “sertão”.<sup>93</sup>

Para a área do atual município de Engenheiro Beltrão, o primeiro fluxo migratório da frente de expansão vinha da região de Guarapuava, onde se praticava uma pecuária extensiva, a qual demanda muita terra. Isto tornou a região um pólo expulsor de agricultores e pecuaristas procurando novas terras, contribuiu também para tal o interesse de uma via fluvial para Mato Grosso, por isso os rios, especialmente o Ivaí, começaram a ser explorados.<sup>94</sup> Assim, em 1880, parte a primeira expedição para ocupação efetiva do então Campos de Mourão, mas era uma ocupação de baixa intensidade, as estradas eram precárias – ou melhor, durante muito tempo inexistentes, picadas no meio da floresta, a infra-estrutura praticamente não existia, mas:

Com a existência de grandes espaços abertos para a expansão das atividades pastoris mais a combinação de terras boas para a agricultura de subsistência, as primeiras famílias de fazendeiros, que optaram por migrar à região, embrenharam-se nas florestas com tropas muares, abriram clareiras entre as matas, começaram a caçar animais, seja para incrementá-los no seu cardápio alimentar, seja para exterminá-los [...]. Construíram ranchos, conquistaram aliados entre os indígenas, lutaram contra os saques e ataques dos mais rebeldes que se opuseram à ocupação.<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup> Sobre as populações indígenas no Paraná, ver: MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang**: A História épica dos índios Kaingang no Paraná. Maringá: EDUEM, 1994.; e TOMAZI, op. cit. Ambos autores dão especial atenção em demonstrar a falácia da idéia do “sertão desabitado”.

<sup>93</sup> É evidente que as relações entre “caboclos” e os “colonizadores”, em geral, não foram pacíficas. Ver: TOMAZI op. cit., em especial as páginas 269 et seq. Sobre a pesquisa a respeito de “caboclos”, ver ainda: GONÇALVES, José Henrique Rollo. Buracos Negros no Planetário Pioneiro. In: \_\_\_\_\_. Trabalhando em fontes orais. Reflexões a partir de uma pesquisa em andamento: “Caboclos” e “Pioneiros” em Maringá, 1937 a 1953. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, Maringá, n. 3, jan./dez. 1991. p. 19 et seq.

<sup>94</sup> SORIANO, Sara Mônica Pitot de. **Expropriação e violência**: A luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá/Universidade Estadual de Londrina, Maringá. p. 65 et seq.

<sup>95</sup> Ibid., p. 68 Não há, disponível, bibliografia mais fundamentada sobre a presença indígena e o conflito com os “colonizadores”. Mas, tais “histórias” aparecem nas memórias dos moradores e nas obras dos historiadores locais, cf. SIMIONATO, Édina Conceição. **Campo Mourão — Sua gente... Sua História**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.

Nesta fase a região de ‘Campo de Mourão’ – que inclui a área de estudo – era uma frente de expansão, conforme José de Souza Martins<sup>96</sup> a frente de expansão é uma “expansão da civilização”, sendo o conflito gerado na sua expansão o que a caracteriza. Como é comum na frente de expansão se praticava uma “economia de excedente”.<sup>97</sup>

Um depoente, nascido em 1908 e cuja família migrou para a atual região de Campo Mourão em 1910, vindos do interior de São Paulo, assim descreve a vida econômica da época:

‘Quando minha família chegou aqui (10/10/1910) era sertão bruto. Não tinha uma loja pra comprar sal. As compras eram feitas em Guarapuava. [...] Iam comprar querosene, sal, algumas roupa prá vestir, pólvora... – **Não tinha dinheiro...** eles levaram arroz e café limpo, socados no monjolo... couros de bichos que eles matavam... Eles se revezam nas viagens de compras, mas cada animal era de um dono, tinha seu pedido e **os produtos prá trocar**. Transportavam tudo em lombo de 15...20 mulas...’(grifo meu)<sup>98</sup>

A região estudada não se constitui uma sociedade fechada voltada para a subsistência. Havia ligações comerciais, fundamentalmente com a cidade de Guarapuava, já havia portanto uma exploração voltada para o mercado capitalista, mas que, se seguirmos a interpretação de Martins<sup>99</sup> para as frentes de expansão no Brasil, tal exploração pode ser entendida como dada em moldes não capitalista. Pois, aparentemente, não havia um mercado de terras em moldes capitalista, nesta fase entre o final do XIX e início do XX:

As terras ocupadas pela família Custódio de Oliveira, foram legalizadas mais de 20 anos depois [a família chegou em Campo Mourão em 1910] [...] ‘O pai de papai ficou só com 100 alqueires, no começo. [...] Os posseiros que tinham aqui não brigavam entre si [...] Era comum chegar alguém e dizer: você tem tanta terra dá um pouco prá mim?!... E papai, meus tios, davam os requerimentos de terra’, conta Carlinhos, ‘As brigas e mortes eram com os grileiros que vinham de fora’<sup>100</sup>

Podemos questionar o que significava “dar” terra entre posseiros, mas o que interessa aqui é apontar que tal fala é um indício que a terra então não era uma mercadoria, sua posse tem mais a ver com relações pessoais, estava subordinada a uma ordem moral.

<sup>96</sup> MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio, 1996. p. 27 et seq.

O autor nos lembra que “as sociedades latino-americanas ainda estão no estágio da fronteira”. No Brasil nossas relações sociais ainda estão marcadas pela expansão demográfica sobre as terras “não ocupadas”. Portanto ainda hoje temos uma frente de expansão no Brasil. MARTINS, 1996, op. cit., p. 25

<sup>97</sup> Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que, do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio. MARTINS, 1996, op. cit., p. 50

<sup>98</sup> BATHKE JÚNIOR, Wille. Entrevista com: Joaquim Teodoro de Oliveira, 10. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 nov. 2001. Especial: Projeto Raízes, p. 7. As questões aqui apontadas através da entrevista de Joaquim T. de Oliveira aparecem em outras entrevistas da série.

Trata-se de uma série de 54 entrevistas publicadas no jornal local entre setembro de 2001 e setembro de 2002, feitas com “pioneiros” da cidade. Wille Bathke Júnior foi cuidadoso em utilizar aspas e separar sua opinião da do entrevistado. Entretanto com certeza houve mais de um processo de “filtragem”, sendo que só tive acesso ao jornal e não as entrevistas gravadas.

<sup>99</sup> MARTINS, 1996, op. cit., p. 30-1, passim.

<sup>100</sup> BATHKE JÚNIOR, Wille. Entrevista com: Joaquim Teodoro de Oliveira, 10. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 nov. 2001. Especial: Projeto Raízes, p. 7

A terra somente vai se converter em mercadoria com a chegada da “frente pioneira”.<sup>101</sup>

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. [...] A frente pioneira é também a situação espacial social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social.<sup>102</sup>

Portanto há uma distância entre a situação de frente pioneira, de frente de expansão e para diante desta, não são apenas condições econômicas diferentes, são diferentes “mundos”, são pessoas que vivem em “tempos históricos” diferentes, e que na fronteira se encontram, em uma “contemporaneidade da diversidade”.<sup>103</sup> **Tal alteridade** não apenas é a justificativa para o marco cronológico inicial nesta pesquisa, como é um alerta das **relações distintas que se estabeleciam com a floresta** antes da efetiva chegada da frente pioneira, que não serão objeto deste estudo.

A frente pioneira, na então região de “Campo de Mourão”, para além das iniciativas privadas já citadas, vai ganhar força, ou talvez se constituir efetivamente, a partir da ação estatal. Na década de 1930, com o interventor Manoel Ribas no governo do estado do Paraná, por meio do Decreto Estadual n. 8.564, de 17 de maio de 1939, criaram-se as condições legais para iniciar:

os serviços de colonização em terras do então município de Guarapuava. O plano de colonização compreendia a região entre os rios Ivaí e Piquiri. Ali foram criadas as colônias. Piquiri, Cantu, Goio-Bang, Goio-Erê, Ivaí, Manuel Ribas, Muquidão e Mourão.<sup>104</sup>

O território do atual município de Engenheiro Beltrão segue um caminho diferente, uma vez que é (re)ocupado por uma empresa privada, e, como se verá, tem sua população predominantemente originária de outro fluxo migratório. Mas quando a empresa começou a atuar, no atual município de Engenheiro Beltrão, encontrou posseiros. O tratamento dado pela empresa colonizadora, segundo seus relatórios, foi que: os “ocupantes” que tivessem chegado antes de 1942 poderiam solicitar ao estado as terras em que estavam ou comprar da empresa colonizadora pelos preços praticados pelo estado, era um total de 38 posseiros/ “ocupantes”, sendo que o menor imóvel possuía 10,5 e o maior, 102,0 hectares, com uma média de 52,8 hectares. (ver Anexo 3) Havia ainda 8 pessoas que aparecem como proprietários de terras no interior da gleba, que já tinham requerido as terras, algumas já aprovadas pela Secretária de

<sup>101</sup> Portanto para fins desta pesquisa (re)ocupação, frente pioneira e fronteira agrícola coincidem.

<sup>102</sup> MARTINS, 1996, op. cit., p. 29

<sup>103</sup> Em virtude da fronteira ser este momento de encontro dinâmico, não se pode pensar frente de expansão e frente pioneira como coisas estanques, deve-se “trabalha-las em sua unidade”. Ibid., , p. 31

Viação e Obras Públicas. Eram grandes imóveis, o menor, com 103,4 e o maior, com 774,7 hectares, com uma média de 374,8 hectares.(Anexo 4)<sup>105</sup>

O entrevistado Antônio (n. 24) é filho de um posseiro/“ocupante” listado pela empresa. Ele narrou que seu avô morava em Campo Mourão, e seu pai mudou-se para a atual região de Engenheiro Beltrão em 1935. Na década de 1950, seu pai comprou da empresa colonizadora o sítio que já ocupava. O citado entrevistado, conta a história da presença de índios na região, histórias que sua avó, que teria ascendência indígena, contava, de que quando o seu avô chegou na região havia dois grupos de índios. Logo que chegaram um grupo foi embora, com o outro ficaram convivendo durante anos, mas posteriormente também foram “embora”, logo depois de um episódio em que os indígenas ficaram do lado do seu avô, que morreu em uma emboscada feita em virtude de disputas por posse de terras. Histórias evanescentes nas teias da memória, as quais recorda-se, assim como efetua-se toda esta retomada do período anterior a ação da empresa colonizadora, principalmente para afirmar que a floresta não era mais “virgem”. Mesmo que retrocedêssemos ao século XVII, não encontraríamos uma mata intocada pelo ser humano, ao contrário, naquela época, quando os “bandeirantes paulistas” ainda não haviam destruído a redução jesuítica de “Vila Rica do Espírito Santo”, cujas ruínas ficam apenas a 33 quilômetros da cidade de Engenheiro Beltrão, provavelmente a floresta tinha mais *Homo sapiens* em seu interior do que no início do século XX. Teríamos que retornar uns 10 mil anos atrás para encontrar uma floresta realmente intocada pelo ser humano, ou seja, em alguma data anterior a chegada dos seres humanos ao continente americano, considerando que a data de chegada que não é consenso entre os especialistas. Quando do momento da (re)ocupação, a floresta, que então existia, não era uma “mata virgem” e sim o resultado da ação dessas populações no seu interior. As intrincadas transformações nos ecossistemas provocadas pela inserção de uma nova espécie (o ser humano) são difíceis de ser imaginadas, especialmente quando se é leigo em ecologia. De fato, nas paisagens anteriores à (re)ocupação da região, a floresta era dominante, os seres humanos permaneciam em seu interior, mas isto não significa que eles não a alterassem.

Muitos trabalhos vêm demonstrando a impropriedade de falarmos em uma “mata virgem”, intocada pelo ser humano. Tal idéia é resultado de uma operação discursiva, que naturaliza as sociedades indígenas (ou qualquer outro que viva na floresta), retira seu

---

<sup>104</sup> SORIANO, op. cit., p. 70 Sendo que a colônia Mourão, no atual município de Peabiru, (do qual Engenheiro Beltrão foi desmembrado) entrou em funcionamento efetivo em 1945. IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. XXXI. Rio de Janeiro: 1959. p. 389.

<sup>105</sup> BELTRÃO, Alexandre. **Plano de loteamento: Memorial referente ao terreno denominado Rio Mourão**. Curitiba, set. 1947. (Arquivo Público do Paraná).



componente humano e considera que, sendo os “indígenas parte da natureza”, eles não mudariam a floresta/natureza. A “produção” do “sertão” como vazio demográfico também considera o “sertão” vazio porque está habitado apenas por animais (negando a humanidade aos indígenas); e/ou porque simplesmente “desconhece” a presença indígena, uma eliminação discursiva do outro, que acompanha a eliminação física.<sup>106</sup>

Deste modo, Warren Dean argumenta que quando os europeus chegaram à Mata Atlântica, longe de encontrarem uma “mata virgem”, “resquício do paraíso terrestre intocado pela mão humana”, aquele ecossistema já estava marcado pelas queimadas, caçadas e outros usos das sociedades indígenas que modificaram a ecologia da floresta, a qual já era fruto de dez mil anos de ação humana em seu interior.<sup>107</sup>

Como já se argumentou a paisagem identificada como “mata virgem” já era resultado da ação humana. Como destaca Simon Schama, é “esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos.”<sup>108</sup>

## POPULAÇÃO

Classicamente, em termos populacionais, o processo de (re)ocupação destas florestas, o “sertão” do Paraná, pode ser resumido da seguinte forma, quanto à origem e local de penetração: uma frente de (re)ocupação representada por paranaenses que foram para o interior a partir do segundo planalto paranaense (Paraná tradicional); uma frente de (re)ocupação composta principalmente por gaúchos e catarinenses que penetrou a partir do sudoeste do Paraná; e uma frente composta sobretudo por paulistas e mineiros que penetraram a partir do norte, sendo que tais frentes se sobrepõem no centro do Paraná. (ver: figura 1).<sup>109</sup>

O que interessa aqui é o fluxo migratório que (re)ocupou a parte setentrional do Paraná, pois dele deriva a grande maioria da população de Engenheiro Beltrão. Tal fluxo deu-se basicamente a partir de migração interna. Os estados que mais contribuíram com imigrantes para tal região foram os de São Paulo e Minas Gerais. Mas não só estes, visto que

---

<sup>106</sup> MOTA, 1993. op. cit. A esse respeito José de Souza Martins afirma: “No Brasil, para os próprios membros do que se poderia chamar provisoriamente de sociedade da fronteira, a fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela estão o não-humano, o natural, o animal.” MARTINS, 1996, op. cit., p. 33

<sup>107</sup> DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. passim.

<sup>108</sup> SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 17.

<sup>109</sup> WACHOWICZ, Ruy C. As frentes pioneiras. In: \_\_\_\_ (Org.). **História do Paraná**. Curitiba: SECE Biblioteca Pública do Paraná, 1986. Série Idéia e Debate.

os migrantes eram pessoas de todas as partes do Brasil, e de fora dele, destacando-se ainda os nordestinos e os paranaenses.<sup>110</sup>

Os dados que se tem sobre a origem da população beltrandense são do censo demográfico de 1970, o qual indica que menos de 1% da população era natural de outro país e que, dos brasileiros natos, 50,4% eram nascidos no Paraná, 16,7% em São Paulo, 15,9% em Minas Gerais, 3,7% na Bahia, 3,5% em Santa Catarina, 2,4% em Pernambuco, 1,6% em Alagoas, 1,6% no Ceará, 1,2% no Espírito Santo, 0,8% em Sergipe, 0,7% no Rio de Janeiro, 0,6% no Rio Grande do Sul e 0,8% em outros estados. Dos naturais do Paraná, se deduzirmos os nascidos em Engenheiro Beltrão, teremos ainda uma participação de 21,62%, participação elevada, que não se explica apenas pela migração a partir do “Paraná tradicional”. Da própria zona de fronteira agrícola, poucas décadas depois do início da ação das empresas colonizadoras, já partiam pessoas para “mais à frente no “sertão”.<sup>111</sup> Os filhos destas pessoas que vieram de outros estados, nascidos quando já estavam no Paraná ampliaram o número de paranaenses natos. Segundo o Censo Demográfico de 1970, 45% das pessoas não naturais do município de Engenheiro Beltrão, não eram nascidas no Paraná mas tinham domicílio anterior no Paraná, ou seja, em torno da metade, pelo menos, das pessoas que migraram<sup>112</sup> não vieram do seu estado de origem direto para Engenheiro Beltrão, e sim estiveram morando por algum tempo em outras cidades paranaenses. O que já é um indicio que os agricultores estudados não estiveram “presos a um pedaço de terra”, mas o deslocamento foi sempre uma possibilidade a ser explorada,<sup>113</sup> como se vera melhor nas trajetórias de vida narradas.

## A (RE)OCUPAÇÃO

Sumariamente o processo de (re)ocupação do setentrião paranaense pode ser descrito da seguinte forma:

---

<sup>110</sup> Sobre a migração, ver o estudo feito a respeito do “Norte Novo” de: LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: A macrorregião do “Norte novo” de Maringá, 1950-1980.** 1988. Tese (doutorado) - FFLCH, USP. São Paulo. Ver ainda as observações de TOMAZI, op. cit.

<sup>111</sup> CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900-1970 - estudo de conjuntura.** 1977. Tese (doutorado em história) – USP, São Paulo. p. 176.

<sup>112</sup> Segundo o Censo de 1970, em Engenheiro Beltrão: 13.438 pessoas tiveram o Paraná como último local de residência, antes de mudar para o município. Mas apenas 5.411 pessoas são paranaenses natos, excluindo os beltrandenses. Logo, 8.027 são pessoas de outros estados (ou do exterior) que moraram em alguma cidade paranaense antes de se mudarem para Engenheiro Beltrão. Isto equivale há 45% das 18.026 pessoas não naturais do município.

<sup>113</sup> Isto não apenas para outras localidades, mas também dentro do próprio município. Dos entrevistados não nascidos em Engenheiro Beltrão apenas um mora no mesmo local desde que chegou.

A lavoura cafeeira é fundamental para entender a (re)ocupação do norte do Paraná. Não foi o único produto, como se verá, mas foi o principal, por isto, cabe algumas observações sobre tal lavoura.

A lavoura cafeeira, desde que iniciou a produção em escala para exportação no Brasil, teve um cultivo itinerante, pois, para o seu plantio, procedia-se da seguinte forma: desmatava-se uma área e fazia-se a queimada, o solo ficava então coberto por uma camada fértil – humos e cinzas. Todavia, as técnicas de cultivo predatórias levavam a um rápido empobrecimento do solo, reduzindo a produção. O baixo preço da terra e a sua abundância faziam com que derrubassem uma nova floresta e deslocassem a produção de café para outra região. Assim, a cultura do café teve sempre três regiões, uma onde ela estava penetrando, derrubando-se a mata, uma onde estava exuberante, e outra, onde os cafezais estavam decadentes. Monteiro Lobato denominou este fenômeno de “onda verde” do café. Onda, aliás, que deixava um rastro de destruição, por onde ela passava deixava um ecossistema empobrecido e degradado, assim como algumas fortunas. Deste modo, a lavoura cafeeira primeiro ocupou o litoral do Rio de Janeiro, no início do século XIX, subiu a serra do Vale do Paraíba, desceu através do estado de São Paulo e, no início deste século, chegou às fronteiras paranaenses.<sup>114</sup>

Nadir A. Cancian, em um estudo sobre a economia cafeeira paranaense, defende que a (re)ocupação do “norte do Paraná” foi resultado da expansão da lavoura cafeeira paulista. Dividindo o processo em três fases: a primeira, que vai do início do século XX até 1929, marca a ocupação do chamado “Norte Velho”, — a partir daí a (re)ocupação vai no sentido leste oeste<sup>115</sup> — a segunda fase, marcada pelo baixo preço do café provocado pela recessão do sistema capitalista mundial, e que desestimulava a (re)ocupação, vai até 1944 com o final da Segunda Guerra Mundial, e marca a (re)ocupação do “Norte Novo”, porém com uma baixa densidade demográfica. E a terceira fase vai até a década de 1970, e marca a (re)ocupação do

---

<sup>114</sup> DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental**: Os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997. p. 95 et seq.

Neste período tão longo, houve mudanças nas técnicas de cultivo da lavoura cafeeira, porém, não impediram a continuidade do seu ciclo de devastação, somente no processo de erradicação e racionalização da cafeicultura na década de 1960 temos resultados mais efetivos neste sentido. Ver: DEAN, op. cit. Todavia, ainda hoje, no Norte e no Centro-Oeste do país, devastam-se florestas para plantar café, sem a utilização das técnicas de conservação do solo.

<sup>115</sup> Pois a lavoura cafeeira não podia descer mais ao sul, em virtude de um limite ecológico, o frio. A *Coffea arabica* é uma planta tropical, não consegue se desenvolver bem, em geral, em áreas ao sul do paralelo 24.

“Norte Novíssimo”, sendo um período de extrema euforia nos negócios com a terra, devido ao aumento do preço do café no mercado externo.<sup>116</sup>

Nelson Dacio Tomazi chama a atenção que o processo de (re)ocupação não foi tão linear. Foram múltiplos os agentes e as formas de (re)ocupação.

Assim, também divide o processo em três fases, mas a primeira vai de meados do século XIX até 1916, período em que se localizam as primeiras incursões à floresta, o “sertão”, a fim de transformá-la em uma área produtiva para “o capital”.

A segunda fase vai de 1916 a 1945. O que marca o início desta segunda fase é a Lei Estadual n. 1.642 de 5 de abril de 1916, através da qual “há uma interferência direta do poder público, fazendo com que as terras devolutas pudessem ser ocupadas de modo mais rápido”, por meio da intermediação de empresas privadas, que efetuariam a colonização.<sup>117</sup>

Após 1930, o Estado, sob a intervenção do governo federal, muda sua política de terras, em “decorrência dos projetos governamentais em nível nacional” — a “marcha para oeste” — o Estado vai cancelar as concessões feitas, salvo a gigantesca feita a Companhia de Terras Norte do Paraná (C.T.N.P.) e a feita à “Francisco G. Beltrão, que tinham sido dadas como pagamento pelos seus serviços como agrimensor”<sup>118</sup> e o próprio Estado vai atuar como “colonizador”. Contudo Tomazi concorda que é um período em que a (re)ocupação ocorre de forma mais lenta, principalmente em virtude da Grande Depressão de 1929.

Desta fase deve se destacar que a lavoura cafeeira, neste período, ainda conforme Tomazi, era importante, mas não definia sozinha a região, enfatizando a importância, em especial, dos produtos alimentícios para o mercado interno.

Além de considerar que o café, como já afirmou Verena Stolcke,<sup>119</sup> era uma semi-monocultura, isto é, o cultivo no intervalo entre os pés de café (culturas intercalar) era uma fonte de outros produtos.

Afirma, Tomazi, que a fronteira agrícola paulista não havia se esgotado, ela se desenvolvia ao mesmo tempo que a paranaense. Assim, a “tese de que a (re)ocupação do norte

<sup>116</sup> CANCIAN, 1977. op. cit.

<sup>117</sup> TOMAZI, op. cit., p. 161

<sup>118</sup> TOMAZI, op. cit., p. 201

As terras citadas aqui não se referem ao atual município de Engenheiro Beltrão, pois estas e as terras do atual município de Tamboara, foram negociadas com o governo do estado apenas em 1940. Cf. BELTÃO, Alexandre. **Plano de loteamento: Memorial referente ao terreno denominado Rio Mourão**. Curitiba, set. 1947. (Arquivo Público do Paraná). Talvez se refira a terras no atual município de Ibiporã-PR., na qual também houve o envolvimento da família Beltrão.

<sup>119</sup> STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

paranaense foi resultado da cafeicultura (extensão da paulista) deve ser pelo menos um pouco relativizada.”<sup>120</sup>

A terceira fase vai de 1945 a 1970. Seu marco inicial se situa nas mudanças internas no plano político, e externas com o fim da Segunda Guerra Mundial. A demanda mundial por café sobe e, com ela, o preço do produto. Isto gerou “uma busca indiscriminada de novas terras para o plantio de novos cafezais”, sendo o marco final 1970, quando o Paraná não era mais fronteira agrícola. A (re)ocupação havia terminado.<sup>121</sup>

A velocidade que a reocupação ocorre neste período é enorme. Por “duas décadas — 50 e 60 — o maior saldo migratório do país” foi o do Paraná.<sup>122</sup>

Ou pela ação do Estado, ou pela ação de empresas privadas — que se multiplicaram, favorecidas pelas benesses do Estado, de forma legal ou ilegal — as terras devolutas foram rapidamente vendidas. Detentores de áreas maiores venderam e fracionaram suas propriedades. Houve “fracionamento, transferências e retransferências, mesmo entre as pequenas e médias propriedades”.<sup>123</sup> Isto se deve, de acordo com Cancian, ao fato de que a especulação imobiliária passou a ser uma alternativa mais lucrativa que a própria lavoura cafeeira. Tanto a especulação passou a ser um ótimo negócio, que setores da classe média começaram a fazer investimentos em terras.<sup>124</sup>

Warren Dean, assinala que tal especulação se explica, pelo menos em parte, pela busca de um investimento seguro, diante de uma inflação persistente, buscava-se um investimento que “pelo menos compensasse o valor decrescente da moeda”. Uma alternativa era “a propriedade rural, tradicionalmente o investimento preferido da classe superior e, agora, cada vez mais a especulação da classe média urbana.”<sup>125</sup>

Evidência surpreendente dessa corrida para a fronteira é encontrada nos registros da Companhia de Terra do Norte do Paraná: [a maior colonizadora do norte do Paraná] entre 1946 e 1956, 80% dos lotes que ela vendeu foram revendidos no prazo de três anos; 50% desses compradores depois os venderam novamente no prazo de três anos. Em 1961, 50% dos lotes foram vendidos em dois anos e 33% dos compradores venderam-nos novamente no período de um único ano! De um terço até a metade

---

<sup>120</sup> TOMAZI, op. cit., p. 215

<sup>121</sup> TOMAZI, op. cit. p. 232, passim

<sup>122</sup> LUZ, op. cit., p. 350

<sup>123</sup> CANCIAN, 1977. op. cit., p. 142

<sup>124</sup> Ibid., p. 166-7

Sobre o favorecimento por parte do Estado às empresas colonizadoras, ver, entre outros: WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti, Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 1-52, 1968. p. 28 et seq. e TOMAZI, op. cit., p. 202, 318

<sup>125</sup> DEAN, op. cit., p. 284

dos compradores originais, bem como um quarto dos segundos compradores, eram pessoas da cidade.<sup>126</sup>

O que é fundamental a ser retido é que ocorreu uma dinamização da economia da região, sendo que, nos “negócios com terra”, estiveram envolvidos:

Como vendedores, as antigas e novas companhias privadas de colonização, o governo estadual, como colonizador, e os grandes fazendeiros parcelando suas propriedades. Como compradores, colonos, ‘formadores de cafezais’ e até profissionais liberais e comerciantes de fora e da própria região.<sup>127</sup>

Deste processo de (re)ocupação surgiu uma estrutura fundiária que se diferenciava da tradição fundiária brasileira, do domínio de grandes propriedades, já que a grande incidência de pequenas e médias propriedades é inegável.

### PEQUENA PROPRIEDADE

Como explicar este fenômeno? Por que os “colonizadores” venderam terras em pequenas e médias áreas? Esta é uma questão complexa.

Desde a Lei Estadual n. 1.642, de 5 de abril de 1916, a qual dispõe sobre a interferência direta do poder público para dinamizar o processo de (re)ocupação, por meio da concessão de terras às empresas particulares, já se estabelecia que os lotes a serem vendidos deveriam ter de 5 a 25 hectares.<sup>128</sup>

Tal postura do governo estadual se explica, pelo menos entre 1916 e 1930, pela crise financeira por que ele passava. Endividado, ele pretendia produzir divisas, com a venda de terras e os impostos a serem cobrados, e para isto atraía pequenos agricultores para o Paraná.<sup>129</sup>

Já no período entre 1930 e 1944, Nadir A. Cancian reconhece o papel do Estado, mas busca explicá-lo por outros fatores. Assim, afirmou que:

A democratização da propriedade das terras foi uma decisão governamental. Tudo indica que, face aos problemas sociais da época em vista da Depressão, foi esta a resposta ao desassossego da propaganda socialista no período. Procurava-se evitar uma situação que poderia se tornar insolúvel pela agitação do proletariado. Fixar o homem ao campo, torná-lo proprietário, seria evitar que se tornasse um proletário insatisfeito.<sup>130</sup>

---

<sup>126</sup> Reymond Pébayle et al., *Le Bassin Moyen du Parana Brésilien: L’homme et son milieu* (Talence, França, 1977) p. 45 apud: DEAN, op. cit., p. 284

<sup>127</sup> TOMAZI, op. cit., p. 232

<sup>128</sup> Tal lei é revogada em 1922. Sobre a regulamentação de venda de terras no Paraná, ver: CANCIAN, 1977. op. cit., p. 119 et seq.

<sup>129</sup> CANCIAN, 1977. op. cit.

<sup>130</sup> Ibid., p. 125. De uma forma geral a “redução das tensões sociais nas áreas demograficamente saturadas” era um dos objetivos a ser atingido pelo governo Vargas em suas políticas de “colonização”, assim como será um dos objetivos das ações oficiais de colonização posteriores ao seu governo. Cf. DIAS, Guilherme Leite da Silva; CASTRO, Manoel Cabral de. **A colonização oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola**. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 13; e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a Questão Agrária: A construção do fordismo possível. **Diálogos**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 113-127, 1998.

Outro fator para se entender a grande incidência de pequenas propriedades, apontado por Cancian, mas que deveria ser melhor explorado, são as grandes geadas nas terras do norte do Paraná, como fator restritivo à grande propriedade, que não poderia suportar os prejuízos das grandes geadas, enquanto o pequeno e o médio produtor sobreviveriam economicamente graças às culturas de subsistência:

Essas propriedades [grandes lotes comprados da Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente Companhia Melhoramentos Norte do Paraná — CTNP/CMNP], quando se intensificou a procura de terras, foram fracionadas em pequenas e médias e revendidas. Não se atrevia numa latitude tão ao sul, sujeita a geadas intensas e periódicas (1931, 1942, 1953, 1955, 1963, 1969, 1975), manter fazendas tão grandes. **São as melhores terras para o café, porém para pequenos e médios produtores ou no máximo até 100 alqueires de cafezais. Os muito grandes afastaram-se ou se dirigiram mais a noroeste, de clima mais ameno.**<sup>131</sup>(grifo meu).

Todavia o principal fator para entender esta questão, neste período de 1930 a 1944, para a citada autora, é a crise no capitalismo a partir de 1929, que causa uma baixa no preço do café. Isto gerou uma “minimização dos lucros da cafeicultura, a especulação com lotes, dado a vastidão de terras roxas ainda desocupadas,[sic.] tornou-se mais lucrativa que a própria lavoura”,<sup>132</sup> dando margem para a colonização em pequenas propriedades, e preparando o *boom* do período subsequente.

Não obstante aos fatores de mercado, apontados, houve várias iniciativas governamentais e apoio a programas particulares de colonização dirigida, pelo menos até os anos 1960, com uma mesma motivação: criar um contingente de pequenos proprietários que produzissem excedentes para serem vendidos nas cidades e consumirem produtos industriais, a fim de atender, como bem sintetiza José Henrique Rollo Gonçalves:

uma expectativa cada vez mais acentuada de que haveria terríveis estrangulamentos, a curto prazo, nos sistemas de abastecimento urbano brasileiros. E decorriam, naturalmente, de uma preocupação com as graves tensões sociais no campo, aprofundadas que estavam, dada a conservação – em virtude de aliança entre setores industriais e oligarquias – de relações sociais de produção arcaizantes e, em consequência, de formas monopolistas de apropriação da terra.<sup>133</sup>

Assim, é importante ter claro a mudança no papel esperado da agricultura ocorrida durante o século XX no Brasil. Conforme Francisco C. T. da Silva, a “Revolução de 1930” marca uma mudança na configuração das elites no poder, até então, o Estado brasileiro havia protegido essencialmente os interesses agraristas, a partir daí, a agricultura adquire uma função em um projeto industrializante. Do campo se esperava a produção de alimentos para

<sup>131</sup> CANCIAN, 1977. op. cit., p. 169

<sup>132</sup> Ibid., p. 142

<sup>133</sup> GONÇALVES, José Henrique Rollo. A ribanceira da necessidade histórica: Crítica a uma crítica acrítica do tema da reforma agrária no Norte do Paraná. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa: revista anual de metodologia de pesquisa**. Suplemento Especial de História, Maringá, n. 7, p. 1-28, 1996. p. 26.

suprir as cidades em crescimento, produtos para exportação a fim de controlar a balança comercial e que consumissem os produtos industriais. Era preocupação do governo também, ocupar as regiões de fronteira, para garantir a segurança nacional, preocupação justificável em um período no qual o colonialismo do século XIX ainda estava vivo, e grandes potências estavam em disputa por territórios. Neste período surge uma nova preocupação para o Estado nacional:

Tratava-se, agora, de promover a colonização interna do País e expandir as fronteiras agrícolas, [...] a experiência riograndense de colonização – onde surgira um campesinato próspero, era o modelo a ser seguido [...] sem se ocupar com a questão da terra na área próspera e já densamente ocupada do eixo Centro-Sul, a atuação do Estado, a partir de 1930, voltar-se-ia para os espaços vazios do Centro-Oeste, para as áreas deprimidas do Nordeste e para a imensa Amazônia.<sup>134</sup>

O estado do Paraná não estava densamente povoado neste período, bem ao contrário, e foi alvo da preocupação do governo federal de ocupar os espaços “desabitados” e fixar o “homem” no campo.<sup>135</sup>

Em suma, o fundamental a ser retido, aqui, é que, as condições conjunturais possibilitaram a formação de um grande número de pequenas e médias propriedades, bem como uma ampla especulação com a terra, em especial no período entre 1945 e 1970.

### NEM TÃO PEQUENA PROPRIEDADE

Entretanto, não existiam apenas pequenas e médias propriedades. Cancian aponta as vendas de grandes lotes feitas pela CTNP/CMNP, e o mesmo ocorre com a (re)ocupação feita diretamente pelo Estado. Mesmo se se considerar que muitas das grandes áreas compradas das colonizadoras e do Estado foram divididas para venda, em lotes menores; em contraposição, era( e é ) comum os agricultores terem mais de uma propriedade, sejam chacareiros, sitiantes ou fazendeiros.<sup>136</sup> De fato, fazendeiros conviviam com as médias e pequenas propriedades, no norte do Paraná, com índices de concentração de terra que poderiam variar muito de um município para outro.

Falar em “democratização fundiária”, no norte do Paraná, é ignorar a condição de vida da maioria da população. O Censo Agropecuário de 1970 traz, pela primeira vez, a condição do produtor, por município e microrregiões:

---

<sup>134</sup> SILVA, 1998, p. 117 et seq. Já durante a República Velha, o estado do Paraná foi um dos mais atendido pelas políticas do Ministério da Agricultura, que tinha em seu horizonte a pequena propriedade. MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

<sup>135</sup> Segundo Gonçalves as “relações entre empresários colonizadores, políticos profissionais e tecnoburocratas, ao longo dos anos 20 a 60”, são um tema que precisa ainda ser “melhor delineado”. GONÇALVES, 1996. op. cit., p. 26 et seq.; Ver ainda: TOMAZI, op. cit., p. 162 et seq., 202

<sup>136</sup> CANCIAN, 1997. op. cit.



TABELA 1 – “NORTE DO PARANÁ”: CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO A PROPRIEDADE DAS TERRAS E GRUPOS DE ÁREA TOTAL, 1970

MICRORREGIÕES	PROPRIE TÁRIO(1)	ARRENDA TÁRIO(2)	PARCEI -ROS(3)	OCUPAN- TES(4)	% (2+3+4)
Campo Mourão	21.831	12.668	16.001	4.482	60.3
N. Novíssimo de Paranavaí	12.031	2.838	7.907	1.903	51.3
N. Novíssimo de Umuarama	29.208	9.080	23.457	4.774	56.1
Norte Novo de Londrina	15.608	2.401	10.277	1.181	47.0
Norte Novo de Maringá	8.243	529	12.071	345	61.1
Norte Novo de Apucarana	19.394	2.763	20.995	2.224	57.3
Algodoeira da Assaí	4.594	2.224	1.693	674	50.0
Norte Velho de V. Braz	9.772	4.914	3.805	2.275	52.9
Norte Velho de Jacarezinho	10.135	3.013	7.879	1.122	54.2
Total	130.816	40.430	104.085	18.980	55.6

FONTE: Censo Agropecuário, 1970. IBGE.

Na microrregião de Campo Mourão, da qual Engenheiro Beltrão faz parte, a soma dos arrendatários, parceiros e ocupantes, que podem ser considerados “não-proprietários” (nem sempre realmente estes eram não proprietários, poderia ocorrer de se ter um estabelecimento próprio e arrendar um outro, distante do seu imóvel, por exemplo), era 60,3% do total dos estabelecimentos. Salvo as microrregiões do Norte Novo de Londrina e Algodoeira de Assaí, com 47% e 50%, em todas as demais microrregiões, os “não-proprietários” eram maioria, na média, 55,6% dos estabelecimentos das microrregiões que compõem o norte do Paraná.<sup>137</sup>

É esclarecedor verificar ainda que o “pessoal ocupado” nos estabelecimentos, ainda segundo o Censo Agropecuário de 1970, sob a categoria de empregados em trabalho permanente, empregados em trabalhos temporários, parceiros e outras condições, totalizam 13% na microrregião de Campo Mourão e 20,1% do total do pessoal ocupado nas microrregiões que compõem o norte do Paraná. Estes trabalhadores não eram necessariamente não-proprietários, pois era comum pequenos proprietários ou seus filhos se empregarem em estabelecimentos maiores para complementar a sua renda familiar.

<sup>137</sup> As microrregiões de Campo Mourão e do Norte Velho de Venceslau Braz foram incluídas no “norte do Paraná”, o Censo Agropecuário de 1970 não incluiu tais regiões no “norte”. O faço por priorizar a influência da lavoura cafeeira como determinante do que, aqui, se chama “norte do Paraná.” Definir o que é o “Norte” é complicado, pois houve e há uma tentativa das elites regionais de construir uma identidade regional “norte paranaense” em oposição ao “Paraná tradicional”/Curitiba. O próprio IBGE não utiliza mais uma classificação com um “grande norte”. Quando Nadir A. Cancian se refere ao norte, ela usa os critérios do IBGE para defini-lo. Ver: MENDES, Cesar Miranda. A delimitação regional do norte paranaense. **Consciência**, Palmas, n. 3 jan./jul. 1989. e GONÇALVES, José Henrique Rollo. O espaço regional como ideologia: anotações sobre algumas coreografias políticas do norte do Paraná. **Cadernos de METEP**, Suplemento História, Maringá, v. 6, n. 5, supl. 1, p. 1-40, 1994. p. 7-9

Mesmo com as ressalvas feitas, o que se quer chamar a atenção é que, em todo o norte do Paraná, a maioria da população rural estava excluída da propriedade da terra,<sup>138</sup> pois 55,6% dos estabelecimentos não pertenciam às pessoas que produziam nele, e mesmo assim, 20,1% do pessoal ocupado eram de “não responsáveis” pelo imóvel, ou membros da sua família não remunerados.<sup>139</sup>

E como se tornavam proprietários nesta fase de (re)ocupação? A primeira questão é perceber que muitos não lutavam por ascender, mas por se reproduzir como pequenos produtores rurais, ou seja, os pequenos proprietários ou filhos destes que buscavam na zona de fronteira agrícola “fazer a vida” onde a terra era relativamente barata e havia muitas oportunidades de trabalho. Como menciona Cancian, em relação ao norte do Paraná, nas regiões de (re)ocupação mais antiga, “as famílias foram se dividindo, comprando lotes separadamente, em terras além das áreas pioneiras dos primeiros anos de colonização”.<sup>140</sup>

Outras vezes, “colonos dos primeiros anos, com à melhoria das condições do café, também se transformaram em proprietários, graças a economia forçada e ao pagamento das terras em prestações”.<sup>141</sup>

Entretanto, não se pode superestimar a importância das vendas a prazo. Nelson D. Tomazi demonstra que, até 1943, mais de 90% das vendas feitas pela C.T.N.P. foram à vista, “ficando claro que nesta fase (inglesa) [ou seja, até quando ela foi nacionalizada em 1943] os seus compradores eram indivíduos que tinham algum pecúlio acumulado e que estavam se deslocando à procura de terras para adquiri-las.”<sup>142</sup>

Com base nos dados fornecidos por Cancian,<sup>143</sup> pode-se calcular que as terras vendidas pela CTNP/CMNP a prazo somente superaram as efetuadas à vista em 1953. Mesmo assim, a partir desta data, no cálculo total, das 10.448 propriedades vendidas pela CTNP/CMNP (29,76% do total de propriedades vendidas pela referida empresa), apenas 45,76% foram vendidas a prazo, a maioria, 54,23%, foi vendida à vista. Ficou claro, portanto, que, apesar da significativa mudança em relação ao período anterior a 1943, a maioria das pessoas que compraram terras da CTNP/CMNP. tinham um patrimônio acumulado, pelo

<sup>138</sup> Há um discurso, referendado por algumas obras científicas, que caracteriza o processo de (re)ocupação do norte do Paraná como uma “reforma agrária em moldes liberais”. Para uma crítica da produção de tal imagem, ver: GONÇALVES, 1994. op. cit., GONÇALVES, 1996. op. cit.

<sup>139</sup> E se havia uma predominância de pequenos e médios estabelecimentos, contemporâneos ao processo já percebiam que as compras especulativas, dos que não cultivavam a terra, e as ampliações de propriedades por revenda colocariam em perigo esta predominância. WAGLEY, Charles. **An introduction to Brazil**. New York: Columbia University Press, 1963. p. 91-2.

<sup>140</sup> CANCIAN, 1977. op. cit., p. 176

<sup>141</sup> Ibid., p. 176

<sup>142</sup> TOMAZI, op. cit., p. 219

menos que permitia que fizessem a compra das terras à vista, algumas vezes apenas para especular como já observado.

Os fatores que propiciavam o sucesso de uma família em se tornar proprietária ou em aumentar suas terras eram múltiplos: o tamanho da família;<sup>144</sup> a fertilidade do solo (as terras do norte do Paraná, não são simplesmente “as melhores do mundo” como afirma um certo discurso, existem vários tipos de solo, tendo muitos deles baixa fertilidade natural<sup>145</sup>); a localização do imóvel (perto ou longe de vias de acesso, em baixadas, onde as geadas inviabilizavam o cultivo do café, etc.).

Ou ainda, uma boa colheita de café, já que a produção de café oscilava tremendamente, principalmente em virtude das grandes geadas. No período de bons preços na década de 50, um sitiante poderia comprar uma propriedade bem maior que a sua, nas terras baratas de fronteira agrícola, com apenas uma boa colheita de café. Em contrapartida, os anos de frustração de safra eram difíceis. As famílias só sobreviviam porque consumiam muito poucos produtos via mercado. A alimentação básica era plantada, intercalada ao cafezal e/ou na “palhada”, sendo que em geral havia uma área de pasto para o gado de leite e animais de tração.<sup>146</sup>

Além disso, apesar do apelo de se tornar proprietário ser forte, nem todos estavam dispostos a passar pelo perigo e desconforto de mudar-se para a “boca do sertão” — que iam de jagunços a malária — e se sujeitar ao nível de exploração da força de trabalho necessária para pagar a propriedade e “formar” um sítio, muitos desistiram de enfrentar o “sertão”.

Houve, portanto, uma grande gama de pessoas que ficavam excluídas da propriedade da terra: como os “peões” que trabalhavam em serviços como a construção de estradas ou assalariados nas fazendas, e com melhores condições de conseguir tornar-se proprietários, os

<sup>143</sup> CANCIAN, 1977. op. cit., Tabela 7.

<sup>144</sup> Até a modernização agrícola, enquanto o trabalho era predominantemente manual, o número de membros da família, ou melhor, o número de braços que podiam trabalhar, era um dos fatores fundamentais para uma família poder “prosperar”, tanto como trabalhadores rurais, como quanto proprietários. Sobre a importância da exploração da mão-de-obra familiar, em outro local, mas que serve para pensar este caso em específico, ver: STOLCKE, op. cit.

<sup>145</sup> TOMAZI, op. cit., p. 111

<sup>146</sup> Tal organização da propriedade era comum para chacareiros, sítiantes, e “parceiros”, sendo que os segundos, em geral, não cultivavam a terra apenas com o trabalho familiar, utilizando o trabalho de outrem, e os “parceiros” tinham dificuldades em ter animais de tração e gado leiteiro.

“Palhada” é um dos nomes que se dá, na região, à área reservada na propriedade para o cultivo de subsistência, (ou melhor dizendo o cultivo que era reservado integralmente ao não-proprietário), principalmente nas terras sob o sistema de parceria, no cultivo de café.

trabalhadores nas diversas formas de trabalho agrícola, que em geral implicava rendas, no total ou em parte, não monetárias.<sup>147</sup>

## ENGENHEIRO BELTRÃO: (RE)OCUPAÇÃO, PADRÃO AGRÍCOLA E FUNDIÁRIO

A (re)ocupação da atual área de Engenheiro Beltrão se insere, dentro do processo de (re)ocupação do “sertão” paranaense, principalmente a partir do *boom* da lavoura cafeeira, após 1945, efetuada por uma empresa privada, a Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, pertencente à família Beltrão.<sup>148</sup>

Francisco Gutierrez Beltrão foi contratado para a construção da estrada entre União da Vitória e Manguueirinha, em 1922, constituiu, a partir daí, créditos perante o governo do Estado, os quais, por meio de contrato de 11 de maio de 1933, com cláusulas previamente aprovadas pelo Decreto Estadual n. 1.203, de 8 de maio de 1933, foram consolidados e providenciou-se o pagamento em terras devolutas, no sul do Paraná, as quais deveriam ser obrigatoriamente colonizadas pelo contratante. Em 1940, com o falecimento de Francisco G.

---

<sup>147</sup> As relações de produção agrícola brasileira são bastante variadas e complexas. Ana Yara Lopes afirma que nesta área do interior do Paraná, nas primeiras décadas do século XX, “[...]enquanto a distância entre os fazendeiros e os demais era bem marcada [...] o mesmo não acontecia com aquelas categorias que começavam a constituir a força de trabalho. Os trabalhadores, camaradas, agregados, colonos, formadores de café, empreiteiros de derrubada – englobavam desde aqueles que não tinham (o que era raro) nenhum acesso a explorar algum pedaço de terra, até sitiantes e caboclos, passando por todas as relações de trabalho que implicavam em rendas no total ou em parte não monetárias, que tinham por origem a possibilidade do trabalhador extrair da terra seu próprio sustento” (LOPES, Ana Yara D. P. **Pioneiros do Capital: A Colonização do Norte Novo do Paraná**. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFLECH., USP., São Paulo. p. 53-55 apud: TOMAZI, op. cit., p. 170). No período da (re)ocupação em Engenheiro Beltrão, podemos constatar, nas entrevistas, que ainda aparecem relações de trabalhos as mais variadas, como a meia, a parceria (com diferentes porcentagens de distribuição do produto), o colonato, os formadores de café (no contrato de 4 anos, o proprietário entregava o café plantado e o formador deveria cuidar do café em troca da lavoura intercalar que produzia-se e da colheita do café; já no contrato de 6 anos, o proprietário dava “mata em pé e água no córrego”, e o café produzido era repartido entre as partes e a lavoura intercalar era toda do formador, sitiantes que trabalhavam de assalariados para madeireiras ou fazendas, ou ainda os “peões” contratados assalariados para derrubar a mata. A homogeneização das relações trabalhistas parece ter ocorrido a partir do momento em que o Estatuto do Trabalhador Rural (aprovado em 1963) é efetivamente aplicado na região. As relações de trabalho que permitiam: 1) a exploração da mão-de-obra da família como um todo, que é substituída, por lei, pelo contrato individual; 2) o cultivo de subsistência – feito principalmente de forma intercalar aos cafezais – é considerado pela lei como parte do salário. Isto aumenta os custos da mão-de-obra, e leva a que estas antigas formas de relação de trabalho sejam substituídas pelo “trabalho rural volante”. Para uma análise das relações de trabalho na cafeicultura, Cf. STOLCKE, 1986 op. cit. Sobre a variedade de relações de trabalho no norte do Paraná ver ainda: CANCIAN, Nadir A. **Introdução ao estudo das relações de trabalho na cafeicultura**: da escravidão à pequena e à média propriedade cafeeiras. Maringá: UEM, 1982. mimeo.

<sup>148</sup> A família Beltrão esteve ligada ao governo estadual, Francisco G. Beltrão, esteve envolvido na (re)ocupação de Ibiaporã-PR. E a citada empresa foi responsável, pelo menos por mais uma (re)ocupação, de Tamboara-PR. Ver: IBGE., 1959. op. cit., p. 247, 494-5; e ROSA, Maria Cristina. Processo de ocupação e situação atual. In: VAZZOLER, Anna Emilia A. de M.; AGOSTINHO, Angelo A.; HAHN, Norma Segatti. (Orgs.). **A planície de inundação do alto Rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos**. Maringá: EDUEM, 1997. p. 376.

Beltrão, em 29/05/1939, o inventariante pede a troca das terras do sul para a região “noroeste”, “duas glebas com áreas de 17.000 e 8.000 alqueires”, sendo feita uma nova negociação, com o pagamento em serviços — executados na “Colônia Mourão, vizinha a “Gleba Rio Mourão”, — a fim de cobrir o preço maior das novas terras. A primeira gleba citada, denominada “Rio Mourão”, situada no então município de Guarapuava,<sup>149</sup> formará o município de Engenheiro Beltrão. Em 27/09/1943, o interventor Manoel Ribas aprova o título definitivo das terras. Em 1947 a família Beltrão, forma uma empresa a Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, com sede em Curitiba e escritórios no interior do Paraná, com 6 sócios, engenheiros, médicos, um advogado e uma “viúva”, obtiveram o “Título de Domínio Pleno de Terras”, em nome da empresa, que foi expedido pelo governo do estado em 15 de outubro de 1948, com uma área total de 40.762,16 hectares, da localidade então conhecida por Sertãozinho, por seus moradores e pelos demais munícipes.<sup>150</sup>

Apesar da Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão conter em seu contrato social um amplo objetivo para a sociedade, a saber: adquirir terras “dos próprios sócios ou terceiros, para nelas e em áreas de terceiros, mediante contrato, serem exercidas atividades técnicas de engenharia civil, trabalhos de colonização, urbanismo e saneamento, exploração agrícolas e industriais.”<sup>151</sup> Os entrevistados foram unânimes em afirmar que a Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão não se envolvia diretamente com o “negócio de madeira”, sua ação se restringia a vender as terras (a especular) e a providenciar, ou não, a devida infra-estrutura básica.

A referida empresa enfrentou “problemas para colonizar” a tal área, pois houve uma tentativa de “grilar” aquelas terras feitas por Sebastião de Castro. Este, ou um grupo ligado a

---

<sup>149</sup>No início do século, a área do atual município de Engenheiro Beltrão pertencia ao município de Guarapuava, em 1943 passou a pertencer ao município de Pitanga, desmembrado de Guarapuava em 30 de dezembro de 1943, depois passou a pertencer ao município de Campo Mourão, que foi desmembrado de Pitanga através da Lei n. 2 de 10 de outubro de 1947, por sua vez em, 14 de novembro de 1951, através da Lei estadual n. 790, passou a pertencer ao município de Peabiru, desmembrado de Campo Mourão. Em 27 de janeiro de 1951, mediante a Lei Estadual n. 613, Engenheiro Beltrão se torna um Distrito Judiciário e Administrativo, e somente em 26 de janeiro de 1954, através da Lei Estadual n. 253, é elevado à categoria de município. FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996. p. 277.

<sup>150</sup> PARANÁ, Secretaria de Fazenda e Obras Públicas, Departamento de Terras e Colonização. **Relatório dos serviços e ocorrências da Secretaria de Fazenda e Obras Públicas**. Curitiba, 1934.; **ESCRITURA de constituição de sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada denominada “Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Limitada... 1947**. Arquivo do: Cartório de Registro de Títulos e Documentos 1º Ofício, Curitiba.; BELTRÃO, 1947, op. cit. Segundo Cecília Maria Westphalen (et al.), as “glebas de Campo Mourão”, município do qual o território atual de Engenheiro Beltrão fazia parte, “havia notoriamente sido concedidas a partidários do Governo” WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, op. cit., p. 29.

<sup>151</sup> **ESCRITURA de constituição de sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada denominada “Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Limitada... 1947**. Arquivo do: Cartório de Registro de Títulos e Documentos 1º Ofício, Curitiba

ele, chegou a se estabelecer na região e vender terras, ficando conhecido como MARIMPÁ (não se têm dados para saber se era a mesma Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S.A. – Maripá, empresa de origem gaúcha que colonizou uma grande área no oeste paranaense na década de 1940). Em 1952, chegou-se a um estado de conflito armado, as famílias para quem “os Beltrão” venderam terras, com o apoio deste, contra os “MARIMPÁ”. Na época, esta disputa chegou a ter projeção nacional, visto que dois moradores da localidade, Benedito Rodrigues da Silva e Pedro Bosa, foram até o Rio de Janeiro a fim de falar com o presidente da república, Getúlio Vargas. Não conseguiram, mas através do jornalista Carlos Lacerda chamaram a atenção da imprensa nacional para esta questão, especialmente porque envolvia altos nomes do escalão político, nomeadamente o então senador Pinto Aleixo (acusado de favorecer os Marimpá). Os “Beltrão” ganharam a causa, e em uma operação violenta da polícia estadual, os “MARIMPÁ”, juntamente com as famílias que ficaram ao seu lado, foram expulsos da região.<sup>152</sup>

A forma de (re)ocupação utilizada na região é chamada de “colonização dirigida”, ou seja, “aquela efetuada por particulares, por empresas ou pelo Poder Público, cujo planejamento antecede a vinda de colonos. O objetivo é a venda de terras e a promoção do povoamento. Os lotes são divididos e demarcados, são assegurados meios de comunicação e transporte.”<sup>153</sup>

As técnicas de “colonização”, utilizadas pela Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, foram as mesmas utilizadas por outras empresas e pelo Estado, com a construção de estradas nos espigões, e a divisão dos lotes de forma a terem acesso à estrada e água, assegurando a produção. A maior empresa a efetivamente atuar no norte do Paraná, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, assim auto descreve, em traços gerais, seu modo de atuação:

As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros aproximadamente. Entre estas, distanciadas de 10 a 15 quilômetros um do outro seriam fundados patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. [...] A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes, de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para o ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: [...] Na parte baixa, construiria sua casa, plantaria sua horta, criaria

---

<sup>152</sup> Cf. SILVA, Benedito Rodrigues da. **Benedito Rodrigues da Silva**: depoimento [17 fev. 1998]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho, Engenheiro Beltrão, 1998. 2 fitas cassete. O entrevistado citou ao entrevistador um “dossiê” feito por ele sobre a questão, com cópias de recortes de jornais da época e certidões cartoriais que comprovariam o grilo. Assim, a (re)ocupação da atual área de Engenheiro Beltrão, como em quase todo restante do Paraná, não se deu pacificamente.

<sup>153</sup> CANCIAN, 1977. op. cit., p. 135 e DIAS; CASTRO, op. cit., p. 12.

seus animais para consumo próprio, formaria seu pequeno pomar. [...] As casas de vários lotes contíguos, alinhados nas margens dos cursos d'água, formariam comunidades que evitassem o isolamento das famílias e favorecessem o trabalho em mutirão.<sup>154</sup>

Constituiu-se um núcleo urbano central, a cidade de Engenheiro Beltrão, e 10 patrimônios(vilas rurais), Mandjuba, Ivailândia, Salto, Rio Claro, Jumirim, Sertãozinho, Saltinho, Figueira, Fartura e Sussui.<sup>155</sup>

Estes pequenos núcleos urbanos forneciam bens para os agricultores. Ali se localizava a capela, a venda (loja de secos e molhados), a escola e, talvez, uma farmácia. Já no núcleo urbano central, se instalavam, além daquelas, outras atividades, como hospitais, serrarias e, principalmente, as empresas cerealistas que compravam a produção agrícola. Estas últimas ocupavam uma posição chave, o que possibilitava uma grande margem de lucro, pois elas faziam a intermediação entre alguns grandes cerealistas, indústrias, beneficiadoras e exportadoras e um grande número de pequenos e médios produtores.

A Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda ao planejar a (re)ocupação já o fez com base nas pequenas e médias propriedades. Como pode ser observado no plano de loteamento da Gleba Rio Mourão, o qual foi feito por uma exigência legal, ele deveria ser aprovado pelo Ministério da Agricultura, há uma descrição completa de como se pretendia lotear a área sintetizada na tabela a qual foi transcrita, neste trabalho, como tabela 2.

Nesta tabela há uma idealização da estrutura fundiária: a ausência de latifúndios, muitas propriedades não familiares, mas nenhuma acima de 150 hectares, e a ausência de minifúndios, não havendo lotes com menos de 10 hectares. Ou houve uma mudança muito grande dos primeiros projetos para o momento da sua efetiva implantação, ou o plano de loteamento foi feito pensando em agradar os técnicos – e os critérios – do Ministério da Agricultura, pois um mapa feito pela colonizadora em 1958 vai mostrar uma situação distinta. Como pode ser percebido na tabela 3, apesar do mapa do qual se extraiu estes dados não refletir a estrutura fundiária do município, uma vez que em 1958 nem todos os lotes constantes no mapa haviam sido vendidos. Além disso, uma pessoa poderia comprar mais de um lote e, por outro lado, um lote, na hora da sua efetiva venda, poderia ser dividido.

---

<sup>154</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, 1975. p. 76

<sup>155</sup> Algumas destas localidades mudaram de nome entre seu planejamento e a atualidade, se usa aqui os nomes constante de mapa de 1958, base da tabela 3.

Figueira, ou Figueira d' Oeste, foi planejada não para ser uma "patrimônio" e sim para ser uma cidade. Cf. BELTRÃO, 1947.

Entretanto, os dados da tabela 3 permitem perceber, melhor, como a (re)ocupação foi planejada.

TABELA 2 – “GLEBA RIO MOURÃO”: DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA POR CLASSE DE LOTES.

EXTRATOS (HA)	LOTES	%
ENTRE 10 e 20	24	3,8
ENTRE 20 e 30	57	9,1
ENTRE 30 e 40	66	10,5
ENTRE 40 e 50	107	17,0
ENTRE 50 e 60	81	12,9
ENTRE 60 e 70	58	9,2
ENTRE 70 e 80	76	12,1
ENTRE 80 e 90	58	9,2
ENTRE 90 e 100	43	6,8
ENTRE 100 e 110	43	6,8
ENTRE 110 e 130	7	1,1
ENTRE 130 e 150	8	1,3
TOTAL	628	100,0

FONTE: BELTRÃO, Alexandre. **Plano de loteamento: Memorial referente ao Terreno denominado Rio Mourão**. Curitiba, set. 1947. (Arquivo Público do Paraná). Nesta tabela do relatório são excluídas as áreas de “agricultores com terras já requeridas e/ou já aprovadas, para compra, junto a Secretaria de Viação e Obras Publicas e também as áreas dos ocupantes”. Havia um erro no percentual das últimas 5 linhas no original o qual foi, aqui, corrigido.

TABELA 3 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.: ESTRATIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS NO MAPA DA PLANTA DO TERRENO "RIO MOURÃO"

EXTRATOS(HA)	LOTES	%
ATÉ 5	690	35,04
DE 5,1 A 10	364	18,49
DE 10,1 A 20	343	17,42
DE 20,1 A 50	317	16,10
DE 50,1, A 100	182	9,24
DE 100,1 A 200	45	2,29
DE 200,1 A 400	22	1,12
MAIS DE 400	6	0,30
TOTAL	1969	100,00

FONTE: BELTRÃO, Alexandre. **Planta do terreno denominado rio Mourão**, situado no município de Engenheiro Beltrão, comarca de Peabiru. Curitiba: Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, 1958. Escala: 1:25.000. (arquivos da Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão).

Em torno dos patrimônios se organizava uma rede de pequenas propriedades. Conforme se afastavam destes as propriedades se tornavam maiores. Apresentando poucos lotes de grande porte, e dos 6 lotes com mais de 400 hectares, apenas um se destacava, com 4.840 hectares, conhecido como Fazenda Chapadão. Mas esta fazenda, posteriormente, foi loteada e efetuaram a venda de grande parte da sua área.



A importância das pequenas propriedades fica clara quando se percebe que, no referido mapa, os lotes com menos de 20 hectares representavam mais de 70% do total. Contudo, estes lotes ocupariam no máximo 33,8% da área total do município. O mencionado mapa não dá informações para fazer-se a estratificação por área exata, pois não há a indicação da área de todos os lotes, mas pode-se presumir que os lotes entre 20,1 e 100 hectares ocupariam em torno de 40% da área total, sendo que os outros 25% ou 35% da área seriam ocupados por fazendas com mais de 100 hectares.

Assim, o planejamento da (re)ocupação da área atual de Engenheiro Beltrão foi feita, principalmente, a partir de lotes que podiam ser cultivados em regime familiar, a empresa colonizadora tinha uma grande demanda por lotes menores, planejando o loteamento para suprir esta demanda. Não obstante, deve-se atentar para o fato, de a maioria da área da gleba, que formou o atual município, ter sido planejada como lotes não familiares, incluindo várias grandes propriedades.

No censo de 1970, dos 2.531 produtores, então informados, apenas 912 eram proprietários, portanto, já em 1970 havia um número muito menor de proprietários do que os lotes planejados pela colonizadora. As causas disto não devem ser buscadas no período 1958-70, mas no fato de um mesmo agricultor comprar mais de um lote.<sup>156</sup>

TABELA 4 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.: CONDIÇÃO DO PRODUTOR

ANO	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE		TOTAL	
	Estab <sup>1</sup>	Área (HA)	Estab <sup>1</sup>	Área (HÁ)	Estab <sup>1</sup>	Área (HÁ)	Estab <sup>1</sup>	Área (HA)	Estabelecimentos	Área (HA)
1970	912	25.909	94	1.545	1.415	13.010	110	1.024	2.531	41.488
1980	812	38.840	116	2.883	111	1.524	34	305	1.073	43.552
1985	685	32.703	210	5.222	327	4.308	29	585	1.253	43.288
1995/96	578	34.047	145	4.847	107	5.719	18	455	848	45.068

FONTE: IBGE. Censo agropecuário de 1970/80/95-96 Sinopse preliminar do censo agropecuário de 1985.

<sup>1</sup>Estabelecimentos

O censo agropecuário de 1970 nos fornece dados para melhor entender-se a estrutura fundiária de Engenheiro Beltrão. Apenas 314 estabelecimentos contrataram mão-de-obra. Assim, podemos concluir que o restante dos estabelecimentos, 2.217, trabalhava pelo regime familiar. Ocorre que, em geral, quem contratava trabalhadores assalariados eram as fazendas. Em 1970, foram 1.278 pessoas, entre trabalhadores temporários e permanentes. O médio proprietário, ou melhor, aquele que tinha uma área que não conseguia ser mantida apenas pela

<sup>156</sup> Mesmo se considerar que poderiam existir proprietários que não moravam em seus imóveis e os arrendaram ou entregaram em parceria e que, portanto, estariam fora deste total de 912, isso não ocorria a ponto de invalidar a afirmação feita.

sua família, entregava a área excedente, normalmente pelo regime de parceria, sendo de parceiros a maioria dos estabelecimentos, 1.415.

Desta forma, em 1970, os arrendatários e parceiros — “não proprietários” — representavam 59,6% dos estabelecimentos rurais (Tabela 4). Mesmo considerando que parte destes arrendatários pudessem ser proprietários de um outro estabelecimento, deve-se atentar que 5,85% da população rural eram empregados em trabalhos temporários e permanentes. Ou seja, a maioria da população, que vivia da terra, estava excluída da propriedade da terra.

### A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E A ESTRATÉGIA DA MIGRAÇÃO

Cabe aqui ainda uma apreciação dos impactos ambientais da “onda verde do café” e do padrão agrícola que com ela se implantou na região. Os impactos ambientais gerados no período do processo de (re)ocupação são inúmeros. Não se tem aqui a pretensão de fazer um inventário dos problemas ambientais que o desflorestamento e a agropecuária geraram, apenas comentar algumas questões que pareceram mais significativas, para esta pesquisa.

O geógrafo Reinhard Maack, já em 1963, apontava quatro grandes problemas ambientais gerados pelo desflorestamento do “sertão” paranaense:

- 1 – Abaixamento do nível freático superior após aumento por curto tempo e rápida redução da capacidade das fontes ou secamento total.
- 2 – Erosão fluvial destruidora com extraordinário transporte de material sedimentar pelos rios e o início da erosão eólica na região friável do arenito Caiuá do Estado do Paraná.
- 3 – Enchentes periódicas e súbitas dos rios, freqüentemente, com conseqüências devastadoras [...]
- 4 – Perturbação do limite normal entre as zonas climáticas Cfa e Cwa. Existirá assim uma tendência cada vez maior dos extremos. Uma vez os invernos serão muito secos com aridez catastrófica nos meses de maio a setembro e outra vez serão excessivamente úmidos com entradas da frente polar e alteração do coeficiente de variação das precipitações de 1,6 para 2,9 ou mais.<sup>157</sup>

Quanto ao quarto problema ambiental apontado por Maack, o avanço da zona climática Cwa, que domina o planalto paulista para o norte, sobre o norte do Paraná, o que teria ocorrido em decorrência de não haver mais a proteção da floresta estacional semidecidual, que serviria como uma barreira.

Warren Dean inclui estas mudanças climáticas como um dos fatores que levaram à decadência da lavoura cafeeira no Paraná.<sup>158</sup> Todavia, um outro estudo na área de climatologia indica que, apesar do desflorestamento, não houve uma alteração climática em nível regional. A pluviosidade nesta região meridional não diminuiu, provavelmente devido

---

<sup>157</sup> MAACK, Reinhard. O ritmo da devastação das matas no Estado do Paraná. *Ciência e Cultura*, v. 15, n.1, p. 25-34, mar. 1963. p. 32.

<sup>158</sup> DEAN, op. cit., p. 284

ao fato de que as chuvas ali, têm sua origem associada às oscilações da Frente Polar Atlântica. Sendo assim, as alterações se reduziram à escala microclimática,<sup>159</sup> o que coloca em cheque a tese de Maack, e aceita por Dean, e deve prevenir sobre as dificuldades de se trabalhar com dados da climatologia.

Quanto aos três primeiros problemas apontados por Reinhard Maack, todos eles estão associados à mudança do ciclo das águas, causados pelo desflorestamento. A floresta tropical e subtropical serve como uma esponja para as águas da chuva, retendo a água na turfa, nas folhas, no solo e reconduzindo-a para a atmosfera pela evaporação e pela transpiração, reduzindo em quantidade e velocidade a água que vai para os lençóis de águas subterrâneas e também para os rios. Quanto menor for a cobertura vegetal, mais as águas pluviais aumentam seu deslocamento superficial em quantidade e velocidade. Isto, via de regra, provoca o deslocamento da terra na superfície, causando a erosão dos solos. Processo semelhante ocorre com o lençol subterrâneo, causando, em um primeiro momento, um aumento da capacidade das fontes, seguido de uma redução, quando não secam totalmente. Isto levou várias cidades da região a terem sérios problemas com o abastecimento de água. Ao mesmo tempo, os rios têm um desequilíbrio muito grande em seu volume, com grandes enchentes, pois a água que não é retida pela floresta corre rapidamente em sua direção, carregando sedimentos que causam um processo de assoreamento.

Em relação ao problema da erosão, o próprio Reinhard Maack nos ensina, em *Geografia Física do Paraná*, que este é um processo natural, pois o solo está em constante movimento, em uma lenta transformação – numa temporalidade geológica. Todavia, a ação humana pode acelerar tal processo.

Os processos erosivos, causados pela atividade humana, foram particularmente graves no noroeste paranaense, onde o solo do tipo arenito Caiuá se mostrou extremamente frágil. A rápida degradação do solo com a atividade agrícola, em especial com as técnicas que então se adotavam, provocou a ruína de muitos produtores, sobretudo na década de 1960, auge do processo de (re)ocupação da citada região, favorecendo com isto a concentração de terras nas mãos dos grandes pecuaristas.<sup>160</sup>

---

<sup>159</sup> TARIFA, José Roberto. Alterações climáticas resultantes da ocupação agrícola no Brasil. **Revista do departamento de geografia**. (USP), São Paulo, n. 8, p. 15-27, 1994.

<sup>160</sup> MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do governo do Estado do Paraná, 1981.

Para observações sintéticas a respeito dos problemas de solo no noroeste paranaense, ver: GOETZKE, Siumar. **Estudos fitossociológico de uma sucessão secundária no norte do Paraná**: Proposta para recuperação de áreas degradadas. 1990. Tese (mestrado em Botânica) UFPR, Curitiba.; e MARTINS, Sueli Sato. Mudanças

Nas demais regiões cafeeiras predominam, em geral, as terras argilosas, mais resistentes à erosão. O município de Engenheiro Beltrão, embora pertença geograficamente ao noroeste paranaense, fica fora da área de ocorrência do arenito Caiuá, 95% das suas terras são argilosas.<sup>161</sup> Isto não quer dizer que em solos argilosos não houve graves problemas com erosão.

Para se ter uma idéia do processo de degradação do solo, Reinhard Maack, em 1961, nos fornece os seguintes dados.

1 alqueire de solo da mata [...] primitiva exibe na zona do Norte do Paraná, de uma maneira geral, as seguintes substâncias nutritivas:	
Matéria orgânica (húmus).....	421.000 Kg
Nitrogênio(N).....	11.000 Kg
Cálcio absorvível (CaO).....	20.000 Kg
Potássio absorvível K <sub>2</sub> O).....	1.400 Kg
Fósforo solúvel (P <sub>2</sub> O <sub>5</sub> ).....	1.600 Kg
Após o cultivo de café durante 20 anos, o mesmo solo revelou apenas ainda a seguinte substância nutritiva com perda de 35 cm da melhor camada da superfície:	
Matéria orgânica (húmus).....	26.000 Kg
Nitrogênio(N).....	1.400 Kg
Cálcio absorvível (CaO).....	900 Kg
Potássio absorvível K <sub>2</sub> O).....	115 Kg
Fósforo solúvel (P <sub>2</sub> O <sub>5</sub> ).....	600 Kg <sup>162</sup>

Não se pode generalizar tal dado trazido por Maack, pois a erosão depende de uma série de fatores, como os tipos de solo, a declividade do terreno e as técnicas utilizadas no cultivo. Mas são um bom exemplo do porquê Sérgio Buarque de Holanda afirmou ser isto mais “mineração”<sup>163</sup> que agricultura e porque o deslocamento da lavoura cafeeira foi chamado de “onda verde”,<sup>164</sup> deixando atrás de si um rastro de degradação ambiental.

Diante da degradação da base de recursos naturais, gerada pelo padrão agrícola, que inviabilizava/dificultava a produção, e também do aumento vegetativo da família – que fragmentava a terra, migrar para as fronteiras agrícolas que então se abriam era uma estratégia

Ambientais na Região Noroeste do Paraná. In: Reunião Especial da SBPC. 6. 1998: Maringá. **Anais da 6ª Reunião Especial da SBPC**. Maringá: [s.n.], 1998. p. 100-102.

<sup>161</sup> ENGENHEIRO BELTRÃO. **Projeto do Município de Engenheiro Beltrão: Programa de Florestas Municipais**. 1996.

<sup>162</sup> MAACK, 1961., op. cit., p. 41

<sup>163</sup> Se referindo a agricultura de coivara, (da qual as práticas agrícolas aqui abordadas derivam) e que tem suas origens na adaptação que os portugueses fizeram das técnicas indígenas para poderem produzir alimentos para subsistência e produtos de exportação em um país tropical, uma vez que, as técnicas européias de agricultura – como a aração profunda – em geral são inadequadas para o nosso meio tropical. Era uma “agricultura de enxada” onde “os métodos bárbaros da agricultura indígena eram em alguns casos os que convinham”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 15-45. p. 15.

<sup>164</sup> Considerando o argumento de Nelson D. Tomazi, de que a expansão da lavoura cafeeira não se deu tão linearmente, nos referimos a “onda verde”, não para destacar a linearidade da expansão, e sim para indicar o “ciclo” de devastação da lavoura cafeeira.

amplamente adotada para enfrentar o problema da reprodução da condição de pequeno agricultor ou de se tornar pequeno agricultor.

Desta forma, mesmo tendo presente que os motivos que levam a migração são sempre complexos, pode-se apontar, pelo menos, três fatores que quero destacar para entender o fluxo migratório: o latifúndio, o crescimento vegetativo e a degradação da base de recursos naturais. E chamar a atenção para o fato de que, migrar era parte da estratégia adotada para lidar com estes problemas.<sup>165</sup>

A agricultura tradicional brasileira de “coivara”, por fatores ecológicos implicava no permanente deslocamento da população, isto combinado com a estrutura fundiária e o poder dos grandes latifundiários redundava em uma grande mobilidade espacial da população de “homens livres pobres”. Que por isto, segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, não tinham um sentimento de pertença forte ao seu local de origem, ao seu “bairro rural”.<sup>166</sup>

Os imigrantes europeus das grandes migrações do século XIX e XX, assim como os portugueses no século XVI, não puderam adotar, no Brasil, o modelo de agricultura que praticavam na Europa, também, tiveram que adotar elementos das técnicas de cultivo nativas, como a prática da queimada.<sup>167</sup> Sobre a vida destes migrantes europeus que são a base do fluxo populacional estudado, Zuleika Alvim afirma, ainda:

Tomada a decisão de emigrar, tinha início uma história que se pode dizer de movimento infindo. [...]

Freqüentemente esse deslocar-se nem sequer se configurava na prática, mas permanecia como uma atitude a ser tomada. Ao sair, os camponeses não imaginavam se fixar ou recriar o mundo ao qual estavam habituados em terras estranhas, estabelecendo assim uma contradição que os acompanhará para sempre nos países de adoção. Saíam pensando em conseguir algum dinheiro e voltar ao país de origem. Quando a vida no Brasil não lhes possibilitou conseguir o pedaço de terra almejado, passaram a se movimentar dentro do território brasileiro em busca de melhores condições de vida, como aconteceu no Sul do país. Em São Paulo, transferiam-se de fazenda em fazenda na busca de salários melhores, que lhes permitissem comprar terras, ou mesmo de patrões melhores. E muitas vezes, à procura de atividades mais compatíveis com suas experiências anteriores de vida,

---

<sup>165</sup> As práticas de transmissão de herança, na reprodução da “campesinidade” são um exemplo de como a migração apresenta um quadro complexo e variado. Cf. WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negoceia”: O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, p. 11-73, 1987. p. 53. passim.

<sup>166</sup> MARTINS, 1996, op. cit., p. 40, 50, 61; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livre na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

No caso da “frente migratória” do norte, mais especificamente oriunda de São Paulo e Minas Gerais, já se discutiu autores que trabalham com esta “marcha do café”, da “coivara” aplicada ao latifúndio cafeeiro. DEAN, op. cit. e DRUMMOND, 1997. op. cit. Para um estudo, clássico, da relação entre técnicas e mobilidade espacial Cf. HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 204. Quanto a “frente migratória” do sul, para indicações das conseqüências da degradação da base de recursos naturais Cf. GERHARDT, Marcos. **Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a história da “Colônia Ijuhy” 1850-1930**. Dissertação (Mestre em História). Londrina, UEM/UEL, 2002. p. 145.

<sup>167</sup> Cf. ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215-287. v. 3. p. 272.

iam para outros países, Argentina ou Uruguai, a fim de se dedicar à cultura do trigo, por exemplo.<sup>168</sup>

Tal mobilidade incomodava as elites agrárias.

No Sul, porque o governo central os queria estabilizados nas colônias, o que ajudaria nos atritos com os vizinhos platinos; nas fazendas de café, porque não interessava aos cafeicultores pagar os bilhetes de traslado e não contar com trabalhadores em suas plantações. No caso do imigrante, o próprio direito de se locomover, em muitos casos, precisou ser conquistado.<sup>169</sup>

Se deslocar era uma forma de resistência ao poder dos latifundiários. E como estratégia se construiu em um primeiro momento a revelia do *establishment*. Posteriormente as empresas colonizadoras que vão se constituir tanto no Sudeste como no Sul – em especial em São Paulo e Rio Grande do Sul – irão aproveitar esta demanda por terras, dos que procuravam migrar, para realizar lucros. O processo era acelerado por um regime de auto crescimento demográfico. Assim, no Sul em poucas décadas as colônias já haviam esgotado sua capacidade de absorver os filhos de colonos, os quais buscavam novas áreas no interior do estado que já não fossem monopolizadas por latifúndios. No Sudeste os “colonos” do café, no anseio de ter sua terra, buscavam as regiões de fronteira agrícola do estado ou compravam terras de “cafeicultores decadentes”.<sup>170</sup>

É neste quadro geral, aqui esboçado em seus elementos mais pertinentes para esta pesquisa, que vai surgir a ação das empresas colonizadoras. Apesar deste negócio com terras aparentemente se constituir independente do Estado, pelo menos no caso do Paraná, o Estado tem uma participação ativa no processo, oficial e extra-oficialmente.<sup>171</sup>

Quando Vargas conclama para a “Marcha para o Oeste”, se constitui na “intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes de frente pioneira sobre territórios novos”.<sup>172</sup> Tal ação, mesmo pós-Vargas, vai ser amplamente aceita, por ir ao encontro da estratégia dos agricultores de migrar, para resistir, sobreviver, se reproduzir e enriquecer.

Um exemplo, de como não se esperava nem estado nem empresas colonizadoras para migrar e dado pela lista oficial de “ocupantes” que residiam nas terras da Gleba Mourão em

---

<sup>168</sup> ALVIM, op. cit., p. 234-235.

<sup>169</sup> Ibid., p. 235. Sobre esta e outras estratégias de resistência dos “colonos” paulistas, cf. STOLCKE, op. cit.

<sup>170</sup> Cancian apoiada em Pierre Monbeig (Ensaio de geografia humana brasileira. São Paulo: Martins, 1940), afirma que os “trabalhadores” na cafeicultura buscavam sempre as zonas de plantios novos pois ofereciam melhor possibilidade de ganho. CANCIAN, 1982. op. cit.

<sup>171</sup> TOMAZI, op. cit., p. 318.

<sup>172</sup> MARTINS, 1996, op. cit., p. 43. O autor situa a marcha para o oeste em 1943, mas em 1938 Vargas já conclamava a “expandir-nos no sentido das latitudes”. VARGAS, Getúlio apud: AMARAL, Luiz. **História Geral da Agricultura Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. 2 v. p. 300. Expandir as fronteiras é algo que estava no horizonte do governo Vargas desde muito cedo. Cf. SILVA, 1998. op. cit., p. 125, passim.

1942 (Anexo 3), dos 38 nomes 12 não tem sobrenome português, não eram caboclos típicos, ou talvez representem bem a continuidade entre a frente de expansão e a frente pioneira, e a diversidade da primeira.<sup>173</sup>

É fundamental percebermos esta lógica de deslocamento no tempo e no espaço, mais amplo do que o recorte inicial da pesquisa, Engenheiro Beltrão é só um lugar e momento no qual se pode perceber características de processos mais amplos. Para corroborar a argumentação aqui expressa sobre a migração como estratégia, deter-se-á na trajetória de alguns agricultores entrevistados:

Uma trajetória exemplar, de um agricultor “vitorioso”, é a de Leonardo (n. 20), nascido em 1927, conhecido na cidade como fazendeiro, mas seria melhor enquadrado como médio produtor, morador do distrito de Figueira do Oeste. Os elementos, que aqui interessam de sua trajetória de vida podem assim ser sintetizados: Seu avô paterno era italiano, colono em Limeira – São Paulo [trabalhava em fazendas de café pelo sistema de colonato]. Então ele comprou terras em Araraquara-SP. para plantar café, mas uma das suas fontes de renda era “lavar” dormentes para estrada de ferro. Com o tempo, as terras de São Paulo ficaram “mais cansadas”, o café diminuiu de produção, até que “não compensava”, além disto, a família cresceu, havia os “irmãos e tios”, do entrevistado, “todos na mesma terra”. Então, venderam as terras em São Paulo, por volta de 1939, e compraram, 24 hectares para cada irmão em Rolândia, Paraná, na época fronteira agrícola recente. Demorou uns 10 anos para conseguirem “tirar uma boa safra de café”, pois “era um lugar ruim”, a geada sempre “queimava o café”, quando conseguiram uma “boa safra” de café, compraram “à vista” 192 hectares, em 1951, no “sertão”, em Engenheiro Beltrão. Esperaram até 1955 para mudar em virtude da tentativa de grilagem das terras por parte dos Marimpá, então mudaram. Pagaram um “gato” que chamava os “peões”, para desmatar. Venderam a madeira [nobre], “meio barato”, para a serraria “do Santiago”. E construíram 10 casas [das 18 que chegaram a ter, cada casa era para um “parceiro”, já que a família sozinha não tocava os 192 hectares].

O entrevistado Alcides. (n. 26), mora na zona rural, no distrito de Sussui, um núcleo formado por migrantes catarinenses, e em especial teuto-brasileiros. Afirmo que, sua avó era

---

<sup>173</sup> Deolinda L. Pereira, afirma que mudou para Sertãozinho — atual Engenheiro Beltrão — com o seu marido, para “abrir” 22 alqueires de terra comprado pelo seu pai, tendo casado em 1933 ou 34 com “Norberto Alcantara Padilha (**gaúcho de Júlio de Castilho**)”, (grifo meu), nome que consta do anexo 4, com já tendo negociado com o governo do estado 360 hectares antes da colonizadora começar a atual. O nome também aparece como “Norberto Padilha”, provavelmente a mesma pessoa, no anexo 3, como tendo a posse de 48,4

suiça, o seu avô era “gaúcho” — pais do seu pai; seu pai e sua mãe são nascidos em Luzerna, e ele também é nascido em Santa Catarina. Foi de lá que seu pai veio para Engenheiro Beltrão em 1956, junto com os tios do entrevistado, que “era criança” [nascido em 1950]. Migraram: “porque as terra aqui eram melhor do que lá”, porque lá não tinha bastante terra para trabalhar, “é quase só pedra lá no lugar”, tem apenas “faixas esparsas” de terra que são cultiváveis. Quando pergunto se havia reserva de mata no sítio em Joaçaba ele responde: “Lá tem porque onde tem pedra não é cultivado, aquilo lá então eles deixam aquele mato, nem derruba, porque não tem jeito de se plantar, então fica aquelas reservas de meio alqueire, um alqueire... eles só plantam aquelas tirinhas pelo meio”. Mas seus tios tiveram que voltar, “vender” em Engenheiro Beltrão, para cuidar do seu avô que tinha ficado em Santa Catarina. Seu pai possuía em Engenheiro Beltrão 8 alqueires, nos quais: apesar, de que, “todo mundo foi plantando café, nós não, que não é todo mundo que entende de mexer com café, é uma lavoura difícil para mexer, quem não entende não adianta nem se meter, então começamos a mexer com hortelã, tivemos 2 alambiques, para alambicar o hortelã nosso e de fora também”. [Afirma que, a área foi comprada com “mato” da colonizadora, e não foi deixado reserva florestal nem mesmo na beira do córrego]. Explica que: o “hortelã ele dura 7 anos, depois replantaram e durou mais dois anos e meio, depois o hortelã já não dava mais, o hortelã tirou toda a proteína, sei lá como era aquilo... Adubo na época não existia, ninguém sabia o que era adubo”.<sup>174</sup> Então “foi acabando, aí que começamos com a soja.” Depois seu pai resolveu ir para o Paraguai, porque “só tinha 8 alqueires de terra, então ele achava que era pouca terra, queria comprar terra para os filhos, aqui num tinha condições de comprar terra porque aqui a terra é cara, então ele vendeu aqui e comprou lá no Paraguai, 40 alqueires, ficou com 10 e deu 10 para mim, 10 para minha irmã e 10 para o meu irmão”. Lá era “tudo em mata, tivemos que derrubar [...] a mesma lida que aqui, com hortelã, para depois, agora, está tudo em soja, tudo mecanizado”. O entrevistado informa que lá não apenas não foi deixado reserva, mas: “lá onde meu pai mora não tem um pau de lenha para queimar, eles tem que pegar por lenha de fora”. A primeira terra que comprou em Engenheiro Beltrão foram 3 alqueires em 1974 ou 75, hoje ele tem 14 alqueires, cultiva soja e milho e cria gado leiteiro e porcos. Com uma certa

---

hectares. BATHKE JÚNIOR, Wille. Entrevista com: Deolinda Luiza Pereira, 20. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 13 jan. 2002. Especial: Projeto Raízes, p. 7.

<sup>174</sup> Na lembrança dos agricultores o hortelã deve ser plantado apenas em terra “virgem” e pode ser replantado apenas uma vez. Manuel P. Corrêa afirma que o “hortelã japonês” foi introduzido no Brasil em 1915, e durante a Segunda Guerra Mundial entrou nas pautas de exportação brasileira e no “estado do Paraná” a partir de São Paulo, sendo, também, cultivado em “pontos esparsos do Mato Grosso”. “A plantação quando em terra boa e bem cuidada pode ser explorada por seis ou sete anos, época em que deve ser renovado o plantio,



diversificação na propriedade, que lhe garante uma estabilidade econômica. Seus filhos trabalham com ele [Salvo a filha que tem um emprego na cidade de Maringá].

O entrevistado Franciso (n. 10) nasceu em 1929, na município da Lapa-PR., seus pais e avôs eram agricultores lapianos. Os elementos, que interessam, aqui, de sua trajetória de vida podem assim ser sintetizados: Até os 21 anos morou com seus pais, lá a vida era “só trabalho”, criavam porcos, gado [bovino], plantavam milho, feijão, “só trabalhava”. Estava querendo casar e foi trabalhar na construção de estradas junto com o irmão, tinha uma turma de empreitada, uma média de 40 homens que eles pagavam “por hora” e pegavam a empreita da construtora de estradas, era tudo “braçal”. Até que o governador Ney Braga liberou um dinheiro para a construtora, “do filho do governador”, e eles “entraram com máquina” e ele e seu irmão deixaram de trabalhar com “empreita”. Ambos os irmãos já tinham comprado “umas terrinhas” e foram trabalhar na lavoura. Era uma área com “mato” a qual foi derrubando, “devagarzinho porque naquele tempo [...] era muito difícil, dinheiro não tinha para pagar gente, praticamente nós mesmos íamos roçando e derrubando [...] tinha pau ali nesse sítio que eu comprei que uma pessoa de um lado a outra do outro, e o pau deitado no chão, e você não enxergava uma a outra, de alto que era, a figueira”. Afirma que deixou mato na “beirada” do “córrego”, porque, “se você zelasse bem perto do barranco, depois ele ia desbarrancando”. Depois, narra o entrevistado, veio a “lavoura mecanizada aí a gente foi trabalhando onde o trator passava”, portanto onde o trator não passava foi deixado. Plantou café até a geada de 1975, depois passou para lavoura branca e mecanizou, pois, então, “o governo ajudava” com financiamento que conseguiu comprar “umas terras”, tem 22,5 alqueires e arrendo mais 17,5 alqueires, cultivando basicamente milho e soja. Morava na zona rural e seus filhos, homens, eram agricultores. Um filho do seu irmão migrou para o Mato Grosso e hoje é um grande fazendeiro e empresário.

O único entrevistado nordestino,<sup>175</sup> Oscar (n. 8), nasceu em 1939, mora na cidade e tem a seguinte trajetória de vida: nascido em Granjeiro, Ceará, em 1959 mudou de Acopiara no Ceará, para Engenheiro Beltrão, acompanhando seus pais, onze irmãos e um cunhado. A pretensão do seu pai era juntar dinheiro para comprar “Salgado, que era o nome do sítio lá” — portanto a principio pretendiam voltar para o Ceará —, seu pai afirmou que iria parar de

---

praticando-se o afolhamento ou rotação de cultura.” CORRÊA, Manuel Pio. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1984. v. IV.

<sup>175</sup> Apesar dos nordestinos serem 10,8% dos brasileiros natos em 1970 em Engenheiro Beltrão, relativamente poucos se tornaram agricultores, o que já demonstra a especificidade deste fluxo migratório.

“dar murro em ponta de faca”, pois “lá no Ceara era muito difícil, ainda hoje”, e vieram para Engenheiro Beltrão trabalhar na fazenda Boa Esperança com hortelã, trabalhando como diaristas. A primeira terra que seu pai comprou foi de um plantador de hortelã, vizinho da fazenda em que trabalhavam, foram comprando mais terras e quando saíram da fazenda já tinham 8 alqueires. Então em 1962 ou 63 a Fazenda Chapadão estava loteando parte da sua área, então seu pai comprou um lote, porque “não tinha medo de fazer conta”[dívida], pois “então nós éramos uma turma de homem danado pra trabalhar”. Lá plantaram hortelã também, inclusive derrubaram um pouco de café que havia no lote, porque “naquele tempo.... cearense nunca que mexia com café, né, porque queria outra coisa que dava.... café as vezes geava, não dava que prestava”, então plantaram “hortelã nela tudo, depois acabou, porque hortelã 3, 4 ano ela acaba, né, então plantamos algodão, milho, soja.”. O lote, na época que compraram “para baixo era mata, né, mata capoeirão, então nós roçamos [...] plantamos hortelã nela tudo”. Inclusive na área de mata ciliar, quando perguntado da sua existência esclarece: “tem é só ali, uma coisiquinha, um tiquinho, o que dava para roçar nós fizemos tudo”. Quando seu pai faleceu, afirma: “nós tínhamos 45 alqueires aqui e três lotes lá em Peabiru [um município vizinho]”. Seus irmãos “danaram” para ir embora para o Pará, venderam e foram “acabaram com toda a parte deles, inclusive, até, a parte da minha mãe”. Recebeu 3 alqueires de herança e hoje tem 7 alqueires, cultiva milho, algodão e arroz [o que não lhe deixa em uma situação economicamente confortável].

É evidente que para cada trajetória vitoriosa, houve muitas que foram “derrotadas”. Muitos foram vencidos: pela grilagem de terras, porque muita gente pagou por terras as quais não pode ter ou teve a posse de terra e não conseguiu a propriedade; por relações de trabalho “arcaizantes” que garantiam a maximização da exploração por parte dos proprietários; pelas geadas e política de preços do café, que transformaram a produção de café em uma verdadeira loteria, as geadas frequentes, de 0 a 6 por ano no município,<sup>176</sup> e principalmente as grandes geadas cíclicas,<sup>177</sup> que tornavam um fato de sorte tirar uma “boa safra”, mas que, se acompanhada de uma fase de bons preços, poderia ser “a sorte grande”. Muitos são os fatores para se vencer no “sertão”, ou vencer o “sertão”, o que se quer aqui é lembrar estes vencidos, entres eles a extensa floresta.

---

<sup>176</sup> EMBRAPA. **Zoneamento ecológico para plantas florestais no Estado do Paraná**. Brasília, 1986. p. 13-14

<sup>177</sup> CANCIAN, 1977. p. 169

## E OS AGRICULTORES DERRUBARAM A MATA

A cobertura vegetal dominante na área do atual município de Engenheiro Beltrão, antes do desflorestamento, era uma densa e grande floresta, com árvores que alcançavam 35 metros. Classificada por Reinhard Maack como floresta estacional semidecidual (ou floresta pluvial tropical do terceiro planalto),<sup>178</sup> uma floresta latifoliada, a qual ao menos em termos legais pertence ao ecossistema da Mata Atlântica.<sup>179</sup> O processo de desflorestamento foi tão radical, que o Censo Agropecuário apresenta que, em 1975, apenas 59, em um universo de 1.289 estabelecimentos, declararam ter áreas com “matas naturais”, num total de 1.571 hectares. (Tabela 5).

TABELA 5 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.: UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

	1960		1970		1975		1985		1995/96	
	Área (HÁ)	Infor-mantes	Área (HA)	Infor-mantes	Área (HA)	Infor-mantes	Área (HA)	Infor-mantes	Área (HA)	Infor-mantes
Lavoura permanente	12.306	583	11.975	1.337	7.531	541	3.209	372	1.210	180
Lavoura temporária	5.092	643	16.289	1.942	22.750	1.024	27.591	1.031	31.439	711
Pastagens naturais	51	5	28	7	2.735	419	770	61	535	52
Pastagens plantadas	2.455	422	8.667	1.069	3.774	264	6.788	452	7.263	436
Matas naturais	4.730	213	2.327	164	1.571	59	2.113	107	1.858	251
Matas plantadas	53	1	88	27	122	26	129	55	988	166
Terras incultas	39	4	938	144	1.555	132	498	70	1.776	53
Total	24.726		40.312		40.038		41.098		45.069	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1960/1970/1975/1985 e 1995/96.

As aspirações dos agricultores entrevistados, quando chegaram ao município, talvez possam ser resumidas com as idéias de “melhorar de vida” e “aumentar as terras”, isto é, “prosperar”. Isto implicou derrubar a floresta e cultivar a terra.

A grande incidência de pequenos agricultores na região contribuiu para o desflorestamento. Como já salientou Warren Dean, ao constatar que na primeira metade do século XX temos, em várias regiões do Brasil, um processo de parcelamento em pequenas propriedades da terra, ele afirma:

A passagem para a pequena propriedade alterava, pois, a tática, mas não a estratégia do ataque à floresta. A remoção da cobertura florestal nas condições desse novo regime de pequenas propriedades, menores que o normal e subcapitalizadas, provavelmente era muito mais rápida e mais completa.<sup>180</sup>

Por isto, segundo Claudia Sonda, é comum a maioria dos remanescentes florestais, existentes hoje no Paraná, estarem em grandes propriedades.<sup>181</sup> O pequeno agricultor

<sup>178</sup> ENGENHEIRO BELTRÃO, 1996, op. cit.

<sup>179</sup> A atual delimitação da “Mata Atlântica” brasileira, legalmente estabelecida para políticas públicas, é mais o resultado de embates políticos, do que de um bem elaborado trabalho de biogeografia. Cf. BRANNSTROM, Christian Repensando a Mata Atlântica brasileira: cobertura vegetal e valor da terra no Oeste Paulista, 1900 a 1930. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 26, p. 58-76, jan. 2002. p. 70-71.

<sup>180</sup> DEAN, op. cit., p. 256

<sup>181</sup> SONDA, Claudia. A cobertura florestal nas explorações agrícolas: quem tem e quem não tem floresta. *Análise Conjuntural*, v. 18, n. 11-12, p. 25-27, nov./dez. 1996. p. 26.

necessitava de toda a terra para a sua sobrevivência, já o grande e médio agricultor, às vezes, poderiam deixar áreas florestadas que fossem impróprias ou com baixa possibilidade de aproveitamento agrícola. Em Engenheiro Beltrão, em 1970, conforme o Censo Agropecuário, 28% dos estabelecimentos agrícolas possuíam até 5 hectares, com uma área média de 3,9 hectares, eram, portanto, minifúndios dos quais uma família teria dificuldade de tirar sequer sua subsistência, dentro do padrão agrícola predominante. Sendo a maioria dos estabelecimentos, 59,62%, (Tabela 03), de não proprietários (parceiros e arrendatários), os quais sabiam estar em uma situação instável, o que contribui para sobre-explorar “a base de recursos naturais”. Cabe uma digressão sobre como os conflitos sociais tem efeitos sobre a base de recursos naturais. A cultura intercalar e a caça são dois exemplo de conflitos sociais com efeitos sobre a base de recursos naturais.

A cultura intercalar, ou seja, o cultivo nos intervalos dos cafezais, o qual era destinado para o consumo ou comercialização por parte do colono/parceiro era suportada no cafezal, quando novo, todavia conforme o café crescia a cultura intercalar — como milho e feijão — competia com a cultura principal pelos nutrientes.<sup>182</sup> Verena Stolcke mostra como entre os colonos em São Paulo isto era um elemento de disputa, pois os colonos estavam, em geral, dispostos a ampliar este cultivo e os proprietários a suprimi-lo.<sup>183</sup> Em Engenheiro Beltrão, o entrevistado José (n.12) narra a história de sua irmã e do seu cunhado que, em 1955, trabalhavam como parceiros e a colheita, de café, foi perdida em virtude da geada, seus parentes queriam voltar para Minas Gerais, mas o proprietário — talvez preocupado com a falta de bons trabalhadores — convenceu eles a ficarem na terra, pois poderiam podar o café e, nas palavras do entrevistado, o proprietário teria afirmado que: “o senhor pode plantar [...] até dentro da cova de café, pode largar feijão, milho.” Isto mostra como a cultura intercalar era uma termo de troca/negociação no conflito entre não-proprietários e proprietários.

Um outro, exemplo, é a caça, fonte preciosa de um alimento apreciado, a carne, porém era vista de forma pejorativa por alguns entrevistados: “nunca fui caçador... [...] agora trabalhar [...] isso sim, agora pescador, caçador, jogador, não, nada disso comigo”(Antenor n. 29), sendo entendida como uma atividade perniciosa, comparável ao jogo de azar e como um não-trabalho. Talvez isto se explique por tal atividade desviar o “colono/parceiro” para outras atividades que “cuidar da lavoura”. Afinal, no contrato por percentagem o lucro do dono da terra dependia que o café fosse bem cuidado.

---

<sup>182</sup> O cultivo associado pode se mostrar vantajoso para os dois, ou mais, cultivos, mas isto depende de uma série de fatores técnicos a serem observados.

<sup>183</sup> STOLCKE, op. cit.

São também exemplos de como a opção por entrevistar um grupo específico limita o “campo de visão” sobre outros “usos e abusos” da floresta. Deter-se-á, novamente, nos agricultores, mais especificamente para a atividade de “derrubada”.

O desflorestamento não se efetuou todo de uma vez. A parte mais alta do terreno, em geral, era desflorestada para o plantio do café. Mas, como a residência ficava na parte baixa, perto do córrego, era ali que começava a derrubada. Alguns relatos informam que nos primeiros anos havia uma faixa de mato entre a parte alta e a parte baixa do imóvel (se verá melhor os motivos deste desmatamento em etapas). Outros cultivos incentivaram o desflorestamento para a agropecuária na fase de (re)ocupação, em especial o hortelã, por não ter as mesmas limitações que o café, podendo ser plantado nas “baixadas” (o café não pode ser plantado nas regiões baixas em virtude das geadas).<sup>184</sup>

Um analista da época assim descreve o processo de derrubada da mata:

O primeiro ato do cultivador não é lavrar a terra, mas desflorestar. Começa-se pela roçada, isto é, a limpeza à foice da sub-floresta que se efetua em maio, no princípio da estação da seca; deixa-se durante algumas semanas, de maneira a cobrir o solo com um leito de plantas bem secas, o facho; depois vem a derrubada, que consiste em por abaixo as árvores acima do facho. As mais grossas e as mais duras não são abatidas; ou são deixadas para recobrir com alguma sombra o futuro campo, ou então corta-se a casca na base em forma de anel para impedir a subida da seiva e fazer perecer a árvore dentro de alguns anos; passa-se, enfim, em setembro ou outubro, justamente antes da estação chuvosa, à queimada, ao incêndio.<sup>185</sup>

Para Nadir A. Cancian, pode-se distinguir pelo menos três estratégias para a derrubada:

---

<sup>184</sup> O café não definia sozinho a agropecuária da região, em 1960, do total da área com exploração agropecuária, apenas, 61,7% eram de lavouras permanentes (no caso, tudo, ou quase, eram cafezais), (ver Tabela 4). Todavia, até o final da década de 1950, foi a cultura predominante ou pelo menos dinamizadora da economia da região. Em uma entrevista de “pioneiros” de Campo Mourão, um entrevistado informa que seus pais chegaram no início do século na região, atual de Campo Mourão, procuraram terras com palmito, pois acreditava-se que eram melhores para cultivo de café, que junto com outros produtos era trocado em Guarapuava. (BATHKE JÚNIOR, Wille. Entrevista com: Joaquim Teodoro de Oliveira, 10. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 04 nov. 2001. Especial: Projeto Raízes, p. 7). Já no início da década de 1950, são comuns os relatos de que a “lavoura branca” (produtos agrícolas temporários como: milho e feijão) apodrecia na tulha, pois não conseguiam vender, em virtude dos baixos preços e da dificuldade de transporte. Um bom exemplo é narrado pelo entrevistado José (n. 12), quando, segundo ele, sua irmã e seu cunhado, vindos de Minas Gerais, trabalhavam como formadores de café em Engenheiro Beltrão. Como não houve produção de café em razão de geadas em 1955, o proprietário autorizou o plantio intercalar “até dentro da cova de café”, então houve uma grande safra de “milho e feijão”. Todavia, “não tinha preço, de jeito nenhum, então eles separaram uns 200 sacos e guardaram, uns 300 sacos eles pegaram e enfiaram tudo na estrada e tocaram fogo [...], depois pegaram esse milho e foram vendendo barato”. Ou, como afirma o entrevistado João (n. 13): “quando colhia cereais [...] naquele tempo [...] às vezes não tinha comprador, acabava ficando sem poder vender, porque, naquela época, não tinha estrada [...], então quantas vezes se colhia o milho, feijão [...] e na época não tinha como vender.”

<sup>185</sup> DEFFONTAINES, Pierre. A floresta a serviço do homem no Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 564, 1945 apud: CANSIAN, Nadir Aparecida. **Conjuntura econômica da madeira no norte do Paraná**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2 v. p. 72. Acresce Cancian que: “Para o Norte do Paraná as épocas de derrubada e queimada variam um pouco. A queimada geralmente é feita em agosto.” CANSIAN, 1974, op. cit., p. 72

1º - Os colonos mais pobres abrem uma clareira na mata, constróem uma moradia provisória, geralmente de palmito, e depois procedem à derrubada da mata. Isto é possível no Norte do Paraná onde as terras adquiridas são de poucos alqueires. Em alguns casos são auxiliados pelos vizinhos mais próximos.<sup>186</sup>

2º - Os colonos com posses maiores contratam o serviço de especialistas em derrubadas. Deffontaines e Monbeing assinalam que tais serviços são prestados geralmente por operários temporários vindos do Norte [sic.] do país, baianos. Sobre serem ou não baianos, é preciso assinalar que eram chamados indistintamente de baianos muitos nordestinos procedentes de outras áreas.<sup>187</sup>

Havia uma grande variedade de possibilidades de ação, dependendo principalmente dos recursos disponíveis. Parceiros e pequenos produtores descapitalizados em geral faziam eles mesmos a derrubada, proprietários mais capitalizados poderiam contratar uma turma de derrubada. Havendo ainda a possibilidade de entregar a terra a um parceiro, com “mata em pé e água no córrego”, neste tipo de contrato, normalmente com duração de 6 anos, o café produzido era repartido entre as partes, não necessariamente iguais, já a lavoura intercalar era toda do formador. Como já foi comentado estes “contratos” podiam variar muito em suas cláusulas.

3º - Há ainda um tipo especial, o mateiro, ou extrator de toros. Esse tipo de trabalhador é um verdadeiro profissional em extração madeireira. Conseguia derrubar uma árvore mesmo entre cafezais, na mata virgem [sic.] ou onde quer que se localizasse. Para se conhecer bem todo o processo, é preciso dizer que ele exerce várias funções. Pode adquirir a madeira em pé, por sua própria conta, derrubá-la e vendê-la depois às serrarias. Nesse caso, age como extrator e intermediário. Compra e vende madeira. Os gastos correm por sua conta. Pode ainda ser contratado por uma serraria que comprou a madeira em pé e precisa derrubá-la. Nesse caso, os seus serviços são contratados e as despesas podem ou não correr por sua conta, dependendo do contrato. É preciso assinalar ainda que não foi encontrado um único contrato por escrito. São geralmente à base da palavra empenhada.<sup>188</sup>

Nas entrevistas realizadas não há registro desta atividade, salvo, talvez, a citação do entrevistado Lucidio (n. 23), que relata que na fazenda em que trabalhou, entre 1949 e 1963, uma de suas funções era proteger a área que foi invadida várias vezes, em especial para a extração da madeira nobre como cedro e peroba.<sup>189</sup> De onde desprendemos que nem sempre ou nem todos os mateiros eram contratados, o simples furto das árvores era possível, especialmente conforme a (re)ocupação ia se completando e a floresta começava a ficar mais escassa, o que aconteceu de forma muito rápida.

Embora no século XIX a terra florestada fosse vendida em geral pela metade do preço da terra desmatada, refletindo o custo da derrubada, agora as terras florestadas custavam mais. Em dezoito municípios pesquisados na Zona da Mata de Minas Gerais em 1905, a floresta primária era avaliada 70% acima da terra desmatada [...]

<sup>186</sup> CANCIAN, 1974, op. cit., p. 73

<sup>187</sup> Ibid., p. 74

<sup>188</sup> Ibid., p. 74-5

<sup>189</sup> Não encontrei indícios de uma relação mais íntima entre a grilagem de terras e a exploração madeireira na área estudada da floresta estacional semidecidual, mas na floresta ombrófila mista (nas florestas de araucárias), entrevistas sugerem que as terras de “florestas de araucárias” eram especialmente visada pelos grileiros de terras. BATHKE JÚNIOR, Wille. Entrevista com: Alfredo Ferrari, 09. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 28 out. 2001. Especial, p. 7 e SORIANO, op. cit.

O preço da floresta primária em cada um desses municípios estava associado não à sua escassez absoluta, mas ao valor da terra desmatada, sugerindo que os fatores que determinavam seu preço eram a fertilidade do solo e o clima do município, donde seu potencial para o cultivo de café. O que está implícito na alteração desses percentuais é que, em algum ponto inicial do povoamento, havia vantagem em não levar a floresta ao mercado, mas que essa vantagem desapareceu bem cedo – as faixas finais da floresta primária não aumentariam continuamente de valor, mas acompanhariam o mercado de terra desmatada. Não era, portanto, promissora especulação com essas faixas e também não havia perspectivas de longo prazo para sua sobrevivência.<sup>190</sup>

Em Engenheiro Beltrão, ainda, no início da década de 1950, era mais caro comprar uma área de café formado do que uma área com o “mato em pé”. A exploração da madeira, de acordo com Claudia Sonda, foi “bastante seletiva e exclusivamente calcada na prática extrativista”, sobretudo na floresta estacional semidecidual, a floresta foi pouco aproveitada economicamente. “Grandes extensões de floresta estacional semidecidual e seus ecossistemas associados foram queimados, restando apenas alguns escassos remanescentes florestais.”<sup>191</sup>

Algumas memórias do período lembram estupefactas de tamanho desperdício de recursos naturais no norte do Paraná:

João Tenório Cavalcanti [...] dirigia uma turma que chegou a integrar 800 homens, um verdadeiro exército de “machadeiros” que liquidou o **maior perobal do mundo**, reduzindo grande parte a cinzas, nas **queimadas que somavam léguas**. Dava pena ver as chacinas dos gigantes troncos, com séculos de existência, deitados inermes sobre a terra, com as entranhas a ferver em fogo. (grifo meu)<sup>192</sup>

Não há trabalho que permita mensurar o tamanho do desperdício de recursos naturais, ou da extinção da biodiversidade, apesar de haver trabalhos que especulem sobre esta questão. Pode-se aqui, recordar Dean, e pensar que não há como não vermos, hoje, tal processo de desflorestamento como algo trágico, afinal a biodiversidade da floresta é tal, e com tal endemismo, que podemos supor, que o processo de desflorestamento, apenas da área de Engenheiro Beltrão, foi responsável pela extinção de espécies, as quais sequer chegaremos a conhecer.

Porém, é certo que, “diferente da situação da fronteira cafeeira dos primeiros tempos, algumas das árvores estavam sendo cortadas para madeira, mais do que meramente queimadas.”<sup>193</sup> A utilização comercial da madeira também é apontada por N. D. Tomazi, analisando dados da década de 1930, basicamente do Norte Velho, afirma:

[A] produção de milho e feijão competia, quando não era superior à do café, sem levar em conta o que era consumido na própria região produtora. Além disso, o

<sup>190</sup> DEAN, op. cit., p. 262-3

<sup>191</sup> SONDA, op. cit., p. 25

<sup>192</sup> ESTRADA, Duque J. F. **Terra Crua**. Curitiba: [s.n.], 1961. p. 17 apud: PAULA, Zueleide Casagrande de. **Maringá: o coração verde do Brasil?** 1998. 270 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista – UNESP., Assis. p. 70

<sup>193</sup> WAGLEY, op. cit., p. 91 No original: "Unlike the situation on the coffee frontier of earlier times, some of the trees are being cut for lumber rather than merely burned." (tradução livre).

transporte de porcos e **de madeira** deixa claro que a (re)ocupação até então produzia outras coisas além do café, que tinha ainda um destino certo, São Paulo e o porto de Santos. (grifo meu)<sup>194</sup>

## INDÚSTRIA MADEIREIRA

Na primeira metade do século XX, temos uma grande transformação na forma de exploração das florestas no Brasil. Segundo Dean, introduz-se uma sistemática remoção da madeira. No Vale do Ribeira, passou-se a comprar a terra somente para explorar a madeira, ao invés de simplesmente queimá-la. “No fim da década de 20, caminhões a gasolina e serrarias portáteis movidas a máquina de [sic] vapor tornaram econômico um tráfico terrestre de madeiras de lei.”<sup>195</sup> Ainda de acordo com Dean, muito provavelmente, tal exploração da madeira é a causa da inversão dos preços das terras, com a terra florestada superando o preço da terra desmatada.

As vendas de madeira podiam facilmente igualar o custo do desmatamento da terra. A derrubada de espécies da floresta primária era extremamente seletiva, de sorte que uma parte relativamente pequena da biomassa florestal era explorada e a maior parte dela continuava a ser queimada.<sup>196</sup>

O Brasil só passou a exportar mais madeira do que importava durante a Primeira Guerra Mundial.<sup>197</sup> E no estado do Paraná foi só durante a década de 1920 que tal produto passou a ter grande importância econômica para o Estado, o transporte era o principal ponto de estrangulamento na cadeia produtiva e as ferrovias é que permitiram, até certo ponto, a comercialização da madeira. Mas esta produção paranaense era principalmente de “Pinho do Paraná”, a *Araucária angustifolia*, madeira abundante no centro sul e a oeste do estado. Nas matas do norte do estado, era escassa, predominando, neste tipo de floresta uma série de outras madeiras nobres.<sup>198</sup>

Alguns analistas da época chegaram a maldizer o que seria chamado hoje de biodiversidade da floresta brasileira, pois as florestas temperadas, constituídas muitas vezes de apenas uma espécie predominante, possibilitavam um maior ganho econômico, o que ocorria, de certa forma, nas matas de pinhais do Paraná e dos outros estados do Sul do país. Nas florestas tropicais, apenas algumas espécies têm as qualidades exigidas pelo mercado consumidor, e elas estão espalhadas, com apenas alguns indivíduos da espécie no meio de uma densa floresta. Até mesmo a legislação florestal apresentou uma diferenciação entre as

<sup>194</sup> TOMAZI, op. cit., p. 215

<sup>195</sup> DEAN, op. cit., p. 265

<sup>196</sup> Ibid., p. 265

<sup>197</sup> SOUZA, Paulo Ferreira de. **Indústria Madeireira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 14-15.

<sup>198</sup> LALALLE, C. M. **A madeira na economia paranaense**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR., Curitiba.



florestas “homogêneas” e as “heterogêneas”, a qual somente foi superada na década de 1980. Para as florestas homogêneas havia formas de conservação — racionalização do uso — já para as florestas “mistas”, eram “consagradas” ao “corte raso”.<sup>199</sup> Segundo Noeme Bohn o “espírito da comissão que elaborou o anteprojeto do” primeiro Código Florestal brasileiro, de 1934, poderia assim ser sintetizado:

‘O Brasil, talvez o país que possua maior área florestada é pobre de floresta homogêneas. Verdadeiramente merecedora desse qualificativo só temos os pinhais da chamada Araucarilândia, nos Estados do Paraná e Santa Catarina.’

‘Ora, só as florestas homogêneas permitem exploração industrial em grande escala com vantagem econômica, porque a mão-de-obra nas heterogêneas, é muito dispendiosa, encarecendo o custo da produção.’<sup>200</sup>

O Código Florestal refletia estas preocupações de usar eficazmente as florestas “homogêneas”, e havia menos preocupação com as florestas “heterogêneas”, em virtude das dificuldades de exploração que então se vislumbrava. Para se ter uma idéia, do aproveitamento das florestas “heterogêneas” na Serraria São Carlos, em Cambé, no norte do Paraná, estudada por Nadir A. Cancian, foram encontradas apenas as “espécies: peroba, cedro, pinho, canelão, cabreúva, caviúna, marfim, coração de negro, amoreira, imbuia.”<sup>201</sup> As espécies aproveitadas variavam de incidência, mesmo no norte do Paraná, mas ainda hoje a indústria madeireira extrativista, em geral, trabalha com umas poucas espécies de madeira. Desta forma, “essas madeiras espalhadas pela floresta primária latifoliada eram difíceis de transportar. Uma pequena parte teve uso local, principalmente para a construção das casas de madeira e galpões típicos dessa fase ‘pioneira’, mas a maioria era queimada *in loco*.”<sup>202</sup>

Alexandre Beltrão, engenheiro responsável pela Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão, destacava no Plano de Colonização da Gleba Mourão que:

As terras são, em sua quase totalidade revestidas de mata virgem, [sic.] com o domínio da vegetação característica de todo o vale do rio Ivaí, na qual as árvores de maior porte e as mais comuns são perobas, cedros, figueiras, paus d’alho, alecrins, monjoleiros, sobrasil, caviúnas, cajaranas, angicos, etc.

E destacava que: “na faixa de terras marginais ao ribeirão da Cachoeira e ao córrego de Saltinho, encontram-se pinheiros, em terrenos próprios para a criação de gado.”<sup>203</sup>

---

<sup>199</sup> Isto através de algumas manobras legais e ressalvadas as “florestas protetoras” ou “remanescentes”, e posteriormente as Áreas de Preservação Permanente. BOHN, Noemia. **A legislação ambiental e sua implementação frente a degradação da cobertura florestal no vale do Itajaí**. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas – Especialidade Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 279 p.

<sup>200</sup> PEREIRA, Osny Duarte. **Direito florestal brasileiro**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950. p. 140. apud: BOHN, op. cit., 279 p.

<sup>201</sup> CANSIAN, 1974. p. 67

<sup>202</sup> NESELLA, Maria Lúcia Bertachini; ALCÂNTARA, José Carlos. O desmatamento no norte do Paraná: um recorte comparativo ambiental. **Teia**, Maringá. Disponível em: <[www.pea.uem.br/teia/teia-art\\_04.html](http://www.pea.uem.br/teia/teia-art_04.html)>. Acesso em: 08 jan. 2002. p. 11

<sup>203</sup> BELTRÃO, 1947, op. cit., p. 27

A oeste do atual município de Engenheiro Beltrão, “para os lados de Campo Mourão”, havia uma extensa área de floresta de araucária, as quais eram mais cobiçadas pelos madeireiros. Na Gleba Mourão sua incidência se dava apenas em algumas faixas. Em Engenheiro Beltrão, uma “onda verde” devorava a floresta. A comercialização da madeira era limitada,<sup>204</sup> o desflorestamento é lembrado como um custo. Quando se perguntou ao agricultor Antônio por que desmatou o seu sítio aos poucos, afirma que: era “porque o recurso era pouco, então você ia derrubando a maneira do possível” (n. 24), o que leva a se pensar que a venda da madeira de um lote rural, em geral, não pagava a derrubada e a preparação do terreno para o cultivo, pelo menos nos primeiros anos da colonização dirigida. Até porque apenas as madeiras nobres, deve-se reforçar, especialmente a peroba (*Aspidosperma polyneuron*), o cedro (*Cedrella fissilis*) e o marfim (*Balfourodendron riedelianum*), eram retiradas para venda. Espécies com menor valor comercial, ou de menor porte, eram queimadas junto com o restante da floresta.

Para Nadir A. Cancian, foi o avanço da fronteira agrícola o principal motivador da ação das madeireiras:

A exploração madeireira só foi significativa enquanto se completava esta ocupação, o que, aliás, se fez de forma muito rápida. [...] Pode dizer-se que a serraria é pioneira na abertura de regiões, aproveitando-se das madeiras liberadas pela ocupação agrícola das terras. Nota-se o movimento de deslocamento das serrarias à medida que a colonização ou as novas frentes pioneiras penetram mais para o interior.<sup>205</sup>

Tanto que foi exatamente no período da (re)ocupação em que ocorreu a expansão da indústria madeireira: no “Norte do Paraná [...], por volta de 1935, as serrarias eram em número de 11, e catorze anos depois, em 1949, perfaziam um total de 177 serrarias registradas

---

<sup>204</sup> Apesar de todos os relatos indicando o quão limitado era o aproveitamento industrial da madeira na região. Um dado é impressionante, Carlos E. Thibau afirma que: “somente uma parte pequena do volume de latifoliadas, estimada em 10 a 20 m<sup>3</sup> por hectare, pode ser utilizada comercialmente devido às limitações técnicas, ecológicas, econômicas e de comercialização”. Se aplica-se isto ao município de Engenheiro Beltrão com 412 km<sup>2</sup>, e se usar a expectativa máxima de produção, 20 m<sup>3</sup> por hectare, obtém-se uma produção de 824.000 m<sup>3</sup>. Ora se se somar o quantidade de madeira produzida por extração entre 1956 e 1964, (Tabela 6) com os dados de produção posterior a 1974 (anexo 6) — infelizmente não se localizou os dados para o período 65-72 para o município — tem-se 570.386 m<sup>3</sup>; se acrescer-se a este valor uma estimativa para os 9 anos que não se tem informações, sem contar o período anterior a 56, e se se considerar que a estimativa foi feito pelo máximo de produção esperada, (que tem uma variação de 100% em relação ao mínimo esperado), pode-se chegar a impressionante conclusão que o município produziu tanta madeira como era de se esperar para o seu tipo de floresta e nas condições de exploração praticadas habitualmente na América Latina. É claro que o volume de produção indicado por Thibau são generalizações extremas, e por isto imprecisas, uma vez que se aplica a todas as florestas, tropicais e equatoriais, de toda a América Latina, a partir de um relatório de BID de 1982 ou 83. Se estes valores estiverem corretos, pode-se concluir que o caso estudado é um exemplo de como são grandes os “limites” citados pelo autor para toda a Latino América. Cf. THIBAU, Carlos Eugênio. **Produção sustentada em florestas**: conceitos e tecnologias, biomassa energética, pesquisas e constatações. Belo Horizonte: O Autor, 2000. p. 33.

<sup>205</sup> CANCIAN, 1974. p. 5

no I.N.P.” (Instituto Nacional do Pinho).<sup>206</sup> As serrarias e a extração madeireira foram atividades transitórias na região:

a tal ponto que se pode dizer que, quando as serrarias operam com peroba, pinho, cedro, cabreúva, marfim e outras madeiras preciosas, estão na plenitude dos lucros financeiros, com uma duração média de 25 anos em uma região, ao passo que quando começam a serrar pau-d’alho, madeira de pouco valor comercial, já é a decadência pelo esgotamento da matéria-prima de fácil acesso, pois madeiras inferiores não compensam comercialmente a produção, quer pela qualidade, quer pelo preço. Isto não quer dizer que, além desse limite de tempo, não possa haver serraria funcional em uma área determinada. Mas, ou são firmas de grandes recursos financeiros que podem operar trazendo a matéria-prima de longa distância, ou se transformam em verdadeiras fábricas de artefatos de madeira, o que lhes permite um aproveitamento maior da matéria-prima, transformando-a em diversos produtos secundários cujos preços compensam os fretes pagos no transporte de longo curso.<sup>207</sup>

Engenheiro Beltrão segue a trajetória tradicional da indústria madeireira no Brasil. A primeira serraria<sup>208</sup> instalada logo depois do início da atuação da Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão pertencia a Aldevino Santiago, a qual quase sempre é lembrada pelos entrevistados. Já em 1960, nos anos de auge da produção de madeira (Tabela 6), o Censo Industrial informa sete empresas madeireiras no município. Na década de 1970, conforme a madeira ia escasseando, passou-se a serrar uma variedade maior de espécies arbóreas, mas estas tinham baixo retorno econômico, as serrarias que não mudaram para regiões de fronteira agrícola começaram a trazer toras cada vez mais de longe e diversificar as atividades, mas hoje resta apenas uma mini serraria na cidade. A silvicultura não teve grande expressividade no município, (ver Tabela 5 e Anexo 5), sendo que se implantou principalmente graças a incentivos governamentais.

---

<sup>206</sup> Ibid., p. 204. O que não exclui a existência de outras madeiras não registradas no INP.

<sup>207</sup> Ibid., p. 71-2

Deve-se considerar, ainda que, na atualidade, há empresas que efetuaram reflorestamentos industriais, na região, e daí retiram sua matéria prima. Todavia, a silvicultura é uma atividade sem grande expressão no norte do Paraná como um todo.

TABELA 6 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.: MADEIRAS

ANO	M3
1956	5.800
1957	7.300
1958	278.986
1959	7.538
1960	62.000
1961	62.000
1962	15.900
1963	12.000
1964	8.000

Fonte: Departamento Estadual de Estatística – Paraná. apud: CANCIAN, Nadir Aparecida.

**Conjuntura econômica da madeira no norte do Paraná.** 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2 v. p. 453-461.

A simples queima da floresta, sem a retirada das espécies nobres, era predominante, no período anterior à atuação da colonizadora, e nos primeiros anos de sua atuação, motivada sobretudo pela dificuldade no transporte, que era rodoviário. Esta dificuldade de transporte foi resolvida gradualmente, a ausência de, ou péssimas estradas permaneceram um problema tanto para escoamento dentro do município, como para a principal via de acesso ao mercado mais amplo, a cidade de Maringá – distante 65 quilômetros, só sendo efetivamente resolvido com o asfaltamento da rodovia, já no final dos anos 60,<sup>209</sup> quando o “ciclo” madeireiro se esgotará. Seguindo a trajetória típica das indústrias madeireiras no norte do Paraná, os anos de 1958 a 1961, foram o auge da produção madeireira, na média o município produziu 32,3% da madeira da microrregião de Campo Mourão, já em 1964 apensar da produção da microrregião ainda estar em ascendência a produção do município representava apenas 1,7% da produção total, o que indica que a abertura de outras localidades para agricultura na microrregião liberava a madeira para as serrarias.<sup>210</sup> No início dos anos 60, talvez 1/3 das matas nativas ainda restavam no município (ver Tabela 5), o último ano a apresentar uma produção comercialmente significativa<sup>211</sup> de madeira foi em 1977, em que oficialmente houve a extração de 36.000 m<sup>3</sup>, (Anexo 6).

Mesmo com todas estas dificuldades, havia uma superprodução de madeira, por parte das serrarias, a qual foi responsável, em parte, pelos baixos preços pagos nos grandes

<sup>208</sup> ENGENHEIRO BELTRÃO. **História, Pioneiros, Atualidades: Engenheiro Beltrão.** Engenheiro Beltrão, 1985. p. 5.

<sup>209</sup> BATHKE JÚNIOR, Wille. Entrevista com: João Pacheco Gomes 03. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 16 set. 2001. Especial, p. 7. **RODOVIA Maringá C. Mourão** inicia-se hoje o asfaltamento. **O Jornal**, Maringá, 9 out. 1966. p. 1.

<sup>210</sup> CANCIAN, 1974. op. cit., p. 88 et seq. p. 455-8, 461

<sup>211</sup> Isto em termo do significado da comercialização de produtos extrativos vegetais na comercialização global do município. Em 1975, o valor da produção de lenha e madeira equivalia a 0,29% do valor da produção de soja e café no município, segundo o Censo Agropecuário e a Produção Extrativa Vegetal do IBGE.

mercados consumidores.<sup>212</sup> Afinal, não havia falta de fornecedores do produto, ao contrário, os agricultores também mantinham uma superprodução de madeiras para as serrarias, que “não vencia cortar”,<sup>213</sup> o que provavelmente mantinha os preços baixos e incentivava o corte hiper-seletivo:<sup>214</sup> “Retirava a madeira, mas só tirava a boa, né, naquele tempo só precisava de madeira melhor, tinha madeira sobrando, a ruim a gente largava lá, queimava, apodrecia”.<sup>215</sup> Nos anos 1970 e 1980, principal período em que as terras da região foram “mecanizadas”, ou seja, tirava-se os obstáculos para a circulação de máquinas automotoras agrícolas, muitos troncos de árvores tinham que ser retirados do meio das “roças”, em alguns casos, troncos com 20 ou 30 anos de derrubada foram serrados para aproveitar o que havia se tornado uma mercadoria nobre.

Havia vários “problemas” no mercado de madeiras paranaense de então, a madeira serrada muitas vezes estragava por falta de capacidade de transporte das ferrovias, que foram o meio fundamental de escoamento até a chegada das estradas asfaltadas na década de 1960, devido à incapacidade do setor de se organizar para não produzir mais do que se podia transportar, ou aumentar a capacidade de transporte. Além disto, a madeira brasileira era de baixa qualidade e, graças a super produção, tinha preços baixos.<sup>216</sup> A partir desta constatação C. M. Lalalle conclui, em sua pesquisa a respeito da indústria madeireira no Paraná, que:

O rápido esgotamento das reservas florestais paranaenses foi motivado, em parte, pela falta de execução rigorosa da legislação existente e também pela **falta de previdência** do próprio madeireiro, **que trocou** uma exploração florestal metódica, a longo prazo, por um lucro momentâneo e nem sempre compensador. (grifo meu)<sup>217</sup>

Caberia duas observações sobre a conclusão citada. A primeira é que, a exploração predatória de recursos naturais e a falta de capacidade do Estado, por si, de regular são apontados, por muitos autores, como parte do processo de reprodução ampliada do capital. Os agentes individuais do mercado têm suas ações voltadas para a ampliação do lucro, mas isto não significa que o mercado como um todo maximize a possibilidade de lucros ou de

<sup>212</sup> CANCIAN, 1974. p. 206

<sup>213</sup> DALPONT, João; DALPONT, Fortunata B. **João Dalpont; Fortunata B. Dalpont**: depoimento [24 abr. 2003]. Engenheiro Beltrão, 2003.

<sup>214</sup> O patriarca da família dona da única serraria em funcionamento no município, quando lhe perguntado: quais “tipos” de madeira serravam na década de 1950, ele recordou apenas de: peroba, cedro, marfim e óleo pardo. SANSEL, Casemiro. **Casemiro Sansel**: depoimento [12 dez. 1998]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 1998.

<sup>215</sup> DALPONT, João; DALPONT, Fortunata B. **João Dalpont; Fortunata B. Dalpont**: depoimento [24 abr. 2003]. Engenheiro Beltrão, 2003.

<sup>216</sup> LALALLE, op. cit.

<sup>217</sup> Ibid., p. 142-3

produção. Ao mesmo tempo em que em “uma ordem competitiva”, o Estado apresenta uma incapacidade regulatória do processo.<sup>218</sup>

A segunda observação decorre do fato da autora afirmar que poderia ter sido diferente. Esta é uma afirmação politicamente importante para o futuro, afinal o uso predatório ainda hoje ocorre, e podemos modifica-lo.<sup>219</sup> Warren Dean amplia e reforça tal conclusão, em seu estudo sobre a Mata Atlântica:

Essas reflexões sugerem que uma política de recursos voltada para a estabilidade e a renovação dos mesmos poderia ter atendido melhor ao bem-estar político e econômico e de mais longo prazo dos habitantes do sudeste da Mata Atlântica, inclusive da própria classe superior proprietária de terras.<sup>220</sup>

Não se trata de uma afirmação “analítica” e sim política, daqueles que querem lembrar que, ainda hoje, há florestas sendo devastadas em condições semelhantes a estas. Todavia tal conclusão não ajuda a entender os processos históricos, o fazer-se. Afinal não existe “se” em história, e, tal afirmação, não ajuda muito a compreender as decisões que os agentes efetivamente tomaram: Por que eles foram “imprevidentes”?<sup>221</sup> Não cabe aqui buscar entender melhor a ação dos madeireiros, mas cabe atentar melhor para as ações e percepções dos agricultores, sujeitos aqui pesquisados.

## OUTROS FATORES PARA DESFLORESTAR

Há outros fatores que deve-se levar em conta para se entender o processo de devastação da floresta, um deles se expressa ao chamarem a floresta de “mato”, considerando que “mato” não é apenas a floresta primária, é também a capoeira, e mais, qualquer planta que nasça em lugar indesejado ( “praga” ), as quais o agricultor tem por ofício carpir, eliminar, para limpar o terreno. Um dos entrevistados afirmou, que se ele “zelasse”(Francisco n. 10) — retirar o “mato” — da barranca do rio, ela desbarrancaria. Assim, qualquer área de “mato”, (não “zelada”), foi entendida como uma área inculta, na qual não se trabalha.

---

<sup>218</sup> O debate sobre a relação entre capitalismo e problemas ambientais é muito amplo. Cf. GOLDBLATT, David. **Teoria Social e Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. Ver o estudo de caso de: DRUMMOND, José. **A exploração de recursos naturais numa ordem competitiva**: Um estudo sobre as falhas do mercado e o conflito entre as indústrias de ostras e de pastas de papel em Shelton (Washington, EUA). Niterói: EDUFF, 1995.

<sup>219</sup> Na atualidade, as serrarias que atuam nas “fronteiras” da Amazônia são marcadas pelo desperdício de recursos naturais, do ponto de vista de seu aproveitamento econômico. Ou seja, utilizando técnicas “racionalis” de extração e equipamentos de boa qualidade e atualizados, poderiam ter um rendimento muito superior ao atual, evitando o desperdício de um recurso finito. Mesmo se considerarmos o padrão tecnológico dos anos 1950, esta afirmação seria válida também para as serrarias atuando no norte paranaense. Ver: CANCIAN, 1974, op. cit. p. 71

<sup>220</sup> DEAN, op. cit., p. 205

<sup>221</sup> E mais nos expõem ao risco do etnocentrismo — um outro nome para este “pecado” o anacronismo —, de não percebermos a alteridade no tempo e no espaços. Cf. DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento

Todo o período anterior à modernização é lembrado por aqueles que o viveram, com uma ênfase muito grande no trabalho: “**a gente só trabalhava**,<sup>222</sup> não saía pra... [...], nem rádio quase a gente não ouvia, né, televisão não tinha também, então a gente às vezes chegava domingo sem saber que dia era da semana”. (Leonardo n. 20).

O essencial a ser retido é a presença do discurso do trabalho. O trabalho como um valor fundamental, que estava e está presente na fala dos agricultores.<sup>223</sup>

Podemos inferir que manter “mato” na propriedade é manter a “terra inculta”, é não trabalhar, portanto, um ato moralmente condenável para este grupo social. Assim, torna-se necessário considerar tal “discurso do trabalho” para entendermos a derrubada tão completa das matas na área estudada.<sup>224</sup>

Segundo Eric Hobsbawm, “para os camponeses, a posse sem trabalho é impensável, uma vez que toda a terra que tenham deve ser utilizada”. Para além do discurso moderno do trabalho, isto seria parte dos “pressupostos sociais, políticos e do pensamento estratégico subjacente”<sup>225</sup> aos camponeses ocidentais. Uma outra fonte para a legitimidade moral da idéia que terra “em que não se trabalha” pode ser ocupada, e terra em que se trabalha, se tem direito a posse, é sugerida por José de Souza Martins, ao afirmar que:

Uma característica importante da frente de expansão em todo o país, para datá-la historicamente, é que quando se deslocavam juntos ricos e pobres deslocavam-se com base nos direitos assegurados pelo regime sesmarial. Embora o regime de sesmarias tenha cessado às vésperas da Independência e só tenha sido substituído por um novo regime fundiário com a Lei de Terras de 1850, ele continuou norteando as concepções de direito à terra de ricos e pobres e, em muitos casos, norteia até agora. A concepção de que é preciso ocupar a terra com trabalho (na derrubada da mata e no seu cultivo) antes de obter reconhecimento de direito, era próprio do regime sesmarial. Do mesmo modo, a concepção de que o trabalho gera direito de propriedade sobre os frutos do trabalho também era próprio desse regime fundiário. Nele, o domínio estava separado da posse. O domínio era da Coroa. Quando, por acaso, o sesmeiro deixasse de cultivar a terra ou de obter dela frutos para pagar tributos, a terra se tornava devoluta (ou realenga, como então se dizia, isto é pertencente ao rei) Podia por isso ser novamente distribuída pelo representante da Coroa, bastando que alguém a ocupasse e, depois, a requeresse, como ocorreu

---

ambiental histórico: o caso do Brasil. In: SIMPOSIO DE HISTÓRIA AMBIENTAL AMERICANA, 2., 2003, Santiago. **Anais**. Santiago: Universidade de Chile, 2003. 1 CD.

<sup>222</sup> Todos os grifos em citações de entrevistas são meus.

<sup>223</sup> Sobre a construção de tal representação do trabalho, na sociedade brasileira, ver: MARTINS, Silvia Helena Zanirato. **Artífices do Ócio**: Mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942). Londrina: Editora UEL, 1998.

<sup>224</sup> Segundo Eliane Dalmora, os agricultores familiares, descendentes de imigrantes italianos e alemães, de Lindóia do Sul e Ibirama em Santa Catarina construíram um entendimento de mata, que pode ser, “consubstanciada em: mata suja (espaço de não trabalho) X cultura limpa (espaço transformado pelo trabalho humano) e produtivo (reflorestamento) X não produtivo (manejo florestal).” DALMORA, Eliane. **Contradições na conservação e entendimento da mata entre técnicos e agricultores familiares de Lindóia do Sul e Ibirama, SC**. In: SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL, 1., 2003, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 188.

<sup>225</sup> HOBBSAWM, Eric. Ocupações de terra por camponeses. In: \_\_\_\_\_. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 241-276. p. 241-4

freqüentemente. Do mesmo modo, a casa de um agregado construída em terras de sesmaria ou data de outrem, bem como suas roças e cultivos, não sendo ele escravo, lhe pertenciam legalmente, sendo a relação com o sesmeiro apenas relação de enfiteuse. Portanto, o trabalho de fato gerava direito sobre bens produzidos e sobre a terra beneficiada ou, melhor, sobre o benefício incorporado à terra, como era o caso do desmatamento.<sup>226</sup>

No período anterior a colonização dirigida, como já foi indicado, há indícios da existência de uma ordem moral sobre a qual a terra estava sujeita. Martins, ao argumentar sobre estas persistências do “imaginário monárquico”, na frente de expansão, afirma que isto não se deve apenas a “arcaísmos religiosos”, “mas também a uma concepção de direito muito próximo dos pobres: a dos direitos (de uso) gerados pelo trabalho em oposição aos direitos (de propriedade) gerados pelo dinheiro”<sup>227</sup> Não cabe, entretanto aqui debater sobre a gênese desta idéia e sim, o que interessa para esta pesquisa, é constatar a sua persistência.

Não se quer aqui afirmar que os agricultores estudados vivem dentro de uma ordem moral tradicional,<sup>228</sup> mas apenas apontar a persistência de alguns valores que continuam presentes em novas configurações. Ainda hoje, mesmo entre os agricultores “bem de vida”, que, em geral, repudiam a ocupação de terras promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para pressionar a execução da reforma agrária, o argumento que os “trabalhadores” têm o direito de “ocupar” a terra “inculta” é considerado válido.

Tal princípio moral tem implicações para a floresta na época da (re)ocupação da região, terra com “mato” poderia ser “ocupada” com uma certa legitimidade, não legal, mas moral. Houve uma imagem produzida pelas empresas colonizadoras e pela elite agrária da região que no norte do Paraná não ocorreram conflitos pela terra.<sup>229</sup> Todavia, são inúmeros e intensos os conflitos pela posse da terra na história da (re)ocupação do “sertão” do Paraná.<sup>230</sup> Ter alguém morando e/ou poder político/econômico/“de fogo” para manter “invasores” fora da propriedade era a forma de garantir uma posse “pacífica”. Uma área com “mato” sem vigilância poderia ser “ocupada” ou explorada por terceiros, como indica o relato do entrevistado Lucidio n. 23, já citado, sobre a sua ação para conter invasores que queriam extrair madeiras nobres, como cedro e peroba, da fazenda em que trabalhou até 1963. Manter a área “limpa”, sem mato, era uma forma que ajudava a confirmar a posse ou a propriedade,

---

<sup>226</sup> MARTINS, 1996, op. cit., p. 43-4

<sup>227</sup> Ibid., 1996, op. cit., p. 44

<sup>228</sup> Pelo contrário, os agricultores em pauta tem uma mínima campesinidade, entendendo esta como uma ordem moral (diria não-moderna). WOORTMANN, op. cit.

<sup>229</sup> GONÇALVES, 1994. op. cit.

<sup>230</sup>: WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, op. cit. Uma análise do conflito pela posse da terra mais pontual e mais próxima da área pesquisada pode ser encontrada em: SORIANO, op. cit.



em especial em uma frente pioneira, a pouco “aberta”, cheia de conflitos pela posse da terra e onde “velhos valores e concepções” poderiam aflorar para legitimar posições.

#### A “FLORESTA/SERTÃO”

De “inferno verde” a “paraíso tropical”, nosso imaginário sobre as florestas é repleto de diversidade.<sup>231</sup> E mais, a floresta é um lugar de diversidade, não só biológica, a floresta na fronteira — na frente de expansão e na pioneira — é um lugar de encontro com o Outro, em alguns casos é o lugar do Outro, é também onde os ocidentais/modernos se amedrontam por estar longe da civilização, mas também ficam felizes por estar livres da civilização.

Disto resulta a dificuldade de se tentar apreender a diversidade, como se fosse algo coeso. Marcos Gerhardt, estudando a “Colônia Ijuhy”, situada no interior do Rio Grande do Sul, entre meados do XIX e princípio do XX, afirma que há uma ambivalência diante das florestas, é um lugar associado a perigo, desconforto e também é um local que é fonte de recursos necessário, um lugar de abundância.<sup>232</sup>

No caso em estudo, para alguns agricultores, a floresta era um lugar que dava medo: “tinha dia que dava medo, né, no meio daquele matão, assim um bicho pegava, né, sei lá...” (Leonardo n. 20), para outros, a presença da floresta era mais bem vinda, pois “era bom, que a gente caçava, a gente pescava” (Lucidio n. 23).

Apesar da floresta suscitar uma diversidade de lembranças há uma associação que é recorrente na fala dos agricultores, a saber, a de que a floresta, ou melhor, o “mato” é sinônimo de “sertão”. O entrevistado Luiz afirma que “na fronteira tem sertão... tem mato até hoje” (n. 1), e o entrevistado Bento quando perguntado se as terras que sua família comprou em Ibiporã-PR., eram “limpas” ele responde: “Não lá era sertão era tudo mato” (n. 11). Pode-se afirmar, portanto, que a floresta é lembrada pelos agricultores como uma “floresta/sertão”.

A “floresta/sertão” é lembrada como um lugar inóspito. O “sertão” era um lugar perigoso, no qual não se tinha os confortos dos lugares “desenvolvidos” e no qual se pensava muito para se colocar a família: O entrevistado Luiz, afirma que na década de 1950, a região de Engenheiro Beltrão era: “chamada de virador, [...] a pessoa vinha aqui, naquela época aqui era sertão, aqui era mato, chegava aqui, virava para traz e ia embora, e pronto. Voltava para casa. [...] (rindo) chegava aqui, não se agradavam, negociavam e voltavam para trás.” (n. 1).

---

<sup>231</sup> SCHAMA, op. cit., p. 33-250, 541 et seq. Tal obra, é um bom exemplo, apesar de não trabalhar com o imaginário tropical, muitos dos elementos que ele trabalha, também, são parte do nosso “universo mental”.

<sup>232</sup> GERHARDT, , op. cit.

A floresta é lembrada, ainda, como “nada”. Quando perguntado a um agricultor como era a região quando ele chegou, ele afirma: “não tinha nada [...], só mato” (Herman n. 25). Um outro agricultor a respeito das terras para qual se mudou, na fronteira agrícola paraguaia, afirma que: era “tudo mato, não tinha nada” (Alcides n. 26). A floresta é “mato” e “mato” é um “nada”. A floresta era o antônimo de “tudo” o que era conhecido para eles, era a não-estrada, a não-casa, a não-lavoura.

A floresta, era um obstáculo a ser superado, para realização do sonho geral de se tornar ou manter-se proprietário rural – ou simplesmente de “ficar rico”. Isto diante do problema de uma família que estava aumentando, muitas vezes em áreas de origem que estavam por demais degradadas para manter o padrão de vida. Em uma sociedade na qual a “concentração fundiária” é um traço secular em sua história, que permitia a especulação da terra para os “grandes” e forçava os “pequenos” a super explorarem sua “base de recursos naturais”, dentro de um “modelo de agricultura”, que mais se parecia com uma “onda”, não tão “verde”, de degradação ambiental.

Foi assim que os usos da floresta transformaram o que era um “sertão”, em civilização, como ressalta o entrevistado José: “quando eu cheguei aqui, era sertão, [1957] [...], uma mata velha desgraçada” (n. 12).

## CAPÍTULO II – A FLORESTA NA PAISAGEM AGRÍCOLA MODERNA: “MUDOU TUDO”

Efetivamente, é o *domínio do domínio da natureza* que hoje causa problemas. Simultaneamente, esse domínio é, por um lado, incontrolado, louco e pode conduzir-nos ao aniquilamento; por outro lado, é demasiado controlado pelos poderes dominantes.

Edgar Morin

A velocidade mata a cor: quando o giroscópio gira rapidamente, ele produz o cinza.

Paul Morand

No início da década de 1970, a “floresta/sertão” havia desaparecido, o Censo Agropecuário informava uma quantidade de “mata nativa” semelhante a que se tem, informada, ainda hoje (Tabela 5). A paisagem do Município passa, então, por uma grande reconfiguração. Ocorre uma mudança de cultivos, não em virtude da decadência geral da lavoura cafeeira, decorrente da degradação da base de recursos naturais, não houve tempo para isto ocorrer, pois o café perdeu a posição de principal cultivo para as lavouras brancas, cultivos, que, em geral, têm uma menor taxa de utilização de mão-de-obra como soja, trigo e milho. E ocorre, principalmente, uma mudança nas bases técnicas, a chamada modernização agrícola.

Em termos temporais este processo se concentra – para a área estudada – na década de 1970, os números, como se verá, referente a estes processos são tão radicais que podemos cair no erro de pensar a história pela lógica da vida da borboleta, ou seja, como uma metamorfose, todavia as transformações já vinham ocorrendo a varias décadas. Mas não é o objetivo aqui se deter nas sutilezas da história das técnicas agrícolas, além do mais, a memória da maioria dos entrevistados — e também a minha —, organiza o passado na “época do café”,<sup>233</sup> quando “tudo era braçal”, uma agricultura de enxada e mais tarde, quando veio a soja

---

<sup>233</sup> Em Engenheiro Beltrão, no ano de 1970, o café — uma lavoura permanente — já havia sido superada pelas lavouras temporárias e não se distanciava muito das pastagens, em termos de área ocupada. (Tabela 5).

e o “maquinário”. É um exemplo de um acontecimento que varre todos os precedentes,<sup>234</sup> homogeneizando um período.

### O CAFÉ

Desde o início do século – primeiro os Governos estaduais, depois o federal – intervieram para impedir a baixa da renda dos cafeicultores, possibilitando desta forma o plantio de novos cafezais. Isto levava a uma crise de super produção que, por sua vez, gerava uma nova intervenção, formando um círculo vicioso.

Assim, o *boom* da lavoura cafeeira de 1948 a 1958, durante o qual o município de Engenheiro Beltrão é (re)ocupado, segundo Verena Stolcke, foi gerado pelo aumento da demanda internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, mas também, por outros fatores como: “subsídios ocultos e reajustes da taxa cambial do café”. Os preços altos mantidos para agradar os cafeicultores, levaram a uma perda do mercado mundial pelo Brasil, e com as novas lavouras, gerou rapidamente uma superprodução. Entre 1962 e 1967, entra em ação o GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, através dele o Governo promoveu a erradicação dos cafezais considerados economicamente inviáveis. Os estoques baixaram, o preço subiu, o Governo voltou a incentivar a plantação, mas em 1975 ocorreu uma grande geada, matando muitos pés de café e reduzindo a produção nacional em um terço. O Governo novamente incentivou a produção, mas em 1977, considerou a produção igual a demanda e retirou todos os incentivos a novos plantios. Entretanto, neste momento o café já não era mais a principal lavoura do norte do Paraná. Ocorre que os cafeicultores tinham influência para manter uma política favorável a sua atividade. Mesmo com as políticas industrializantes do pós-1930, com a subordinação da agricultura a meta maior do Estado de industrializar o país, os grandes cafeicultores conseguiram medidas do Estado que os favorecessem. Foi na década de 60, com a redução relativa do seu poder no cenário econômico e, conseqüentemente, do poder dos seus *lobbies*, que o Estado deixou de favorecer a cafeicultura.<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social**: Novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992. p. 120.

<sup>235</sup> Sobre política cafeeira nacional e a pressão dos cafeicultores sobre o Estado Cf. STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: Homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986. Ver ainda CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900-1970 - estudo de conjuntura**. 1977. Tese (doutorado em história) – USP, São Paulo.

Desta forma, no norte do Paraná, se modificava a principal lavoura de cultivo, ao mesmo tempo em que mudavam as relações de trabalho e a tecnologia empregada na lavoura. Apesar da aplicação de insumos modernos na agricultura ser anterior, foi na década de 70 que a agricultura, de forma geral, sofre uma drástica mudança em suas bases técnicas.

Até então havia uma grande morosidade da agricultura brasileira em incorporar novas tecnologias. Verena Stolcke aponta que no Estado de São Paulo no início da década de 1950, foram desenvolvidas técnicas diferentes para o cultivo do café, que incluíam o uso de insumos modernos:

O instituto Agrônomo de Campinas recentemente demonstrara que, [...] era perfeitamente possível obter rendimentos na velha região cafeeira comparáveis aos tradicionalmente obtidos apenas nas terras virgens. [sic.] O chamado ‘Sistema Campinas’ requeria a introdução de variedades de café mais produtivas, o uso regular de fertilizantes químicos, menor espaçamento dos cafeeiros, controle da erosão do solo, mecanização parcial e práticas óbvias como a poda e o replante de pés mortos. Como essas técnicas novas de cultivo tencionava-se melhorar a produtividade antes da terra do que do trabalho. Contudo [...] em 1958 pouco se avançara na melhoria seja do rendimento, seja da qualidade do café. Naquele ano, calculou-se que, de fato, apenas 2% dos cafezais no Estado [de São Paulo] estavam sendo cultivados de acordo com os novos métodos. A maioria desses pés localizava-se na antiga região cafeeira, onde a erosão do solo era tal que não valeria a pena formar novos cafezais pelo velho sistema extensivo. [...] Em 1958, estimava-se que 15% a 20% dos novos plantios seguíam o novo sistema.<sup>236</sup>

Assim, nas regiões novas onde a terra ainda era muito fértil, a tendência era não utilizarem nem insumos modernos nem os métodos novos de cultivo. Daí deriva, em parte, a radicalidade da transformação que então ocorreu.

Para entender este novo padrão de agricultura tem-se de entender como ele se formou historicamente.

#### A “REVOLUÇÃO VERDE”: UMA CORRIDA CONTRA A “NATUREZA”

Após a Revolução Industrial, no início do século XIX, a indústria se transformou na principal atividade da economia global. Com a industrialização, as populações urbanas passaram a ser maiores que as rurais e as atividades agrícolas passaram por uma profunda transformação.

A partir do início do século XIX, passou-se a utilizar fertilizantes de origem mineral e, no final do século, de origem química. Os biocidas são utilizados desde o início do século XX, mas foi a partir da Segunda Guerra Mundial que seu uso se intensificou. Já as máquinas automotoras na agricultura começaram a ser usadas em meados do século XIX nos EUA e, por fim, em 1943 a Fundação Rockefeller desenvolveu as primeiras VAPs – Variedades de

---

<sup>236</sup> STOLCKE, op. cit. p. 156, 190-191

Alta Produtividade, que eram sementes obtidas pelo processo de melhoramento. O uso destes três fatores agroquímicos, máquinas agrícolas automotoras e VAPs – Variedades de Alta Produtividade, caracterizaram um padrão de agricultura que se impôs como padrão dominante em todo o mundo a partir da Segunda Guerra Mundial.<sup>237</sup>

Com a Guerra Fria, temia-se que a fome nos países do Terceiro Mundo podia significar adesões ao “comunismo soviético”, por isso o governo dos EUA e, por conseguinte a ONU, através da FAO – Organização para Alimentação e Agricultura, juntamente com as grandes indústrias químicas e mecânicas e fundações como a Rockefeller, defenderam uma proposta para a agricultura do Terceiro Mundo, que acenava com um aumento substancial na produção, utilizando basicamente insumos químicos, sementes melhoradas e mecanização das lavouras — favorecendo grandes multinacionais, boa parte delas dos EUA, produtoras de tais insumos — tal proposta ficou conhecida como “Revolução Verde”.<sup>238</sup>

A agricultura tradicional no Brasil tinha sido uma “agricultura de enxada”.<sup>239</sup> Uma agricultura de coivara, seja na pequena produção dos “caipiras”, seja nas grandes plantações.<sup>240</sup> Após a última guerra mundial, os rumos da agricultura brasileira mudaram. O Brasil, em meados da década de 60, aderiu efetivamente à “Revolução Verde”, incentivado

<sup>237</sup> O relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, afirma que: “Nas últimas décadas surgiram três grandes tipos de sistemas de produção de alimentos. A ‘agricultura industrializada’, com uso intensivo de capital e insumos e geralmente em grande escala, predomina na América do Norte, Europa Ocidental e Oriental, Austrália e Nova Zelândia e em pequenas áreas dos países em desenvolvimento. A ‘agricultura da Revolução Verde’ é encontrada em áreas uniformes, ricas em recursos, geralmente planas e irrigadas dos celeiros agrícolas de alguns países em desenvolvimento. É mais comum na Ásia, mas também é praticada em certas regiões da América Latina e do norte da África. [...] A ‘agricultura pobre em recursos’ dependendo mais das chuvas ocasionais que da irrigação que costuma ser encontrada nas regiões de desenvolvimento de difícil cultivo – terras áridas, montanhosas e florestas – e que apresentam solos frágeis.” COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991.p. 133-4.

<sup>238</sup> Hoje é consenso que a fome, como problema mundial é uma questão sócio-econômica, especialmente em virtude da má distribuição de rendas, antes de ser uma questão técnica de como produzir mais. Todavia na época esta questão fazia sentido, como afirma Jalcione Almeida: “os objetivos então estabelecidos eram condizentes com o cenário mundial da época: crise no mercado de grãos alimentícios, aumento do crescimento demográfico e a previsão, a curto prazo, de uma ‘catástrofe alimentar’ que poderia originar convulsões em certas regiões do mundo”. ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 33-55. p. 44.

Sobre as origens da agricultura e a Revolução Verdade, Cf. ROSA, Antônio Vítor. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

<sup>239</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 15-45. p. 15. et seq.

<sup>240</sup> DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 74 et seq. passim. Portanto, na região estudada, não houve a passagem de um padrão tradicional, que de alguma forma se aproximava da sustentabilidade, para um padrão moderno degradante, o que houve foi a passagem de um padrão “insustentável” para outro.

por organismos internacionais. O desenvolvimento do setor agropecuário era visto como algo necessário, pois possuía uma função para o grande projeto de “modernização da nação”.

[...] a modernidade que se pretendia com os governos militares, implicava urbanizar e industrializar a nação, tornando-se a agricultura responsável: pelo fornecimento de mão-de-obra às cidades; pela garantia do consumo interno, sobretudo de forma a não pressionar a cesta básica do trabalhador, que poderia gerar pressões salariais e interferir na taxa de lucro urbana; pelo fornecimento de produtos para exportação, produzindo divisas que dessem condições ao setor urbano-industrial de manter o ritmo necessário de importações, não freando o seu crescimento; pelo conjunto de uma parte da produção industrial e fornecimento de matérias-primas industriais a baixo custo; e, posteriormente, pela substituição de produtos que pesassem negativamente na balança comercial como o trigo e o petróleo.<sup>241</sup>

Para atingir tais objetivos, o Estado brasileiro através de crédito rural subsidiado, seu principal instrumento de política agrícola, promoveu a modernização do setor rural. Sua estratégia era subsidiar a aquisição de insumos modernos, em especial tratores, implementos e agroquímicos. Com isto o governo sustentou as indústrias destes produtos, em geral multinacionais recém instaladas no país.<sup>242</sup>

Desta forma, na prática, a “modernização da nação” significava a implantação de um forte parque industrial, e o desenvolvimento do setor agrário significava a utilização de insumos modernos (VAPs, máquinas automotoras agrícolas, agroquímicos). O que se buscava era imitar o processo de desenvolvimento dos países do centro do sistema capitalista. Sem adaptá-lo e sem questioná-lo. Como se tal “desenvolvimento” fosse “um bem em si mesmo” e “universalmente válido”: “É um *modelo idêntico* que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situações, de regime e de cultura”.<sup>243</sup>

A concepção de desenvolvimento que estava por detrás destas atitudes era a de que “o desenvolvimento sócio-econômico provocado pelos avanços técnico-científicos, assegurando ele próprio o crescimento e o progresso das virtudes humanas, das liberdades e dos poderes dos homens”.<sup>244</sup> Apesar do termo “desenvolvimento” ter um valor positivo,<sup>245</sup> é

---

<sup>241</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e a agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 230.

<sup>242</sup> SZMRECSÁNYI, Tomás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 10, p. 59-80, jan./jun. 1994. p. 68-71.

<sup>243</sup> ALMEIDA, , op. cit., p. 33-55. p. 37.

<sup>244</sup> Ibid., p. 33-55.p. 36

<sup>245</sup> A noção de progresso econômico foi, entre 1945 e 1975, cada vez mais abandonada em favor da idéia de crescimento econômico, o qual também foi criticada por ser demasiadamente estreito, em favor do conceito de desenvolvimento econômico, conceito que pressupunha uma “melhoria” em indicadores “econômicos-sociais” e não o mero crescimento absoluto da economia. O período entre 1930 e 1975/80 foi um momento de crítica e abandono da idéia de progresso, de que o desenvolvimento tecnológico leva a um desenvolvimento moral, na verdade é um período em que começa a se difundir, a idéia oposta, que o desenvolvimento tecnológico é um “mal”. (LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 264-273). Todavia, no Brasil, com o “nacional desenvolvimentismo”, o conceito de desenvolvimento, no discurso oficial, vai ter exatamente o significado, tão negado alhures, de que o desenvolvimento tecnológico é um “bem em si”, capaz de gerar a “felicidade geral”.

equivocada a concepção de que novas tecnologias levam automaticamente a melhorias nas condições de vida de uma sociedade como um todo.

Pode-se, por exemplo, afirmar que os agricultores se beneficiaram do progresso no caso específico da agricultura do Sul do Brasil nos últimos trinta anos? A resposta é sim e não, pois as evoluções sociais se produzem sempre por diferenciações com, ao mesmo tempo, ‘ganhadores’ e ‘perdedores’.<sup>246</sup>

Destaca-se que, a modernização agrícola no Brasil foi seletiva, primeiramente no sentido espacial, pois atingiu as regiões Sul e Sudeste e, posteriormente, Centro-Oeste, em detrimento das regiões Nordeste e Norte que tem muitas áreas ainda com uma “agricultura tradicional”. Foi seletiva no sentido de culturas, pois as lavouras modernizadas foram, principalmente, àquelas ligadas a exportação ou a substituição das exportações como a soja, o trigo, e a cana-de-açúcar. E foi seletiva, também, quanto ao tipo de beneficiado, pois “pelo menos após 1969”, os créditos subsidiados beneficiaram os maiores produtores, em detrimento dos pequenos produtores.<sup>247</sup>

São inúmeros os problemas sócio-ambientais provocados por este modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Aponta-se, a seguir, as questões centrais dos problemas ambientais acarretados por este modelo.

Primeiramente, destaca-se que as tecnologias ligadas à “Revolução Verde” foram desenvolvidas para regiões com ecossistemas de clima temperado. A pretensão era aplicar um mesmo método em todos os lugares do mundo, o que se mostrou totalmente inviável, pois as regiões tropicais possuem características bem diferentes.<sup>248</sup>

Apenas para melhor compreensão, deve-se pensar numa técnica como a aração do solo. Esta prática agrícola foi desenvolvida em regiões temperadas, tendo em vista revolver os solos frios, para expor suas camadas mais profundas ao sol, aquecendo-as, dando melhores condições para o degelo e ativando a vida microbiana. A manutenção do solo desnudo, livre de cobertura vegetal, permitia insolação mais intensa e auxiliava a melhoria das condições físico-químicas e biológicas dos solos.

Nas condições tropicais, entretanto, as arações profundas expõem o solo a altas temperaturas, destruindo a vida microbiana e a matéria orgânica. As chuvas torrenciais, típicas dos trópicos, ao caírem sobre os solos desnudos, aliadas à perda de matéria orgânica,

---

<sup>246</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 35

<sup>247</sup> SZMRECSÁNYI; RAMOS, op. cit., p. 69. Para uma versão mais exaustiva das políticas agrícolas e do processo de modernização nacional Cf. GONÇALVES NETO, , op. cit.

<sup>248</sup> ALMEIDA, op. cit. p. 37.



arrasam a estrutura das camadas superficiais dos solos, causando erosões de difícil controle. Em vez da melhoria das suas condições, os solos entram num processo de degradação.<sup>249</sup>

Mas o principal problema foi que, agrônomos e outros especialistas, a partir de uma perspectiva fragmentada, desenvolveram e aplicaram técnicas, a fim de aumentar a produção desconsiderando as complexas interações que ocorrem em um ecossistema.

Segundo A. Rosa as técnicas da “Revolução Verde” foram pensadas pontualmente, por exemplo: “o biocida elimina a ‘praga’ e temos como consequência um aumento da produção”, sem considerar, portanto, os efeitos deste novo elemento, no caso o biocida, nos outros elementos e na dinâmica do ecossistema. O desequilíbrio nos ciclos biogeoquímicos e nos processos ecológicos, provocados por estes “novos elementos”, nos agroecossistemas, em geral, reduzem sua capacidade de produção, ou seja, o degradam. Para manter a alta produtividade, os agricultores buscam outras “tecnologias modernas”, formando um círculo vicioso.<sup>250</sup>

Pode-se entender melhor o processo de degradação do atual padrão agrícola através de alguns conceitos de ecologia. Primeiramente deve-se considerar que um ecossistema é um conjunto de interação complexa e, em geral, quanto mais complexa, mais “estável”. Por exemplo, uma floresta primária é um ecossistema mais estável que um campo cultivado, essa tendência a uma estabilidade relativa é chamada homeostasia, e as tecnologias modernas visam a interferência nos processos “naturais”, como forma de “proteção” da planta cultivada.

Ocorre que, quanto mais superproteção, mais sensível é a lavoura, pois os processos complexos de interação entre a diversidade de seres vivos e o meio físico, que garanta a relativa estabilidade são quebrados, demandando mais proteção, na forma de novas tecnologias. Tem-se novamente o círculo vicioso: uma corrida entre o desenvolvimento tecnológico e a degradação do ambiente provocado por esta tecnologia.

Um bom exemplo desta questão é o uso de biocidas. O emprego constante destes produtos reduz a população dos predadores naturais, enquanto as “pragas” conseguem adquirir resistência aos biocidas aplicados. Sem inimigos naturais, as “pragas” resistentes têm um crescimento em sua população, o que leva os agricultores a utilizarem maior quantidade de biocida ou biocidas mais fortes, gerando pragas super-resistente. Além disso, o desaparecimento de predadores e o desequilíbrio ambiental, provocado pela “agricultura

---

<sup>249</sup> GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 91-92.

<sup>250</sup> ROSA, 1998, op. cit.

moderna”, facilitaram o aparecimento de novas pragas. Assim, a longo prazo, os biocidas criam as “pragas” que seus fabricantes prometem eliminar.

Pode-se fazer, ainda, uma abordagem energética para entender a dinâmica da agricultura “moderna”. Enzo Tiezzi afirma que a energia é o meio de se entender estas interações: “um sistema baseado em energias não-renováveis catalisa uma série de reações em cadeia que levam, inevitavelmente, à destruição do meio ambiente, à exaustão dos recursos naturais e, em última análise, à crise econômica.”<sup>251</sup>

Do ponto de vista energético, afirma o referido autor, que a função da agricultura é capturar energia, ou seja, a agricultura transforma a energia que vem do sol, mediante a fotossíntese clorofiliana dos vegetais e sintetiza o que se utiliza como matéria-prima e alimentos.

Em geral, em um ecossistema como uma floresta, a dispersão da energia é retardada ao máximo. A energia fixada nos vegetais é preservada por mecanismos complexos de regulação. Toda a biomassa é como se fosse um grande “reservatório de energia”, sendo a maioria da energia constantemente (re)aproveitada.

Já na sociedade industrial, o ciclo não é fechado e as necessidades de energia para produção, transformação, transporte e distribuição do alimento, assim como, para o tratamento dos resíduos, são bastante elevadas, devido à separação física entre os locais de produção e de utilização. Desse modo, as substâncias nutritivas são tiradas da terra e levados à cidade, onde tendem a transformar-se em refugo, em dejetos poluentes, para cujo tratamento é necessário despendar energia. O terreno, assim empobrecido, deve ser novamente adubado com fertilizantes artificiais (por sua vez produzidos com grande consumo de energia fóssil), numa cadeia de desperdícios que não tem fim.<sup>252</sup>

Desta forma, o padrão de agricultura aqui analisado, tem se deslocado do “prato positivo para o negativo da balança energética”, consumindo cada vez mais energia: “derivados de petróleo (fertilizantes, defensivos agrícolas etc.), de eletricidade, de combustível” etc.<sup>253</sup>

Diante da “necessidade” de aumentar a produtividade (ser mais competitivo) e de reparar a redução na produção provocada pela degradação ambiental, a tendência é consumir, cada vez mais, energia de fora do agroecossistema.

Assim, Enzo Tiezzi faz perceber por um outro ângulo, a corrida tecnológica, na qual não só a agricultura está pautada em um “otimismo tecnológico”, pois afirma estar nas novas

---

<sup>251</sup> TIEZZI, Enzo. **Tempos Históricos, Tempos Biológicos**: A Terra ou a morte: os problemas da nova ecologia. São Paulo: Nobel, 1988. p. 13.

<sup>252</sup> Ibid., p. 146

<sup>253</sup> Ibid., p. 148

tecnologias a solução para os problemas enfrentados. Contra tal posição, o referido autor, argumenta a partir da seguinte história:

Na antiga Bassora, um soldado, cheio de medo, foi até seu rei e lhe disse: ‘—Salvai-me, soberano, ajudai-me a fugir daqui. Estava na praça do mercado e encontrei a Morte, vestida de negro, que me olhou de modo malévolos. Cedei-me vosso cavalo, para que eu possa correr até Samarra. Se permanecer aqui, temo por minha vida’. ‘—Dai-lhe o melhor corcel’, disse o soberano, ‘o filho do relâmpago, digno de um rei.’

Mais tarde, na cidade, o rei encontrou a Morte e lhe disse: ‘— Meu soldado estava apavorado. Disse-me que te encontrou hoje, no mercado, e que o olhavas de modo malévolos’. ‘— Não, não’, respondeu a Morte, ‘meu olhar era de surpresa, apenas pois não sabia o que ele fazia hoje por aqui, visto que o esperava em Samarra, esta noite. De manhã, estava muito longe de lá’<sup>254</sup>

O “otimismo tecnológico” confiante no poder milagroso das novas tecnologias pode estar indo ao encontro de uma situação em que não mais se terá condições de revolver os problemas colocados:

toda nossa cultura econômica e social é regida pela lógica da procura do cavalo para Samarra, da tecnologia para resolver uma questão de hoje sem que nos preocupemos se a solução desta questão poderá aumentar os problemas da humanidade, tornar mais próximo o momento do esgotamento dos recursos naturais ou acionar um mecanismo irreversível de danos irreparáveis à biosfera e ao ambiente, necessários à sobrevivência. Por isso, no fim da via do crescimento sem limites, da confiança cega na tecnologia, pode haver uma Samarra à nossa espera.<sup>255</sup>

Em termos da situação da agricultura na economia, esta corrida gerada pela “Revolução Verde”, leva, cada vez mais, os produtores agrícolas a ficarem dependentes das indústrias de insumos agrícolas, pois o agricultor necessita de insumos cada vez mais caros, e em maior quantidade, ficando “espremido” entre as indústrias fornecedoras e os agentes econômicos que adquirem a produção agrícola. Ou seja, “globalmente, ocorre um processo de ‘engessamento’ da agricultura e, paralelamente, uma articulação com setores agroindustriais”.<sup>256</sup> O setor propriamente agrícola com a formação do complexo agroindustrial, a partir de meados dos anos 60, perde ainda mais sua autonomia relativa, pois

<sup>254</sup> Ibid., p. 5

<sup>255</sup> Ibid., p. 6

<sup>256</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 33-55. p. 45. Esta “articulação” ou talvez subordinação, do setor agrícola à agroindústria, efetivada no Brasil entre a década de 60 e início da década de 80, foi chamada de complexo agroindustrial (GONÇALVES NETO, op. cit.). Já outros autores discordam deste conceito como José Maria da Silveira e Alicia Ruiz Olalde, apoiados em Salles-Filho: “Há uma discussão acadêmica em torno da questão. A nosso ver a visão da constituição de complexos agroindustriais tem o defeito de enfatizar excessivamente a idéia de que a agricultura e suas relações com outros setores tendem a se dar com alto grau de regularidade. O fato é que os chamados ‘complexos agroindustriais’ são, na maioria das vezes, cadeias produtivas cujos coeficientes técnicos se alteram em função de mudanças externas como, por exemplo, a política cambial. Entretanto, há casos de marcada regularidade como por exemplo, a cadeia de produção de aves.” SILVEIRA, José Maria da; OLALDE, Alicia Ruiz. Aspectos do desenvolvimento recente da biotecnologia e seus impactos na agricultura. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 244.

a maior parte do poder de decisão dos rumos do setor está nas mãos dos grandes agentes econômicos (não propriamente agropecuários), como hipermercados e agroindústrias.<sup>257</sup>

Na agricultura tradicional, no Brasil, uma propriedade era um ecossistema que se automantinha – com baixíssimos *inputs*, com uma tendência decrescente de produtividade, do qual se exportavam elementos, a produção agrícola. Já na agricultura moderna, uma propriedade é um elo em uma cadeia de produção. Nela criou-se a necessidade da entrada de inúmeros insumos para a posterior saída da produção, também com uma tendência decrescente de produtividade, desconsiderando a sustentabilidade do sistema em longo prazo, em prol do lucro imediato.

De uma forma geral, as tecnologias da “Revolução Verde” visavam reduzir custos, aumentar a produtividade e reduzir o tempo de produção, ou seja, aumentar a taxa de lucro. Esta é uma questão central para se entender os problemas ambientais contemporâneos. A “lógica produtivista”, na sociedade capitalista, é especialmente perversa, pois cria um conflito entre a busca de lucro imediato e a garantia da conservação dos recursos naturais.<sup>258</sup>

Quanto aos problemas sociais gerados pelo processo de modernização da agricultura podem ser destacadas duas questões centrais. Primeiro, que essas tecnologias são poupadoras de trabalho e, com isto, propiciaram a dispensa de milhares de trabalhadores no campo. Segundo, que a forma como foi implantada a modernização, inviabiliza, em parte, a pequena produção,<sup>259</sup> levando à expropriação de milhares de pequenos produtores. Daí resulta o êxodo rural. Em 1950, o Brasil tinha 64% da população na zona rural. Em 2000, o censo indica que, aproximadamente, 18,8% da população brasileira vive na zona rural.<sup>260</sup>

Gerando tantos problemas e produzindo resultados muito abaixo do esperado,<sup>261</sup> (apesar de aumentar a produtividade não há estabilidade, para manter esta produtividade

<sup>257</sup> MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

<sup>258</sup> Não se trata de afirmar que o capitalismo sobredeterminou ou determina as ações, apenas de constatar que capitalismo e industrialismo são conceitos importantes para se entender os problemas ambientais dos últimos dois séculos. Para uma síntese deste debate na área de sociologia, Cf. GOLDBLATT, David. **Teoria Social e Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

<sup>259</sup> O padrão da “Revolução Verde” é pensado para a grande propriedade. Este é um dos motivos da aproximação entre pequenos produtores e as propostas alternativas de agricultura. Ver: ALTIERI, Miguel A.; MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 72-105. p. 87 et seq.

<sup>260</sup> Sobre a “Revolução Verde” e os problemas sócio-ambientais gerados por ela, para uma abordagem sintética e ampla ver: ALTIERI; MASERA, op. cit., p. 72 et seq. Para uma abordagem mais didática ver: GRAZIANO Neto, op. cit.

<sup>261</sup> Os dados sobre os resultados de ganho de produção são conflitantes, principalmente porque não basta analisar a questão pela quantidade de alimentos produzidos, deve-se considerar a qualidade nutricional dos

necessita-se, cada vez mais, de insumos), é que este padrão de agricultura foi criticado, especialmente pelos partidários do movimento ambientalista.

Uma série de propostas de alternativas a este padrão dominante vem se delineando. Todavia não há uma proposta única e sim várias propostas muitas vezes conflitantes. A principal marca dessas propostas é a de buscar a sustentabilidade, ou seja, práticas agrícolas que ‘atendam as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade e as gerações futuras atenderem também às suas’.<sup>262</sup>

Neste caminho da sustentabilidade no Brasil,<sup>263</sup> nas últimas duas ou três décadas, tem-se visto a adoção de tecnologias adaptadas ao ambiente tropical e que provocam menor impacto como os “defensivos seletivos” e o “plantio direto” ou, ainda, uma ínfima produção de “produtos ecologicamente corretos” (sem o uso de biocidas), para o “mercado verde” (pessoas que estão dispostas e podem pagar mais caro para consumirem produtos que não contenham biocidas). Todavia, as bases do padrão de agricultura iniciadas com a “Revolução Verde” ainda são dominantes, como afirma José Graziano da Silva:

quando muito se poderia dizer que, neste final de século, estará disponível um conjunto de opções tecnológicas, as quais contribuirão para a transição do atual padrão dito moderno [...] para um outro padrão que possa ser definido como sustentável. Se essa transição vai ocorrer ou não depende de muitas variáveis, entre elas as forças de pressão dos atuais movimentos ambientalistas em prol de uma agricultura sustentável.<sup>264</sup>

Para Graziano, o papel do movimento ambientalista, mais que desenvolver novas tecnologias, é a “criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza”.<sup>265</sup>

alimentos. Para números mais pessimistas ver: ROSA, 1998, op. cit. Para números mais sóbrios ver: KAIMOWITZ, David. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 56-71. p. 56.

<sup>262</sup> O conceito de “sustentabilidade”, e seu correlato diacronico de desenvolvimento sustentável é extremamente controvertido, aqui, basta a definição supra citada baseada na: COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. op. cit. Para análises diferenciadas do conceito de sustentabilidade ALMEIDA, op. cit., p. 42 et. seq. Mas, devo esclarecer que não entendo tal conceito, nem como modelo único a ser universalizado, nem como padrão a ser atingido — no “nirvana” da sustentabilidade, mas como projeto de realização de uma “utopia ecológica”.

<sup>263</sup> Agricultura alternativa não é apenas a produção de produtos sem biocidas, mas todo modelo que se afaste do padrão “moderno” dominante, dentre eles aqueles que buscam uma agricultura que atenda a “utopia ecológica” ou, melhor dizendo, a “sustentabilidade”. ROSA, 1998, op. cit.

<sup>264</sup> SILVA, José Graziano. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 106-127. p. 107 Há uma discussão sobre a existência ou não de um novo “paradigma técnico-científico” capaz de guiar a agricultura por novos rumos. O que a maioria dos autores concorda é que a agricultura está atravessando um período de “transição” e/ou de “crise” de um modelo tecnológico, e que existem “ilhas de esperanças”. Ou seja, está se desenvolvendo algumas alternativas, mas que é muito cedo para se fazer prognósticos sobre os caminhos da agricultura. Ver ainda: KAIMOWITZ, op. cit., p. 68; e SILVEIRA; OLALDE. op. cit., p. 246.

<sup>265</sup> SILVA, José G., 1998, op. cit., p. 106

## “REVOLUÇÃO VERDE” EM ENGENHEIRO BELTRÃO: E OS AGRICULTORES SOBREVIVEM A CORRIDA?

O Município passou por duas décadas de rápido crescimento populacional 1950/1960, chegando a possuir 25.239 habitantes e depois por três décadas de redução da população 1970/80/90, sendo a primeira marcada por uma queda vertiginosa na população em 10.925 pessoas, ou 43%. As duas décadas seguintes mostram uma queda mais suave 10,03%. Porém, durante essas três décadas de decréscimo no total da população, os habitantes da zona urbana aumentaram em 7.730 pessoas, ou 228,3%, portanto, o centro dinâmico das transformações sofridas pelo Município está na zona rural. (Tabela 7)

TABELA 7 – ENGENHEIRO BELTRÃO - PR: POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

ANO	TOTAL	URBANO	RURAL
1960	14.314	779	13.535
1970	25.239	3.386	21.853
1980	15.629	5.814	9.815
1991	14.671	8.378	6.293
2000	14.061	11.116	2.945

FONTE: Censo Demográfico Paraná 1960/70/80/91/2000. IBGE.

A principal, mas não única causa deste fenômeno já foi indicada: “a modernização dolorosa”. Os números do rápido processo de modernização agrícola são exemplares: o uso de tratores, por exemplo, (Tabela 8), em 1960, era de 9 ; em 1970, era de 185; e em 1995/96, havia 728 tratores no Município. Ou ainda, o uso de adubos, que em 1960, somente dois estabelecimentos informaram o uso de adubos e eram adubos orgânicos, já em 1980, de um total de 1.073 estabelecimentos, 903 utilizavam adubos, sendo que, destes, 896 utilizavam adubos químicos.

TABELA 8 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR: UTILIZAÇÃO DE TRATORES, AGROTÓXICOS E FERTILIZANTES

ANO	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	AGROTÓXICOS	TRATORES		FERTILIZANTES			
		Informantes %	Informantes %	Quantidade	Informantes %	Químicos %	Orgânicos %	Químicos e orgânicos %
1960	957		0,9	9	0,2	0	0,2	
1970	2531		5,7	185	14,6	9,6	1,3	3,8 <sup>2</sup>
1980	1073	98,0	36,1	650	84,2	83,5	11,4	
1985	1252	92,9	34,7	790	84,0	80,3	82,7	
1995/96	848	98,3 <sup>1</sup>	46,3	728	89,4	85,4	17,2	

FONTE: Censo agropecuário de 1960/70/80/85/95-96 IBGE.

NOTA: <sup>1</sup>Controle de pragas e doenças.

<sup>2</sup>Dado, apresentado apenas neste censo.

Estas tecnologias poupadoras de trabalho e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, levaram à mudança nas relações de trabalho. No censo agropecuário de 1970, os parceiros representavam 55,9%, ou 1.415, do total de 2.531 estabelecimentos. Já em 1980, eles eram apenas 10,4%, ou 111 produtores (Tabela 4).

O número de estabelecimentos sofreu uma redução de 57,6%, ou 1.458 estabelecimentos. Mas, não apenas o número de produtores não proprietários se reduz, como também, o número de produtores proprietários. Entre 1970 e 1980, o número de produtores reduziu de 912 para 812, uma redução em 100 produtores ou 10,9%, já entre 1980 e 1995/96, houve uma redução para 578 produtores, portanto uma redução em 234 produtores, ou 28,82%, o que indica uma tendência de concentração da propriedade da terra.(Tabela 4)<sup>266</sup>.

Desta forma, se no período de (re)ocupação formou-se uma estrutura fundiária caracterizada pelas pequenas e médias propriedades. A partir da década de 70, o que se percebeu foi um processo contínuo de concentração fundiária. E essa redução no número de estabelecimentos se deve, principalmente, a substituição do parceiro pelo trator e pelo “bóia fria”. Já de 1980 a 1995/96, a redução em 28,82% dos proprietários, indica o processo contínuo de expropriação do pequeno produtor (Tabela 4).<sup>267</sup> Isto fica mais evidente na Tabela 9, tanto em relação ao número de estabelecimentos, quanto à área ocupada entre 1970 e 1985, quando houve uma redução nos estabelecimentos em até 20 hectares, e um aumento, tanto da área como do número de estabelecimento com mais de 20 hectares. Já entre 1985 e 1995/96 este mesmo processo ocorreu, mas entre os estabelecimentos com mais e menos de 100 hectares, isto quer dizer que, os estabelecimentos que estão perdendo espaço estão cada vez maiores. No gráfico 1, pode-se perceber tal tendência, — apesar do censo de 1985 registrar uma ligeira reversão da tendência em virtude da crise econômica da década de 1980 que levou muitos proprietário a arrendar ou voltar a colocar parceiros em suas terras, percebe-se uma tendência — a ampliação das áreas ocupadas pelos estabelecimentos maiores e uma respectiva redução dos estabelecimentos menores.

---

<sup>266</sup> A trajetória destes ex-parceiros e ex-proprietários, junto com trabalhadores assalariados rurais, foi efetuar o êxodo rural, indo para os grandes centros urbanos, mudando-se para a sede do Município (em grande parte acabam trabalhando como trabalhadores rurais volantes) ou deslocando-se para uma nova zona de fronteira agrícola, no Norte e em especial no Centro-Oeste do Brasil.

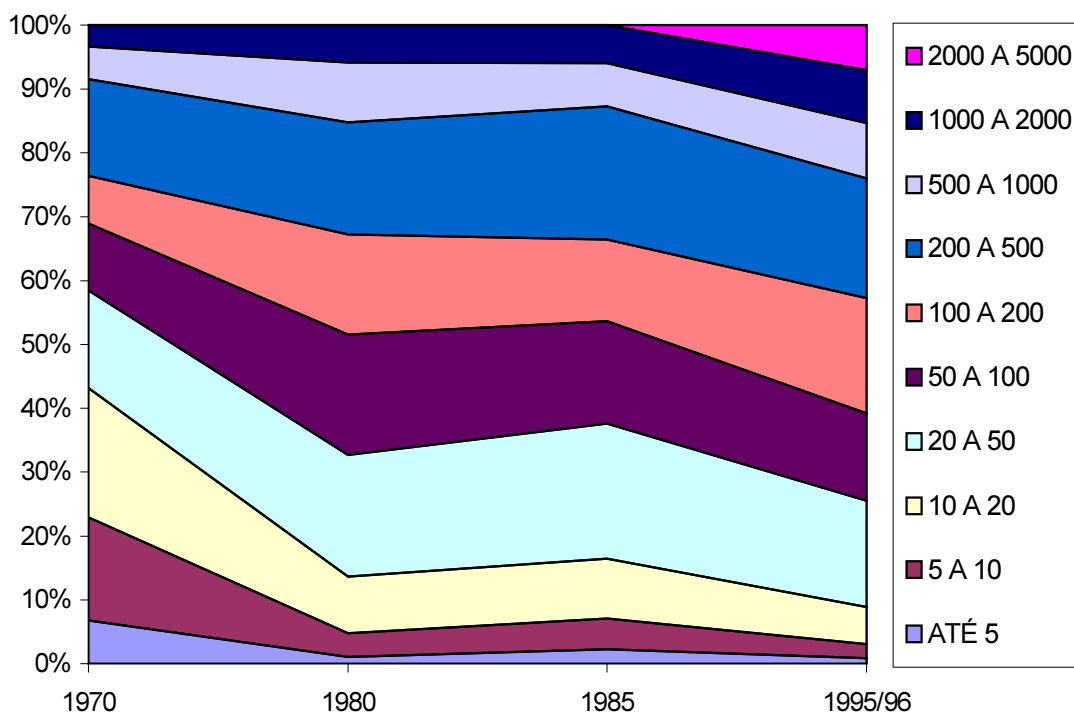
<sup>267</sup> Os proprietários a que se refere não são todos aqueles que detêm a propriedade legal da terra, mas sim, os administradores de estabelecimentos na condição de proprietários, portanto, não são todos os proprietários rurais do Município. Um estabelecimento agropecuário é para o IBGE, “todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária”. IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 1960-1995/96.

TABELA 9 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR: ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS.  
GRUPOS DE ÁREAS TOTAL

	1970		1980		1985		1995/96	
ESTRATOS (h a)	Estabelecimento	ÁREA	Estabelecimento	ÁREA	Estabelecimento	ÁREA	Estabelecimento	ÁREA
ATÉ 5	709	2783	120	422	264	924	116	372
5 A 10	897	6701	210	1622	263	2034	129	1001
10 A 20	604	8399	276	3899	279	3955	185	2637
20 A 50	215	6374	267	8300	277	8901	233	7488
50 A 100	61	4339	117	8169	98	6744	86	6175
100 A 200	22	3109	52	6871	38	5390	61	8134
200 A 500	19	6277	23	7643	27	8750	28	8461
500 A 1000	3	2127	6	4078	4	2836	6	3888
1000 A 2000	1	1379	2	2545	2	2510	3	3719
2000 A 5000	0	0	0	0	0	0	1	3194
TOTAL	2531	41488	1.073	43.549	1.252	42.044	848	45.069

FONTE: Censo agropecuário de 1970/1985/1995-96 IBGE.

GRÁFICO 1 - ENGENHEIRO BELTRÃO - PR: ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS. GRUPOS DE ÁREAS TOTAL. ÁREA (em HA)



FONTE: Tabela 9



Um bom exemplo é o que se considera uma pequena propriedade. Em 1960, um estabelecimento com 19 hectares era um bom sítio, que precisaria de uma grande família para cultivá-lo, ou entregar a um parceiro parte da propriedade. A atual legislação agrária brasileira define que, uma pequena propriedade é aquela que tem entre 1 e 4 módulos fiscais. No município de Engenheiro Beltrão isto equívale a ter entre 20 e 80 hectares. O que era um “bom sítio” hoje é um minifúndio, e o que foi uma fazenda hoje é classificado como média propriedade.<sup>268</sup>

A questão para o pequeno produtor é que o preço e o tamanho dos equipamentos modernos concorrem contra ele, como bem sintetizou o IPARDES:

A necessidade de investimentos na aquisição de máquinas e da ampliação da área cultivada para adequá-la à capacidade operacional dos equipamentos, evitando sua ociosidade, inviabiliza a sobrevivência dos pequenos estabelecimentos, que não podem concorrer em custos e produtividade com aqueles que desenvolvem uma agricultura mecanizada.<sup>269</sup>

Mas a concentração fundiária não pode ser reduzida a uma questão tecnológica. A experiência de outros países mostrou que tecnologia moderna e pequena propriedade não é necessariamente excludente. O raciocínio acima está certo se pensar no cultivo com grandes máquinas agrícolas, utilizando fortemente agroquímicos das monoculturas comuns na região estudada.<sup>270</sup> Os principais cultivos em Engenheiro Beltrão, em 2002, eram: soja 25.330 ha, milho 18.400 ha, cana-de-açúcar 7.581 há e trigo 3.000 ha<sup>271</sup>, cultivos mais incentivados pelo Governo e pelo “mercado”.

Com estas monoculturas, que implicam em altos *inputs*, as pequenas propriedades vão se inviabilizando, pois, a redução da mão-de-obra e o aumento dos custos de produção reduzem a margem de lucro, ou seja, se agrega pouco valor ao produto. E o pequeno produtor, muitas vezes, não pode compensar esse fato com um aumento da área.

Além disso, a monocultura combinada com o fato do pequeno produtor ficar dependente de empréstimos financeiros para pagar os insumos, torna-o muito frágil economicamente, diante dos riscos próprios da atividade agropecuária. Os financiamentos

<sup>268</sup> Sobre tal legislação e cálculos, Cf. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ-FAEP, **Roteiro de cálculo da propriedade rural produtiva e improdutivo, módulo rural**. Curitiba, 1998.

<sup>269</sup> IPARDES. **Nova configuração espacial do Paraná**. Curitiba, 1983. p. 33-35.

<sup>270</sup> Não apenas o “pacote tecnológico” da chamada “Revolução Verde” beneficiava os grandes produtores, como também, a tecnologia produzida pelo sistema de pesquisa agropecuária atendia ao interesse daqueles que tem mais capacidade de lobby, ou seja, os latifundiários. Desta forma, a tecnologia produzida é pensada para o grande produtor e os “grandes produtos”. É claro que os pequenos produtores e os produtores que não se dedicam as grandes *commodities*, também são atendidos, mas de forma secundária, pois seu poder de influência política no Brasil é relativamente pequeno. Cf. GONÇALVES NETO, op. cit., p. 194, 232, passim.

<sup>271</sup> PARANÁ, Secretária de Agricultura e do Abastecimento. Deral – Departamento de Economia Rural. **Produção agropecuária de Engenheiro Beltrão 1991-2002**. Curitiba, ago. 2003. 1 disquete, 3 ½ pol.

favorecem os grandes produtores por uma questão política e técnica. Na primeira, os grandes proprietários pressionam o Governo para conseguir renegociação das suas dívidas. Na segunda, a técnica, diz respeito ao custo de concessão de um empréstimo de pequeno valor que é relativamente alto, sendo mais lucrativo para a instituição financeira conceder grandes empréstimos para grandes proprietários. Daí vem o tratamento diferenciado e discriminatório que os pequenos proprietários recebem dos agentes financeiros.

Outro fator para se entender tal expropriação é atentar para as “necessidades socialmente estabelecidas em uma dada época”. O nível de vida dos pequenos produtores, da década de 50, quando olhados com os olhos de hoje, parecem miseráveis. Conversando com as pessoas que viveram naquela época, recordam do tempo que tinham de buscar água no córrego, que tinham apenas um par de sapatos para ir à cidade e somente quando chegavam, colocavam o sapato, para não gastar; tempo em que se ia à “cidade só mais fazer compra de mistura porque a gente tinha tudo em casa [...] ia pra cidade só quando precisava de um remédio”. (Valmor 48 anos n. 30).

Ora com o rápido processo de industrialização por que passou o país, estradas foram asfaltadas (acesso mais fácil aos transportes); os meios de comunicação de massa, como a televisão, colocaram os moradores rurais em contato com os bens de consumo modernos, criando a “necessidade” destes novos bens (geladeiras, televisões, automóveis), que encarecem o custo de vida e exigem uma maior renda do produtor.

Deve-se considerar, ainda, que o poder público, somente há pouco mais de quinze anos, tem providenciado incentivos, para que na zona rural houvesse, os serviços de luz elétrica e água encanada, considerados hoje serviços “indispensáveis”. Ou, ainda, que a educação, em especial o nível secundário e superior (que até poucos anos atrás era uma das grandes possibilidades de ascensão social), era um serviço de difícil acesso para aqueles que moravam na zona rural. Assim, os “confortos modernos”, pelo menos para aqueles que tinham pouco dinheiro, demoravam a chegar na zona rural.<sup>272</sup>

Por este motivo uma ex-proprietária rural, uma vez me afirmou: “sobreviver a gente sobrevivia, mas aquilo não era vida não”. Ou seja, aqueles que não conseguiram renda para se adequar ao padrão de vida “moderno”, sentiram-se mal ajustados, não tanto por seu padrão de vida ter piorado, mas por não ter acompanhado o padrão dominante.

---

<sup>272</sup> Tal situação também contribuiu para o grande aumento do absenteísmo, em 1985 o censo agropecuário indicava que 38,7% dos produtores residiam na zona urbana. Em 1970, o censo não trouxe este dado da mesma forma, mas pode-se afirmar, com os dados censitários, que tal índice era menor que 14,7%.

Desta forma, os agricultores são compelidos a produzir cada vez mais. Até mesmo por uma questão de reprodução da situação de pequeno ou médio produtor é necessário a aquisição de terras para os filhos, evitando o fracionamento das propriedades entre os herdeiros, o que pode inviabilizar a propriedade.

Pode-se dividir as estratégias tomadas pelos agricultores diante deste processo de modernização, *grosso modo*, em quatro grupos: aqueles que buscaram uma zona de fronteira agrícola, e não apenas agricultores descapitalizados o fizeram, mas também, grandes produtores; aqueles que persistiram no “velho sistema”, em geral cultivando café, evitando adotar a nova tecnologia, para desgosto dos extencionistas, talvez porque soubessem “que, do contrário, não teriam condições financeiras de implementar agricultura de escala”<sup>273</sup>; em terceiro aqueles agricultores que optaram pela diversificação de culturas e até de atividades, buscando uma agricultura alternativa, adotando em menor ou maior grau, tecnologias modernas, principalmente, o pequeno produtor que busca estratégias de sobrevivência, seja produzir leite, queijo e hortaliças para vender direto na cidade, ou abrir um “pesque e pague”; em quarto lugar, o grupo predominante, os agricultores que passaram a produzir os produtos incentivados pelo “mercado” (soja, trigo, milho, cana-de-açúcar etc.), com alto uso de *inputs*, conforme se aperfeiçoam as técnicas poupadoras de trabalho, estes agricultores necessitam de áreas, cada vez maiores, para se tornarem competitivos.<sup>274</sup>

Na década de 70, alguns agricultores conseguiram aumentar a área de cultivo, simplesmente expulsando os parceiros de suas propriedades. Já entre 1970 e 1985, conforme indicado na Tabela 9, ocorre um crescimento do número de estabelecimentos com mais de 20 hectares, o que aponta para o fato de que alguns produtores obtiveram sucesso em conseguir ganho de escala, ampliando suas propriedades, em geral quanto mais capitalizados e utilizando tecnologias de ponta mais “competitivo” é o agricultor, sendo os retardatários as primeiras vítimas do processo competitivo. Hoje, por exemplo, quem ainda faz o plantio da forma convencional e não com o plantio direto,<sup>275</sup> que exige uma máquina de plantar

---

<sup>273</sup> GONÇALVES, José Henrique Rollo. A ribanceira da necessidade histórica: Crítica a uma crítica acrílica do tema da reforma agrária no Norte do Paraná. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa: revista anual de metodologia de pesquisa**. Suplemento Especial de História, Maringá, n. 7, p. 1-28, 1996. p. 5.

<sup>274</sup> Deve ficar claro que toda esta pesquisa é pautada no quarto grupo, porque foram eles os entrevistados, são suas memórias que se trabalha. Poucos entrevistados podem ser descritos como tendo adotado a terceira estratégia, mas uma pesquisa sobre esta busca de alternativas teria uma grande relevância social, mas não foi aqui realizada. Nenhum dos entrevistados adotou a segunda estratégia, pelo menos na atualidade. E quanto a primeira estratégia, alguns dos entrevistados chegaram a migrar, bem como, seus filhos, filhas e parentes, mas isto só foi explorado enquanto permitiu entender a trajetória e percepções do próprio grupo entrevistado.

<sup>275</sup> O Plantio direto é uma forma de plantio no qual o “solo não é preparado e a semeadura se dá em sulcos feitos no solo,” sem remover a palhada, “de maneira a permitir que as sementes sejam ali colocadas

relativamente cara e que necessita de um trator relativamente potente, está “atrasado” e é um sério candidato a ser um expropriado amanhã.<sup>276</sup>

No Município ainda predomina uma agricultura familiar, ocorre que os agricultores têm áreas maiores do que “nunca tiveram”. “O Município possui 839 agricultores, sendo 634 considerados pequenos agricultores com até 50 ha, 159 produtores médios e 46 grandes produtores, com área superior a 250 ha”<sup>277</sup>, com uma agricultura moderna, com padrões de produtividade internacional. Portanto, os “agricultores de Engenheiro Beltrão” são “vitoriosos”, na “corrida” contra a “natureza”, graças a aposta no padrão agrícola dominante na região.<sup>278</sup> Não podem ser entendidos como meras vítimas, mas como participantes em um processo.<sup>279</sup> Entretanto, alguns dos entrevistados não se sentem “vencedores”, estariam mais para “sobreviventes”, como no caso de Lucidio, 84 anos, n. 23, aposentado, que se lamenta sobre a agricultura hoje:

Só ocupo dinheiro. Não é? Compra máquina grande, que essas máquinas que nós tínhamos, isso aí eu vendi tudo... máquina que não vale nada, essas plantadeirinha... carecia tombar a terra, aí depois plantar, só na terra fofa... [...] então tem que comprar uma máquina que custa 17... 18 milhões, e veneno pra mato, depois plantar a soja, daí passar o herbicida, se vem bicho na lavoura ocupa veneno [...] depois vem a máquina, num dia colhe mil saca de soja [...] depois você fica sentado lá no barranco vendo colher a soja... só que cobra 10% para colher.

As queixas do entrevistado, revelam a trajetória de um agricultor que até conseguiu se “modernizar”, comprar um trator e alguns implementos, mas não conseguiu se manter na “corrida”, seu maquinário se defasou, não servia para fazer plantio direto e ele mesmo já não tocava suas terras – nem seus filhos – ele arrendou para terceiros. Ou, ainda, como Albino (n. 06) que afirmou: “lutei, lutei e não adiantou nada”, hoje “as terra que tenho não dá pra viver”.

diretamente.” SORRENSON, Willian Jack; MONTROYA, Luciano Javier. Implicações econômicas da erosão do solo e do uso de algumas práticas conservacionistas no Paraná. **Boletim Técnico IAPAR**, Londrina, n. 21, ago. 1989. p. 32.

<sup>276</sup> Padrão agrícola da “Revolução Verde” implica, como já se argumentou, em uma corrida contra a “natureza”, com a produção constante de “novas soluções tecnológicas” para os problemas apresentados. Há analistas que afirmam que tal padrão nos últimos 10 ou 20 anos, vem sofrendo uma inflexão numa direção mais “sustentável”, não se analisa estas mudanças, por fugirem aos objetivos e por considerar que as bases do padrão ainda se mantêm. Cf. SILVA, J. G., 1998, op. cit., p. 107.

<sup>277</sup> ENGENHEIRO BELTRÃO. **Plano de Desenvolvimento Agrícola P.D.A.** Engenheiro Beltrão, 1997.

<sup>278</sup> Isto não implica afirmar que os agricultores sejam otimistas tecnológicos, pelo menos em caso estudado eles não “apostam todas as suas fichas” nas novas tecnologias, pelo contrário desconfiam delas sabedores que elas, em geral, não representam os interesses dos pequenos agricultores. Pelo menos isto é correto entre os agricultores menores e não tão empresariais. Cf. CARVALHO, Ely Bergo; NODARI, Eunice Sueli. **Agricultores e agrônomos: uma história de relações antidialógicas e suas implicações sócio-ambientais** In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 4., 20002, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC., 2002. 1 CD-ROM.

<sup>279</sup> Cf. CLARK, Judy; LOWE, Philip. Cleaning up agriculture: environment, technology and social sciences. **Sociologia Ruralis**, v. 30, n. 1, p. 11-29, 1992.

### “AGORA É TUDO SOJA”: VER E RECORDAR A PAISAGEM PERDIDA

Com tudo isto, a paisagem rural novamente muda. O primeiro grande sinal da modernidade na paisagem era quando se “mecanizava o terreno”, ou seja, “limpava-se” o terreno, tirando os troncos e outros restos das grandes árvores, derrubadas 10, 20 ou 30 anos antes, derrubava-se as árvores e tudo o mais que atrapalhava o trânsito das máquinas. Depois saíam as pessoas, com o êxodo rural – e o aumento do absenteísmo e a concentração fundiária, saíram as casas, os poços, as cercas, os pomares etc., para aumentar a lavoura ou a pastagem. Eu, fazendo parte deste processo, quase posso ver esta paisagem anterior a “modernização”, de tantas vezes que ouvi falar dela. A construção de micro-bacias, na década de 1980 e 90, contribuiu para modificar, ainda mais, a paisagem, de forma que não reconheço nos caminhos onde ando hoje, as paisagens de minha infância, isto para quem tem apenas 28 anos, sendo uma distância bem maior para aqueles das gerações anteriores.

O espaço é um meio de transmissão da memória, a disposição dos elementos fixa a recordação, como na metáfora do palácio da memória agostiniana.<sup>280</sup> Em especial para “camponeses”, para os quais há uma,

importância constantemente recorrente da geografia local como estrutura de memorização: montes, grutas, casas de lavoura e campos todos têm as suas memórias para os camponeses de falarem delas. Este padrão reflete com toda a evidência as estruturas das rotinas quotidianas ao ar livre; mas o espaço geográfico da comunidade é por sua vez socializado segundo esta mesma via, conferindo-lhe as suas associações passadas um significado que faz sentido para os seus habitantes, em contraposição às geografias mais anônimas que o rodeiam: espaço e tempo firmam-se na construção da identidade comunitária.<sup>281</sup>

As transformações em pauta reconfiguraram as estruturas das comunidades, muitos agricultores passaram a morar na cidade e, na zona rural, os vizinhos ficaram mais longe uns dos outros, ainda há locais de convergência da vida comunitária, como campos de futebol e a capela, mas estes não são mais tão exclusivos quanto antes, na cidade, em especial os agricultores mais ricos, têm outros lugares e outras preferências de sociabilidade como os clubes recreativos e clubes de serviço. A rápida transformação na paisagem ajuda no trabalho de esquecer a época em que era tudo “difícil”, porque era “tudo braçal”, mas que o “povo era tudo unido”<sup>282</sup>, como também, ajuda a esquecer o que havia antes, inclusive a floresta.

Quando se anda com qualquer pessoa com mais de quarenta anos e que tenha vivido ali, como muitas vezes andei, pela zona rural do Município, a cada curva que se faz com o

---

<sup>280</sup> BURKE, Peter. A história como memória social. In: \_\_\_\_\_. **O mundo como teatro: Estudos de antropologia histórica**. Lisboa: Difel, 1992. p. 234-51. p.241.

<sup>281</sup> FENTRESS; WICKHAM, op. cit., p. 141.

<sup>282</sup> Há uma tendência, na fala dos agricultores, de “idealizar” as relações interpessoais, no período “da agricultura a enxada” e, portanto, em apagar os conflitos então existentes.

carro, pode-se ouvir: aqui ficava a casa de fulano, ali ficava a casa de sicrano e lá a casa de beltrano, algumas vezes seguido de uma longa digressão sobre o que aconteceu com a família de “beltrano e sicrano”; ali ficava o “campo de futebol onde jogávamos”; aqui era a “mata das pombinhas, chamávamos assim porque era bom de caçar”. Lugares de memória, destruídos e semi-destruídos, a memória projeta no espaço aquilo que não mais existe. Então, pode-se entender que a “floresta/sertão” está muito distante, ela é o que havia antes da época que Engenheiro Beltrão “era um mar de café”. Mas, na atualidade quando se vê “um mar de soja”, a floresta realmente não existe mais?

### A FLORESTA NA “REVOLUÇÃO VERDE”

Para aqueles que pensam a floresta apenas como uma paisagem natural, então talvez a resposta seja sim, não há mais floresta. Mas considerando que a floresta anterior a colonização dirigida não era uma “mata virgem”, mas sim produto da ação humana em seu interior, como já se argumentou no capítulo anterior, e que o pouco de floresta que resta, por mais degradada que estejam, também é fruto, entre outros fatores, de dadas relações sociais. Então pode-se buscar o *continuum* entre paisagem social e paisagem natural, e responder que não. Há ainda uma floresta, mesmo que seja apenas uma “sombra do passado”.

Se se seguir o “modelo analítico” proposto por Livia Barbaso, pode-se afirmar que os remanescentes florestais que existem na região estudada, em geral muito degradados, não conseguem atingir o status de “santuários ecológicos”, ou seja, de uma “natureza intocada”, que seria beneficiada com o valor novo atribuído pelo movimento ambiental a “natureza virgem”, são “áreas profanadas” a qual se busca restituir a sacralidade, resguardando-as das mãos profanas.<sup>283</sup> Em contraposição a tal modelo amplamente presente no movimento ambientalista, busca-se a continuidade entre agricultura/agricultores e a floresta. Uma árvore isolada não é uma floresta, uma plantação de eucaliptos em termos ecológicos é mais parecido com uma plantação de soja, dado a sua homogeneidade, do que a uma “floresta”, mas não é uma definição técnica de floresta que interessa neste trabalho. Afinal, não se trata, aqui, de pesquisar a função das florestas nos agroecossistemas em termos ecológicos, mas sim em buscar nos fios da memória dos agricultores as percepções e práticas que os liguem a floresta.

Houve, de certa forma, uma inversão na paisagem em relação ao período anterior à (re)ocupação. Agora as florestas (remanescentes florestais) são “ilhas” em meio às lavouras e pastagens, na atualidade, apenas 4,12% da área dos estabelecimentos rurais do Município têm

---

<sup>283</sup> BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991. p. 242.

“cobertura florestal natural” (Tabela 5). No Município há quatro unidades de conservação (UC) com administração estadual, sendo três reservas florestais: Reserva Florestal de Figueira (100 ha); Reserva Florestal Secção Figueira (5 ha); e Reserva Florestal Secção Saltinho (5 ha). Há uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, a RPPN Estadual Fazenda São João, de propriedade do senhor José Antônio Casado Paschoal.<sup>284</sup> Ainda há uma pequena UC na periferia da cidade junto ao parque municipal.

Na segunda metade da década de 90 foi feito, pela Prefeitura Municipal, um levantamento dos remanescentes florestais no Município que pudesse ser transformados em RPPN, a fim de aumentar a participação do Município no ICMS-Ecológico,<sup>285</sup> apesar de incompleto, tanto qualitativa quanto quantitativamente, o levantamento aponta 13 áreas (Anexo 7) que poderiam ser transformadas em RPPN e que, provavelmente, são os maiores remanescentes que existem na região.<sup>286</sup>

Fora estas “ilhas” maiores, a paisagem da região é marcada por inúmeros pequenos remanescentes, em geral com menos de um hectare. Encontra-se, ainda, as matas ciliares ou vegetação riparia (ver Anexo 8).<sup>287</sup>

Quanto aos remanescentes florestais são, em grande parte, formados por terras inaproveitáveis para o cultivo agrícola ou pecuário. Tais áreas foram deixadas com “mato”, uma vez que não compensava sua “limpeza”. Assim, o entrevistado Yutaka explica o porquê “registrou” na Prefeitura do Município, uma área como Unidade de Conservação, uma “reserva de uns 15 alqueires [36,3 hectares], que é serra, pedra, né, isso aí nós já não.... deixei para reserva.” Yutaka. (n. 07).<sup>288</sup> Ou, ainda, foram áreas deixadas “incultas”, talvez, a fim de efetuar especulação imobiliária, sendo que, posteriormente à legislação ambiental, se fez cumprir impedindo a derrubada da floresta, ou por algum outro motivo. Foram, entretanto, os grandes produtores que mais deixaram estas ilhas; os pequenos tinham que cultivar toda a

<sup>284</sup> IAP. Escritório Regional de Campo Mourão. **Informações sobre unidades de conservação localizadas no município de Engenheiro Beltrão**, conforme solicitação protocolada no IAP/ERCMO n. 5487.701-3, a pedido do Sr. Ely Bergo de Carvalho. Campo Mourão, 2003.

<sup>285</sup> Parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS que o Governo do Estado passou a distribuir entre os municípios que possuem unidades de conservação ambiental e/ou áreas preservadas protetoras de mananciais que abastecem municípios vizinhos. Lei Estadual n. 59 de 01 de out. de 1991.

<sup>286</sup> Apesar deste incentivo econômico para a Prefeitura Municipal se empenhar na criação e manutenção de U.C., o levantamento está paralisado há vários anos.

<sup>287</sup> Este segundo termo é mais correto para os ecólogos, todavia utiliza-se o conceito de “mata ciliar” pois é a partir dele que o debate sobre o “mato na beira dos rios” — como diria um agricultor mais tradicional — se desenvolve.

<sup>288</sup> Provavelmente, o senhor Yutaka realmente acredita que sua área de Reserva Legal tenha sido transformada em uma unidade de conservação (RPPN), todavia isto não ocorreu efetivamente, ele só foi contatado pela Prefeitura para que isto ocorresse. Ele concordou, mas o processo não foi levado a termo pela Prefeitura Municipal.

área; os grandes poderiam deixar áreas com declive acentuado, com solo pedregoso etc., sem cultivo. Em 1975, quando foi informado a menor quantidade de “matas naturais” no censo, 1.571 hectares, elas foram informadas por apenas 59, em um universo de 1.289 estabelecimentos agropecuários, tendo uma média de 26,6 hectares de “matas naturais” para cada um, o que não garante, mas é outro indício destas áreas de “matas” serem parte de estabelecimentos grandes e médios.<sup>289</sup>

Quanto à mata ciliar, qualquer saída a campo impressiona pelo seu estado de degradação, muitas vezes reduzidos alguns metros de vegetação, com algumas árvores nas barrancas dos rios, outras vezes, totalmente inexistentes. No Plano de Desenvolvimento Agrícola de 1997, afirmava-se que, no Município, a mata ciliar era “praticamente inexistente”.<sup>290</sup>

O assunto sobre “Mata Ciliar” começou a ser discutido no Município nos últimos 25 anos. Como afirma um entrevistado: “naquela época ninguém falava em deixar... preservar a mata na beira da... da... pro bem da... [...] da... do meio ambiente... naquela época não existia, né, então a gente veio ter conhecimento mesmo depois de muitos anos” (João, n. 13). Ora, o Estado do Paraná foi pioneiro na criação de um Código Florestal, com a Lei n. 706 de 1º de abril de 1907, o qual já estabelecia como de “utilidade pública” as “florestas protetoras”, conceituando estas como aquelas que influem: “sobre a existência e conservação das nascentes e cursos d’água”, entre outras, e que eram proibidas de serem convertidas em “campos”, salvo para a “exploração usual”, ou com prévio “consentimento do Governo”.<sup>291</sup> Mesmo sendo pouco restritivo segundo Romário Martins, tal código “ficou constituindo mera decoração da legislação paranaense”.<sup>292</sup> Desde 1934, tem-se um Código Florestal, nacional, o qual tornou obrigatório o plantio de árvores nas margens dos cursos d’água, a fim de garantir a qualidade da água, bem como, proibiu os proprietários rurais de cortarem mais de três quartos das árvores restantes da sua propriedade.<sup>293</sup> A nova redação do Código Florestal, dada

---

<sup>289</sup> Claudia Sonda, como já citado, afirmou que “é comum a maioria dos remanescentes florestais, existentes hoje no Paraná, estarem em grandes propriedades”. Além disto os “municípios localizados em contexto com menor desenvolvimento das relações de mercado, associado a piores condições de solo e relevo, possuem maiores percentagens de cobertura florestal”. Já “nos municípios localizados em contextos econômicos de maior desenvolvimento das relações de mercado, aliado a condições edafogeomórficas (referentes a solo e relevo) de boa aptidão agrícola, a floresta foi praticamente eliminada”, como é o caso de Engenheiro Beltrão. Cf. SONDA, op. cit., p. 25.

<sup>290</sup> ENGENHEIRO BELTRÃO, 1997, op. cit.

<sup>291</sup> PARANÁ. **Coleção de leis**. Curitiba, 1977. (Biblioteca Pública do Paraná).

<sup>292</sup> MARTINS, Romário. **Livro das árvores do Paraná**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1944. p.101.

<sup>293</sup> Havia uma outra exigência importante no Código Florestal de 1934, que o proprietário não cortasse mais que  $\frac{3}{4}$  das árvores restantes em sua propriedade, a qual possuía várias brechas e foi alterada, mas o Código Florestal de 1964, também exigiu que se mantivesse com cobertura florestal, a Área de Reserva Legal,



pela Lei Federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, definiu a mata ciliar como, legalmente falando, parte da Área de Preservação Permanente, (APP),<sup>294</sup> na qual é **vedado** o corte da vegetação nativa ou qualquer outra forma de **exploração**.<sup>295</sup>

O caso de Engenheiro Beltrão é exemplar em mostrar que tais leis não foram cumpridas, não se encontrou qualquer indício de que a Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão ou o Estado, atentaram para a Lei, no período de (re)ocupação. Quanto aos agricultores, começavam a derrubada justamente a beira do curso d'água, pois ali estabeleciam suas casas – para ficar perto da água. Em geral, quando restou alguma coisa era “só uma coisiquinha, um tiquinho”, como afirmou um agricultor, já citado, pois “o que dava pra roçar nós fizemos tudo”(Oscar, n. 8).

A primeira ação do Governo em prol do plantio de matas ciliares na região, a qual se tem registro, é narrada pelo agrônomo Osvaldo Borges Ferreira, que na época trabalhava para ACARPA/EMATER (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, atual Empresa

(RL) que no Estado do Paraná é de 20% da área total dos imóveis rurais. Estas leis ficaram tão distantes de serem cumpridas, que para criar um mecanismo eficaz para seu cumprimento, tornou-se obrigatória a averbação da Reserva Legal em cartório. Apenas com a área devidamente averbada é que o proprietário poderia transferir sua área para outrem, em caso de venda, doação ou morte. Todavia, o Decreto n. 387 de 03 de set. de 1999, do Governo Estadual, que implantou tal exigência, estabeleceu que, apenas 1/20, da área de Reserva Legal a cada ano a partir de 1999, de forma que apenas em 2018, será exigido efetivamente os 20% de cobertura florestal. Os agricultores estão menos informados sobre a reserva legal e esta é menos debatida. A distância entre o que reza a legislação e a realidade neste caso é enorme, não tendo sido debatida com o entrevistado, salvo em caso do assunto vir a tona ou se mostrar relevante para o caso específico.

<sup>294</sup> Entre outras, são incluídas como área de preservação permanente as faixas marginais ao longo dos rios, lagos e nascentes (a mata ciliar), com larguras variáveis, dependendo da largura do rio. O Código Florestal de 1965 estabelecia como de APP “as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso de água, em faixas marginal cuja largura mínimo será: 1 — de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura; 2 — igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distância entre as margens; 3 — de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros. B) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais; c) nas nascentes, mesmo nos chamados “olhos-d'água”, seja qual for a sua situação topográfica;”.

Houve uma alteração, através da Lei Federal n. 7.511, de 7 de julho de 1986, que amplia as faixas obrigatórias de cobertura vegetal nativa, constante no inciso “a”. Que é novamente alterada pela Lei Federal n. 7.803, de 18 de julho de 1989, que altera as faixas da seguinte forma: “a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja: 1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; 2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; 3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; 5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;” e “c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados “olhos d'água”, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;”.

<sup>295</sup> Ambos os códigos apresentavam formas legais, através das quais, as matas poderiam ser na prática derrubadas, fundamentalmente para áreas de preservação permanente. A legislação só se tornou mais restritiva e sem “brechas”, a partir de alterações ocorridas na década de 1980. Cf. BOHN, op. cit., p. 148, passim; DEAN, op. cit., p. 277 et seq. 304 et seq.

Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), narra que<sup>296</sup>: em 1978-79,<sup>297</sup> o projeto estadual de plantio de matas ciliares, no qual ele esteve envolvido, o órgão no qual estava, ACARPA/EMATER, que deveria fazer a função de assistência técnica no campo, pois a Prefeitura Municipal produziria as mudas e os agricultores plantariam as árvores, sendo que, a ação no Município se restringiu às propriedades à margem do principal rio da região, o Ivaí.

O objetivo era o plantio de 100 metros de largura na margem do rio, sendo os primeiros 20 metros, de preferência, com árvores nativas frutíferas, 60 metros mesclado entre frutíferas e não frutíferas nativas, e os últimos 20 metros poderia ser árvores exóticas. O agrônomo fez o projeto técnico e colhia a assinatura do agricultor em um “termo de acordo”, no qual o agricultor se comprometia a plantar.

De início, tentou que plantassem os 100 metros, mas

tinha uma dificuldade tremende, o pessoal não assinava o termo de acordo para 100 metros, **uma coisa de imposição**, né, o pessoal ficava assustado comigo [ risos ], daqui a pouco vão me jogar dentro do rio [ risos ], e a gente não sabe nadar direito ainda [ risos ], você imagina... eu ia ser comida de peixe [ risos ].

Ele ficou preocupado, pois “se não mostrasse resultado eles me mandavam embora”, mas afirma: “como eu era de origem rural, conhecia como conversar com eles”. Então foi “negociando”: “eu fui conversando com o pessoal, o chefe, negociei tudo certinho, acataram minha proposta e conseguiram colocar 320 mil mudas na beira do rio, **se não negocia nem 30% disto.**” Sua proposta era de fazer termos de acordo com o que o agricultor aceita-se plantar, mesmo assim, “teve gente que não quis assinar, mas o pessoal que assinou plantou 20 metros, 10 metros, 50 metros, né, 100 metros foi pouco que plantou. A maioria queria 10 metros 15, 20, né, então não foi integral”. O entrevistado reconhece a posição fundamental e delicada, em que o agente, entre as ações governamentais e os agricultores se situa, ele acaba por mediar os conflitos: “ainda bem que as chefias escutavam o executor lá da frente, [...] quem pode dizer o que está acontecendo é quem está lá na frente, né, e o chefe geralmente está lá no escritório técnico, não está acompanhando na realidade o que esta acontecendo”. Um exemplo de como estas relações eram conflituosas é dada por uma passagem narrada pelo entrevistado:

Tem um caso em que foram levadas as mudas para [...], falou que ia plantar e deixou as mudas morrerem. Tivemos problemas com meu chefe que chegou lá e viu as mudas mortas e foi discutir com a pessoa. A pessoa ficou dentro de casa, estava com a espingarda escondida [risos] e aí a pessoa ficou brava com o chefe... o chefe lá ficou bravo [...] ficou falando assim... eu só não dou um tiro no senhor porque [risos] o seu Osvaldo está aqui... se não eu ia dar um tiro em você... [para o chefe]. É

---

<sup>296</sup> FERREIRA, O. B. **Osvaldo Borges Ferreira**: depoimento [23 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

<sup>297</sup> O depoente também afirma que o programa durou um ano e terminou com a saída de Ney Braga do Governo do Estado do Paraná, a qual se deu em 14 de maio de 1982.

que ele estava bravo com ele que deixou as mudas morrerem. Daí eu negocieei com ele lá, fui com calma, daí eu conversei com ele... propus para ele trazer outras mudas e ele plantaria, depois levei umas mudas para ele lá, quer dizer à Prefeitura que levou, né, e ele plantou, deu tudo certo, né, tá entendendo, [...] apesar que ele não ficou cuidando muito não, aí morreu um pouco de muda [novamente], porque ele precisava jogar água por causa da estiagem, [...] morreu um pouco de muda, mas plantou, nasceu, ficou lá...pegou, ficou uma mancha, uma área sem árvore, mas ele plantou.

A versão do entrevistado deixa entrever uma característica da forma como se deu a aproximação do debate sobre a mata ciliar para os agricultores, de forma antidialógica. O órgão responsável pela negociação face a face era o mesmo que tinha a função de convencer o agricultor a utilizar o moderno “pacote tecnológico”, da “Revolução Verdade” e, igualmente, de “cima para baixo”.

Cabe um esclarecimento sobre o conceito de antidialogicidade. Ele foi utilizado por Paulo Freire para descrever o núcleo de uma concepção “bancária” de educação, na qual o outro é considerado uma “coisa” e que deve absorver passivamente o que lhe é imposto, pois parte-se do pressuposto que se sabe, e que o outro não sabe. É uma prática da manipulação do outro, a qual interessa ao *establishment*. Mas tal concepção está pautada em um equívoco epistemológico sobre o que seja o conhecimento como processo de busca, necessariamente dialógico.<sup>298</sup>

Freire ao analisar a prática do agrônomo como educador, caracteriza como antidialógica as práticas dos anos 60 de extensão rural. Para ele, a palavra extensão é um equívoco gnosiológico. O “conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”.<sup>299</sup> Ninguém tem a capacidade de estender o seu conhecimento ao outro, como se ele fosse uma coisa, um receptáculo, para o seu conhecimento, o processo educativo é mais complexo que isto. Tal prática reforça as hierarquias. Romper com elas na produção de práticas dialógicas de educação/comunicação é algo difícil, dentro de relações estruturais fortemente hierarquizadas.<sup>300</sup>

Tais práticas de “manipulação dos indivíduos tratados como coisas, em proveito dos princípios de ordem, de economia, de eficácia” é o que se chama de prática antidialógica.

<sup>298</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>299</sup> FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 36.

<sup>300</sup> “Esta é a razão pela qual, enquanto for estrutura latifundista, não poderá proporcionar a substituição de alguns pelo humanismo real de todos . [...] Neste tipo de relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo. E é nestas relações rígidas e verticais que vem se constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida. Nenhuma experiência dialógica. Nenhuma experiência de participação” FREIRE, 1983, op. cit., p. 48, passim.

Uma prática dialógica rompe com o pressupostos de verdades absolutas, reintroduzindo a relatividade das verdades e do diálogo necessário na busca da verdade.<sup>301</sup> É evidente que as pessoas não são “coisas”, em geral, elas não se comportam conforme aqueles que tem atitudes antidialógica esperam que o façam. Há dissonância, até mesmo, entre os próprios agentes responsáveis em “manipular o outro”. O depoimento citado de Osvaldo Borges Ferreira é um exemplo disto, que os agentes sempre exploram sua margem de manobra, produzindo o novo, e quando se busca impor “de cima para baixo”, em geral, se encontra “resistência”.<sup>302</sup>

A forma como o padrão agrícola da “Revolução Verde” foi implantado, mostra claramente o antidialógismo.<sup>303</sup> Mas também, uma boa parte das ações ambientalistas desenvolvidas na região, foram, muitas vezes, executadas pelos mesmos órgãos e, principalmente, pelas mesmas pessoas que desenvolveram ações em prol da “modernização”.

Deve-se considerar que o Estado manteve projetos — ou como sub-objetivo em projetos maiores — de preservação/conservação das matas ciliares, de forma descontínua e pouco eficaz.

Porém o grande diferencial se deu a partir da entrada do Ministério Público na atuação para “zelar” pelo cumprimento das leis ambientais, em especial depois da “Lei n. 7.347/85 que instituiu a ação civil pública”<sup>304</sup>.

‘As ações civis públicas passaram a ser propostas pelo Ministério Público dos Estados logo após o surgimento da Lei em 1985. Entretanto, foi o Estado de São Paulo quem, por primeiro, organizou uma estrutura própria para cuidar do meio ambiente – chamada de Coordenadoria das Curadorias do Meio Ambiente. Nas cidades de maior porte – no Estado de São Paulo — desde 1985 — passou a existir a função de Curador do Meio Ambiente’<sup>305</sup>.

Ao narrar sua atividade como “extencionista”, responsável pelo programa de recomposição de mata ciliar há mais de vinte anos, o entrevistado Osvaldo Borges Ferreira, descreve bem um dos motivos da maior eficácia da ação do M.P.:

Tem que forçar um pouco a barra sabe, **assustar um pouco a pessoa**, tem pessoa que assusta, é claro que tem gente que não assusta, e... muita gente planta de susto, né, mas... hoje não, hoje esse pessoal que está aí na beira do rio... mata ciliar o Ministério [Público] tá junto, né, naquela época não tinha Ministério pra ir junto, era eu e o produtor, só, não tinha cobertura por traz, você imagina? Eu e o produtor só...<sup>306</sup>

<sup>301</sup> MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 162, passim.

<sup>302</sup> Para uma análise mais detida sobre a antidialogicidade da relação entre agricultores e agrônomos ver: CARVALHO; NODARI, op. cit.

<sup>303</sup> Conforme já argumentado a partir de: FREIRE, 1983, op. cit. e ALMEIDA, op. cit., p. 33-55.

<sup>304</sup> BOHN, op. cit., p. 188

<sup>305</sup> MACHADO, Paulo. **Direito Ambiental Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: RT, 1989. p. 217. apud: BOHN, op. cit., p. 188.

<sup>306</sup> FERREIRA, O. B. **Osvaldo Borges Ferreira**: depoimento [23 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Berço de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassette.

Na região noroeste do Paraná, há um precedente em termos de ações judiciais para o plantio de mata ciliar e, também, para o plantio da reserva legal que, segundo Paulo Bacha, antecede a do MP, é a ação da Associação de Defesa e Educação Ambiental de Maringá - ADEAM. O procedimento da instituição é de: “iniciar um processo de conscientização dos proprietários rurais, a respeito da importância de se repor às matas ciliares e a reserva legal. Se isso for insuficiente, a ADEAM notifica o proprietário rural para que ele reponha essas matas, advertindo-o sobre as penalidades legais de não fazê-lo. Se isso ainda não for suficiente, a ADEAM inicia uma ação judicial”. Com tal procedimento, a ADEAN já ganhou na justiça a recuperação de mais de 500 quilômetros de margens de rios, em todo o noroeste paranaense, sendo uma ação inovadora pois não deixa somente nas mãos do Estado a atividade de garantir a preservação ambiental, mas coloca a sociedade civil em uma função ativa.<sup>307</sup>

O presidente da ADEAN, desde a sua fundação, o advogado Alberto Contar, 78 anos, ao ser entrevistado explica que a associação surgiu em 1979, a partir da ação do Instituto de Terras, Cartografia e Floresta, que fomentou a criação de uma série de associações ambientais no interior do Paraná.

O senhor Alberto afirma que suas ações judiciais exigindo o plantio de mata ciliar e da reserva legal tiveram início em 1980, durante “uns” cinco anos a associação não ganhou nenhuma ação, os processos ficaram rolando na justiça, até que com a instalação da “Coordenadoria do Meio Ambiente” no MP do Estado,<sup>308</sup> a qual foi fundamental na mudança de postura dos tribunais que passaram a dar ganho de causa para as ações. O procedimento para a ação é, primeiramente, o envio de uma correspondência para os “grandes proprietários” da comarca, ele explica, que: “não perco tempo para saber se não tem, [APP e RL], eu sei que não tem”, infelizmente, dificilmente ele está equivocado. Caso o proprietário não venha até a sede da ADEAM em Maringá, que em geral não vem, o Senhor Alberto ingressa com um processo contra o proprietário na justiça. A ADEAM se mantém com os honorários advocatícios pagos pela parte perdedora, no final dos processos. Reconhece que o grande “calcanhar da Aquiles”, do seu trabalho é que a pessoa se compromete a plantar, mas não há uma “fiscalização” para saber se realmente foi cumprido. Compreende a sua atividade da seguinte forma:

---

<sup>307</sup> BACHA, Carlos José Caetano. Gestão florestal no Paraná. In: LOPES, Ignez Vidigal; et. al. (Orgs.). **Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 155-182. p. 167.

<sup>308</sup> A Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente foi criada pela Resolução n. 803 de 19 de set. de 1985, para atender as atribuições do MP, no tocante a “área de meio ambiente”.

Ver a questão ambiental pelo prisma jurídico [...] os biólogos já disseram o que tem que se fazer, agora é implementar [...] os biólogos são meio de campo, preparam a jogada e nós, advogados, é que marcamos o gol... cada um tem sua função, você compreendeu.

Dano ambiental é assunto jurídico, não é para biólogos, engenheiros florestais. A noção do que tem que se fazer, já denunciaram. O mal é este. E daí? Tem que ter alguém que faça a coisa funcionar, então o advogado é como... vamos dizer, um doente que não quer tomar o remédio, é preciso que apareça um sujeito meio truculento, pegue o cara pelo pescoço e faça [...] goela a dentro. Então, o advogado é esse sujeito meio truculento.

Nós vimos a questão ambiental pelo prisma jurídico, que isto funciona, a maioria pensou em fazer palestra, isto não leva a nada, porque só conscientiza as crianças, o adulto manda tudo as favas, porque ele vê vantagem em ser delinqüente, compreendeu... Você pode conversar com o proprietário, você não vai convencer ele nunca, porque eu vou deixar 20 alqueires se posso plantar soja aqui, não há quem consiga convencê-lo.<sup>309</sup>

A citação é longa, mas reveladora. O modelo não difere muito da antidialogicidade da “modernização”. Há um modelo pronto, dado pela ciência — os “biólogos” —, uma verdade absoluta, a qual já descobriu o problema e deu a solução. Cabe apenas aplicar a solução, “obrigá-los a plantar”.<sup>310</sup> Enfim, o que se pode observar é uma vontade de manipulação do outro, tratado como coisa, em proveito de um princípio de eficácia.<sup>311</sup>

É oportuno esclarecer o que está em jogo, em termos econômicos, quanto à pressão por plantio de matas ciliares: em primeiro lugar o trabalho – custo – de plantar e cultivar as árvores, isto quando o Estado fornece as mudas. Mas, esta não é a principal questão, e sim, a terra que deixa de ser cultivada. Em Engenheiro Beltrão em um cálculo *por* “baixo”, as matas ciliares deveriam cobrir 4,07% da área total do Município, todavia, dependendo do formato da propriedade rural e de como o rio passa ou não por ela, a mata ciliar pode cobrir de 0% a 50%, ou mais, da área da propriedade rural.<sup>312</sup> De qualquer forma, a implantação de matas

---

<sup>309</sup> CONTAR, A. **Alberto Contar**: depoimento [ 25 fev. 2003]. Entrevistador: Ely Berço de Carvalho. Maringá, 2003. 2 fitas cassete.

<sup>310</sup> Há aqueles, em especial dentro da academia que se questionam: Se a solução apresentada na lei é realmente uma solução para o problema ambiental? Se for o proprietário que deve arcar com os custos da conservação ou se este deve ser socializado? Buscando dialogar com o outro para saber o que pensa, se aquilo é um problema para ele? Até mesmo o próprio problema ambiental é colocado em discussão: afinal para que plantar a mata?

<sup>311</sup> Isto não muda o fato da ADEAM. ser pioneira ao representar uma ação da sociedade civil em prol da conservação das matas, em uma região – agrícola com forte desmatamento – onde tal ação parece tão pequena. **Suas ações constituem um ponto de força em prol da conservação das matas de toda a região.** Quando a associação se constituiu o ambientalismo era visto como, nas suas próprias palavras: “coisa de desocupado” e como “inimigos do progresso”. E não apenas suas ações contribuíram para introduzir o debate na região, como teve efeito “práticos”, o entrevistado Gilmar foi processado pela ADEAM., não plantou a reserva legal, mas a (APP), a mata ciliar ele plantou há “uns” 4 anos (n. 21).

<sup>312</sup> Os cálculos foram feitos a partir de: ENGENHEIRO BELTRÃO, 1996, op. cit.

ciliares significaria em média, uma redução de 4% da área, o que para alguns é uma redução no lucro, para outros é uma redução em uma área que “não dá para viver”. (Albino, n. 06).<sup>313</sup>

E qual a percepção que o agricultor tem da mata ciliar? Os agricultores entrevistados pensam a mata ciliar, na atualidade, principalmente, como uma obrigação legal, não remetem em geral, a sua função para preservar o ecossistema — ou de conservar a água, enquanto recurso natural, como se queira.<sup>314</sup> Esta é uma das consequências das práticas antidialógicas, apesar das campanhas de “educação ambiental”, a vegetação ripária, predominantemente, não se apresenta como um problema ecológico para o agricultor, e sim, um problema “legal”. No primeiro conjunto de entrevistas realizadas ainda em 1998, foi perguntado porque a mata foi derrubada ou preservada nas margens dos cursos e nascentes de água, caso existissem em seus estabelecimentos. Os argumentos foram classificados em seis tipos sendo que nas justificativas dos entrevistados havia de um a quatro argumentos, e quatro entrevistados não responderam a questão,<sup>315</sup> portanto, trabalhou-se com um universo de 26 entrevistados, os argumentos:

- a) ganância, citada por dois entrevistados, “ninguém pensou em nada, o negócio era derrubar e formar café, eu deixei na beira do rio” (Lindomar, n. 14);
- b) preservacionista, citados por seis entrevistados. Um afirmava que a mata ciliar era para “preservar a... natureza, o meio ambiente” (Arnaldo, n. 15), e os demais referindo-se a importância da mata ciliar para conservação dos cursos d’água e evitar a erosão;
- c) falta de conhecimento, citado por seis entrevistados, “depois nós desmatamos também.... na época nós não tínhamos aquela consciência de preservar, então desmatamos para mecanizar, plantar soja.” (Liomar, n. 18);
- d) utilitaristas, citados por oito entrevistados: sendo que quatro referem-se a importância da mata ciliar como fonte de madeira; dois como fonte de sombra para os animais descansarem no pasto; e dois que as matas chamam chuva, ou seja,

---

<sup>313</sup> O entrevistado Osvaldo Borges Ferreira, narra um dos casos de pessoas que se recusaram a assinar o termo de acordo para plantio de mata ciliar, alegando que iria perder muita terra, em virtude da sua propriedade ficar na curva do rio, e que não tinha condições nem mesmo de arcar com o trabalho de plantio e manutenção por ser um pequeno produtor, alegações com as quais o entrevistado concordava. FERREIRA, O. B. **Osvaldo Borges Ferreira**: depoimento [23 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

<sup>314</sup> Sobre as “funções” ecológicas da mata ciliar ver: REICHARDT, Klaus. Relação água – solo – planta em mata ciliar. In: SIMPOSIO SOBRE MATA CILIAR, 1989, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Fundação Cargil, 1989. p. 20-24; LIMA, Walter de Paulo. Função hidrológica da mata ciliar. In: SIMPÓSIO SOBRE MATA CILIAR, 1989, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Fundação Cargil, 1989. p. 25-41.

<sup>315</sup> Por não terem cursos d’água ou nascentes na propriedade ou pela resposta ter ficado demasiadamente confusa, talvez por evitarem respondê-la.

acreditam que chove mais onde tem mata. São, portanto, argumentos centrados em uma utilidade para os agricultores;

- e) serem terras inaproveitáveis para a agropecuária, este argumento foi citado por dez dos entrevistados: “Porque eu achava que era direito deixar, né, [...] direito deixar que a barranca do rio era meio alta, o Ivaí era meio alto... aproveita o quê? **Também é pedra, né**” (Lindomar, n. 14);
- f) obrigação legal, citado como argumento por onze entrevistados: “exigiram plantar nós plantamos”. (Leandro, n. 09); ou “... agora tá sendo meio... proibido cortar árvore, né, então a gente já nem mexeu... é bom que nós não precisamos plantar mesmos que já tem lá, né” (Lucas, n. 28).

Mesmo sendo o mais citado, este argumento aparece em apenas onze das vinte e quatro respostas, todavia, considera-se tão importante por aparecer reiteradamente. Mesmo quando se pensa no período de (re)ocupação, afirma-se que a mata ciliar é como uma obrigação, “acho que a colonizadora devia de **exigir na época**, já eu acho que eles veio muito atrasado com essa... essa replanta [...] que a gente sê obrigado a replantar” (Gilmar, n. 21). Há uma condenação à Colonizadora não por não ter informado sobre a obrigação da mata ciliar, e sim, por não ter “exigido”. Ou ainda, quando foi perguntado a outro entrevistado, por que ele cortou uma área de mata, que havia no meio da sua propriedade, justifica: “porque era no meio do lote, e derrubei, e **na época não existia a proibição** de derrubada”(Lazaro, n. 4). Ou ainda, a entrevistada Maria Bergo de Moraes quando lhe foi perguntado porque seu falecido marido plantou mata ciliar a “uns dez anos”, ela respondeu que “foi porque ele era medroso”, pois alguns dos seus vizinhos foram “chamados” e não plantaram e não aconteceu nada com eles.<sup>316</sup> Ou seja, o problema em se efetuar uma derrubada não está em um outro lugar que não no “legal”, estar de acordo com mais uma obrigação com a lei.

A afirmação que os agricultores pensam a mata ciliar principalmente — e não exclusivamente — como obrigação legal, permite entender outros fenômenos. Quando foi perguntado se havia mata ciliar (ou mato na beira do córrego/rio), vinte e dois agricultores responderam que sim; seis que não; e para dois, as respostas ficaram confusas ou esquivas. Onde se depreende que, surpreendentemente, 73,3% dos entrevistados afirmaram ter mata ciliar em 1998, enquanto no projeto agrícola da Prefeitura Municipal, de 1997, afirmava que a mata ciliar era “praticamente inexistente”. Para os agricultores a questão central é cumprir uma obrigação legal, eles não gostam de se visualizarem como alguém que está em desacordo



com a lei. Daí que quando se pergunta ao entrevistado se tem mata ciliar na sua propriedade, imediatamente, responde que sim, mesmo que não seja o “tanto suficiente” (Antônio, n. 24), e que tenha que “acabar de plantar” (Valmor, n. 30), afinal, a maior preocupação dos agricultores, no tocante à mata ciliar, é cumprir a legislação.

E, desta forma, também, é possível interpretar um fenômeno que se pode notar na Tabela 5, entre os censos agropecuários de 1985 e 1995/96, que houve um aumento no número de estabelecimentos que informaram possuir “matas naturais”, de 107 para 251. Como em dez anos 144 estabelecimentos passaram a possuir “matas naturais”? Uma explicação possível é que com as ações “para exigir”, os agricultores, não apenas deixaram áreas para que a mata se desenvolva-se, mas principalmente, passaram a valorizar toda “beirada/barranca” que tivesse algumas árvores, como mata ciliar, e passando a informar nos censos agropecuário.

Deve-se lembrar que, para o agricultor, na atualidade, a mata é valorizada por seu uso, podendo ser uma mercadoria valorizada. Apesar de apenas quatro entrevistados terem mencionado o aproveitamento da madeira como motivo para conservar o “mato”, a madeira/lenha/carvão é passível de exploração, embora no caso das matas ciliares e dos remanescentes florestais nativos isto seja vedado, na atualidade. Assim, o entrevistado José afirma que comprou um sítio no qual havia uma mata secundária na beira da nascente d’água e do riacho, ele manteve tal mata como mata ciliar, porque “eles exigem”, mas assinala que: “era tudo matinho, assim tudo fininho, assim... hoje não, é aquele maderão, tem a Santa Bárbara que é **um maderão danado**” (n. 12). Mais que um desconhecimento dos detalhes da legislação, isto revela o que mais lhe chama atenção na mata, ser um “maderão”. E isto é recorrente, como quando se perguntou a um agricultor como eram as matas de Engenheiro Beltrão, e ele respondeu que: “as matas aqui, era boa”,<sup>317</sup> e então, se pergunta que lembranças ele tem das matas e a primeira coisa que ele afirma é: “**Bastante madeira, né....**”.<sup>318</sup>

E como os agricultores trataram este “bem”, este “recurso”, as árvores? Aponta-se a questão da floresta, ou mais especificamente, das árvores como recurso em uma propriedade rural, ou seja, as árvores para “custeio do sítio”. Antes da modernização agrícola, os motivos

---

<sup>316</sup> MORAES, Maria Bergo de. **Maria Bergo de Moraes**: depoimento [25 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

<sup>317</sup> Vale a pena indicar que o dicionário registra, no Brasil, a expressão “mato bom” significando: “Mato cuja vegetação luxuriante revela a fertilidade do terreno onde se desenvolve e o torna próprio, depois da derrubada, para a cultura.” **NOVO Aurélio Século XXI**. [S.l.]: Ed. Nova Fronteira. 1 CD-ROM. Versão 3.0.

para se plantar e manter uma reserva de árvores eram muitos, apesar de nem todos terem tomado este cuidado. Talvez fosse de se esperar que os migrantes de regiões, como Santa Catarina, em que devido, especialmente, a fatores edafo-geomórficas, possuíam reservas “de mato” na propriedade, igualmente mantivessem “reservas” (para uso) no Paraná; e que migrantes de regiões ligados a uma agricultura mais dinâmica, não deixassem. (sobre a origem dos entrevistados ver Anexo 1). Todavia, isto não se confirmou, as poucas menções a “reservas de mato”, nas localidades de residência anterior, que não eram fronteiras agrícolas, foram associadas a questões edafo-geomórficas: “vai derrubando o lugar melhor e deixando aquela terra quebrada” como afirmou Yutaka, n. 07, para explicar porque seu pai tinha uma “reserva de mato”, quando morava em São Paulo. Manejos florestais, mesmo que de remanescentes, são complexos, estão intimamente ligados as condições bio-geo-física e a um “modo de vida”, não se explicam apenas pelo solo e relevo. Se havia alguma forma de manejo de mata, nas localidades de residência anterior dos agricultores – como parte da atividade agrícola e/ou como fonte de recurso – estes tiveram pouco espaço nas novas condições bio-geo-física e na agricultura dinâmica que se implantou em Engenheiro Beltrão. Como bem exemplifica a trajetória, já narrada, do catarinense Alcides n. 26: “Foi deixado reserva em [Engenheiro Beltrão]? Não... não.”

Antes “da modernização”, “na época do café” – como se referem alguns entrevistados, vivia-se em um regime de abundância de madeira como recurso, e em 1970, ainda existiam várias “matas” – lotes ou parte de lotes com cobertura florestal, e quando foi perguntado como faziam com a madeira para o custeio do sítio, a resposta é que havia muita madeira no chão, grandes troncos estavam espalhados no meio da roça. Como afirma a entrevistada Fortunata B. Dalpont “o nosso café [...] tinha aquelas madeira, tinha madeira boa ainda”, e seu marido João Dalpont: “a madeira não queima... a tora sempre sobra, uma peroba, uma coisa... e depois quando acabou aí... aí... a gente compra... de fora, né, hoje tem que comprar”.<sup>319</sup>

Um dos motivos fundamentais pelo qual não podia faltar madeira era a necessidade de lenha para a cozinha. Como afirma o agricultor Antenor: “eu plantei porque nós temos um fogão à lenha e o fogão a gás, e a mulher prefere o fogão a lenha. Então eu plantei, e eu, de vez em quando, derrubava, cortava pra brotar.” (n. 29). Ou para outras utilidades como

---

<sup>318</sup> DALPONT, João; DALPONT, Fortunata B. **João Dalpont; Fortunata B. Dalpont**: depoimento [24 abr. 2003]. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

<sup>319</sup> DALPONT, João; DALPONT, Fortunata B. **João Dalpont; Fortunata B. Dalpont**: depoimento [24 abr. 2003]. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

palanques para cercas, e até mesmo, durante muito tempo, madeira para construir as casas. Assim, muitos plantavam ou deixavam árvores para ter “madeira para custeio do sítio” (Aparecido n. 02). O mesmo entrevistado respondeu porque deixou a mata ciliar em sua propriedade:

Tem as árvores lá, porque [...] o meu sistema, eu fui criado, em Minas Gerais, nós vendíamos um saco de feijão lá, depois que o outro estava colhido, não vendia antes [...] a gente nunca pode pensar só na gente, tem que pensar no futuro, na nova geração [...] nunca se sabe o dia de amanhã, precisa de uma madeira? De onde é que vai tirar? E eu toda a vida sempre gostei de ter as minhas coisas, toda a vida eu gostei de ser meio independente (Aparecido, n. 02).

Antes da modernização haviam pomares, árvores espalhadas pelo campo – ou porque nasciam ou porque eram plantadas, para fazer sombra, para se ter madeira ou, simplesmente, porque era aprazível e bonito.

Mesmo durante a “floresta/sertão”, não se tinha horror às árvores, ao contrário:

Faz 50 anos mais ou menos que foram plantadas aquelas moitas de eucalipto. Eu era moleque e ajudei a plantar [...] Quando nós plantamos, essa estradinha era terra [...]. Então, meu pai achou bonito plantar uma carreira... [...]. **Então, a gente achava bonito plantar aquelas árvores**, né, por isto foi plantado e não foi mexido... (Antônio n. 24).

As árvores a que se refere o entrevistado formam uma carreira retilínea de eucaliptos. Mas, como lembra um entrevistado, eucalipto não é “mato” (Antenor, n. 29), é silvicultura, é terra cultivada. Para voltar aos dias atuais, um entrevistado revela que:

Onde é pedreira que não dá para mecanizar, e **fazer de enxada dá prejuízo**, então nós plantamos uma moita de eucalipto [...] 50 metros assim... 60 redondo, aí então desmatamos aquilo lá, cortamos aquele colônho, carpimos, e depois plantamos eucalipto, **da uma moita bonita**, né. (Leonardo, n. 20).

O agrônomo Osvaldo Borges Ferreira explica uma atitude que ele percebeu entre os agricultores, quando tinham de plantar árvores:

O pessoal costuma querer plantar árvore e limpar por baixo, e não é certo. Tem gente que planta árvore e quer que por baixo fique limpinho, daí a água [risos]. Você tem que manter uma vegetação que, senão, escorre a água.[gerando erosão]. Até [as árvores se] formarem você limpa envolta, só em volta, daí ela forma [...] algumas pessoas querem deixar limpinha, né, tá com má intenção.

[Por quê?]

É que deixar limpo é para... ele tá com a intenção de plantar alguma coisa ali [ risos] plantar soja, plantar alguma coisa assim, arroz, né.<sup>320</sup>

Não necessariamente essa fixação em manter “limpo” é um ato que vise um aumento de produção, algo utilitarista. Eu, por exemplo, lembro da “mata” que ficava em torno de uma nascente no sítio do meu avô, não se cultivava nada, mas ele fazia absoluta questão de manter a área “limpa”, e gastava muitas horas de serviço em tal atividade. Um exemplo de como o grupo pesquisado tem dificuldade de considerar “belo e aprazível” o “mato”, bonito mesmo é

---

<sup>320</sup> FERREIRA, O. B. **Osvaldo Borges Ferreira**: depoimento [23 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassette.

a terra “bem cuidada”. As árvores isoladas, o pomar, a mata cultivada, o campo cultivado, são bonitos, já “mato” é por definição o antônimo disto, é “terra inculta”.

Há continuidades, mas também, a rupturas na relação com a mata. O regime de abundância de madeira e lenha, rapidamente acabou com a “Revolução Verde”. Um recurso que parecia inesgotável, agora, muitas vezes, os agricultores tem de adquiri-lo via mercado. E também, os motivos para se manter a mata diminuíram muito.

A mecanização, como já indicado, implicou na retirada dos troncos que jaziam no meio das roças e de toda árvore que estivesse em lugar "inapropriado", ou seja, que estivesse no caminho das máquinas agrícolas. O êxodo rural e o absenteísmo reduziram a população da zona rural do Município, de 21.853 habitantes em 1975, para apenas 2.945 habitantes em 2000 (Tabela 7). Portanto, há relativamente poucas pessoas para comer as frutas ou usar lenha para cozinhar. E mesmo para aqueles que ficaram no campo, agora se constroem casas de alvenaria, e dificilmente se encontra uma casa que não tenha um fogão a gás, mesmo que, as vezes, se prefira cozinhar no fogão a lenha. Um entrevistado comentou que mesmo tendo eucaliptos em sua propriedade, não cortou quando precisou fazer palanques para cerca, pois o “palanque tem que ser tratado” para poder durar, esses que “a gente corta de qualquer jeito, duram pouco”,<sup>321</sup> é um exemplo de como vários produtos são comprados, cada vez mais, via mercado, através de produtores especializados.

Além disto, a exploração da madeira é “supervisionada” pelo Estado e a exploração dos remanescentes florestais nativos ou das áreas de mata ciliar é vedado pela lei, passando a ter uma fiscalização efetiva, mesmo que ineficiente. Tudo isto tornou o agricultor um tanto ressabiado quanto a explorar as árvores como recurso natural. Como demonstra a fala já citada de Antenor: “eu plantei porque nós temos um fogão à lenha e o fogão a gás, e a mulher prefere o fogão a lenha. Então eu plantei, e eu, de vez em quando, derrubava, cortava para brotar. Hoje num dá... **é meio perigoso, né, tem que ir lá, tem que pegar uma nota, uma guia,** tem que... para derrubar o eucalipto...” (n. 29).

Entre 1975 e 1985, os estabelecimentos que informaram possuir “mata nativa” em sua propriedade subiram de 59 para 107, coincidindo com a época em que se iniciam as ações governamentais para plantio da mata ciliar, reforçando o argumento que os agricultores passaram a informar, “todo mato” que tivesse como “mata nativa” deveria ser poupada, a fim de cumprir a obrigação legal. Mas a área total de mata nativa aumentou de 1.571 para 2.113

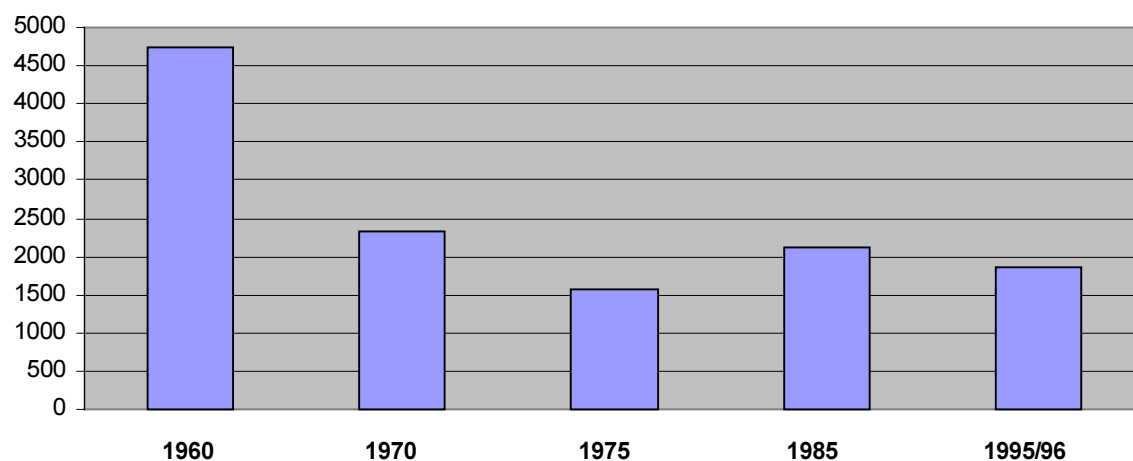
hectares, um aumento de 542 hectares ou 34,5%; porém, o plantio de mata ciliar (ou a valorização de qualquer “mato”, como mata ciliar), talvez, não possa explicar um aumento tão substancial.(ver gráficos 2 e 3).<sup>322</sup>

---

<sup>321</sup> PASCHOAL, A. C. **Antônio Casado Paschoal**: depoimento [13 mar. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 1 fita cassete. Caderno de campo.

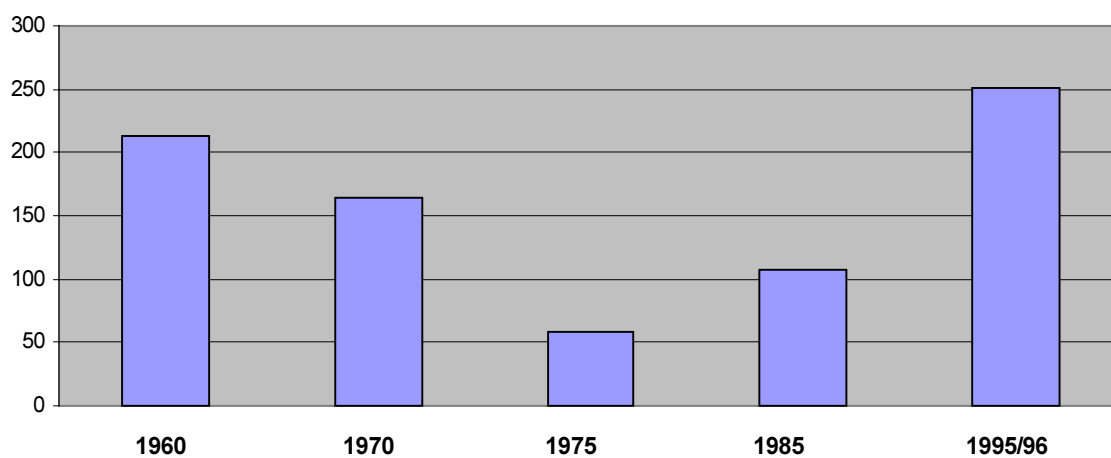
<sup>322</sup> Em todo o estado do Paraná após 1975, há uma tendência de aumento no numero de estabelecimento a informarem “matas naturais” nos censos agropecuários, até 1995/96 foram 44% de aumento em todo o Paraná. Entre 1975 e 1985 houve um aumento de 81% em Engenheiro Beltrão, 92,5% na microrregião de Campo Mourão e 4,2% em todo o Paraná; entre 1985 e 1995/96 o aumento foi de 135% em Engenheiro Beltrão e 38% em todo o Paraná. Quanto a área ocupada por “matas naturais” há uma diversidade maior de situações, apesar de, também, ter ocorrido um aumento geral entre 1975 e 1995/96, no Paraná, de 24%. Entre 1975 e 1985 no Paraná houve um aumento de 19,6%, em Engenheiro Beltrão 34,5%, mas na microrregião de Campo Mourão houve uma redução em 26%, redução que, também, ocorrerá em Engenheiro Beltrão no decênio subsequente, como se verá. O que revela uma diversidade de situações sócio-ecológicas, e também, o perigo de destruição destes remanescentes florestais.

**GRÁFICO 2 - ENGENHEIRO BELTRÃO - PR: UTILIZAÇÃO DAS  
TERRAS. MATAS NATURAIS. ÁREA (HA)**



FONTE: TABELA 5

**GRÁFICO 3 - ENGENHEIRO BELTRÃO - PR: UTILIZAÇÃO DAS  
TERRAS. MATAS NATURAIS. INFORMANTES**



FONTE: TABELA 5

Entre 1985 e 1995/96, como já indicado, houve um expressivo aumento no número de estabelecimentos que informaram possuir mata nativa. Entretanto, a área total da mata nativa, caiu de 2.113 para 1.858 hectares, uma redução em 255 hectares (12,1%). Por que? A produção informada de extração vegetal neste período, no Município, é pouco expressiva (Anexo 6). Entre 1985 e 1995/96 houve um aumento expressivo na área de matas plantadas, de 55 para 166 estabelecimentos e de 129 para 988 hectares (Tabela 5) e, posteriormente, em 1990 a silvicultura supera, e muito, a produção extrativa vegetal (Anexo 5), mesmo assim, ocupa apenas 2,2% do total da área informada no censo agropecuário de 1995/96. Apesar disto, deve-se considerar que houve e há uma pressão pelo uso destes recursos, como lenha e madeira para serem comercializadas, em especial porque há, evidentemente, um mercado paralelo destes produtos, que não aparece nas estatísticas oficiais. Pode-se considerar, ainda, que houve e há uma pressão sobre estas áreas decorrente, de recursos florestais, para a “manutenção do sítio”, todavia como já se argumentou, tal pressão é relativamente pequena. Sem dúvida, a maior pressão sobre as matas decorre da utilização da terra para a agropecuária, porque é “necessário” aumentar o lucro ou, simplesmente, sobreviver. Como afirmou informalmente um entrevistado: se o agricultor tem uma área de “mato” e ele quer cultivá-la, de noite esta área pode pegar fogo – quem vai saber? Assim quando estiver tudo queimado o agricultor pode “passar o trator em cima” e plantar.( Antônio n. 24).

Do ponto de vista de um ambientalista contemporâneo, tem-se aqui uma narrativa sombria. Mas, para todo aquele que está engajado no projeto de uma “utopia ecológica” deve resistir a tentação de querer “estender” o seu conhecimento ao agricultor, isto seria apenas repetir a tentativa de manipulação do outro, mudando apenas os objetivos, a partir da qual ela é feita. O caminho apontado por Paulo Freire ainda parece ser melhor, “pensar com” e não pensar por. Não se trata de esperar um “amplo consenso desinteressado”, mas sim, questionar as respostas prontas que se traz e buscar as “respostas” juntos, mesmo com interesses conflitantes é necessário dialogar, é necessário conhecer o “outro”. Afinal, “o remédio para nossos males pode vir de dentro de nosso universo mental comum.”<sup>323</sup> Por isto vale a pena continuar a desemaranhar os fios da memória destes agricultores, buscando entender melhor seus posicionamentos e suas implicações na(s) paisagem(s).

---

<sup>323</sup> SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 29.

### CAPÍTULO III - MEMÓRIA SOCIAL, AGRICULTORES E FLORESTAS: LEMBRAR E ESQUECER

Nunca houve um monumento da cultura que  
não fosse também um monumento da barbárie.  
Walter Benjamin

O agricultor é um civilizador. Quando perguntado a um entrevistado o que mudou no município desde a sua chegada, ele afirmou: “Mudo, [...] foi vindo, foi melhorando... foi melhorando, até, se vê a coisa fico boa, saiu o asfalto, o pessoal foi derrubando aquelas mata e formando café, e já do café passou para a soja, para o trigo e está hoje esse movimento” (José n. 12). A forma como os agricultores se representam, com um certo orgulho, neste processo, é pelo “trabalho”: “Nós cortávamos tudo no machado, dois homens *tac... tac.. tac.. tac.. tac..* e a bicha caía *emmm... bum...* era uma coisa de se ver, foi muito trabalho, nós mesmos limpamos tudo” Luiz (n. 1 – caderno de campo). O mesmo entrevistado quando lhe foi perguntado - “Em que contribuiu para construir a cidade?” –, respondeu: “Sim porque trabalhamos muito para construir o Brasil no cabo da enxada”.<sup>324</sup> Sua memória aqui ressoa o discurso oficial e junto com a recorrência do trabalho, como motivo de orgulho nas entrevistas, faz-me lembrar o quadro, *O café*, de Cândido Portinari, um ser humano com mãos e pés enormes, um ser humano que era só trabalho na construção da nação.<sup>325</sup>

O trabalho é civilizador, e o agricultor é “só trabalho”. Não é possível, aqui, analisar as especificidades do grupo pesquisado no tocante ao discurso do trabalho. Mas podemos perceber que é o desflorestamento que positiva a sua região em relação ao “sertão”, no qual falta a civilização, falta o “trabalho”: “lá pela frente [...] na fronteira **tem sertão... tem mato** até hoje” (Luiz n. 1).

Mas há falas dissonantes a respeito da ação “civilizadora” sobre a floresta. Em certos momentos, alguns agricultores, quando narram, apresentam um *mea culpa*: “naquela época a gente praticava totalmente errado, né, não era... não foi deixada a... a bera da água” (João n.

---

<sup>324</sup> POCHAPSKI, Marcelo José. **Relatório de Estágio supervisionado em turismo e meio ambiente**. Campo Mourão, 2002. Trata-se de um projeto da Casa da Cultura, Pedro Benvindo Bosa, da Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, no qual foram realizadas entrevistas com pioneiros da cidade.



13). Ou, como aqueles, que alegam ter desmatado por “falta de conhecimento”, como já foi abordado anteriormente. Ou, ainda, pode-se acrescentar mais um dado à trajetória do entrevistado Alcides (n. 26), quando ele narra que há alguns anos tem em sociedade “um meio alqueire” de vargem (na beira de um curso d’água), que está coberto por vegetação nativa, tendo procurado saber como se poderia “derrubar aquele mato” para plantar arroz, e “aproveitar aquela terra nova”, sendo que em substituição plantaria meio alqueire “em eucalipto ou santa barbara” (árvores exóticas), porém “não nos deixaram fazer essa... essas coisas” (n. 26). Ora, antes de iniciar essa entrevista, a esposa desse agricultor havia afirmado que “era importante manter uma reserva de mato na propriedade”. O entrevistado concordou com a esposa e reafirmou que “era importante plantar árvores em torno dos corgos” (Alcides n. 26 – caderno de campo). Como entender uma fala aparentemente contraditória? Como entender um mesmo “fato” estar associado a elementos de orgulho e arrependimento? Para se buscar respostas a tais questões é necessário efetuar algumas considerações de ordem mais geral.

#### ATITUDES DOS BRASILEIROS PARA COM O “MUNDO NATURAL”

Já Sérgio Buarque de Holanda afirmava que o português — e, posteriormente, o brasileiro — efetuou uma colonização que se ajusta às circunstâncias e a “natureza”, predominando entre os portugueses o esforço de exploração comercial, de “feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão”.<sup>326</sup>

Por sua vez, Gilberto Freyre, em *Nordeste*, afirma que: a “monocultura da cana, no Nordeste, acabou separando o homem da própria água dos rios separando-o dos próprios animais, ‘bichos do mato’, desprezíveis ou então considerados no seu aspecto único de inimigos da cana, que era preciso conservar à distância dos engenhos.”<sup>327</sup> Desta forma, a “civilização da cana” é apresentada pelo autor como estando em uma guerra contra a floresta:

com esse estado de guerra entre o homem e a mata, que foi aqui tão franco, não puderam desenvolver-se entre os dois aquelas relações líricas, aquele sistema meio misterioso de proteção recíproca entre o homem e a mata, aquele amor profundo do homem pela árvore, pela planta, pelo mato, pela terra, que os sociólogos e economistas estão fartos de nos apontar como o característico das sociedades verdadeiramente rurais.<sup>328</sup>

---

<sup>325</sup> Sobre os agricultores no imaginário do trabalho, em particular no período Vargas, Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a Questão Agrária: A construção do fordismo possível. *Diálogos*, Maringá, v. 2, n. 2, p. 113-127, 1998. p. 122-3, passim.

<sup>326</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 95.

<sup>327</sup> FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961. p. 47.

<sup>328</sup> *Ibid.*, p. 47.

Pode-se questionar, a existência de tal amor bucólico, afinal, pelo menos na Inglaterra, a sensibilidade de apreciação e “amor” pelos elementos do “mundo natural” foi antes urbana e de classe média para depois ser rural e de classes populares.<sup>329</sup> Freyre já reconheci que há diferenças sociais que devem ser observadas:

O colonizador português venceu tão poderoso inimigo, destruindo-o O colonizador negro não venceu tão poderoso inimigo, destruindo-o. O colonizador negro, não venceu-o, em parte, adaptando-se à floresta, em parte adaptando a floresta ‘as suas necessidades de evadido da monocultura escravocrata e latifundiária.’<sup>330</sup>

Mas, o que se quer destacar é a interpretação do autor sobre a relação com o “mundo natural”. Em *Casa Grande e Senzala* já havia afirmado sobre o sistema de plantação que: “É verdade que muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais, não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura”.<sup>331</sup>

Warren Dean, em sua obra sobre a Mata Atlântica, indo nessa direção e abordando a relação dos brasileiros com a floresta nos seguintes termos:

A contemplação da natureza tem tido poucos adeptos no Brasil. O prestígio da urbanidade, transmitido pelos portugueses como meio de confirmar seu status superior em um ambiente estranho, sobrevive quase intacto. ‘Em Minas Gerais’, comentou Cláudio de Moura Castro, ‘mata’ possui conotações que sugerem desrespeito para com a natureza. A palavra é ali pejorativa; dizer que um lugar ‘só tem mato’ é condená-lo. Na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, durante os anos 40, era comum ouvir gente dizendo a um aluno que ele vinha do ‘mato’ e obter a resposta: ‘Não, minha terra é toda desenvolvida’. Isto queria dizer que não havia matas’.<sup>332</sup>

E, ainda, Dean:

**O ódio secular da vida selvagem**, expresso pela maioria dos neo-europeus brasileiros, conjugava à **disposição geral de saquear o patrimônio nacional em proveito privado, como se o país ainda fosse uma colônia** e houvesse algum outro El Dourado em outras índias para compensar quando nada de valor restasse dessa morada temporária, talvez seja suficiente para explicar, em termos gerais, por que a floresta está desaparecendo (grifo meu).<sup>333</sup>

Como já se argumentou, pode-se e deve-se complexificar a compreensão das atitudes para com o ambiente.<sup>334</sup> Na verdade, uma história da sensibilidade para com o

<sup>329</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>330</sup> FREYRE, 1961. op. cit., p. 54

<sup>331</sup> Atribuindo isso, naquela obra, ao caráter mercantil do português: “Há séculos que em Portugal o mercantilismo burguês e semita, por um lado, e, por outro lado, a escravidão moura sucedida pela negra, haviam transformado o antigo povo de reis lavradores no mais comercializado e menos rural da Europa”. FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963. p. 88.

<sup>332</sup> DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 379. O autor cita: “Cláudio de Moura Castro, ‘Ecology-gunpowder rediscovered’ - Rio de Janeiro, 1980 - mimeo, p. 31.”

<sup>333</sup> Ibid., p. 298-299

<sup>334</sup> Por exemplo, nem sempre se pensou a “natureza” no Brasil como um recurso natural, pois, conforme lembra Gilmar Arruda, as visões gerais sobre o território brasileiro mudaram em pouco mais de cem anos: “De um país só natureza em meados do século XIX, para um país naturalmente rico em potencial em meados do século XX”. Para o autor, “os elementos constituintes da mudança encontram-se nitidamente representados na virada do século em símbolos e ações como a construção da Noroeste do Brasil, a Comissão

“mundo natural” no Brasil ainda está por ser escrita, e dada a diversidade ecológica e humana do país será uma história múltipla, todavia, de forma geral, o “mundo natural”, no Brasil, luso-brasileiro não foi algo muito positivado.<sup>335</sup>

No Brasil não se tem uma história de muita simpatia para com às árvores, pelo contrário, defensores da conservação da floresta do século XIX já afirmavam que a atitude geral para com as árvores não era apenas de indiferença, mas de perseguição.<sup>336</sup> Segundo Magnus R. de M. Pereira a urbanidade em todo o mundo português, desde o século XII, não aceitava as árvores em seu interior, o que era um elemento comum no mundo medieval. “O que se pode supor é que a fraca separação existente no dia-a-dia tivesse de ser compensada por maior apego a formas simbólicas de expressar a cisão entre as cidades e o seus arredores agrícolas e florestais.” Elemento que teve mais força nas colônias, com suas florestas abundantes e exuberantes. Mas no mundo português, como um todo, foi muito tardia a incorporação de áreas verdes às cidades. No século XVIII os planejadores de cidades ainda pensavam a floresta como “insalubre”. Somente no final do XVIII e início do XIX é que as árvores penetraram no mundo urbano, por meio de passeios públicos e jardins botânicos, todavia, não eram lugares apreciados pela população em geral. A partir de 1830, aproximadamente, a nova sensibilidade romântica começou a produzir uma apreciação favorável de tais espaços, mas nas pequenas cidades do interior a resistência ao “verde” durou mais. Para Pereira, tal incompatibilidade entre o urbano e a vegetação teve como ponto fundamental para sua dissolução, o início da fruição de lazer em espaços fora da cidade e a prática de “culturalizar ou desnaturalizar” a vegetação, ou seja, “o mundo das plantas, entendido como caótico, teve de ser submetido a princípios de ordem geométrica, resultando nos passeios públicos.” Concomitantemente as árvores deixaram de ser consideradas insalubres, para serem benéficas a saúde. Desta forma, na

grande maioria das cidades de tradição portuguesa, a difusão de espaços públicos vegetados só teve início ao findar o século XIX, quando não em pleno século XX.

---

Rondon ou as Comissões Geográficas e Geológicas estaduais”. “Pode-se, evidentemente, buscar raízes deste processo em tempos mais recuados no século XIX, mas o que importa neste momento, é demonstrar que **houve uma inflexão da forma como se concebia a natureza no Brasil e como ela passa a ser vista como recurso natural** a partir da influência da ciência utilitarista e do processo de urbanização (grifo meu). ARRUDA, Gilmar. Fotografias de Cidades de Fronteira: a vitória sobre a natureza. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 193- 216. p. 201.

<sup>335</sup> DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: \_\_\_\_\_. **Conta de mentiroso: Sete ensaios de antropologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 91-124.

<sup>336</sup> PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. p. 236.

Só então deixou-se para trás o tempo da cidade estéril, iniciada na Idade Média, no momento de constituição dessa tradição urbana.<sup>337</sup>

Na primeira metade do século XX houve um “investimento simbólico”, para positivar as árvores no imaginário brasileiro<sup>338</sup>:

Surgiu uma corrente na literatura infantil destinada a insuflar reverência pelas árvores; tal como as sementeiras municipais de árvores criadas em diversos locais na época, sua preocupação era com o replantio em praças e avenidas das vilas. O Dia da Árvore passou a ser comemorado em algumas escolas públicas, para a doutrinação das crianças. Um comentarista queixava-se de que às vezes, nessas oportunidades, plantavam-se pés de café, prática que ele condenava por ser como louvar galinhas em dia dedicado à comemoração da vida selvagem.<sup>339</sup>

Muito da tônica da “educação florestal” estava preocupada com o esgotamento do “recurso” e com ensinar o seu “uso racional”, ou melhor de uma “racionalização” do uso do recurso natural.<sup>340</sup>

De qualquer forma, não há como fazer neste trabalho uma “escavação” metódica de tais camadas de lembranças<sup>341</sup> sobre árvores, florestas e, muito menos, “natureza”. Mas tudo isso permite entender a afirmativa categórica feita por Douglas T. Monteiro sobre o norte do Paraná, durante a década de 1950:

Seria possível discernir na mentalidade dominante na região certos traços de difícil caracterização, mas cuja presença se evidencia de maneiras diversas, as quais revelam **uma atitude negativa em relação à natureza**. Não é raro, por exemplo, ouvirmos recriminações dirigidas aos responsáveis pelo planejamento de patrimônios e cidades por deixarem pequenas reservas de mata dentro do perímetro urbano. Como **o grau de ‘civilização’ é medido pela extensão do desmatamento tudo quanto lembre o primitivo revestimento vegetal é repellido como índice de atraso** (grifo meu).<sup>342</sup>

## A CIVILIZAÇÃO E A “BARBÁRIE” NOS JORNAIS

---

<sup>337</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. De árvores e cidades ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (Orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 1999. p. 11-47. p. 11, 41, 47, passim.

<sup>338</sup> Isto ocorre com um enfoque racionalizador, mas temos que lembrar que as árvores são elementos simbólicos riquíssimos. Como já demonstrou Simon Schama, por exemplo, ao argumentar que por traz da notícia, contemporânea, da aparição da Virgem em uma árvore, na Espanha, “estão séculos de associações, caras especialmente aos franciscanos e jesuítas, de aparições da Virgem sentada numa árvore, cuja fronde se renova na época da Páscoa, simbolizando a Ressurreição. E, atrás dessa tradição, havia mitos pagãos ainda mais antigos que apresentavam velhas árvores ocas como sendo o túmulo de deuses mortos em seus galhos e encerrados em seu tronco para esperarem um novo ciclo de vida.” Cf. SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 27. Um outro exemplo é dada por Pereira ao sugerir uma ligação entre religiosidade e apreciação do “verde”. Cf. PEREIRA, M. op. cit., p. 46.

<sup>339</sup> DEAN, op. cit., p. 257

<sup>340</sup> Racionalização é aqui entendida como “a construção de uma visão coerente, totalizante do universo, a partir de dados parciais, de uma visão parcial, ou de um princípio único. Assim, a visão de um só aspectos das coisas (rendimento, eficácia), a explicação em função de um fator único (o econômico ou o político)”. Pode se dizer que é a “teoria” para a prática antidialógica pois: “Tudo aquilo que, na história humana, é ‘ruído e furor’, tudo aquilo que resiste à redução passa pela trituradora do princípio de economia-eficácia.” Cf. MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 155-60.

<sup>341</sup> SCHAMA, op. cit., p. 26-7.

<sup>342</sup> MONTEIRO, Douglas Teixeira. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 13, p. 47-63, out. 1961. p. 55.

No item anterior apontou-se a existência de uma longa tradição de práticas negativas para com o “mundo natural” na sociedade brasileira, mais especificamente para com o “verde”. Todavia na atualidade o “tema ecológico” tornou-se uma referência positivada adotada para legitimar a ação dos mais diferentes grupos sociais.<sup>343</sup> Se não é possível fazer uma “escavação” de tais camadas de memória é possível acompanhar na imprensa local como se dá tal processo de ecologização, mesmo que os jornais não expressem exatamente a posição dos agricultores, certamente revelam um imaginário que, em parte, é compartilhado por eles. Acompanhar alguns temas na imprensa local, permite, principalmente, propor uma solução para o enigma proposto no início do capítulo.

Como não foi encontrada nenhuma série significativa de jornais da própria cidade, foram consultados os jornais das cidades-“pólos” regionais: *O Jornal*, primeiro jornal da cidade de Maringá, entre 1954 e 1969 e a *Tribuna do Interior*, entre 1970-2001, que é o periódico mais antigo de Campo Mourão a ter um acervo disponível.<sup>344</sup>

No caso de Maringá, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, empresa que efetuou a colonização dirigida de grande parte do norte do Paraná, inclusive dessa cidade, era uma grande força econômica e política na região. Nas páginas de *O Jornal* não aparecem atritos com a companhia, bem, ao contrário, as referências a ela são sempre elogiosas, como na reportagem que é comentado o fato dos “jardins” da cidade estarem sendo depredados, em que o articulista lembra que, “os aplausos para a manutenção desses jardins cabem para a Cia Melhoramentos Norte do Paraná”.<sup>345</sup> Na propaganda de venda de terras da CMNP, que aparecem no jornal, não se fazia referência a floresta, nem mesmo como fonte de recursos, por exemplo, com a possibilidade de venda da madeira. Havia referências a uberdade da terra e a uma “natureza pródiga” com a qual procurava-se construir uma imagem de paraíso terrestre,<sup>346</sup> o qual não parece ter sido concebido como um “paraíso selvagem”. Mas, a floresta é representada na propaganda de venda de terras da “Colonizadora Norte do Paraná

---

<sup>343</sup> BARBOSA, op. cit., p. 242

<sup>344</sup> *O Jornal* foi consultado no acervo que se encontra na Biblioteca Pública, Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, de Maringá, tendo sido efetuado um levantamento por amostragem, um por semana, para os anos em que esse acervo esteve semicompleto, e todos os números para os anos em que houvesse, apenas, um volume (de encadernação). Já a *Tribuna do Interior*, foi consultada no acervo da Biblioteca Municipal, Professor Egydio Martelo, de Campo Mourão, tendo sido executado o levantamento por amostragem, um por semana. A periodicidade de ambos os jornais variou bastante durante o período estudado e, em ambos os casos, os acervos não apresentam todos os números, apesar de, no segundo caso, apresentar poucas falhas na numeração.

<sup>345</sup> VAMOS evitar de pisar nos canteiros da cidade. *O Jornal*. Maringá, p. 4, 4 jan. 1955.

<sup>346</sup> Cf. DENIPOTI, Sandra Regina. **O poder da ilusão**: imagens do paraíso na propaganda colonizadora do norte do Paraná. 1994. Monografia (Especialização em História Social do Trabalho) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá. p. 25.

S/A”, expressando, de forma exemplar, a apreciação dominante, então, sobre o desflorestamento:

FIGURA 2

**HOJE**

**Glebas junto à**

**CIDADE TUPASSI**

**AMANHÃ**

AV. DUQUE DE CAXIAS, 591 - FONE 1550 - MARINGÁ

Terres com Árvores que indicam alta qualidade - PALMITO - JABORANDI  
FIGUEIRA - CAMBARA DE MEIA LEGUA - PEROBA - Terra Roxa  
Encarocada. Titulos Legitimos garantidos c/ Escritura definitiva imediata.

R. Barão Itapetininga 149:  
4.º; 8/ 44; Telo: 35-9223  
- 34.1468 - SÃO PAULO

**COLONIZADORA NORTE DO PARANÁ**

FONTE: GLEBAS junto à cidade Tupassi. **O Jornal**, Maringá, p.1, 12 nov. 1960.

A contraposição entre os dois desenhos é radical, o desflorestamento é a chegada da civilização, do progresso, do desenvolvimento. De um lado, o “hoje”, apresenta a floresta como caótica, a multiplicidade de elementos da figura acentuam a impressão de caos, e as bordas escuras, com franjas pendendo em torno da figura reforça a sensação “claustrofóbica”. Além disto, altas árvores e palmitos indicam, que era uma “mata boa para se plantar café”. Do outro lado, o “amanhã” apresenta a civilização: um campo cultivado com cafezais exuberantes, um pasto, com uma casa, e um trator. Esse último elemento, mesmo em 1960, parecia estar longe da realidade da esmagadora maioria dos agricultores. Todavia o trator era e é um símbolo de uma agricultura moderna, a qual já era proposta como ideal de futuro, como revela a numerosa propaganda de máquinas e fertilizantes.

Praticamente não aparecem vozes dissonantes nas páginas do periódico, e quando surge alguma crítica ao desflorestamento, ela é feita em termos estritamente conservacionistas, ressaltando a racionalização da utilização do recurso. No entanto, não são artigos produzidos pelos jornalistas locais, mas sim produzidos em âmbito nacional ou alhures, como, por exemplo, o artigo produzido pela Agência Nacional, no qual se afirma que o então ministro da agricultura, depois de apresentar um “relatório a FAO”, salientou a necessidade de “preservarmos e desenvolver a nossa riqueza vegetal ameaçada por diversos fatores destrutivos” e a necessidade de **“uma campanha em prol de silvicultura”** (grifo meu).<sup>347</sup>

O texto mais radical localizado nas páginas de *O Jornal*, assim se pronunciava:

Mãos criminosas estão devastando impiedosamente as matas do Brasil, numa ação capaz de levar o país a consequências dramáticas. De ano para ano, assistimos ao devastamento de nossas matas, levando o Brasil a perder a sua característica de país florestal. As estatísticas de derrubadas de árvores são assustadoras, e os resultados serão erosões e desertos, transformando o Brasil numa terra arrasada.

[...]

Há também a Campanha Nacional de Educação Florestal, lançada pelo Serviço Florestal, com a finalidade de educar o nosso povo, **incutindo-lhe no espírito, desde a infância, um amor compreensivo à árvore, baseado no conhecimento do importante papel da floresta na vida humana.**

Mas educar só, não basta. É preciso reprimir as mãos criminosas. **Que se tirem árvores e se faça o comércio mas que também se plantem novas árvores,** na mesma proporção das derrubadas, a fim de se evitar uma calamidade nacional. [...] lembrando o título da campanha oficial que vale por ‘slogan’ de patriotismo: ‘Uma árvore plantada, um presente ao Brasil’ (grifo meu).<sup>348</sup>

Os argumentos para a conservação são, como era de se esperar, antropocêntricos. O nacionalismo militante é outra característica evidente dos argumentos em prol da

<sup>347</sup> COGITA-SE de combater o desflorestamento: Numeros [sic] que dizem bem do trágico avançar do desflorestamento em nosso País. **O Jornal**. Maringá, 21 nov. 1954. (Agência Nacional).

<sup>348</sup> VALE, Antonio Peixoto do. Mãos criminosas estão devastando o Brasil. **O Jornal**. Maringá, 15 maio 1960. Seção Ilustrada. p. 3. (Encarte).



conservação. Deve se considerar ainda que tal texto se encontra em um encarte denominado “Secção Ilustrada”, o qual não parece ter sido escrito pelos jornalistas locais.

Mais representativo da posição da imprensa local é um artigo elogioso ao diretor do Departamento de Geografia Terra e Colonização, do governo estadual, que pretendia adquirir “máquinas agrícolas mais modernas” para com isso acelerar “consideravelmente os trabalhos de derrubadas das matas, limpeza e lavra da terra em uma tarefa de **alargamento de Horizontes** para as primeiras e grandes colheitas a serem realizadas” (grifo meu).<sup>349</sup> Na figura 2, a floresta “múltipla e descontrolada” forma um horizonte fechado, já a lavoura é um horizonte aberto, de uma paisagem racionalizada.

No jornal, *Tribuna do Interior*, no início dos anos 1970, a retórica era a mesma. Em pleno “milagre brasileiro”, o ufanismo do “progresso” era intenso, expresso, aqui, em versos:

Ninguém segura a explosão  
que teu solo fértil garante  
à quem te cultiva o chão.  
O agricultor é um gigante  
Que leva no coração  
O poder dignificante  
Do Senhor da Criação.  
Jogando na terra a semente  
Que produz o nosso pão,  
A riqueza surge eficiente  
Correndo de mão em mão  
Garantindo progresso a toda gente  
Que viver neste rincão.<sup>350</sup>

No ano de 1972, enquanto o governo brasileiro na Conferência de Estocolmo apresentava a posição do Brasil, que poderia ser reduzida à máxima, “tragam sua poluição para o Brasil, desde que as indústrias venham junto”,<sup>351</sup> o editorial do jornal — sendo o editorial a parte do jornal que, em geral, melhor expressa a posição do jornal — afirmava: “devemos combater a poluição sem no entanto prejudicar o desenvolvimento”.<sup>352</sup>

Ou, ainda, de forma mais explícita, em uma reportagem de capa, na qual se anunciava com orgulho que o “Norte do Paraná” tinha virado “atração turística”, não em virtude dos seus campos bucólicos, de um ecoturismo ou, ainda, de um turismo rural —

---

<sup>349</sup> COLONIZAÇÃO do Estado através de solução eficiente escolhida pelo Dr. Hugo Vieira, diretor do Departamento de Geografia Terra e Colonização. *O Jornal*. Maringá, p. 4, 23 jul. 1960.

<sup>350</sup> MEDEIROS, Constantino. “Campo Mourão” *Tribuna do Interior*. Campo Mourão, 12 out. 1970. p. 2.

<sup>351</sup> O debate na época foi polarizado na idéia de crescimento zero, ou seja, da proposta que diante de uma crise ambiental total, percebida como iminente, se fazia necessário parar o crescimento econômico. Proposta combatida pelos países do então chamado terceiro mundo, por afirmarem que isto significava uma forma pela qual os países do “primeiro mundo” impediriam o desenvolvimento/industrialização dos países do terceiro mundo.

<sup>352</sup> POLUIÇÃO *Tribuna do Interior*. Campo Mourão, p. 2, 1 out. 1972. (editorial).

como se afirma e, de certa forma, realmente ocorre na atualidade — e, sim, que o “Norte do Paraná”

tornou-se curiosidade inédita no País. Onde somente esta região representa este **aspecto de civilização e aproveitamento total do solo**. Ao horizonte mais longínquo vemos o toque da mão do homem e a cultura racional do solo. Até a máxima aproximação das margens das rodovias encontramos em cada palmo de terra o devido trato e aproveitamento. **Encontramos o amor a terra** e a boa terra que produz tudo que se plante (grifo meu).<sup>353</sup>

Deste modo, ter-se toda a área cultivada, inclusive as margens das rodovias, era motivo de orgulho, sendo que qualquer área não cultivada deveria ser motivo de vergonha, pois revelava um aspecto não-civilizado.

Em um editorial de 1970, intitulado, *Arborização é saúde*, após discorrer dos benefícios estéticos e práticos ao “homem” das “árvores”, inclusive o “equilíbrio ao meio ambiente” que elas geram, no jornal, *Tribuna do Interior*, afirma-se:

Campo Mourão pode se considerar bem servida no tocante ao assunto. Nossas avenidas e ruas contam com um sistema de arborizamento que pode ser considerado excelente, com árvores colocadas nas calçadas e nos canteiros que dividem as pistas de rolamento dos veículos. Embora de pequeno porte ainda, as árvores plantadas pela Municipalidade já dão melhor aspecto estético à cidade. Entretanto já está na hora da Prefeitura dar-lhes uma pequena poda, visto que os galhos baixos estão prejudicando o livre trânsito dos pedestres [...].

Não queremos dizer com isto que elas sejam praticamente depenadas como se vê em certas épocas por muitas cidades. Apenas que sejam aparados os galhos mais baixos e os que estejam **crescendo desordenadamente**.

Por outro lado, a norma é aplicável a muitas residências de Campo Mourão, que possuem uma verdadeira floresta em seus quintais, obstruindo por completo a visão. **Quem vem no sentido da PR-13 não ve [sic.] nada da cidade, face à enormidade e ao crescimento incontrolado das árvores ‘particulares’**. É bom lembrar que a primeira impressão é a que perdura (grifo meu).<sup>354</sup>

Que impressão causava a grande quantidade de árvores, que “obstruía” o horizonte? Talvez de sujeira, de desmazelo, de não-trabalho, ou ainda de incivilização. O que se pode responder com certeza é que a grande quantidade de árvores “crescendo”, “desordenadamente”, gerava uma impressão negativa, uma vez que os editores queriam evitá-las.

Todavia, dez anos depois, as posições estavam muito mais “ecologizadas”, diante da carta de uma criança, em idade escolar, dirigida ao prefeito, na qual expressava a “sua” preocupação com a “destruição da natureza”. O prefeito lhe respondeu: “Árvores, muitas árvores plantamos e muito mais haveremos de plantar nas vias públicas da cidade”.<sup>355</sup> Em 2000, anunciava-se que os proprietários que tiverem em suas casas

<sup>353</sup> NORTE do Paraná atração turística. *Tribuna do Interior*. Campo Mourão, p. 1, 9 maio 1971.

<sup>354</sup> ARBORIZAÇÃO é saúde. *Tribuna do Interior*. Campo Mourão, p. 1, 19 jul. 1970. (editorial).

<sup>355</sup> PRESERVAR a natureza é obrigação de todos. *Tribuna do Interior*. Campo Mourão, p. 7, 6 mar.

árvores das espécies Barbatimão (*Stryphnodendron barbatimao*) e Óleo de Copaíba (*Capaifera trapezifolia*) têm desconto que pode chegar a 30 por cento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU[...]). Preservar as árvores remanescentes do cerrado mourãoense, o mais meridional do planeta, segundo pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), constitui-se no principal objetivo do benefício.<sup>356</sup>

Agora, o cerrado que existe em Campo Mourão é apresentado como motivo de orgulho, por sua raridade, e manter as árvores nativas, que fazem parte dele, é algo tão importante que merece um sistema especial de desconto de imposto para incentivar a manutenção de tais “árvores particulares”.

Algo semelhante a tal processo de “ecologização” ocorre com o dia da árvore. Assim, em 1970, um artigo no *Tribuna do Interior* anunciava que “o chefe do Posto de Controle e Fiscalização do I.B.D.F., sr. Miltom Craveiro [...] Filho”, em comemoração ao dia da árvore, “providenciou a distribuição de mudas de ‘pinus’ aos estabelecimentos, e lares e, ao povo em geral, a exemplo do [...] ano passado”. Também aqui se encontra uma retórica nacionalista do “tradicional plantio simbólico de arvorezinhas ao som dos hinos pátrios”, enfatizando a racionalização da utilização do recurso que, no contexto, significa que tal fonte certamente deve ser “usada”, a única questão é, como “transformam as florestas em outras riquezas”. Os motivos da preservação são fundamentalmente, como era de se esperar, antropocêntricos, parecendo que o ser humano pode ter pleno controle do ambiente. Por exemplo, o sr. Milton Craveiro afirma que com a “campanha” para o “reflorestamento”:

Elas, as arvorezinhas, vão surgindo aqui e ali, transformando terras incultas e áreas pobres de vegetação em vitorioso manto verde. Com o passar dos anos e os tratos naturais desbaste técnicos, serão frondosas e cumprirão a nobre missão da manutenção dos lençóis de água de abrigar e proteger os animais silvestres e mesmo aos domésticos pelo [...] de purificar o ar que respiramos; de [...] os ventos e regular as condições climáticas, de dar ao ente humano a sua sombra [...] alegrando o seu ambiente e lhe proporcionando a riqueza e o conforto.<sup>357</sup>

Deve-se ressaltar o fato de se tratar de uma distribuição de “pinus”, uma árvore exótica, apreciada pelo seu rápido crescimento e pelas muitas utilidades de sua madeira. As comemorações do dia da árvore parecem a concretização da “campanha em prol da silvicultura”, reclamada em 1954, em artigo já citado.

Todavia, já em 1977, o dia da árvore seria comemorado com uma campanha para o plantio de árvores frutíferas.<sup>358</sup> E, no ano seguinte, ocorreria a “Campanha de Preservação Florestal em Campo Mourão”:

---

<sup>356</sup> ÁRVORES dão desconto no IPTU em Campo Mourão. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 4, 7 mar. 2000.

<sup>357</sup> MILTON Craveiro fala sobre o Dia da Árvore. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 14, 26 set. 1971.

<sup>358</sup> CAMPANHA de plantio de árvores frutíferas. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 1, 28 ago. 1977.

De 21 a 28 deste mês ocasião em que se comemorara a ‘Semana da Árvore’ será desenvolvida em Campo Mourão e Municípios vizinhos uma campanha visando o plantio de 20 mil mudas. Esta campanha [...] terá como participantes ativos a COAMOA, 42ª Inspetoria de Ensino, Prefeitura Municipal de Campo Mourão, ACARPA, Núcleo dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão, Colégio Agrícola, Clubes de Serviços (Lions, Rotary e Loja Maçônica), Instituto de Terras e Cartografia, Polícia Rodoviária e Copel, além de estudantes dos vários estabelecimentos de ensino de Campo Mourão.<sup>359</sup>

Sendo plantadas “essências florestais, notadamente nativas”.<sup>360</sup> E não apenas as árvores passaram a ser nativas, como, dois anos depois, se apelará para os professores: que neste dia eles “ensinem seus alunos a amarem a natureza [...] criar nos alunos uma consciência protecionista em relação à natureza de modo geral”.<sup>361</sup> Portanto, há um afastamento do projeto de “campanha em prol da silvicultura”, para se aproximar das idéias do “novo movimento ambientalista”.

Em 2000, a *Sabarálcool S/A – açúcar e álcool*, empresa instalada em Engenheiro Beltrão, em princípios da década de 1980, com uma das atividades mais impactantes do ambiente, o moderno cultivo em grande escala de cana-de-açúcar e produção industrial de álcool e açúcar, e que foi denunciada por entrevistados por desrespeitar a legislação e destruir reservas florestais: “quem vem acabando muito com isso aí é a Sabarálcool, depois que ela começou a pegar terras por aí. Tinha muitas árvores, e a Sabará com esse maquinário pesado entram até onde dá... ela procura trabalhar no limite”(Arlindo n. 27). Tal empresa se faz apresentar nas páginas do *Tribuna do Interior* como uma empresa “ecologicamente correta”:

Aproximadamente 10 mil mudas de árvores nativas estão sendo plantadas por estudantes da Escola Municipal Castelo Branco de Engenheiro Beltrão, em faixas de mata ciliar de propriedades onde a Sabarálcool – Usina de Álcool e Açúcar,[sic.] cultiva a cana-de-açúcar. Trata-se de uma campanha alusiva ao Dia da Árvore [...]

De acordo com Antônio José da Silva, Técnico Agrícola e Fiscal de Tratos Culturais da Sabarálcool, ao todo cerca de 300 estudantes realizaram o plantio das mudas, durante três dias. A empresa forneceu o transporte para as crianças e as mudas foram cedidas pelo Horto Municipal de Engenheiro Beltrão. ‘O interesse da Sabarálcool não é somente a produção de derivados da cana, mas também melhorar o meio ambiente em que vivemos’, disse Silva.

Preocupação – Não é de agora que a Sabarálcool vem se preocupando com meio ambiente. Nos últimos anos, cerca de 60 mil mudas de espécies nativas foram replantadas na faixa de mata ciliar do Rio da Várzea, que corta algumas propriedades da empresa, no município de Engenheiro Beltrão. Segundo Silva, a medida visa reconstituir a mata que estava praticamente destruída até alguns anos.<sup>362</sup>

---

<sup>359</sup> CAMPANHA de Preservação Florestal em Campo Mourão. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 3 set. 1978.

<sup>360</sup> CAMPANHA de Preservação Florestal inicia hoje em Campo Mourão. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 21 set. 1978.

<sup>361</sup> HOJE, 21 de setembro DIA DA ÁRVORE. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 2, 21 set. 1980.

<sup>362</sup> MEIO AMBIENTE: Sabarálcool comemora o Dia da Árvore plantando 10 mil mudas. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 4, 24 set. 2000. (“Da Assessoria Engenheiro Beltrão”).

Ora, todas as ações anunciadas que a empresa estava executando não passavam de cumprimento das obrigações legais, as quais já deveriam ter sido executadas há muitos anos, mas somente muito tardiamente a empresa se dobrou as pressões e está cumprindo, neste caso em específico, suas obrigações previstas na legislação ambiental. Mesmo assim, a empresa se fez representar como “ecologicamente correta”.<sup>363</sup>

É no final da década de 1970 que se tem uma inflexão dos discursos publicados no jornal em direção a uma ecologização. Em 1978, quando se abordava nas páginas do periódico a questão da “proteção para o meio ambiente”, ainda se fazia isso subordinando a preservação em relação ao desenvolvimento, e a proposta era de racionalização no uso dos recursos. Em 1979, a Igreja Católica escolheu a questão ambiental como tema para a Campanha da Fraternidade.<sup>364</sup> Nessa campanha a Igreja escolhe um tema para se “conscientizar” e se “agir”, de forma especial, durante o ano, mais especificamente, na época da quaresma, utilizando, inclusive, os meio de comunicação de massa para tal. Mesmo com toda a legitimidade da Igreja, uma das instituições em que o brasileiro mais confia, ainda, assim, foi suscitada uma controvérsia nas páginas do jornal, em um artigo, assinado por Silvio Passarelli, intitulado, *Fraternidade Antidesenvolvimentista*, em que o autor lamenta a “infelicidade na escolha de certas temáticas mais para um trabalho de proselitismo de partido político do que para uma instituição religiosa”. Segundo Sílvio Passarelli, as propagandas veiculadas, pela Igreja, permitem uma leitura que “condenando todas as formas de progresso, como os adubos químicos, a indústria, a atividade extrativa, etc.”, enquanto

**a indústria, as atividades extrativas e os adubos químicos, em si, representam um bem para a sociedade**, e, que em alguns casos, felizmente para nós um pouco mais raros do que a campanha faz supor, existe um desvirtuamento na utilização dessas atividades econômicas, cabendo, então, para corrigi-las, o aperfeiçoamento e a fiscalização das mesmas, e não a sua supressão, como parece ficar subliminarmente afirmado (grifo meu).<sup>365</sup>

Para evitar o confronto direto com a Igreja, o autor ainda argumenta que é “preferível acreditar que os erros tenham sido cometidos pelo publicitário responsável pela campanha, que não soube apresentar a verdadeira mensagem apresentada pela Igreja brasileira”.<sup>366</sup> O que devo ressaltar é a crença na tecnologia como um “bem em si”, em uma época, em que, as “consequências negativas” da “Revolução Verde”, eram cada vez mais gritantes, como o

---

<sup>363</sup> Sobre o alto impacto ambiental das modernas usinas de derivados de cana-de-açúcar, a partir de um estudo de caso em que, também, a usina busca se apresentar como “ecologicamente correta”, Cf. ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris: ecologia e história**. Campinas: Papirus, 1988.

<sup>364</sup> O tema oficialmente era: “Por um Mundo mais Humano”, e o lema da campanha era: “Preserve o que é de todos”.

<sup>365</sup> PASSARELLI, Silvio. *Fraternidade Antidesenvolvimentista*. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 8 abr. 1979.

<sup>366</sup> Ibid.

êxodo rural e o “problema da erosão”, sendo que, esta última, aparecia de forma abundante nas páginas do periódico.

Os primeiros artigos que demonstram uma preocupação com a “flora e fauna”, fazem-no de forma sutil, não se concentram na preservação de algo global, seja a “natureza”, seja o “meio ambiente” e, sim, centram-se em alguns elementos considerados apreciáveis. Por exemplo, perguntando: onde estão os nossos beija-flores e nossos jardins?<sup>367</sup> E, a partir daí, vai se radicalizando, como neste artigo assinado por A. T.:

A beleza de um beija-flor, o cantar dolente de tantas aves, já não se ouve quase mais. A devastação das matas, o fim dos belos jardins está exterminando com nossas aves. Logo chegará o dia em que a verdadeira sinfonia matinal ou no cair da tarde desaparecerá, pois seus cantores, os coloridos, delicados e indefesos pássaros não mais existirão.

A sanha incontida do homem, além de estar nos levando a um verdadeiro caso ecológico, ainda nos está privando de uma das mais belas obras criadas pelo ser supremo, o pássaro.

O exigido reflorestamento, na maioria das vezes, está sendo feito com o indesejável *Pinus Eliotis*, [sic] que possuindo em seu tronco uma nefasta e intoxicante resina, não dá condições de sobrevivência do pequenino filhote [...].

O homem não terá mais água para saciar sua sede Não terá mais alimentação [...] Não terá nem flores para o seu caixão...<sup>368</sup>

A retórica vai da contemplação da “vida selvagem” ao catastrofismo, que eram posições então presentes no movimento ambientalista. Nota-se que tal retórica, mais propriamente do novo movimento ambientalista, é introduzida nas páginas do periódico, não pelos jornalistas, e, sim, por artigos assinados, como os de Izidora Fluminhan, da “Assessoria Distrital de Meio Ambiente Lions Clube Internacional – Distrito – L-21”. A mesma afirma a necessidade da “preservação efetiva do biossistema que temos o indeclinável dever de legar aos nossos descendentes”.<sup>369</sup> Tal “assessoria do Lions” vai dar origem a uma ONG, a Associação Centro-Oeste de Proteção Ambiental (ACOPA), que “visa compatibilizar o desfrute racional dos recursos naturais com a produção de bens essenciais para a humanidade e o desenvolvimento, com a intenção de proporcionar uma vida em harmonia com a Natureza e deixar uma herança de igual para as futuras gerações”. Não mais um elemento isolado, como “o beija-flor”, mas agora a “natureza” passava a ter “defensores”, pois, nas palavras da articulista, “para ACOPA NATUREZA deve ser escrita com letras maiúsculas”.<sup>370</sup>

O que se quer ressaltar é que tudo isso implicou um novo olhar sobre o processo de desflorestamento, expresso na poesia assinada pelo leitor “B.R.P.O.”:

<sup>367</sup> ONDE anda o nosso Beija-Flor **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 4 nov. 1979.

<sup>368</sup> AMANHÃ é dia da ave. Onde elas se encontram? **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 4 out. 1979.

<sup>369</sup> FLUMINHAN, Izidora. Questões de Meio Ambiente. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 6 jan. 1980. p. 3.

Quem destroe [sic] será destruído  
 Vamos reconstruir o Paraná,  
 Eu nasci e cresci num racho, [sic] nas campinas,  
 Entre as matas verdejantes,  
 E juntos nossa amizade também.  
 Tudo era meu enlevo, meu afeto.  
 O Pulão de minha vida.  
**Hoje vejo ‘o Paraná  
 destruído e consumado’  
 Sem matas, pássaros, peixes e rios secando  
 É a sombra do passado [...] (grifo meu).<sup>371</sup>**

Desse momento em diante, não mais se louvaria o desflorestamento como civilizador, nem iria se chamar a atenção, apenas, para o que se entendia como seus aspectos negativos que deveriam ser corrigidos dentro de uma lógica racionalizadora. Desse momento em diante, ou se condenaria o processo geral de desflorestamento como uma mal – com argumentos e posições muitos variadas – ou simplesmente se buscava esquecê-lo.

Esquecer é uma opção. Desta forma, na cidade Maringá, durante a década de 1980, houve um grande investimento simbólico, em especial, por parte da prefeitura daquele município, para fixar um imaginário da urbe como uma “Cidade Verde”, esquecendo seu passado de devastação florestal. Efetivamente a cidade se destaca por ter uma boa arborização urbana, e áreas verdes, devido em parte ao fato de a empresa que colonizou a região, a CTNP/CMNP, ter feito a opção pelo “projeto de cidade-jardim”. Zueleide Casagrande de Paula, ao analisar a história/memória municipal, a partir da qual foi construído tal imaginário, afirma que:

A memória construída pelos envolvidos, neste caso, passa por uma variação de matizes complexos, envolvendo uma rede de poder e saber que **“cria” silêncios** instrumentadores na construção de uma **memória ‘conveniente’ e convincente para todos**. [...] história que tem alicerçado a construção da imagem de cidade perfeita e que ofereceu os instrumentos para a criação do imaginário ecológico na década de 80 em Maringá (grifo meu).<sup>372</sup>

Dessa maneira, o imaginário da ‘Cidade Verde’ nasce e torna-se uma força à disposição de todos aqueles que desejarem dele usufruir. Vai ao encontro do interesse da população, que é o de comungar com a idéia de cidade preservacionista, visto que isso **jogaria no “porão” da memória a violenta e rápida devastação** que caracterizou o processo de (re)ocupação na porção norte do Estado do Paraná, assim como o empobrecimento do solo na área rural e o grande desmatamento existente no campo (grifo meu).<sup>373</sup>

Se o desflorestamento foi jogado no “porão da memória”, não apenas pela elite, mas também pela população em geral da cidade, é porque a segunda metade do século XX foi um

<sup>370</sup> FLUMINHAN, Izidora. Questões de Meio Ambiente. “ACAPA” ADQUIRE PERSONALIDADE JURÍDICA. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 28 fev. 1980. p. 2.

<sup>371</sup> O CLAMOR da natureza — AMAZONIA. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 8, 21 set. 1980. (“Colab. do leitor B.R.P.O.”).

<sup>372</sup> PAULA, Zueleide Casagrande de. **Maringá: o coração verde do Brasil?** 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis. p. 85.

<sup>373</sup> Ibid., p. 257-8

período de “ecologização da sociedade”, não apenas no Brasil mas em praticamente todo o planeta, entendendo isso como um aumento da preocupação pública com a deterioração da qualidades do ambiente para sustentação da vida humana, como é conhecida, ou seja, os “problemas ambientais” deixaram de ser assunto praticamente exclusivo de “amantes da natureza” e se tornaram “um assunto da sociedade civil mais ampla”.<sup>374</sup>

E não apenas se tornou um tema debatido na sociedade civil como se tornou um valor positivado e hegemônico. Livia Barbosa, em um artigo em que busca mapear a penetração, a importância e o significado da problemática ambiental no seio da sociedade brasileira, afirma que pelo menos a partir do início da década de 1990: “O meio ambiente se tornou o grande referencial para todos os grupos. Do ponto de vista político, a adaptação ao tema ecológico, ainda que de forma superficial, apresenta-se como a única saída competitiva”.<sup>375</sup> A autora constata isso a partir da forma como, até mesmo os garimpeiros, após muito tempo se contrapondo frontalmente aos ecologistas, passaram, no final da década de 1980, a atuar “sob a ideologia do verde” ainda que de forma superficial.<sup>376</sup> Afinal, hoje, mesmo empresas produtoras de biocidas afirmam categoricamente em sua propaganda institucional que são “empresas que respeitam a natureza”, como tive oportunidade de acompanhar juntamente com um grupo de agricultores.

### VIVENCIAR A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O fato dos agricultores terem vivenciado o processo de degradação ambiental foi um elemento que contribuiu para uma positividade do “mundo natural”, ou mais especificamente da floresta. Tal experiência de perceber a degradação do ambiente é uma referência constante nas falas dos agricultores, em especial, o que é descrito, como o problema da “erosão” e o assoreamento e redução da piscosidade dos rios, todavia não se pode considerar que a experiência da degradação gerou uma “consciência ecológica”. Por exemplo, como pode ser percebido nas trajetórias de vida aqui narradas (ver em especial o entrevistado Leonardo), muitos agricultores, e/ou seus familiares, já haviam passado pela experiência de verem a

---

<sup>374</sup> GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental: A conexão necessária**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996. p. 15. Evidentemente, a forma como a sociedade civil compreende a age sobre estes problemas ambientais é extremamente variada. Para uma análise do movimento ambientalista, em termos planetários, Cf. McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. Para o movimento ambientalista no Brasil, Cf. VIOLA, Eduardo J. R. O movimento ambiental no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização publicas para a institucionalização e do desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 49-76.

<sup>375</sup> BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991. p. 242.

<sup>376</sup> Ibid., p. 242.



degradação do solo, algumas vezes a ponto de inviabilizar economicamente a área então explorada. Um fato muito comum relatado, principalmente, em São Paulo, nas regiões cafeeiras decadentes, como afirma um entrevistado, sobre a região em que estava em São Paulo, antes de vir para Engenheiro Beltrão:: “estava difícil as terras eram muito ruins a lavoura muito fraca o... isso aqui [gesticula indicando dinheiro] não corria mais naquele tempo, estava tudo abandonado”(Antenor n. 29). Mas também alhures, como mostra outro entrevistado referindo-se a Cornélio Procopio, Paraná: “lá tivemos problemas.... [com erosão], de lavar as pedras num... num produzimos mais nada, não, só mato, só capim saía”. (Albino n. 06).

Quando perguntada se já teve “problemas com erosão”, a maioria dos entrevistados respondeu que sim, buscando se justificar: que “não existia técnica”(Arlindo n. 27), “aqui não existia curva de nível” (Leandro n. 09), remetendo-se, ainda, às condições que os impediam de adotar as providências que então se recomendava: “com animais não tínhamos condições de conter aquela água, então você ia atrás de recursos maior e você também não tinha, então isso degradou muito o solo na região”. (Arnaldo n. 15).

Alguns declaram um *mea culpa*:

eu sempre comentava com o filho [...] que foi um grande erro foi uma falta de... de conhecimento... tecnologia. Quando a gente erradicou o café, quando ia fazer a mecanização, já deveria fazer logo as microbacias. A gente não fez isso logo... quando... a gente **foi acorda que estava ficando sem a terra** ai já, né, a gente sentiu na pele, que a gente fez um crime, mas... era um crime que a gente estava cometendo naquela época porque... **sem conhecimento**, né... (João n. 13).

Certamente os agricultores não “acordaram” um dia e perceberam que existia a “erosão”. O que ocorria, é que, a “degradação” do solo, com a perda de capacidade produtiva, era naturalizada na percepção dos agricultores, por séculos de agricultura de coivara, na qual a recuperação da fertilidade se dava basicamente pelo pousio, a “recuperação” da mata.<sup>377</sup>

Todavia os efeitos globais da degradação, gerados com o padrão “moderno” de agricultura, provavelmente, foram mais intensos e com certeza foram muito mais rápidos que os processos de degradação da “agricultura da enxada”.<sup>378</sup> Para entender esta nova realidade, o agricultor utiliza-se dos elementos explicativos disponíveis, inclusive aqueles oriundos da “ecologização”, mas o faz em seus próprios termos, como se verá.

---

<sup>377</sup> Na atualidade, com a utilização de agroquímicos, um agricultor consegue explicar bem a concepção sobre a fertilidade do solo: “a terra é que nem banco, não pode só tirar, se não acaba, tem que colocar” (Valmor n. 30).

<sup>378</sup> Sobre a degradação dos solos agrícolas no Paraná, Cf. SORRENSON, Willian Jack; MONTOYA, Luciano Javier. Implicações econômicas da erosão do solo e do uso de algumas práticas conservacionistas no Paraná. **Boletim Técnico IAPAR**, Londrina, n. 21, ago. 1989.

Isso não quer dizer que “antes da ecologização” os agricultores não tivessem uma preocupação com as condições do seu ambiente, mas tal preocupação não se expressava em termos de uma preocupação com a “preservação da natureza”. Assim se pode entender o agricultor que afirmou ter deixado “reserva” de “mato”, pois era o “sistema de minas” de “não vender o milho do paiol sem ter outro colhido”, ou seja, de não esgotar um recurso “necessário” (Aparecido n. 2). Ou, ainda, a afirmação de outro que após narrar suas caçadas de onças em Engenheiro Beltrão, afirma:

Corta o mato, aumenta as águas [...] duas vezes mais... **peixe não tem mais... muito veneno** que eles põem nas lavouras, matou todos os peixes. Porco do mato, eu tinha chiqueiro no barreiro... [...] caçava até 18 porcos do mato, **ia lá, tinha 18 porcos, matava um porco, abria a porta da mangueira e soltava o resto tudo**. Aqueles bandos de jacutinga, **passarinho mais lindo que tem no mato**, matava um... dois, o resto num... nem ligava [...] hoje a gente vê uma... um sabiá... uma pombinha... Tem uma coisa que... na ocasião da soja, se num vigia-se não colhia soja, desce um bando de pomba de 5 ou 10 mil pombas e come a semente da soja... carece de espantar da soja... agora para... [...] agora, ainda tem pouco mais, de primeiro era uma imensidade... uma imensidade (Lucidio n. 23).

O objetivo dessa fala é ressaltar a abundância de “caça” “antigamente” e a sua relativa exiguidade hoje. Contudo, essa fala permite perceber uma certa admiração para com o “mundo natural”, e talvez uma certa ética de não matar todos os animais, apenas os “necessários”. Isso é claro entre os animais úteis, os “inúteis” e, além disso, perigosos, como as onças, não se via mal algum em matá-los.<sup>379</sup> Tudo isso, porém, são especulações, outras fontes seriam necessárias para se poder fazer afirmações sobre formas “tradicionais” de “gestão” do ambiente. A única coisa que, talvez, se possa generalizar, nesse período anterior à “ecologização”, é que questões como a conservação das florestas não eram entendidas, pelo menos não de forma disseminada, como um problema. Havia uma confiança na abundância ou nos efeitos benéficos da intervenção do ser humano no ambiente: “Algo que não era uma particularidade brasileira, uma vez que o sentido de inesgotabilidade do meio-ambiente alcançava, até não muitos anos atrás, a maior parte dos povos da Terra”.<sup>380</sup>

### O MAL-ESTAR DOS “CIVILIZADORES”

Com o exposto, acredito que ficou claro qual a posição dos agricultores, primeiro, louvados como agentes da civilização e, agora, o que antes era louvado é condenado como ato bárbaro pela moral hegemônica.

<sup>379</sup> THOMAS, op. cit., p. 61 et. seq.

<sup>380</sup> GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual; versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIVAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999. p. 87-121. p. 116.

Desta forma, os agricultores em alguns casos vão buscar se justificar sobre suas ações ou de seus pais: “eles não tinha como morar debaixo de uma árvore e derrubar o resto da mata então eles começaram a derrubada por ali [na margem do córrego] embora ache que nessa época também nem a Companhia informou... nem nada” (Arnaldo n. 15). Outros explicitamente se posicionam afirmando que o fato de não terem deixado reserva florestal foi “errado”: “foi assim um erro grave na época, né, que derrubamos a mata 100%” (Fabio n. 16).

Não se solicitou diretamente a opinião dos entrevistados em nenhum caso, a pergunta utilizada sempre foi “por que?”. Outros agricultores não se justificaram, ativeram-se a constatar que: “nós desmatamos, derrubamos, e plantamos hortelã” (Lucas n. 28), ou deram uma justificativa ligada à necessidade econômica, sem maiores justificativas. O que deve ser destacado é que não houve vozes contrárias à “preservação da mata” e, como já se argumentou, o que se escolhe para falar e silenciar também é importante, pois tal ausência revela o que não se considera correto afirmar publicamente. Com certeza, há posições entre os agricultores contrárias a “deixar tanto mata” – mas não contrárias a “preservar a natureza” – que apareçam melhor talvez em situações distintas da entrevista formal.

Isso permite entender os elementos de orgulho e arrependimento na fala dos agricultores, mas não na fala do agricultor Alcides.

#### DA IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA A PRESERVAÇÃO DA MATA PELOS AGRICULTORES, OU DA “ADAPTAÇÃO DO TEMA ECOLÓGICO” NOS TERMOS DOS AGRICULTORES

Há um enorme esforço para se criar uma certa coerência na trajetória de vida, com os valores atuais e com os projetos de futuro, dos agricultores.

Um exemplo disso pode ser percebido na fala do entrevistado Antonio (n. 24), sendo que para melhor compreendê-la cabe chamar a atenção para sua trajetória de vida. O entrevistado mora na zona rural, no distrito de Sertãozinho, no imóvel que pertenceu a seu pai, tendo nascido em 1932, no município de Campo Mourão. A origem de sua família é paulista, seu avô veio para “Campo de Mourão”, provavelmente, no início do século passado. A família é “pioneira” na região, o pai viveu ali quase uma vida, e o entrevistado, a infância e adolescência, em uma época em que a região era predominantemente “mato”, época em que, em geral, a caça era uma forma de buscar alimentação básica, como afirma o citado entrevistado: na “casa [...] do meu avô não faltava caça, não faltava carne”. Em 1935, o pai do entrevistado mudou para a área conhecida como Sertãozinho, atual Engenheiro Beltrão, para ocupar as terras que seu avô havia “requerido”, junto ao governo do Estado, quatrocentos

alqueires. Eles criavam porcos e produziam cana-de-açúcar e café, levando tais produtos para serem “vendidos” em Guarapuava. Quando “abriram” a estrada para Maringá, ou melhor, na época não “existia” Maringá, “se falava para Londrina”, passaram a vender porcos em Mandaguari, que eram “levados a pé no meio da picada”. Aqueles “registros” que possuíam do governo do Estado já haviam “caducado”, e o pai do entrevistado até recebeu um título de propriedade dos “Marinpa”. Os mesmos deram títulos para os posseiros para que os apoiassem contra os “Beltrão”, mas os “Marinpa” perderam e foram expulsos, então seu pai teve que comprar as terras diretamente dos “Beltrão”. Com aquela “abertura”, então, aconteceu uma “virada muito violenta”. Primeiro, eles passaram a plantar café e depois outro “impulso ocorreu com o hortelã”. O entrevistado chegou a ter 25 famílias sobre o seu “comando”, trabalhando “a meia”, pois tinha um alambique de hortelã. Em seguida, o hortelã “acabou”. Então, em “64 após a revolução foi uma época até muito boa quando os militares mandavam, que os agricultores tinham muito crédito, através do Banco do Brasil”, o entrevistado comprou “maquinário, trator e tudo, aí foi que começou a mecanização”. Todavia foi em 1956 que ele adquiriu as primeiras terras realmente dele, 41,1 hectares, sendo que hoje ele possui 72,6 hectares em Engenheiro Beltrão e 157,3 em Nova Tebas, dedicando-se ao cultivo de café, de soja e a produção de leite. Esse agricultor tinha filhas ainda morando com ele e filhos trabalhando e igualmente morando no sítio. Quando questionado se deixou “reserva” de mata na propriedade, ele respondeu:

Nas outras áreas em que fui, eu que abri, onde eu tinha minha propriedade, ficou e continua até hoje. Tenho mina, tem palmito, aqui na frente tem figueira, peroba, ainda pra mostrar, moita de mato que nós não derrubamos, **não quer dizer que foi o tanto suficiente**, mas a beira de água eu nunca mexi, eu não mexo, eu inclusive posso dizer pra você que a mata que tinha aqui eu aumentei ao invés de diminuir. **Eu sou muito favorável à mata**, inclusive lá no outro sítio meu tem uma reserva, aqui, por exemplo, ninguém corta uma árvore sem minha autorização, aqui ninguém derruba nada. E esses palmito eu tenho por capricho até hoje, posso te mostrar, tenho duas mina d’água que tem uns palmitos aqui que ninguém mexe. [Por que?] Eu deixei porque eu acho que a água tem que ser limpa e a mina d’água tem que ter cobertura. Porque eu acho que o maior crime que tem hoje é as autoridades só pensarem que hoje é que tem que ter lei pra proibir desmatar a beira da água e poluição, deveria ter enxergado isso há muito tempo. [...] É a maneira que eu penso, inclusive há pouco tempo, eu falei com diversos companheiros que a autoridade tem que estar de acordo que o próprio cidadão ajude a manter o meio ambiente, mas numa boa, sem lei... quer dizer, **não adianta nada você chegar no cidadão e impor tanta lei e multa; de noite pega fogo numa mata, você sabe... sabe lá quem colocou fogo.... quem pode provar?** Então eu acho que não tem nada melhor que nós trabalharmos com amizade, com consideração, um com os outros, é meu modo de pensar. **Não estou avançando em nada no que é dos outros**, é a maneira que eu penso... Eu dou muito valor na mata, eu gosto disso, aí... eu dou valor na mata, foi onde eu me criei eu gosto de mais disso, se eu comprar uma propriedade amanhã de mato eu não derrubo... **eu nunca cacei...** eu nunca matei um bicho assim... [...] você veja bem, eu me criei no meio do mato e nunca cacei e nunca... nunca apoiei ninguém caçar... eu não dei um tiro nunca... nunca dei um tiro num bicho... eu vou viver disso... **vou matar bichinhos?** Não. [...] É uma opinião que eu tenho. Toda a

vida foi desse jeito... Agora eu acho que hoje, por exemplo, pra nós voltarmos a formar mais matas... nossos próprios mandatários... nosso governo... tinha que facilitar com muda com carreto, ser mais amigo dos proprietários que essa beira de rio, que nem nós temos o rio da Varge, o rio Claro que **a gente vê uma água poluída que a gente vê um podriquero dentro do rio**, tinha que ser plantado árvore em redor do rio, mas tem que o governo mandar mudas porque se não, não forma. Isso aqui acho que é um crime, hoje, pra gente que viu o tanto de peixe que dava o rio da Varge, hoje o que se vê a... água que tem hoje é um crime, eu sou revoltado com isso aí, eu não gosto disso aí.

Esse entrevistado, em um outro momento, narra que plantou uma carreira de eucaliptos nas margens da rodovia que passa ao lado do sítio onde mora, afirmando que plantou “há uns 50 anos”, quando ele era “moleque”. Quando perguntado porque plantou, ele responde:

Quando nós plantamos [...] meu pai achou bonito plantar uma carreira... era para ser de fora a fora, mas como morreu umas mudas, ficou uma moita ali e ficou mais uns pés para lá, o resto morreu... que nem essa grevilea que você vê ali em cima, fui eu quem plantou, então a gente achava bonito plantar aquelas árvore, né, por isto foi plantado, e não foi mexido... hoje inclusive eu... **não é pelo valor do eucalipto mais pela recordação do meu pai**, eu queria manter essa moita de eucalipto, estou vendo que vão tirar tudo [o D.E.R.]e não tenho direito a nada.

Essa longa citação é extremamente esclarecedora. Tal fala voltada para demonstrar uma “preocupação com a natureza” — bem como os silêncios dos agricultores que responderam de forma objetiva e seca, não fazendo defesa de posições pró-ambientalista, mas também se abstendo de expressar posições anti-ambientalista — são em parte geradas pela situação de entrevista, pois a própria temática já deixa alguns entrevistados resabiados. Entretanto tamanha preocupação de aparentar estar em sintonia com o que hoje é considerado ecologicamente correto revela como Livia Barbaso estava correta em afirmar que há uma “adaptação do tema ecológico” por parte dos mais diferentes grupos sociais.<sup>381</sup> Todavia tal “adaptação” se deu nos próprios termos dos agricultores. É evidente que há uma contradição entre o padrão de agricultora e a preservação de remanescentes florestais, mas isto não explica a contradição entre achar “importante preservar a floresta” e a situação de risco em que se encontram os remanescentes florestais, afinal mesmo aqueles agricultores em condições econômicas de ao menos cumprir a legislação, em geral, não o fazem. A grande questão é entender que ao anunciar a importância de “preservar a floresta” os agricultores estão pensando coisas bem diferentes do que em geral o movimento ambientalista o faz.

Entender porque é importante “preservar a floresta” e em que termos isto se coloca para os agricultores permite fugir de uma lógica dicotômica, que ora os coloca como criminosos ambientais, ora como heróis salvadores do bucólico mundo rural, e assim compreender suas ações dentro das contradições nas quais estão inseridos.

---

<sup>381</sup> BARBOSA, op. cit., p. 242

Por exemplo, um agricultor como José Antonio Casado Paschoal,<sup>382</sup> proprietário da área de 186,3 hectares, sendo 104,06 de floresta, a qual permitiu sua transformação em RPPN., é de certa forma um caso extraordinário, mas seu caso parece mais compreensível quando inserido em sua trajetória de vida.

Nascido no estado de São Paulo em 1931, José Antonio C. Paschoal é de ascendência espanhola, seus pais fizeram a trajetória típica, inicialmente vieram, da Espanha, trabalhar nas fazendas de café, como colonos, até que conseguiram comprar 12,1 hectares em Lençóis Paulista. Tiveram seis filhos, entre homens e mulheres. Em 1947 seu pai comprou 96,8 hectares “de mato da Companhia Melhoramentos”, em Marialva no Norte Novo do Paraná, e veio para lá junto com uma família, e “abriram um pedaço de mato e fizeram um rancho de palmito”. No ano seguinte eles venderam os 36,3 hectares que então tinha em São Paulo e só então seu pai trouxe a família para o Paraná. Segundo ele: seu pai “não vendeu”, ou pelo menos foi “muito pouca madeira, não vendeu não, porque peroba lá no sítio nosso tinha muito pouca, era lugar quebrado, difícil de você tirar, [transporte] então não vendeu, o mais era madeira branca mesmo, [...]madeira vagabunda que não aproveita”. Foi deixada uma reserva de mata na propriedade porque “achava bom também ter um pouco de mato”, até depois foi deixada uma área maior onde a capoeira cresceu e eles deixaram para “não invadir o rio” até porque “tinha uma cachoeira”. O café não dava bem porque “a geada matava todo ano”, quando ele casou seu pai falou: “ajudar vocês eu não posso, a única coisa que eu vou ajudar e que tem terra aí vocês derrubam mato e plantam, o que vocês puderem plantar vocês não pagam renda, não pagam nada”. Foi a partir daí que eles foram “trabalhando, esforçando mais do que podia”, e conseguiram comprar 12,1 hectares deles, o café para ele “pouca coisa deu” foi com a criação de gado e a lavoura branca que conseguiu “aumentar mais” suas terras. Em 1992 sua esposa faleceu com câncer, então ele já tinha um patrimônio de 229,9 hectares, “resolveu distribuir” 169,4 hectares entre os seus 4 filhos, um homem e três mulheres, sendo que, salvo um dos genros todos os demais são agricultores. Ficou com 60,5 hectares, que, aliás, é a quantidade de terra que recebeu de herança de seus pais. Vendeu então um sobrado que havia construído na cidade de Maringá — com a intenção de morar lá com a esposa e um dos filhos, mas não “deu tempo” disto se realizar em virtude do falecimento de sua esposa — vendeu ainda um caminhão e pegou algum dinheiro na colheita para comprar uma fazendinha. Em 1993 o corretor o levou para ver uma fazendinha mas ele não gostou porque “não tinha... [era] tudo terra limpa, e não tinha, tudo muito areia também, né, e não tinha benfeitoria, quase

---

<sup>382</sup> PASCHOAL, J. A. C. **José Antonio Casado Paschoal**: depoimento [13 mar. 2003]. Entrevistador:

nada”. Depois o corretor o levou a umas terras que segundo o corretor era: “uma fazendinha que tem pouca terra para plantar, mas tem bastante mato, só que mato não pode derrubar.” Pois, desde o início da década de 1990 o governo federal proibiu o corte dos remanescentes do bioma da Mata Atlântica. “Ai eu falei não tem problema, não faço questão, ai eu vim ver aqui, conforme eu cheguei aqui eu gostei”, a fazenda tinha 186,3 hectares, sendo a maior parte em mata, ele explica que gostou porque “tinha bastante benfeitoria, tinha telefone, tinha sede da fazenda que era aqui, tinha a piscina, quintal grande, frutas” por isto ele falou para os corretores: “ta bom eu compro aqui, **acho que dá para terminar meus dias aqui** [risos]”. Ele argumenta contra aqueles que lhe perguntam se não pode derrubar a mata, indo ao encontro da argumentação do capítulo anterior sobre uma tendência a desvinculação da preservação da floresta da sobrevivência da espécie humana: “pra que derrubar o mato, deixa o mato ai...[...] **tem os bichinhos, bastante passarinho...** tem tatu, tem capivara, tem porco do mato, tem tucano, passarinhada tem à-vontade, bichinho, né, [...] nessa mata tem uma mina de água, que é água que nós bebemos, água boa, gostosa, uma água sadia”. E argumenta ainda: “uma peroba dessa ai, uma pessoa que nunca viu uma madeira vê e fica abismada com um pau daqueles, se a gente derrubar acaba com isto ai, nunca o cara vai ver mais, então por que vamos querer destruir, deixa ai”. Por isto explica que quando o pessoal da prefeitura o procurou para transformar a área em RPPN, falando que a prefeitura iria receber uma verba com isto, o ICMS-Ecológico. Ele concordou, e a RPPN “Fazenda São João” foi legalmente criada em 1997,<sup>383</sup> mas reclama que a prefeitura municipal não cuida das estradas para impedir a erosão e queimadas na capoeira que fica as margens da mata. O entrevistado, logo depois de mudar para Engenheiro Beltrão “arranjou uma companheira” e ficou com ela oito anos, mas “não deu certo” e separaram, e hoje um genro, a filhas e duas netas moram com ele, mas este seu genro vendeu os 36,3 hectares que recebeu de herança comprou terra em Dourados no Mato Grosso do Sul, e “por isso” ele está “fazendo planos, se der certo, vender” em Engenheiro Beltrão e comprar no Mato Grosso do Sul, pois “eles querem que eu compre para lá também” e para ele isto depende de poder comprar uma área maior lá, considerando que “os vizinhos aqui [em Engenheiro Beltrão] ninguém queria comprar aqui, porque tinha muito mato”, mas “hoje em dia o pessoal está precisando de reserva, né, e eu não topo... não vou vender isso para desmatar, mas pra reserva eu posso vender”.

---

Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 1 fita cassete. Caderno de campo.

<sup>383</sup> IAP. Escritório Regional de Campo Mourão. **Informações sobre unidades de conservação localizadas no município de Engenheiro Beltrão**, conforme solicitação protocolada no IAP/ERCMO n. 5487.701-3, a pedido do Sr. Ely Bergo de Carvalho. Campo Mourão, 2003.

O entrevistado está vislumbrando a possibilidade legal nova de se constituir reservas legais coletivas,<sup>384</sup> ou seja, a área com cobertura florestal, de 20%, não necessariamente precisaria ser no imóvel, poderia ser uma outra área na mesma região na qual o agricultor seja também proprietário, individual ou na forma de condomínio, isto facilitaria o cumprimento da legislação e ao mesmo tempo possibilitaria a criação de áreas maiores com cobertura florestal o que é melhor para a manutenção da biodiversidade. O fato do entrevistado estar pensando em negociar a sua área de mata como Reserva Legal, mostra como se forma, ou pode se formar, um mercado de “mercadorias de preservação ambiental”, e na tradição capitalista o que era um fator de resistência a maximização da reprodução ampliada do capital, se transforma em mercadoria, sendo portanto incorporada ao mercado.

Quando era questionada sobre a reserva de mata que havia na propriedade de seu pai em São Paulo, ele tece o seguinte comentário: “voltei [em São Paulo, muitos anos depois] porque me deu saudade de ver **meu lugar** onde eu nasci, né, eu voltei lá, ai ficamos triste de ver que o córrego tinha acabado, tinha assoreado tudo, ai já as minas estavam cobertas. Ai **mudou tudo....** eles tinham arrancado as casas, a benfeitoria que tinha, eles tinham acabado com tudo, tava só a invernada lá.”

A tristeza gerada no entrevistado ao ver a paisagem, agora tão degradada, das terras em que nasceu não está vinculada a destruição da “mãe natureza”, e sim ao desenraizamento que sente, ao pensar no córrego, nas árvores, no terreirão e no pomar, que eram os suportes de suas lembranças. Também o entrevistado Antônio, nos revela o quanto uma árvore pode ser o suporte de lembranças sobre ela projetada, ao reclamar da possibilidade da destruição de “sua” carreira de eucaliptos: “não é pelo valor do eucalipto mais pela recordação do meu pai, eu queria manter essa moita de eucalipto” (n. 24).

No capítulo anterior já se argumentou o quanto a velocidade das transformações na paisagem destrói os lugares de memória do grupo estudado. Daí pode-se entender porque o entrevistado José Antonio C. Paschoal buscou uma fazenda para comprar em que tivessem benfeitorias, não estava buscando apenas um lugar confortável para morar, buscava “um lugar para terminar os seus dias”, um lugar que fosse o “seu lugar”, que lhe fosse familiar, mesmo que não tenha nascido ali. ou seja, não é simplesmente um suporte para memória individual, sim para memória social, se não do grupo, pelo menos, de uma geração.

Mas se deslocar é uma possibilidade em aberto para o grupo estudado. Desta forma migrar para aumentar as terras, ou simplesmente sobreviver, mesmo que seja para uma área

---

<sup>384</sup> Prevista na Lei Florestal Paranaense, Lei Estadual n. 11.054 de 14 de janeiro de 1995.



que há muitos anos não pode ser mais considerada fronteira agrícola, como Dourados, continua a ser uma opção. Reforçando a tese, desenvolvida no primeiro capítulo, da importância dessa possibilidade permanente de migração como parte das estratégias adotadas pelos agricultores.

É em tais relações, por vezes contraditórias, que a sobrevivência da floresta deve ser negociada. Uma vez que, hoje, é notório a insuficiência dos mecanismos de comando e controle, imposto unilateralmente, como lembra o entrevistado Antônio (n. 24), já citado.<sup>385</sup> Mas estas trajetórias de vida também permitem, buscar responder a questão anteriormente colocada: em que termos eles estão pensando a preservação da mata? Tal questão, de certa forma, já foi respondida no decorrer desta narrativa, mas há, pelo menos, quatro elementos da relação entre agricultores e floresta que devem ser ressaltados:

1 — Em primeiro lugar, a questão do apreço pela “natureza” desnaturalizada, para usar o conceito usado por Magnus R. de M. Pereira, já citado, ou seja, “bonito” é a “carreira” de eucaliptos e não a “floresta/sertão”, como se argumentou no capítulo anterior.

2 — Em segundo lugar, apesar de alguns agricultores fornecerem argumentos, os quais, chamei de “preservacionista”, para manter a “mata” na propriedade, outros valorizam a preservação das matas por motivos que desvinculam a sobrevivência da mata de sua própria sobrevivência. Assim, “preservar a natureza” é não “matar passarinhos”: “aqui no meu sítio eu não deixo matar nenhuma pombinha, se aparecer morta não é aqui que mataram” (Osvaldo n. 22), ou, ainda, um outro agricultor, ao explicar porque foi errado ter cortado a mata nas margens do rio, afirma: “é a beira do rio era bom para os bichos, essas coisas, né, é passarinho” (Leonardo n. 20). Tal desvinculação, também, se expressa ao considerarem os remanescentes florestais como espécies de “reliquia museológica”, como bem exemplificado na fala de J. A. C. Paschoal: “vê e fica abismada com um pau daqueles, se a gente derruba [...], nunca o cara vai ver mais” (2003).

3 — A floresta e as árvores podem ser lugares de memória.<sup>386</sup> Como espero ter esclarecido, com os comentários, a trajetória de vida de José A. C. Paschoal. Em alguns casos, as árvores podem ser as raízes, através das quais, alguns tentam se segurar do desenraizamento permanente do mundo moderno.

---

<sup>385</sup> Sobre o esgotamento dos mecanismos de comando e controle impostos unilateralmente, ver: BACHA, Carlos José Caetano. Gestão florestal no Paraná. In: LOPES, Ignez Vidigal; et. al. (Orgs.). **Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 155-182.

<sup>386</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

4 — E, em quarto lugar, os agricultores, em geral, não concebem, tal como o movimento ambientalista, normalmente o faz, que preservar seja manter intocado, não utilizar.<sup>387</sup> O que transparece na dificuldade de um entrevistado de entender porque “eles não querem que entrem certas frutas” nas áreas de mata ciliar, como “laranjeiras”, (Josep n. 3), ou seja, plantas exóticas e “úteis”. Da mesma forma, na afirmação do entrevistado Miguel Glaba, que: a área de mata ciliar que “teve” que plantar em sua propriedade agora é “do governo”.<sup>388</sup> Não se trata aqui apenas da dificuldade de pensar que uma propriedade privada tem uma função social, o entendimento é outro: se não posso trabalhar, nem explorar a área, logo ela não é minha, raciocínio que talvez esteja mais de acordo com a tradição de pensamentos e de valores do grupo estudado.<sup>389</sup>

Com tais ponderações e levando em consideração as dificuldades econômicas, *stricto sensu*, pode-se entender que apesar dos agricultores, na atualidade, serem “muito favoráveis à mata”, a pouca mata que resta na região ainda corre tanto perigo. Assim, a afirmação do entrevistado Alcides, que narra a sua trajetória de desflorestador e ao mesmo tempo afirma a importância de “preservar a mata”. Não deve ser entendida nem como uma mentira para agradar o entrevistador, nem pode ser plenamente compreendida a partir, apenas, das dificuldades econômicas do entrevistado para cumprir a legislação ambiental. E, sim, pode ser melhor compreendida a partir da percepção específica do grupo sobre o que é “preservar a natureza/florestas”.

## O PROJETO DOS AGRICULTORES E A FLORESTA

Dentro do projeto predominante dos agricultores entrevistados, há pouco espaço para as “árvores” e também para os seres humanos. O projeto de migrar para continuar na atividade agropecuária, apesar do Brasil ter uma fronteira aberta tanto de expansão como agrícola, em virtude do esgotamento das terras devolutas, é cada vez menos exequível. O projeto de diversificação de atividade e da “agricultura alternativa”, que em geral está

---

<sup>387</sup> Sobre tal posição do movimento ambientalista Cf. BARBOSA, op., cit., p. 237, *passim*. DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. Ou, ainda, K Thomas que afirma que é “compreensível que os que precisavam trabalhar arduamente para ganhar a vida relutassem em adotar uma atitude mística face às terras selvagens e incultas”. THOMAS, op. cit., p. 313

<sup>388</sup> Informação logo corrigido por seu filho, que explica que a área é deles, mas não podem “mexer”. GLABA, Miguel; GLABA, Inglin F.; GLABA, Antônio. **Miguel Glaba, Inglin F. Glaba, Antônio Glaba: depoimentos** [26 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Berço de Carvalho. Araruna, 2003. 2 fitas cassete.

<sup>389</sup> Notadamente pela relação que a na campesinidade se estabelece entre posse/propriedade da terra e o trabalho na terra. Cf., já citados, HOBBSAWM, Eric. Ocupações de terra por camponeses. In: \_\_\_\_\_. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 241-276. e MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio, 1996.

associado à permanência do agricultor na sua propriedade e algumas vezes se encaminha para uma agricultura “sustentável”, apesar de, existirem alguns casos no município de pessoas que buscaram se encaminhar para tal projeto, entre os entrevistados poucos agricultores se afastavam muito do projeto predominante para poder-se perceber idiossincrasias no tocante às questões florestais.<sup>390</sup> Predominantemente, os agricultores entrevistados aderiram ao projeto de plantio de algumas monoculturas, altamente tecnificadas, com alto uso de *inputs*. Muitos dos filhos de agricultores trabalham com seus pais, e alguns dos entrevistados mais jovens ainda trabalhavam e moravam na mesma propriedade de suas famílias, indicando que, apesar das dificuldades e do deslocamentos de muitos para a atividade urbana, ainda há muitos que querem continuar a ser agricultor. O problema é que não há terra para todos esses agricultores “sobreviverem” dentro da “corrida” de plantar “soja”, para expressar o problema em termos simples. Um tio meu, plenamente inserido dentro do projeto preponderante, estando, hoje, com 39 anos, quando começou a trabalhar por conta dependia de 7,3 hectares de propriedade do meu avô, sendo que, hoje ele tem em torno de 53,2 hectares. E meu tio afirma que até a sua aposentadoria precisa conseguir comprar pelo menos 60,5 hectares, para garantir uma aposentadoria tranquila, para que se seus filhos quiserem ser agricultores, tenham como começar.

Mesmo, dentro desse projeto preponderante, a floresta está sendo incluída, graças à pressão por parte de setores do Estado, da sociedade civil e da positivação, atual, da conservação florestal entre os agricultores. É evidente que para a floresta se efetivar dentro desse projeto será necessária muita pressão dos vários setores da sociedade civil, do Estado e de muita negociação. Como argumentou o entrevistado n. 24 Antônio, citado em sua trajetória de vida, e como afirma o entrevistado, Lindomar (n. 14):

vamos supor que você tem 20 alqueires de terra, **meio alqueire você pode deixar [com mata]**, porque se você ficar com 5, 6 alqueires de mato você não vive... você não faz nada daquilo... Cinco alqueires de mato você produz 500 sacos de mantimentos por ano, entendeu. Como é que vai deixar? Eu concordo em deixar dez por cento, né, mais ou menos.<sup>391</sup>

Talvez na atual paisagem homogeneizada, voltada para a produção, racionalizada, possa ocorrer uma reversão da atual situação de desflorestamento, e, seja possível, reservar dentro da paisagem, espaços delimitados e controlados, como as faixas de mata ciliar e a

---

<sup>390</sup> A questão que aqui fica sem resposta é que agricultores que se afastam do padrão dominante de agricultura, em especial em direção de uma agricultura “sustentável”, talvez tenham memória e concepção diferenciadas em relação à floresta.

<sup>391</sup> Devo recordar que, apenas a área de mata ciliar, na média, cobre meio alqueire em vinte, 5%, e que a RL no Paraná é de 20% da área do imóvel rural. Tal argumentação foi uma mudança brusca de assunto do entrevistado que estava a versar sobre problemas com agrotóxicos, quando, parece que, subitamente algo passou pela sua cabeça e falou.

reserva legal,<sup>392</sup> em que a floresta possa existir. Se isto ocorrer, desta forma, ainda estaremos efetuando uma “racionalização” da paisagem.

Bem mais difícil é efetivar um projeto que não apenas inclua a floresta, mas que também busque a realização de uma “utopia ecológica”.

---

<sup>392</sup> Lembro-me de discussões entre os meus colegas agrônomos, durante uma disciplina que cursei como aluno especial no curso de graduação em agronomia, de como efetuar a racionalização da reserva legal, ou seja, como dispor os 20% de cobertura florestal de forma que garantam uma maximização da produção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história não é o passado redivivo, ela é uma reconstrução a partir das perguntas e da perspectiva do presente (inserida em projetos, como os de uma utopia ecológica, a exemplo deste trabalho). Como já afirmou Marc Bloch é impossível uma “ciência do passado”, a história só pode ser a “ciência dos homens no tempo”.<sup>393</sup> Nesta dissertação assumo a radicalidade de tal afirmação. Primeiro por trabalhar com a história do tempo presente e segundo por trabalhar com a memória.

Em um primeiro momento pesquisar o processo de construção social de memórias pode parecer algo que aborda um passado que já não é, ou seja, aquilo que já acabou e agora só sobrevive na memória. Mas, como vários autores já argumentaram, lembrar e esquecer não são atos automáticos nem totalmente espontâneos. Disputa-se o tempo todo o que é digno de ser rememorado e o que é melhor esquecer. Indivíduos e grupos executam tais trabalhos de memória, como parte da construção de suas identidades e em face dos projetos nos quais se inserem. As memórias têm a ver com o que as pessoas são e não apenas com o que eram.

Portanto aqui não se buscou refletir sobre as florestas e agricultores do passado e sim sobre florestas e agricultores no tempo. Especialmente porque a floresta não acabou ela continua e isto revela um outro pressuposto deste trabalho: procura-se perceber o *continuum* entre a paisagem social e cultural. E não trabalhar com uma percepção cindida, com a qual trabalha grande parte dos ambientalistas que, como argumenta Livia Barbosa, estão sempre em busca de uma “natureza intocada”, lugares sagrados, em oposição aos “lugares profanados”, como as grandes cidades.<sup>394</sup> Não é sem motivo que a Amazônia teve durante muito tempo uma primazia desproporcional sobre outros biomas brasileiros, no tocante ao interesse do movimento ambientalista, pois ela representava mais claramente o ideal de “santuário ecológico” (bem mais que a tão degradada Mata Atlântica ou o Cerrado, com sua vegetação não tão exuberante).

Para entender as lembranças da floresta do passado, tem se que estar atento à floresta do presente e do futuro. Ou seja, para se entender as relações de forças sociais nas quais a memória social da floresta é constituída, tem se que entender as atuais disputas pela preservação da floresta, mesmo que às vezes a “floresta” tenha sido reduzida a apenas uma

---

<sup>393</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. p. 52-55.

<sup>394</sup> BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991. p. 242.

solitária, e condenada, araucária que sobrevive em meio ao um campo de soja. Nesta pesquisa busquei mostrar como tais remanescentes florestais, bem como os projetos de florestas (ou seja, aquelas áreas de preservação permanente e reserva legal que ainda não existem, mas as quais busca-se que venham a existir) são elementos de disputas nas linhas de força que compõem a paisagem.

Pode-se sintetizar a percepção dos agricultores sobre a floresta durante o processo de (re)ocupação da região estudada ao afirmar que ela era entendida como “floresta/sertão”: que apesar de ser uma fonte de recursos e espaço de múltiplas atividades, é lembrada principalmente como um obstáculo e um perigo. Ou ainda como um “nada”, lugar caracterizado pela ausência dos elementos que lhe são familiares, um “marco zero” a partir do qual se constitui a memória do grupo no lugar.

Com a devastação da floresta, há um esforço para, também, se apagar a memória de que “aqui era o sertão”. Esforço que foi, no mínimo, aceito pelo grupo estudado. Todavia a fala dos agricultores apresenta, muitas vezes, um *mea culpa*, no tocante ao desflorestamento. Ora ocorre durante o período estudado um processo de ecologização da sociedade. Como afirma Livia Barbosa, realmente, os mais diferentes grupos sociais, entre eles os agricultores estudados, procuram se “adaptar” ao “tema ecológico”, mesmo que deforma “superficial”,<sup>395</sup> mas isto se dá nos próprios termos dos agricultores. Assim apesar de afirmarem ser importante preservar a floresta: 1 – em geral não compreendem que preservar/conservar seja não utilizar; 2 – muitas vezes, desvinculam a necessidade de preservação da sua própria sobrevivência, e a vinculam a um “mundo natural” que é entendido como exterior e sem vínculos com sua vida; 3 – em alguns casos as árvores/florestas são lugares de memória, e como tal podem ser valorizadas; 4 – permanece a noção, estética, de que o belo é a terra trabalhada, a “terra limpa”, e não a caótica floresta.

Um dos elementos que norteou esta dissertação, foi buscar compreender o processo de construção da memória dos agricultores, sem considerá-los “homem econômico”, e sim dotados de uma “racionalidade seletiva, que não busca exclusivamente a maximização do lucro”.<sup>396</sup> Escapando assim dos estereótipos do agricultor enquanto aquele que por pura ganância destrói até a ultima árvore para plantar mais um pé de soja, mas sem cairmos na ilusão, de outra imagem estereotipada, do agricultor como alguém que está “próximo da

---

<sup>395</sup> BARBOSA, Livia. op. cit., p. 242

<sup>396</sup> LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 167-182. p. 180-1.

natureza”, pois “ama a terra”, uma verdadeira ilusão de um perfeito mundo bucólico. As pessoas reais são bem mais complexas do que isto e bem mais contraditórias.

Deve ficar claro ainda que os entrevistados dos quais esta dissertação é fruto, têm um dado perfil, dentro de um grupo social específico, o dos agricultores e estão dentro de um espaço específico, o município de Engenheiro Beltrão. Não tenho a pretensão de ter chegado a um tipo médio, que possa ser generalizado para todo o país ou coisa parecida. No máximo, acredito que tais resultados podem iluminar outras pesquisas desenvolvidas em outros locais e contextos específicos.

O agronegócio da soja, e de outras *commodities*, é, hoje, um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Grande parte dos fazendeiros desse setor há apenas uma geração eram agricultores familiares, boa parcela, com origem no Sul do país. Há uma clara expansão do modelo e também destas pessoas pelo país. Tal padrão de agricultura moderna, iniciado principalmente no Sul e Sudeste, depois de expandir-se, principalmente, pelo Centro-Oeste do país nas décadas de 1970 e 1980, hoje, ocupa áreas do Nordeste e do Norte do Brasil, para desespero dos ambientalistas que viram as conseqüências de tal padrão nas terras do Sul brasileiro.

Assim como a memória reflete um momento na história da memória do grupo, o município estudado é apenas um lugar dentro desta trajetória de deslocamento espacial desta população. E da expansão de um padrão de agricultura, que, na perspectiva de ambientalistas foi um desastre, mas na perspectiva dos agricultores “competitivos” foi uma vitória.

Qualquer que seja ele, o futuro da floresta está, intimamente, associado ao futuro dos agricultores. Por mais que, as memórias e percepções dos agricultores não estejam em consonância com os anseios dos ambientalistas, devemos resistir a tentação de negar seu passado e lhe impor uma nova memória. É necessário construirmos juntos, dentro dos embates e conflitos, uma nova memória sobre as florestas, juntamente com novos projetos para floresta e para os agricultores — pelo menos este é o projeto político no qual se aposta.

Este estudo da memória social dos agricultores sobre a floresta, não pretende esclarecer todo o leque de percepções que os agricultores tinham ou tem sobre a floresta, apenas se deteve sobre alguns pontos específicos. Se, ao final a história aqui narrada servir para uma maior compreensão por parte dos diferentes agentes sociais da relação entre agricultores e florestas, então terá valido a pena o esforço em escrevê-la.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 33-55.
- ALMEIDA, Jozimar Paes de. **A extinção do arco-íris: ecologia e história**. Campinas: Papirus, 1988.
- ALTIERI, Miguel A.; MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 72-105.
- ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215-287. v. 3.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.
- AMARAL, Luiz. **História Geral da Agricultura Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. 2 v.
- ARNOLD, David. **La naturaleza como problema histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- ARRUDA, Gilmar. A Natureza entre Apropriações e Representações. In: \_\_\_\_; TORRES, David Velázquez Torres; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: Entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.
- ARRUDA, Gilmar. Fotografias de Cidades de Fronteira: a vitória sobre a natureza. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez Torres; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 193- 216.
- BACHA, Carlos José Caetano. Gestão florestal no Paraná. In: LOPES, Ignez Vidigal; et. al. (Orgs.). **Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 155-182.
- BALÉE, William. Diversidade amazônica e a escala humana do tempo. In: SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL, 1., 2003, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 14-28.
- BARBOSA, Livia. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 229-243, 1991.
- BELTÃO, Alexandre. **Plano de loteamento**: Memorial referente ao terreno denominado Rio Mourão. Curitiba, set. 1947. (Arquivo Público do Paraná).



BELTRÃO, Alexandre. **Planta do terreno denominado rio Mourão**, situado no município de Engenheiro Beltrão, comarca de Peabiru. Curitiba: Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, 1958. Escala: 1:25.000. (mapa — arquivos da Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão).

BLANC-PAMARD, Chantal; RAISON, Jean-Pierre. Paisagem. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1986. p. 138-160. v. 8.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar,

BOHN, Noemia. **A legislação ambiental e sua implementação frente a degradação da cobertura florestal no vale do Itajaí**. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas – Especialidade Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 279 p.

BRANNSTROM, Christian Repensando a Mata Atlântica brasileira: cobertura vegetal e valor da terra no Oeste Paulista, 1900 a 1930. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 26, p. 58-76, jan. 2002.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: \_\_\_\_\_. **O mundo como teatro**: Estudos de antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992. p. 234-51.

CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **Historia oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 75-100.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900-1970 - estudo de conjuntura**. 1977. Tese (doutorado em história) – USP, São Paulo.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Conjuntura econômica da madeira no norte do Paraná**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2 v.

CANCIAN, Nadir A. **Introdução ao estudo das relações de trabalho na cafeicultura**: da escravidão à pequena e à média propriedade cafezeiras. Maringá: UEM, 1982. mimeo.

CARVALHO, Ely Bergo; NODARI, Eunice Sueli. Agricultores e agrônomos: uma história de relações antidialógicas e suas implicações sócio-ambientais In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 4., 20002, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC., 2002. 1 CD-ROM.

CARVALHO, Ely Bergo; NODARI, Eunice Sueli. História das florestas tropicais e subtropicais: da destruição e além. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2002, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: ANPUH. 1 CD-ROM.

CARVALHO, Ely Bergo; NODARI, Eunice Sueli. Natureza, História e Cultura – uma abordagem da história das florestas. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA CULTURAL, 1., 2002, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: PUC/RS., 2002. 1 CD-ROM.

CLARK, Judy; LOWE, Philip. Cleaning up agriculture: environment, technology and social sciences. **Sociologia Ruralis**, v. 30, n. 1, p. 11-29, 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1991.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, 1975.

CORRÊA, Manuel Pio. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1984. v. IV.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: A expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CUNHA, Aécio S.; BASTOS FILHO, Guilherme Soria. O sistema agrossilvicultural da bracatinga. In: LOPES, Ignez Vidigal; et al. (Orgs.). **Gestão Ambiental no Brasil**: experiência e sucesso. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

D'AMARE, Ricardo Ferre. La apropiación del espacio geográfico de la península de Yucatan: el caso Campeche. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina**: apropriações e representações. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 217-230.

DALMORA, Eliane. **Contradições na conservação e entendimento da mata entre técnicos e agricultores familiares de Lindóia do Sul e Ibirama, SC**. In: SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL, 1., 2003, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2003.

DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: \_\_\_\_\_. **Conta de mentiroso**: Sete ensaios de antropologia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 91-124.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DENIPOTI, Sandra Regina. **O poder da ilusão**: imagens do paraíso na propaganda colonizadora do norte do Paraná. 1994. Monografia (Especialização em História Social do Trabalho) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

DIAS, Guilherme Leite da Silva; CASTRO, Manoel Cabral de. **A colonização oficial no Brasil**: erros e acertos na fronteira agrícola. São Paulo: IPE/USP, 1986.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DRUMMOND, José. **A exploração de recursos naturais numa ordem competitiva**: Um estudo sobre as falhas do mercado e o conflito entre as indústrias de ostras e de pastas de papel em Shelton (Washington, EUA). Niterói: EDUFF, 1995.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental**: Os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. In: SIMPOSIO DE HISTÓRIA AMBIENTAL AMERICANA, 2., 2003, Santiago. **Anais**. Santiago: Universidade de Chile, 2003. 1 CD.

EMBRAPA. **Zoneamento ecológico para plantas florestais no Estado do Paraná**. Brasília, 1986.

ENGENHEIRO BELTRÃO. **História, Pioneiros, Atualidades: Engenheiro Beltrão**. Engenheiro Beltrão, 1985.

ENGENHEIRO BELTRÃO. **Plano de Desenvolvimento Agrícola P.D.A**. Engenheiro Beltrão, 1997.

ENGENHEIRO BELTRÃO. **Projeto do Município de Engenheiro Beltrão: Programa de Florestas Municipais**. 1996.

**ESCRITURA de constituição de sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada denominada “Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Limitada... 1947**. Arquivo do: Cartório de Registro de Títulos e Documentos 1º Ofício, Curitiba.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ-FAEP, **Roteiro de cálculo da propriedade rural produtiva e improdutiva, módulo rural**. Curitiba, 1998.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social**: Novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FERREIRA, Lúcia da Costa. **Dimensões Humanas da Biodiversidade**: Conflitos em torno de Áreas Protegidas no Brasil. Disponível em: <<http://www.chf.ufsc.br/~ppgsp>>. Acesso em: 26 mar. 2003.

FONTANA, Josep. **La historia después del fin de la historia**: Reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica. Barcelona: Crítica, 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livre na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 12. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.

GARRIDO, Joan del Alcazar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, p. 33-54, 1993.

GERHARDT, Marcos. **Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a história da “Colônia Ijuhy” 1850-1930**. Dissertação (Mestre em História). Londrina, UEM/UEL, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-180.

GOETZKE, Siumar. **Estudos fitossociológico de uma sucessão secundária no norte do Paraná: Proposta para recuperação de áreas degradadas**. 1990. Tese (mestrado em Botânica) UFPR, Curitiba.

GOLDBLATT, David. **Teoria Social e Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. A ribanceira da necessidade histórica: Crítica a uma crítica acrítica do tema da reforma agrária no Norte do Paraná. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa: revista anual de metodologia de pesquisa**. Suplemento Especial de História, Maringá, n. 7, p. 1-28, 1996.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Buracos Negros no Planetário Pioneiro. In: \_\_\_\_\_. Trabalhando em fontes orais. Reflexões a partir de uma pesquisa em andamento: “Caboclos” e “Pioneiros” em Maringá, 1937 a 1953. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, Maringá, n. 3, jan./dez. 1991.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. O espaço regional como ideologia: anotações sobre algumas coreografias políticas do norte do Paraná. **Cadernos de METEP**, Suplemento História, Maringá, v. 6, n. 5, supl. 1, p. 1-40, 1994.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual; versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIVAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 87-121.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e a agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental: A conexão necessária**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1996.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 180-193, 1995.

HALL, Michael M. História Oral: os riscos da inocência. In: SÃO PAULO (cidade), D.P.H. **O Direito a Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: D.P.H., 1992. p.157-161.

HOBSBAWM, Eric. Ocupações de terra por camponeses. In: \_\_\_\_\_. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 241-276.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 15-45.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAP. Escritório Regional de Campo Mourão. **Informações sobre unidades de conservação localizadas no município de Engenheiro Beltrão**, conforme solicitação protocolada no IAP/ERCMO n. 5487.701-3, a pedido do Sr. Ely Bergo de Carvalho. Campo Mourão, 2003.

IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: 1950-1995-96.

IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: 1960-2000.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. XXXI. Rio de Janeiro: 1959.

IBGE. **Produção extrativa vegetal**. Rio de Janeiro: 1973-1985. 13 v.

IBGE. **Produção extrativa vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro: 1986-2001. 16. v.

IPARDES. **Nova configuração espacial do Paraná**. Curitiba, 1983.

KAIMOWITZ, David. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 56-71.

KOSAK, Vladimir; et al. Os índios Héta: peixe em lagoa seca. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**. v. 37, (ou XXXVIII-38) p. 3-120, 1981.

LALALLE, C. M. **A madeira na economia paranaense**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR., Curitiba.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 33-47.

LATOUR, Bruno; SCHWARTZ, Cécile; CHARVOLIN, Florian. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAUJO, Hermetes Reis de. (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV., 2001.

LIMA, Walter de Paulo. Função hidrológica da mata ciliar. In: SIMPÓSIO SOBRE MATA CILIAR, 1989, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Fundação Cargil, 1989. p. 25-41.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184.

LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: A macrorregião do "Norte novo" de Maringá, 1950-1980**. 1988. Tese (doutorado) - FFLCH, USP. São Paulo.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do governo do Estado do Paraná, 1981.

MAACK, Reinhard. O ritmo da devastação das matas no Estado do Paraná. **Ciência e Cultura**, v. 15, n.1, p. 25-34, mar. 1963.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio, 1996.

MARTINS, Romario. **Livro das árvores do Paraná**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1944.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. **Artífices do Ócio: Mendigos e vadios em São Paulo (1933-1942)**. Londrina: Editora UEL, 1998.

MARTINS, Sueli Sato. Mudanças Ambientais na Região Noroeste do Paraná. In: Reunião Especial da SBPC. 6. 1998: Maringá. **Anais da 6ª Reunião Especial da SBPC**. Maringá: [s.n.], 1998. p. 100-102.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELO E SOUZA, Antônio Cândido. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

MENDES, Cesar Miranda. A delimitação regional do norte paranaense. **Consciência**, Palmas, n. 3 jan./jul. 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 13, p. 47-63, out./1961.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. História e Meio Ambiente no Acre. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 231-246.

MORELLI, Ailton José; CARVALHO, Ely Bergo de. Agricultura e Impacto Ambiental. In: ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., 1999, Guarapuava. **Anais**. Guarapuava: UNICENTRO-PR., 1999. p. 37-47.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang**: A História épica dos índios Kaingang no Paraná. Maringá: EDUEM, 1994.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NESELLA, Maria Lúcia Bertachini; ALCÂNTARA, José Carlos. O desmatamento no norte do Paraná: um recorte comparativo ambiental. **Teia**, Maringá. Disponível em: <[www.pea.uem.br;teia;teia-art\\_04.html](http://www.pea.uem.br;teia;teia-art_04.html)>. Acesso em: 08 jan. 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

**NOVO Aurélio Século XXI**. [S.l.]: Ed. Nova Fronteira. 1 CD-ROM. Versão 3.0.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

PARANÁ. **Coleção de leis**. Curitiba, 19??. (Biblioteca Pública do Paraná).

PARANÁ, Secretária de Agricultura e do Abastecimento. Deral – Departamento de Economia Rural. **Produção agropecuária de Engenheiro Beltrão 1991-2002**. Curitiba, ago. 2003. 1 disquete, 3 ½ pol.

PARANÁ, Secretaria de Fazenda e Obras Públicas, Departamento de Terras e Colonização. **Relatório dos serviços e ocorrências da Secretaria de Fazenda e Obras Públicas**. Curitiba, 1934.

PASSOS, Messias Modesto dos. O conceito de paisagem. In: \_\_\_\_\_. **Biogeografia e Paisagem**. Maringá: UEM, 1988. p. 52-59.

PAULA, Zueleide Casagrande de. **Maringá: o coração verde do Brasil?** 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. De árvores e cidades ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (Orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d'Água, 1999. p. 11-47.

POCHAPSKI, Marcelo José. **Relatório de Estágio supervisionado em turismo e meio ambiente**. Campo Mourão, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REICHARDT, Klaus. Relação água – solo – planta em mata ciliar. In: SIMPOSIO SOBRE MATA CILIAR, 1989, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Fundação Cargil, 1989. p. 20-24.

ROSA, Antônio Vítor. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

ROSA, Maria Cristina. Processo de ocupação e situação atual. In: VAZZOLER, Anna Emilia A. de M.; AGOSTINHO, Angelo A.; HAHN, Norma Segatti. (Orgs.). **A planície de inundação do alto Rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos**. Maringá: EDUEM, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Tudo o que é sólido se desfaz no ar: O marxismo também? In: \_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1995.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERRA, Elpido. **Processo de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. Tese (doutorado em geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a Questão Agrária: A construção do fordismo possível. **Diálogos**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 113-127, 1998.

SILVA, José Graziano. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 106-127.

SILVEIRA, José Maria da; OLALDE, Alicia Ruiz. Aspectos do desenvolvimento recente da biotecnologia e seus impactos na agricultura. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SIMIONATO, Édina Conceição. **Campo Mourão — Sua gente... Sua História**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.

SONDA, Claudia. A cobertura florestal nas explorações agrícolas: quem tem e quem não tem floresta. **Análise Conjuntural**, v. 18, n. 11-12, p. 25-27, nov./dez. 1996.

SORIANO, Sara Mônica Pitot de. **Expropriação e violência: A luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra (Campo Mourão: 1946-1964)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá/Universidade Estadual de Londrina, Maringá.

THIOLLENT, Michel. J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

SORRENSON, Willian Jack; MONTROYA, Luciano Javier. Implicações econômicas da erosão do solo e do uso de algumas práticas conservacionistas no Paraná. **Boletim Técnico IAPAR**, Londrina, n. 21, ago. 1989.

SOUZA, Paulo Ferreira de. **Indústria Madeireira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.



STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: Homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, Tomás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 10, p. 59-80, jan./jun. 1994.

TARIFA, José Roberto. Alterações climáticas resultantes da ocupação agrícola no Brasil. **Revista do departamento de geografia**. (USP), São Paulo, n. 8, p. 15-27, 1994.

THIBAU, Carlos Eugênio. **Produção sustentada em florestas**: conceitos e tecnologias, biomassa energética, pesquisas e constatações. Belo Horizonte: O Autor, 2000.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TIEZZI, Enzo. **Tempos Históricos, Tempos Biológicos**: A Terra ou a morte: os problemas da nova ecologia. São Paulo: Nobel, 1988.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, UFPR. Curitiba.

TOURN, Gladys Mabel. **La representación y apropiación de la naturaleza en el borde de la pampa Argentina, persistencias y rupturas del esquema urbano**. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez Torres; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina**: apropriações e representações. 1. ed. Londrina: Editora UEL, 2001, p. 273-284.

WACHOWICZ, Ruy C. As frentes pioneiras. In: \_\_\_\_ (Org.). **História do Paraná**. Curitiba: SECE Biblioteca Pública do Paraná, 1986. Série Idéia e Debate.

WAGLEY, Charles. **An introduction to Brazil**. New York: Columbia University Press, 1963.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n. 7, p. 1-52, 1968.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a Cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negocia”: O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, p. 11-73, 1987.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4., n. 8, p. 198-215, 1991.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 119-126, 1988.

VIEIRA, Paulo Freire. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990): Contribuição ao mapeamento e à avaliação crítica preliminar do esforço de pesquisa. In:

HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995. p. 101-147.

VIOLA, Eduardo J. R. O movimento ambiental no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização públicas para a institucionalização e do desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 49-76.

## ARTIGOS DE JORNAIS

AMANHÃ é dia da ave. Onde elas se encontram? **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 4 out. 1979.

ARBORIZAÇÃO é saúde. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 1, 19 jul. 1970. (editorial).

ÁRVORES dão desconto no IPTU em Campo Mourão. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 4, 7 mar. 2000.

BATHKE JÜNIOR, Wille. Entrevista com: Alfredo Ferrari, 09. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 28 out. 2001. Especial, p. 7

BATHKE JÜNIOR, Wille. Entrevista com: Deolinda Luiza Pereira, 20. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 13 jan. 2002. Especial: Projeto Raízes, p. 7.

BATHKE JÜNIOR, Wille. Entrevista com: João Pacheco Gomes 03. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 16 set. 2001. Especial, p. 7.

BATHKE JÜNIOR, Wille. Entrevista com: Joaquim Teodoro de Oliveira, 10. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 4 nov. 2001. Especial: Projeto Raízes, p. 7.

BATHKE JÜNIOR, Wille. Entrevista com: Nicolau MACOWSKI, 19. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 06 jan. 2002. Especial: Projeto Raízes, p. 7.

CAMPANHA de plantio de árvores frutíferas. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 1, 28 ago. 1977.

CAMPANHA de Preservação Florestal em Campo Mourão. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 3 set. 1978.

CAMPANHA de Preservação Florestal inicia hoje em Campo Mourão. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 21 set. 1978.

COGITA-SE de combater o desflorestamento: Numeros [sic] que dizem bem do trágico avançar do desflorestamento em nosso País. **O Jornal**. Maringá, 21 nov. 1954. (Agencia Nacional).

COLONIZAÇÃO do Estado através de solução eficiente escolhida pelo Dr. Hugo Vieira, diretor do Departamento de Geografia Terra e Colonização. **O Jornal**. Maringá, p. 4, 23 jul. 1960.

FLUMINHAN, Izidora. Questões de Meio Ambiente. “ACAPA” ADQUIRE PERSONALIDADE JURÍDICA. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 28 fev. 1980. p. 2.

FLUMINHAN, Izidora. Questões de Meio Ambiente. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 6 jan. 1980. p. 3.

HOJE, 21 de setembro DIA DA ÁRVORE. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 2, 21 set. 1980.

MEDEIROS, Constantino. “Campo Mourão” **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 12 out. 1970. p. 2.

MEIO AMBIENTE: Sabarálcool comemora o Dia da Árvore plantando 10 mil mudas. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 4, 24 set. 2000. (“Da Assessoria Engenheiro Beltrão”).

MILTON Craveiro fala sobre o Dia da Árvore. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 14, 26 set. 1971.

NORTE do Paraná atração turística. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 1, 9 maio 1971.

O CLAMOR da natureza — AMAZONIA. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 8, 21 set. 1980. (“Colab. do leitor B.R.P.O.”).

ONDE anda o nosso Beija-Flor **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 4 nov. 1979.

POLUIÇÃO **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 2, 1 out. 1972. (editorial).

PASSARELLI, Silvio. Fraternidade Antidesenvolvimentista. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 8 abr. 1979.

PRESERVAR a natureza é obrigação de todos. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, p. 7, 6 mar. 1980.

RODOVIA Maringá C. Mourão inicia-se hoje o asfaltamento. **O Jornal**, Maringá, 9 out. 1966. p. 1.

VALE, Antonio Peixoto do. Mãos criminosas estão devastando o Brasil. **O Jornal**. Maringá, 15 maio 1960. Seção Ilustrada. p. 3. (Encarte).

VAMOS evitar de pisar nos canteiros da cidade. **O Jornal**. Maringá, p. 4, 4 jan. 1955.

### ENTREVISTAS (realizadas)

CARVALHO, Ely Bergo de. **Conjunto de 30 entrevistas com agricultores beltrandenses**: depoimento [maio – set. 1998]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 1999. 19 fitas cassete, 171 p.

COGO, Saulo Mário. **Saulo Mário Cogo**: depoimento [27 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Maringá, 2003. 2 fitas cassete.

CONTAR, A. **Alberto Contar**: depoimento [ 25. fev. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Maringá, 2003. 2 fitas cassete.

DALPONT, João; DALPONT, Fortunata B. **João Dalpont; Fortunata B. Dalpont**: depoimento [24 abr. 2003]. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

FERREIRA, O. B. **Osvaldo Borges Ferreira**: depoimento [23 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

GLABA, Miguel; GLABA, Inglin F.; GLABA, Antônio. **Miguel Glaba, Inglin F. Glaba, Antônio Glaba**: depoimentos [26 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Araruna, 2003. 2 fitas cassete.

MORAES, Maria Bergo de. **Maria Bergo de Moraes**: depoimento [25 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

PASCHOAL, J. A. C. **José Antônio Casado Paschoal**: depoimento [13 mar. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 1 fita cassete.

REIS, Pedro Neves dos. **Pedro Neves dos Reis**: depoimento [25 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

SANSEL, Casemiro. **Casemiro Sansel**: depoimento [12 dez. 1998]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 1998.

SILVA, Benedito Rodrigues da. **Benedito Rodrigues da Silva**: depoimento [17 fev. 1998]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho, Engenheiro Beltrão, 1998. 2 fitas cassete.

TIRONE, Mário. **Mário Tirone**: depoimento [26 abr. 2003]. Entrevistador: Ely Bergo de Carvalho. Engenheiro Beltrão, 2003. 2 fitas cassete.

## ANEXOS

## ANEXO 1 – ENTREVISTADOS, NÃO IDENTIFICADOS NOMINALMENTE

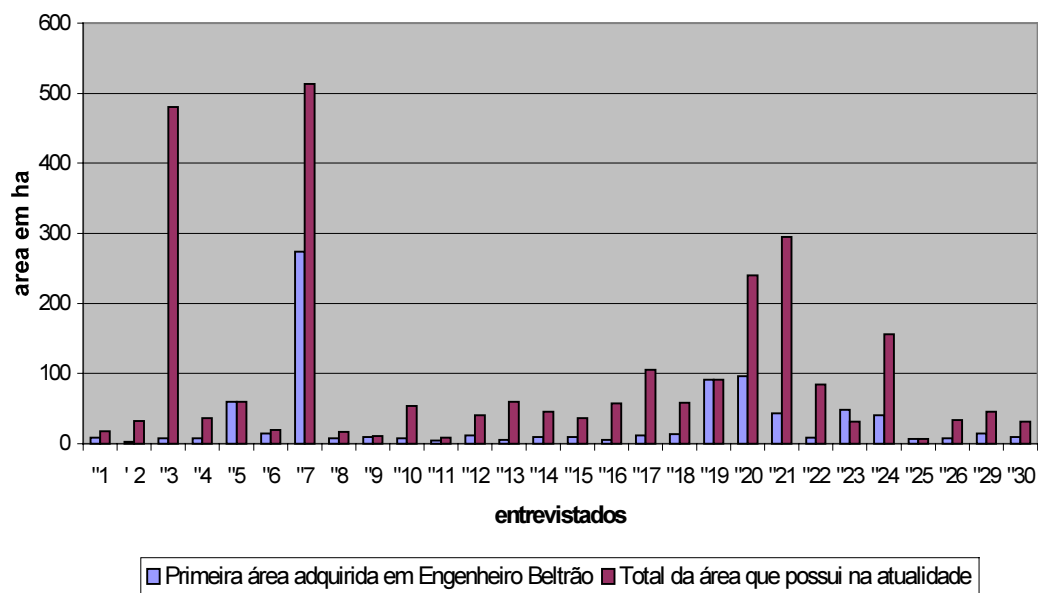
Nº	“NOME”	ANO DE NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	GRAU DE INSTRUÇÃO	OS PAIS ERAM PROPRIETÁRIOS RURAIS?	DATA DE CHEGADA EM E.B.	CATEGORIA COMO PROPRIETÁRIO RURAL <sup>1</sup>
1	Luiz	1928	SP	1º grau incompleto	SIM	1951	Minifúndio
2	Aparecido	1937	MG	1º grau incompleto	SIM	1959	Pequeno
3	Josep	1932	SP	1º grau incompleto	SIM	1963	Grande
4	Lazaro	1927	ES	1º grau incompleto	NÃO	1963	Pequeno
5	Marcelo	1953	PR	1º grau completo	SIM	1964	Pequeno
6	Albino	1936	SP	1º grau incompleto	SIM	1963	Minifúndio
7	Yutaka	1922	Japão	1º grau incompleto	SIM	1959	Grande
8	Oscar	1939	CE	não alfabetizado	SIM	1959	Minifúndio
9	Leandro	1947	SP	1º grau incompleto	SIM	1961	Minifúndio
10	Francisco	1929	PR	1º grau incompleto	SIM	1953	Pequeno
11	Bento	1932	MG	1º grau incompleto	SIM	1965	Minifúndio
12	José	1915	MG	não alfabetizado	SIM	1957	Pequeno
13	João	1938	SP	1º grau incompleto	SIM	1954	Pequeno
14	Lindomar	1928	SC	não alfabetizado	SIM	1951	Pequeno
15	Arnaldo	1958	PR	3º grau completo	SIM	Nasceu em E.B.	Pequeno
16	Fábio	1941	SP	1º grau completo	SIM	1958	Pequeno
17	Alfredo	1946	PR	1º grau completo	SIM	1968	Médio
18	Liomar	1951	PR	1º grau completo	SIM	1967	Pequeno
19	Bruno	1945	SP	1º grau incompleto	SIM	1984	Médio
20	Leonardo	1927	SP	1º grau incompleto	SIM	1955	Médio
21	Gilmar	1962	PR	1º grau incompleto	SIM	Nasceu em E.B.	Médio
22	Osvaldo	1944	PR	1º grau incompleto	SIM	1957	Médio
23	Lucidio	1914	PR	Não alfabetizado	SIM	1949	Pequeno

## ANEXO 1 – ENTREVISTADO, NÃO IDENTIFICADOS NOMINALMENTE (continuação)

Nº	“NOME”	ANO DE NASCIMENTO	LOCAL DE NASCIMENTO	GRAU DE INSTRUÇÃO	OS PAIS ERAM PROPRIETÁRIOS RURAIS?	DATA DE CHEGADA EM E. B.	CATEGORIA COMO PROPRIETÁRIO RURAL <sup>1</sup>
24	Antônio	1932	PR	Alfabetizado, sem ed. Formal	SIM	1935	Médio
25	Herman	1920	Alemanha	Alfabetizado, sem ed. formal	SIM	1948	Minifúndio
26	Alcides	1950	SC	1º grau incompleto	SIM	1956	Pequeno
27	Arlindo	1974	PR	2º grau completo	SIM	Nasceu em E.B.	Não proprietário
28	Lucas	1963	PR	2º grau completo	SIM	1965	Não proprietário
29	Antenor	1924	SP	não alfabetizado	NÃO	1959	Pequeno
30	Valmor	1950	SP	1º grau incompleto	NÃO	1959	Pequeno

<sup>1</sup>Minifúndio, menos de 20 ha; pequeno proprietário, de 20 a 80 ha.; médio proprietário de 80,1 a 300 ha., grande proprietário, mais de 300 ha.

**ANEXO 2 - ENTREVISTADOS - PRIMEIRA PROPRIEDADE EM  
ENGENHEIRO BELTRÃO E ÁREA ATUAL DA QUAL É PROPRIETÁRIO**





ANEXO 03 – “GLEBA RIO MOURÃO” – PR. OCUPANTES, QUE RESIDIAM EM 1942			
	Ocupante em 1942	Área (ha)	Localização
1	Eduardo Galecki	50,0	Água Amarela
2	Joaquim Viana Pereira	72,5	Cambuci
		24,2	Cambuci
3	Norberto Padilha	48,4	Água Amarela
4	Virgílio A . Oliveira	89,5	Cambuci
5	João Pedro Singer	24,2	Água Amarela
6	Ambrosio Singer	50,0	Água Amarela
7	João Muller	102,0	Água Amarela
8	Manoel M. da Rosa	10,5	Cambuci
9	Luiz Franco de Oliveira	11,5	Cambuci
10	Antonio J. Ferreira	17,5	Cambuci
11	Ricardo Wessendorl	17,0	Água Amarela
12	Leopoldina M. de Jesus	16,0	Água Amarela
13	José Niemiec	99,0	Capoeiras
14	Francisco G. Schulk	53,0	Água Amarela
15	Euclides Pedroso	11,0	Sertãozinho
16	Estanislau Senger	31,0	Sertãozinho
	PATRIMONIO <sup>1</sup>		
17	José Edeuterio dos Santos	20,0	Vará
	SALTINHO <sup>1</sup>		
18	Otávio Onídio Pereira	48,0	Laranjal
19	Laurentino J. Gonçalves	87,0	Quebra Canela
20	Miguel Padilha	49,0	Timburí
21	Luiz Boneti	72,5	Timburí
22	João Mormul	97,0	Laranjal
23	Eurides Aleixo de Oliveira	48,4	Laranjal
24	Antonio A. de Olivera	38,0	Jaboticabal
25	Joaquim do Prado	55,0	Saltinho
26	João Alves da Costa	96,5	Saltinho
27	Durvalino O . Pereira	82,0	Saltinho
28	João Franquilino de Miranda	97,0	Padilhas
29	João Machado de Oliveira	48,0	Cachoeira
30	Joaquim do Prado e Eurides de Oliveira	42,0	Cachoeira
	FIGUEIRA <sup>1</sup>		
31	João Nerís Dionizio	72,6	Rio Claro
32	Francisco H. Domingues	46,0	Rio Claro
33	Joaquim Pereria Lopes	46,0	Rio Claro
34	Antonio Umberto de Pontes	72,6	Jupará
35	Waldomiro Pires Moreira	48,0	Figueira
36	José Antonio dos Santos	17,0	Gavião
	FARTURA <sup>1</sup>		
37	Manoel E. da Silva	48,4	Tamanduá
38	Antonio P. da Silva	48,4	Fartura
	TOTAL	2.006,7	

Fonte: BELTRÃO, Alexandre. **Plano de loteamento**: Memorial referente ao terreno denominado Rio Mourão. Curitiba, set. 1947. (Arquivo Público do Paraná).

<sup>1</sup>É o nome da Secção, dentro da Gleba.

Ocupantes que estavam lá antes de 1942 podiam, segundo a empresa colonizadora, solicitar do Estado as Terras ou comprar da S.T.C. Eng. Beltrão, pelo preço praticado pelo Estado.

ANEXO 04 – GLEBA RIO MOURÃO – PR. AGRICULTORES COM TERRAS JÁ  
REQUERIDAS E/OU JÁ APROVADAS, PARA COMPRA, JUNTO A  
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS.

	Nome	Área (ha)	Localização
1	João Xavier Padilha	640,4	Campoeiras
2	Norberto de Alcantara Padilha	360,0	Lambari
3	Herdeiros de: Herculano Cordeiro	103,4	Sertãozinho
4	João Francisco	135,1	Sertãozinho
5	Joaquim Luiz de Oliveira	495,8	Figueira
6	Herdeiros de: Edmundo Mercer	247,9	Figueira
7	Francisco Albuquerque	774,7	Fatura
8	Peri Leite Ferreira	240,7	Fatura
	Lotes “Rio Claro” <sup>1</sup>	410,3	
	TOTAL	3.408,5	

Fonte: BELTRÃO, Alexandre. **Plano de loteamento**: Memorial referente ao terreno denominado Rio Mourão. Curitiba, set. 1947. (Arquivo Público do Paraná).

<sup>1</sup>Consta desta forma no plano de loteamento.

ANEXO 5 – ENGENHEIRO BELTRÃO– PR.: PRODUÇÃO DOS PRODUTOS DA  
SILVICULTURA

ANO	CARVÃO VEGETAL (T)	LENHA (M3)	MADEIRA BRUTA (M3)
1986	-	-	-
1987	-	240	-
1988	-	148	-
1989	-	256	23
1990	-	27.200	800
1991	-	27.300	900
1992	-	5.033	750
1993	-	2.834	274
1994	-	5.340	328
1995	-	5.725	354
1996	-	5.200	320
1997	-	2.457	150
1998	-	2.150	130
1999	-	60.000	550
2000	16	11.370	600
2001	17	11.700	700

Fonte: IGBE. **Produção extrativa vegetal e da silvicultura**. Rio de Janeiro: 1986-2001. 16. v.

**ANEXO 6 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.: PRODUÇÃO DOS PRODUTOS  
DE EXTRAÇÃO VEGETAL**

ANO	CARVÃO VEGETAL (T)	LENHA (M3)	MADEIRA BRUTA (M3)
1975	-	9.000	50.000
1976	-	9.000	4.000
1977	-	9.000	36.000
1978	-	8.550	3.240
1979	2	8.380	3.176
1980	41	8.464	3.207
1981	276	15.270	2.850
1982	327	12.700	1.900
1983	-	13.000	750
1984	-	12.000	900
1985	-	5.000	800
1986	-	4.200	650
1987	-	-	-
1988	-	-	-
1989	-	2.074	187
1990	-	1.800	200
1991	-	1.985	210
1992	-	-	-
1993	-	1.540	539
1994	-	-	6
1995	-	-	7
1996	-	10	8
1997	-	29	12
1998	-	25	10
1999	3	200	750
2000	10	6.969	750
2001	9	6.650	710

Fonte: IBGE. **Produção extrativa vegetal**. Rio de Janeiro: 1973-1985. 13 v.; IBGE. **Produção extrativa vegetal e da silvicultura**. 1986-2001. 16 v.

ANEXO 7 – ENGENHEIRO BELTRÃO – PR. LEVANTAMENTO INCOMPLETO DAS ÁREAS COM MATA, PARA FINS DE TRANSFORMAÇÃO EM RPPN, A FIM DE OBTER MAIOR PARTICIPAÇÃO NO REPASSE DE ICMS POR PARTE DO GOVERNO ESTADUAL – ICMS-ECOLÓGICO.

	Nome	Área (ha)	Localização
1	Fazenda Dr. Lauro		Estrada Saltinho
2	Natalim Rosolem		Figueira do Oeste
3	P. Moresahi	40,8	Salto do Raio
4	José Samsel	9,6	
5	Dr. Ricardo – SABARAALCOOL		
6	Carlos Paralego	16,8	
7	Olga Dias Cian	7,2	Estrada p/Quinta
8	Antônio Leonardo Cian		Jumirim/Sussui
9	Família Quinabe Mariote		Estrada St. Luzia
10	Ytaka Kitayama	48,0	Estrada Figueira
11	Rapinha Eocene	4,8	Triângulo
12	Jamil Rosolem		Figueira - Faz. S. João
13	Euclides Saqueti	72,0	Sertãozinho

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO, Conselho Municipal do Meio Ambiente. A lista manuscrita, foi cedida pelo funcionário responsável pelo levantamento. A tentativa de constituição de RPPN, por parte da prefeitura foram interrompidas há alguns anos. Os dados estão incompletos, e com algumas incorreções as quais foram mantido conforme no original.

ANEXO 8 – PAISAGEM RURAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO – PR.



Foto: Ely Bergo de Carvalho, 2002.